

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais

Programa de Pós-Graduação em História Comparada

Turcos, que nem sempre eram Turcos & Escravos, que nem sempre eram Escravos: A Escravatura Militar e a Geopolítica dos Sultanatos Mameluco e Otomano em Perspectiva Comparada

José Henrique Rollo Gonçalves

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História Comparada. Orientador: ***Professor Doutor Sidnei José Munhoz***

Rio de Janeiro, setembro de 2013

BANCA:

Prof. Dr. Sidnei José Munhoz (orientador)

Profa. Dra. Beatriz Juana I. Bissio

Prof. Dr. Francisco Carlos Teixeira da Silva

Prof. Dr. Bernardo Kocher

Prof. Dr. José C. D'Assunção Barros.

Profa. Dra. Gracilda Alves

Prof. Dr. Tadeu Mazzola Verza

RESUMO:

Esse estudo comparativo tem quatro objetivos. O *primeiro* é propor algumas ideias críticas para se discutir o modo hegemônico de apresentar em nossas escolas e universidades a gênese da Modernidade. Sugere-se que é possível e necessário deslocar a narrativa dominante – baseada no épico da *Ascensão do Ocidente* – e construir um discurso histórico mais sistêmico e inclusivo levando em consideração o papel decisivo desempenhado pelos Sultanatos Mameluco e Otomano e por uma série de outros atores geopolíticos naquele processo macro-histórico. O segundo é descrever como alguns esquemas de percepção daquelas entidades geopolíticas foram construídos pela moderna historiografia orientalista. A principal questão aqui é compreender as conexões que alguns historiadores estabeleceram entre certos traços étnicos dos povos turcos e aqueles Sultanatos. O *terceiro* é estudar comparativamente algumas características dos escravos-soldados, um traço comum a Mamelucos e Otomanos, tal como tratadas e explicadas pela historiografia ocidental. O quarto, e mais simples, pois é basicamente uma lista articulada de propostas de pesquisa, é sugerir as potencialidades do conceito de *Sistema Mundo Escravocrata* para a análise de como e onde nasceu o Moderno Sistema Mundial, o Capitalismo.

PALAVRAS-CHAVE: *Soldados-escravos; Sultanato Mameluco; Império Otomano; Historiografia; Sistemas-Mundos.*

ABSTRACT:

This comparative study has four goals. The *first* is to propose some critical ideas in order to discuss the hegemonic way of presenting at our schools and universities the genesis of Modernity. We suggest that it is possible and necessary to replace the dominant narrative – based on the epic of the “Rise of the West” – and to construct a more systemic and inclusive historical discourse taking in consideration the decisive role played by Mamluk and Ottoman Sultanates and by a lot of other geopolitical actors in that macro-historical process. The *second* is to describe how some schemes of perceptions of those geopolitical entities were built by Modern Orientalist historiography. The main question here is to understand the connections that some historians have established between some ethnic features of Turkish peoples and those Sultanates. The *third* aim is to study comparatively some characteristics of a common feature of Mamluks and Ottomans, the *slave-soldiers*, as they are treated and explained by Western historiography. The *fourth* aim, the most simple because it is basically an articulated list of research proposals, is to suggest the potentialities of the concept of *Slave World System* to the analysis of how and where the Modern World System, that is, Capitalism was born.

KEYWORD: *Slave-soldiers; Mamluk Sultanate; Ottoman Empire; Historiography; World Systems.*

SUMÁRIO:

Agradecimentos	006
Introdução: <i>As finalidades, os problemas e uma pergunta implícita (que, no fundo, não precisa de resposta explícita): por que estudar histórias do Oriente Médio e da Ásia Central?</i>	008
Capítulo 1: <i>Entre o Prado de Dabiq e as ruas do Cairo, 1516-1517: janelas para espiar impérios, pastores-guerreiros, soldados-escravos e polêmicas entre historiadores</i>	027
Capítulo 2: <i>Os povos turcos e a Morada do Islam: um panorama em sobrevoo de lexemas, mitologias, pastores-guerreiros, Estados, Impérios, turcos que nunca foram turcos e ... polêmicas entre historiadores</i>	111
Capítulo 3: <i>Os Escravos-Militares na Morada do Islam: História e, sobretudo, Historiografia</i>	183
Conclusões	237
Bibliografia	241
Anexos Mapas	289

Agradecimentos:

No dia em que parei para escrever estas páginas de reconhecimento e gratidão, algo tão protocolar em trabalhos como este, descobri que ao longo dos anos encontrei muito mais amigos e amigas do que sou capaz de lembrar. Gente que simplesmente me encorajou a não esmorecer e fazer as coisas que tinham que ser feitas, fossem nos bons fossem nos maus momentos pessoais. Gente muito, muito boa, que achou livros e artigos em lugares que me eram inacessíveis, que me abrigou em minhas viagens, que discutiu algumas de minhas inquietações, que tomou uma cerveja ou um vinho comigo a jogarmos conversa fora exatamente na hora que era para tão-somente fazer isso mesmo. Por tudo isso, pelos esquecimentos e sobretudo pelas lembranças em profusão, não vejo como listar a todas e a todos. Até porque, tudo isso vem de muito tempo... vem de mais de um par de décadas. E espero que ainda dure por mais umas tantas.

Entretanto, há reconhecimentos específicos que não posso deixar de nomear. O primeiro é ao Sidnei, por motivos tão óbvios que nem vou me dar ao prazer de mencioná-los. O segundo é ao Chico Noelli, ao Lucio, ao Marinho, ao Zé Antonio e ao Grande Verza, por todas aquelas infinitas razões que eles e vários de nossos camaradas sabem muito bem quais são. O terceiro é aos numerosos funcionários e professores da Universidade Estadual de Maringá que, em um ou outro momento, me incentivaram e quebraram vários galhos para mim, em particular o povo da Tulha (o Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etnohistória) e do Departamento de História.

E o quarto, *sin más y por todo*, é à Carla, à Paula e ao Vitor, aos quais dedico essa tese.

Introdução: As finalidades, os problemas e uma pergunta implícita (que, no fundo, não precisa de resposta explícita): por que estudar histórias do Oriente Médio e da Ásia Central?

Das intenções e das motivações:

Tenho três finalidades centrais neste estudo. Elas correspondem, em linhas gerais, a cada um dos capítulos que o compõem. A *primeira* é apresentar elementos para o desenvolvimento de um horizonte de análise da gênese da Modernidade que ultrapasse o lugar-comum historiográfico escolar da *ascensão do Ocidente* e incorpore o papel que nela desempenharam as sociedades e Estados muçulmanos da Ásia Ocidental, em particular, o Sultanato dos Mamelucos e o Império Otomano, nos séculos XV e XVI. A *segunda* é descrever como se constituíram na historiografia determinados esquemas de percepção dessas entidades geopolíticas, tidas em grande medida por expressões de determinados traços étnicos de povos genericamente chamados de *turcos*. A *terceira* é estudar em *chave comparativa* o *tratamento historiográfico* de um objeto comum aos Mamelucos e aos Otomanos, os *soldados-escravos* ou *escravos militares*, categorias sociais que, via-de-regra, são intimamente vinculadas aos povos turcos que se estabeleceram na Casa do Islam a partir do século VIII. Essas metas foram motivadas principalmente por minha experiência de muitos anos como professor e por inquietações advindas do dia-a-dia de quem tem por interesse de ofício a história do Oriente Médio e da Ásia Central no passado e no presente. Há, ainda, uma *quarta* finalidade, exploratória, tateante: propor um ponto de partida conceitual para o tratamento do que chamei no decorrer destas linhas de *Sistema Mundo Escravocrata*. Dediquei-me a isso nas *considerações finais*, escritas ao feitio de uma *agenda de pesquisa*.

Os temas que trato nestas páginas não costumam frequentar as salas de aula, as publicações universitárias brasileiras, e muito menos os eventos profissionais. Quanto aos livros-textos usados nas escolas, nem é preciso falar muita coisa. Em média, eles dedicam pouquíssimos parágrafos às sociedades orientais, que são vistas, invariavelmente, *em função* de suas relações com o Ocidente. Há, de fato, um *acervo de clichês* que perpassa a literatura escolar. Dois deles são de particular interesse para este estudo. O primeiro é o fato de que aqueles povos são tratados como quem perdeu o bonde da história, como quem teve muitas chances e as desperdiçou muitas vezes, como quem escolheu a imobilidade – seja na contemplação, seja na violência endêmica que se esgota nela mesma – diante da opção preferencial pela dinâmica, a inventividade e a

capacidade empreendedora dos europeus e, mais tarde, dos estadunidenses. Em suma, inspiram desinteresse, comiseração ou desprezo; raramente o desejo de compreendê-los mais de perto. O segundo é a ideia muito disseminada de que as origens da Modernidade não passam – pelo contrário, estão longe – pela história dos povos do Oriente. Vista na duração de um século e meio, a historiografia escolar (em todos os níveis) *possui uma constante, quaisquer que sejam as inclinações político-ideológicas dos autores e editores*: predomina largamente um horizonte de relevância centrado nas Idades Média e Moderna da Europa, com apenas mínima referência aos demais cantos do Globo. Aquele período e aquele lugar são guindados à condição de germe explicativo de toda a História do Mundo. Da história que veio antes deles, porque o que havia de mais importante acabou por condensar-se neles; e da história que veio depois, porque ela não passou de um desdobramento deles.

Curiosamente, isso tem consequências mais do que previstas e lamentadas.¹ Não se fornecem chaves e mapas aos brasileiros medianamente escolarizados para que eles desenvolvam um entendimento mais consistente de tudo o que ouvem, leem e veem nas diversas mídias a todo momento. Os graves problemas que assolam os povos do Oriente Médio, da Ásia Central e da África não saem das telas, das páginas e dos alto-falantes. Todavia, entre nós, eles tendem a ser enfocados a partir de interesses cognitivos e políticos construídos, não raro, por sujeitos que são mais nossos competidores do que nossos companheiros de viagem. Noutras palavras: o modo como essas regiões são apresentadas escolar e midiaticamente aos brasileiros tem por efeito – queiram ou não os escritores de livros didáticos, os professores que repetem a cartilha e os jornalistas que repassam *press-releases* como se fossem notícias – um alheamento, um estado de *crônica alienação*, dos leitores, estudantes e espectadores diante dos objetos efetivos e dos objetivos potenciais do país. Consomem-se caricaturas e clichês. Raras vezes, história e geografia substantivas. Quase nunca informações realmente úteis para quem pretende atuar no mundo com seus próprios objetivos estratégicos em tela. Digo tudo isso pelo que ouço, vejo e leio em sala de aula e em conversas informais com

¹ Vejam-se os comentários sobre isso nas considerações finais de BISSIO, Beatriz. **Percepções do Espaço no Medievo Islâmico (Século XIV): O Exemplo de Ibn Khaldun e Ibn Battuta**. (Tese de Doutorado). Niterói: Universidade Federal Fluminense/Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2008.

peças que compartilham do meu ofício. Mas, quero deixar bem claro que não faço essas observações em tom resignado. Penso que há um vasto e intrincado plano de trabalho a ser construído nesse campo e espero que este estudo ajude um pinguinho que seja nessa tarefa.

Nos últimos meses, preocupado com o que escrever nessa abertura de tese, busquei várias vezes alguma inspiração nas notícias do dia-a-dia. Eu esperava que um bom comentário a um evento de relativa complexidade me permitiria explorar ângulos e variáveis e mostrar porque acho que vale *socialmente* a pena fazer o que faço. Por algum tempo achei que a melhor coisa a fazer era... o óbvio. Desde meados de 2010 o povo não sai das ruas no Levante, na África do Norte e sobretudo no Egito. Há uma guerra em andamento na Síria e, neste preciso momento em faço uma revisão final do texto, fala-se como nunca em uma possível intervenção militar dos Estados Unidos da América naquele país. Uma vez que trato de impérios e de militares (os soldados-escravos, *mamluks*), evocar tais acontecimentos seria em si um gancho suficiente para argumentar a relevância da análise histórica desses sujeitos e das entidades geopolíticas que os empregou. Ainda mais porque, uma das temáticas recorrentes entre os analistas da história política do Levante e do Egito contemporâneos está relacionada a um universo de fenômenos e processos albergado pela expressão *neomameluco*.

Esse termo vem sendo empregado pelo menos desde meados do século XX para caracterizar o comportamento das elites militares no Oriente Médio, em particular no Egito.² Pretende-se com ele enfatizar, entre tantos, dois elementos. *Primeiro*: o distanciamento profundo entre os dirigentes e as massas, algo que se consubstancia em um sentimento popular de viver em uma terra ocupada por *estrangeiros* ou nativos que se comportam exatamente como os estrangeiros que dominaram a região por séculos e séculos. *Segundo*: o fato de que os militares justificam seu exercício mais ou menos monopolista do poder político – e seu controle mais ou menos monopolista da economia nacional – em nome da defesa do país contra os estrangeiros, algo similar ao que faziam os Mamelucos medievais,

² Vejam-se, entre muitos, KEPEL, Gilles. **Le Prophète et Pharaon: Les Mouvements Islamistes dans l'Égypte Contemporaine**. Paris: Editions La Découverte, 1984.

como veremos nestas páginas.³ *Quer algo mais atual e relevante do que estudar os ancestrais de tudo isso, quando noutra dia mesmo os militares egípcios assumiram, mais uma vez, o controle do país?* Na realidade, há uma ou duas semanas descobri que as notícias – fossem esparsas ou duradouras e formidáveis – jamais trariam boas razões para que eu dedicasse alguns parágrafos a justificar porque deveríamos estudar os povos do Oriente Médio e da Ásia Central hoje, ontem, anteontem, em qualquer época, enfim. Cheguei a essa conclusão ao responder a uma pergunta muito simples: por que cargas d’água eu tenho que prestar contas de uma opção por estudar algo que está vinte e quatro horas por dia invadindo nossos corações e mentes sob a forma de notícias habitualmente trágicas? *O assunto em si mesmo não será autoexplicativo?* Alguém diria fundamentadamente que não tem cabimento fazer esse tipo de investigação?

Trata-se, portanto, de estudar aspectos dos Sultanatos Mameluco e Otomano, em particular, seus soldados-escravos, por meio de uma análise das linhagens historiográficas dominantes, acentuando heranças, valores, paradigmas, metáforas, categorias e procedimentos comparativos que opera(ra)m na *construção daqueles objetos*. Quanto à economia textual, considerando que uma das minhas finalidades é propor formas de deslocar o relato dominante entre nós da gênese da Modernidade, achei por bem narrar alguns processos de modo mais demorado, sobretudo porque eles são pouco estudados por aqui. Essa decisão provocou uma guinada. Deixei muitas vezes de lado a análise historiográfica para me permitir enlevar pelo relato factual. E é precisamente isso que pretendo fazer no restante dessas páginas introdutórias ao traçar um panorama em sobrevoo das duas entidades geopolíticas em questão. Observo que economizei bastante nas notas de rodapé e nas citações, porque a bibliografia relevante foi amplamente mencionada nos três capítulos centrais. O objetivo da síntese que faço a seguir é pura e simplesmente didático. Não discuto interpretações. Alinho o que acabou por se transformar – desde o século XIX – no relato paradigmático da história dos Impérios Islâmicos de finais da Idade Média e inícios da Era Moderna. Antes, porém, um esclarecimento conveniente: uso esses marcos tipicamente ocidentais

³ Cf. BULLIET, Richard W.. *Neo-Mamluk legitimacy and the Arab Spring*. **Middle East Law and Governance**, 3 (1-2), 2011, p. 60-67 e _____. **Religion and the State in Islam: From Medieval Caliphate to the Muslim Brotherhood**. Denver, Colorado: University of Denver/Center for Middle East Studies, 2013 (*Occasional Papers Series*, 2).

de periodização – Medieval, Modernidade etc – porque estou escrevendo, como já disse, para leitores socializados por *um sistema escolar que naturalizou esses termos*. Foge dos meus propósitos nesta tese discutir periodizações alternativas.

Uma síntese dos problemas enfocados, precedida de uma sinopse da formação dos Sultanatos dos Mamelucos e dos Otomanos:

Entre meados do século XIII e finais do século XVII, o Oriente Médio e os espaços que lhe circundam foram profundamente marcados pela presença de dois Estados imperiais dominados por elites militares de confissão muçulmana sunita, o Sultanato dos Mamelucos (1250-1517), sediado no Cairo, e o Sultanato dos Otomanos (c1290-1923), definitivamente sediado em Istambul a partir de 1553.⁴ O primeiro atingiu o auge em termos espaciais no começo do século XIV, quando manteve sob controle todo o Mundo Árabe, compreendendo o sul da Anatólia, a Síria-Palestina (o Levante), o oeste da Península Arábica e o Egito. Abarcando em seus domínios as três cidades sagradas do Islam, Meca, Medina e Jerusalém, ele avassalou, ainda, diversas ilhas do Mediterrâneo Oriental. Ao norte, porém, suas veleidades expansionistas esbarraram em Bizâncio, nos principados turcos da Anatólia e, mais tarde, no Estado Otomano, que acabou por conquistar todo o seu território, entre 1517 e 1520. O segundo, de gênese um tanto obscura, nasceu nos anos finais do século XIII, tendo por epicentro um núcleo localizado na fronteira entre Bizâncio e o antigo Sultanato Seljúcida do Rum. No decurso dos séculos XIV e XV, embora sem continuidade linear, ele se apoderou de quase todo o território dos Bálcãs, dos domínios de Bizâncio e da Anatólia. Seu período de mais ampla extensão territorial foram os séculos XVI e XVII. Naquela época seu território espraiou-se do norte do Mar Negro ao sul da Península Arábica, englobando grande parte da Mesopotâmia, todo o Levante, os Bálcãs, o Egito e a Ásia Menor.⁵

⁴ Considerando que os leitores-modelos desse estudo são pessoas inseridas plenamente na Cultura Ocidental, utilizei o calendário cristão e, não, o calendário muçulmano. Salvo umas poucas referências expressas, as datas reproduzidas neste estudo foram conferidas em BACHARACH, Jere L.. **A Middle East Studies Handbook**. Seattle/London: University of Washington Press, 1984 e em MANTRAN, Robert (Sous la direction de). **Les Grandes Dates de l'Islam**. Paris: Larousse, 1990. Algumas compatibilizações entre os calendários do Islam e da Cristandade Ocidental foram verificadas suplementarmente em LINDSAY, James E.. **Daily Life in the Medieval Islamic World**. Indianapolis/Cambridge: Hackett Publishing Company, 2005, que, apesar do título do livro, estende o paralelo até 1450 AH/25 de maio de 2028.

⁵ Observação quanto ao emprego de nomes próprios e expressões de origem árabe, persa ou turca: optei por utilizar as formas dicionarizadas em língua portuguesa ou, quando não foi possível, as

Esses dois Sultanatos protagonizaram processos decisivos na conformação dos fundamentos da Eurásia Moderna, articulando, ainda que nem sempre simultaneamente, as *economias-mundo* do Mediterrâneo, do Oceano Índico e da Ásia Central. Mamelucos e Otomanos enfrentaram, cada um em seu tempo, cruzados, mongóis e timúridas (*Timur Lang* ou Tamerlão e seus guerreiros), beneficiando-se, tanto nas vitórias quanto nas derrotas, de largo prestígio entre os fiéis por sua atitude em defesa da Casa do Islam. Experimentaram os efeitos deletérios da Peste Negra e dos ciclos epidemiológicos que se lhes seguiram. Estabeleceram territórios de moldes coloniais – o segundo de forma mais nítida do que o primeiro – e relações de clientela com numerosos principados do Mar Negro, do Mediterrâneo e da África. Ao longo de cento e setenta anos, eles interagiram com relativa prudência, fazendo negócios regulares e mantendo, inclusive, alguma correspondência diplomática. Por fim, numa conjuntura marcada pela emergência de novas forças políticas e econômicas na região – em particular, o surgimento do Estado Safávida de confissão xiita, no Irã, e a presença dos portugueses no Oceano Índico –, as duas potências se confrontaram. Entre as últimas décadas do século XV até 1517, quando os Otomanos derrotaram os Mamelucos e tomaram-lhes o território, seus destinos estiveram fortemente ligados.

Simultaneidade temporal, vizinhança espacial, conjunturas compartilhadas e similaridades profundas em termos de estruturas sociais, políticas e econômicas, além da religiosidade comum, aproximavam os Sultanatos Mameluco e Otomano. Eram sistemas imperiais governados por elites militares apoiadas por operadores religiosos e corpos burocráticos subordinados e hierarquizados pelo Estado. Elites multiétnicas – mais diversificadas no segundo do que no primeiro – que falavam idiomas, praticavam rituais e cultivavam costumes, estilos de vida e regras de conduta, quase sempre, muito distantes dos padrões culturais característicos dos povos que governavam. Elites, antes de mais nada, ciosas de suas origens guerreiras e comprometidas com a defesa e a expansão do Islam – o Islam sunita, bem entendido. E mais: elites que demonstraram uma impressionante capacidade de se reproduzirem em ambientes de hostilidade contínua. Das diversas

transliterações empregadas por tradutores lusófonos ou angloparlantes. Não se escolheu a alternativa em espanhol pela tendência dos seus tradutores de operarem com similaridades fonéticas, algo que gera muitas imprecisões quando se faz retraduições.

similaridades entre os dois Sultanatos, a que importa para essa proposta de pesquisa é a presença daquilo que muitos historiadores chamam de *instituição mameluca*.⁶

Mamluq, em árabe, *possuído (por alguém)*, designa tradicionalmente a condição de um escravo-soldado que pertence a um califa ou a um sultão.⁷ De acordo com o *padrão narrativo dominante na historiografia*, esse tipo de soldado foi empregado, a partir de meados do século IX, pelos Abássidas, sediados em Bagdá. Primeiro, mediante recrutamento nas tribos turcas convertidas ao Islam que entravam no espaço do Califado vindas das terras altas da Ásia Central. Mais tarde, por meio do comércio ou da captura de cativos naquela mesma região e no Cáucaso. Várias dinastias médio-orientais dele fizeram uso para proteger os governantes, reprimir as classes populares, conter os vieses feudais dos grandes proprietários rurais e formar corpos militares capazes de exercer funções de comando na defesa do Estado e nas guerras de conquista. Ele foi empregado pelo Sultanato Gaznávida, na região entre o Afeganistão e a Índia (séculos IX a XII), pelo Império Mogol, na Índia (séculos XVI a XIX), pelo Sultanato Funj, na Gezira Sudanesa (séculos XVI a XIX) e pelo Reino Safávida, no Irã (de 1500 até o século XVIII). O sistema dos escravos-soldados atingiu o auge no Império Otomano, entre os séculos XIV e XVII, e naquele que acabou identificado com o próprio termo, o Sultanato dos Mamelucos.

O Reino dos Mamelucos nasceu a partir do que, em linguagem moderna, chamaríamos de um golpe de Estado, no contexto do combate movido pelos Aiúbidas da Síria e do Egito contra a Sétima Cruzada, em 1249-1250. O falecimento do Sultão do Cairo ensejou um vácuo que motivou um confronto entre diferentes frações da soldadesca. Como resultado, entre 1250 e 1260, generais das tropas do sultão disputaram o controle do vale e do delta do Nilo e do Levante até que uma das facções conseguiu assumir o controle do Estado. Ao longo dos 250 anos que se seguiram, essa elite militar e burocrática consolidou-se no poder, conservando

⁶ Cf. HOLT, Peter Marion. *The Mamluk institution* in: CHOUËIRI, Youssef M. (Edited by). **A Companion to the History of the Middle East**. Malden, Massachusetts/Oxford: Blackwell Publishing, 2005, p. 154-169.

⁷ Cf. SALGADO, Felipe Maíllo. **Vocabulario de História Árabe e Islâmica**. Madrid: Ediciones Akal, 1999 [1996], p. 149-150 (*Mamlūk*). Mais detalhes sobre o termo e sua etimologia em AYALON, David. *Mamlūk*. **The Encyclopedia of Islam**. Leiden: E. J.Brill, 1991, Volume VI, p. 314-321.

muito de suas marcas de origem. Dentre essas, as tensões permanentes entre os notáveis da Síria e do Egito, que muitas vezes ameaçaram dilacerar a ordem imperial; o caráter altamente militarizado do Estado, justificado, em boa medida, pelo ambiente de hostilidade externa contínua no qual estava inserido (ataques de Mongóis, Cruzados, Timúridas etc), e uma profunda alienação das elites dirigentes diante das populações submetidas, etnicamente muito diferentes dos seus suseranos. À diferença dos Otomanos, que mantiveram a casa imperial dos descendentes de Osman durante toda a sua história, no Sultanato Mameluco foram os próprios escravos-soldados que construíram a elite dirigente e geraram dinâmicas sucessórias que estabeleceram limites à formação de dinastias regulares.⁸

O recrutamento de soldados-escravos dependeu da inserção do Egito e da Síria nos fluxos mercantis da Ásia Ocidental e do Mediterrâneo. Negociantes genoveses e venezianos compravam jovens provenientes da Anatólia, do Curdistão e do Cáucaso nas bordas dos Mares Cáspio, Negro e Egeu e os vendiam aos burocratas e militares que representavam o sultão do Cairo. Desligados de seus laços familiares e comunitários, levados para áreas muito distantes de seus países de origem, os jovens eram conduzidos a casernas, convertidos ao Islam, treinados nos afazeres militares e administrativos, e dotados de conhecimentos de línguas e regras de conduta. Quando adultos, eram encaminhados, de acordo com o prestígio que adquiriram (graças aos seus dotes pessoais e à fama e à autoridade de seus oficiais superiores imediatos), para diferentes atividades do Estado. Levando em conta as origens dos principais grupos dominantes, há historiadores que periodizam a trajetória do Sultanato do Cairo em duas fases bem distintas: a primeira (1250-1382) seria dominada pelos *turcos*; a segunda (1382-1517) pelos *circassianos*. Outros, embora mantenham as mesmas datas, preferem distinguir as duas épocas pelos nomes dos regimentos de onde provieram os governantes: a primeira seria a fase *bahri* (devido ao nome do lugar em que ficavam aquartelados:

⁸ O melhor estudo sintético que eu conheço sobre o Sultanato dos Mamelucos encontra-se em HAARMANN, Ulrich. *L'Oriente arabo nel tardo Medioevo (1250-1517)* in: ____ (A cura di). **Storia del Mondo Arabo**. Traduzioni dallo tedesco da Stefania Terzi. Torino: Giulio Einaudi Editore, 2010, p. 231-286 (original alemão publicado em 1987, reeditado com atualizações em 2004: **Geschichte der Arabischen Welt**). Muito bom é, também, GARCIN, Jean-Claude. *Le Proche-Orient à l'époque mamluke* in: ____ et alli. **Etats, Sociétés et Cultures du Monde Musulman Médiéval, X^e-XV^e Siècle**. Paris: Presses Universitaires de France, 1995, Tome 1: *L'Evolution Politique et Sociale*, p. 343-369 (*Collection Nouvelle Clio*).

na ilha de Rawda, no Nilo= *Bahr*); a segunda a fase *burji* (por causa da torre = *burj* palaciana do Cairo onde se alojavam). E tendem a falar genericamente de *turcos*, como, por sinal, é comum muitos árabes falarem, ainda hoje, ao se referirem à elite dirigente *estrangeira* daquele período.

O Império Mameluco chegou a abarcar praticamente todo o Mundo Árabe. No entanto, justamente por causa do mecanismo sucessório, jamais um árabe esteve à cabeça do Reino. Isso constituiu uma fonte de tensões entre os membros das elites árabes regionais e os mamelucos. Como também foram muitas vezes tensas as relações com o *dhimmi*, isto é, os protegidos do Islam (cristãos e judeus), especialmente nas épocas em que o Sultanato entrou em confronto com os Estados da Europa ou com Bizâncio, ou quando suspeitou, com certa razão, que seus súditos cristãos agiam como cabeça de ponte para uma possível invasão mongol.⁹ Ao longo de toda a sua existência, ele manteve conexões com as rotas de comércio e peregrinação de todo o Oriente Médio. Por suas costas passavam os fiéis da Espanha e do Magrebe a caminho de Meca e Medina. Pelo Nilo subiam mercadores e peregrinos da África Negra. Do norte da Síria ao Egito e deste ao sul da Arábia, mercadores de diversas procedências faziam desde pequenos negócios até as grandes transações que articulavam os mercados da Europa, da Ásia Ocidental, da África e do Mundo Índico. Uma parte significativa das rendas da elite dirigente advinha de seu controle tributário sobre os portos e entrepostos. As relações dos mamelucos com os italianos foram de imensa importância para a manutenção do comércio de especiarias e outros produtos orientais consumidos na Europa, especialmente nos séculos XIV e XV, quando as rotas terrestres (a da Seda e as demais) foram conturbadas por numerosas guerras entre os muitos reinos que emergiram com o declínio do Império Mongol. Alternando fases de relativa tranquilidade e fases de tensões entre Estados Islâmicos e Estados Cristãos, os elos do Sultanato dos Mamelucos com as *economias-mundo* do Mediterrâneo e do Índico foram permanentes e decisivos para sua reprodução como entidade geopolítica.

⁹ Cf. HITT, Philip Khuri. **The Near East in History**. Princeton: D. Van Nostrand Company, 1961, p. 316-323.

No Império Otomano, o Reino do *Grande Turco*, como diziam os europeus, a dinastia governante lançou mão do *devşirme*, um mecanismo de recrutamento introduzido no século XIV, que consistia em cobrar uma espécie de tributo na forma de adolescentes solteiros masculinos às comunidades de súditos cristãos do Império, sobretudo os ortodoxos gregos, eslavos e albaneses. Em intervalos de anos que variaram de época para época, oficiais turcos ou seus prepostos locais iam até as aldeias e alistavam jovens entre oito e vinte anos, cuidando que não fossem judeus, membros de certos grupos de artesãos, órfãos, filhos únicos ou casados. Eles eram levados para escolas palacianas, convertidos ao Islam, e, de acordo com as aptidões demonstradas, conduzidos para a administração pública, o exército ou o serviço de pajem nas residências reais. Alguns, após receberem uma educação islâmica rigorosa, aprendendo turco e árabe, e cultivando as regras do conviver cavalheiresco, tornavam-se oficiais militares, os *janízaros*. Na Anatólia, onde os jovens recrutados eram muçulmanos, comandantes turcos ensinavam os que melhor se saíam no treinamento a operarem na infantaria, inclusive com armas de fogo. O *devşirme* implicava o isolamento do ambiente familiar, da comunidade de origem e dos vínculos religiosos originais. Os jovens eram levados para lugares distantes e considerados *escravos do sultão ou da Porta (Kapi kulari)*.¹⁰

Há muitas discussões entre os pesquisadores sobre a formação, o impacto social e demográfico e a longevidade do *devşirme*. Predomina a ideia geral de que os Otomanos herdaram um dispositivo organizacional eficiente empregado pelos vizinhos Mamelucos e pelos ancestrais Seljúcidas, dando-lhe tinturas rituais extraídas dos Bizantinos. Outros historiadores apegam-se mais empiricamente ao contexto demográfico que teria motivado sua adoção, a saber, a crise provocada pela Peste Negra.¹¹ Seja como for, essas e outras interpretações historiográficas constituem matéria desta tese. Entre meados do século XV e meados do XVII, o *devşirme* constituiu efetivamente a elite dirigente. Nesse período, os janízaros conseguiram alijar do poder decisório os setores tradicionais da aristocracia guerreira de origem turcomana (os *gazis*), que vivia da renda da terra (*timar*).

¹⁰ Uma síntese excelente da história dos Otomanos está em PEDANI, Maria Pia. **Breve Storia dell'Impero Ottomano**. Roma: Aracne Editrice, 2006.

¹¹ Para um primeiro e cômodo resumo do debate, McCARTHY, Justin. **The Ottoman Turks: An Introductory History to 1923**. London: Longman, 1997, p. 54-63.

Eram eles que forneciam os grão-vizires, a alta burocracia e os principais quadros do comando militar. Seus líderes acumularam fortunas e prestígio, apesar de serem, em última instância, escravos do sultão. No auge do Sultanato, durante os reinados de Suleyman, Selim II e Murad III, os grão-vizires de origem balcânica – o grego Ibrahim (1526-1536) e o bósnio Mehmet Sokollu (1564-1579) – foram tão famosos quanto seus monarcas. Não era sem motivos que muitas famílias cristãs, interessadas em assegurar uma carreira promissora para seus filhos, pagavam os oficiais otomanos para recrutá-los. Note-se que aquelas famílias agiam da mesma forma que os clãs das estepes da Ásia Central, da margem oriental do Mar Negro (circassianos), do norte dos Montes Zagros (curdos), e de algumas ilhas do Mediterrâneo que, desde os tempos dos Abássidas até aos mamelucos, forneceram escravos para califas e sultões.

Os janízaros duraram até 1826, quando foram violentamente extintos. Todavia, sofreram diversas mudanças desde o século XVI, conforme o *devşirme* deixou gradualmente de ser a principal forma de recrutamento de seus membros. Selim I permitira que se casassem. Selim II (1566-1574) autorizara o alistamento de seus filhos. Pouco depois, nativos turcos puderam entrar para nas tropas. Durante o reinado de Murad IV (1623-1640), o tributo balcânico em escravos foi suspenso. Daí em diante, o recrutamento de soldados teve por base principalmente as populações locais. Todos esses processos desarticularam completamente o modelado tradicional do *kapi kulari*. Seus líderes se tornaram cada vez mais conservadores e corrompidos, negociando cargos, açambarcando terras e rendas, e descuidando da formação militar. O grão-vizirato, por sua vez, caiu nas mãos de aristocratas de origem turca no decorrer do século XVIII, um período de rearticulações das alianças políticas em todo o território imperial.¹² Mesmo assim, até as primeiras décadas do oitocentos, havia grande número de escravos do sultão nos altos postos do Estado, incluindo ministros e governadores de províncias. Por fim, em 1838-39, na época em que foram desencadeadas as reformas administrativas e sociais conhecidas como *Tanzimat*, o Sultão renunciou à sua

¹² Sobre tudo isso, GOODWIN, Godfrey. **The Janissaries**. London: Saqi Books, 2006 [1994].

condição de senhor de tudo e de todos, institucionalizando o desaparecimento do *devşirme*.¹³

Há uma forte tendência – tanto entre os historiadores que produzem manuais quanto entre os que enfocam o tema especificamente – de se estabelecer laços de continuidade entre os soldados-escravos utilizados pelo Califado, então chamados de *ghulam* (no plural, *ghilman*), e os *mamluks* empregados pelos Estados que lhe foram contemporâneos ou que lhe sucederam. Por isso, de um modo geral, todos afirmam que o sistema atingiu seu ápice entre os Mamelucos e os Otomanos. O termo mais empregado para caracterizá-los é *instituição*. Como veremos nestas páginas, essa categoria funciona na economia textual predominante de duas maneiras: como um meio de diferenciar as modalidades de escravidão existentes naqueles Impérios e noutras Civilizações e como uma forma de estabelecer uma constante histórica que atravessa múltiplas sociedades muçulmanas. No que tange ao primeiro item, os escravos-soldados decerto não constituíam uma forma convencional de cativos. Como escreveu David Brion Davis, a própria idéia de escravos armados “pode parecer auto-contraditória, um oxímoro”, ela soa como “o equivalente a prover os presidiários em nossas penitenciárias de segurança máxima com metralhadoras e granadas de mão”.¹⁴ A frase bem humorada do historiador norte-americano contém, de fato, uma boa parte das dificuldades que muitos pesquisadores experimentam ao se aproximarem do fascinante mundo dos *mamluks*.

Neste sentido, é evidente para todos que a condição desse tipo de cativo tinha atenuantes decisivos quando comparada a outras modalidades, sobretudo o *trabalho escravo* propriamente dito. Quando falamos em escravidão, vêm-nos à cabeça *imediatamente* a vida dos africanos e indígenas reduzidos ao cativeiro nas Américas e, junto com essa evocação, conteúdos bem precisos: violência, sofrimento, perda de raízes, centenas de pessoas a trabalharem arduamente em fazendas voltadas para a produção e comercialização de bens primários. Indivíduos pouco individualizados, objetos de propriedade de um senhor que

¹³ Cf. STAVRIANOS, Leften Stavros. **Global Rift: The Third World Comes of Age**. New York: Morrow, 1981, p. 122-140 e LEWIS, Bernard. **The Middle East: A Brief History of the Last 2,000 Years**. New York: Scribner, 1995, p. 124-126.

¹⁴ DAVIS, David Brion. *Introduction* in: BROWN, Christopher Leslie & MORGAN, Philip D. (Edited by). **Arming Slaves: From Classical Times to the Modern Age**. New Haven/London: Yale University Press, 2006, p. 1.

sobre eles possuem um poder quase ilimitado. Não era nada disso que ocorria com os mamelucos, embora existissem outras formas de cativeiro no Oriente Médio que se assemelhavam ao que ocorreu no Novo Mundo. De fato, africanos, europeus e asiáticos – homens e mulheres de todas as idades, comprados, raptados, capturados ou confiscados – foram reduzidos à escravidão nos Estados islâmicos. A maioria era empregada nos serviços domésticos, em alguns ofícios artesanais urbanos, em casas comerciais, na marinha mercantil e, no caso dos eunucos e das concubinas, nos haréns mantidos pelos negociantes abastados, pelos altos funcionários da burocracia pública e pelos militares de alta patente.¹⁵ Sem falar, obviamente, dos plantéis palacianos. Todas essas atividades sustentaram, por séculos, um amplo comércio de cativos naquela região. Essas práticas, ao que tudo indica, não configuravam um *modo de produção escravista*, posto que Otomanos e Mamelucos estabeleceram os alicerces de seus impérios sobre formas de agricultura e pastoreio que utilizavam o trabalho livre ou servil de aldeãos. Os escravos-soldados extraíam suas rendas dos butins obtidos nas conquistas, dos pagamentos regulares feitos pelo Estado, das eventuais concessões de direitos para cobrar tributos de camponeses e aldeãos. E, tanto entre os Otomanos quanto entre os Mamelucos, eles, muitas vezes, possuíam seus próprios escravos. Os *mamelucos* e os *janízaros*, submetidos, no limite, ao titular do trono, o sultão, mantinham fortes de laços de fidelidade com os oficiais que lhes treinavam ou que comandavam os quartéis onde viviam. *A primeira vista, eles eram frações subordinadas da classe dominante.*

Desde os anos de 1950, vários historiadores têm empregado o termo *instituição mameluca*, sugerindo uma continuidade essencial entre os primeiros usos em larga escala de escravos-soldados, na primeira metade do século IX, e os últimos, no século XIX. É claro que ninguém diz que não ocorreram mudanças, mas o que predomina é a insistência na permanência, na pouca expressividade das variantes e das rupturas. No terceiro capítulo mencionarei essa questão com mais vagar. Por ora, observo que não encontrei na literatura que usa essa terminologia uma discussão mínima sequer a respeito do conceito de *instituição*. Dá-se por

¹⁵ Sobre os eunucos, veja-se a sinopse de HATHAWAY, Jane. *Eunuchs* in: MARTIN, Richard C. (Edited by). **Encyclopedia of Islam and the Muslim World**. New York: Macmillan/Thomson Gale, 2004, Volume 1, p. 233-234.

pressuposta a adequabilidade intrínseca da palavra e a veracidade de seu referente presumido. É, contudo, fácil deduzir que o uso desse termo reforça a ideia de continuidade do *fenômeno mameluco*, como lhe chamou David Ayalon. Predomina, do mesmo modo, a ideia de que há *um vínculo de natureza* entre a instituição mameluca e o Islam, como no que disse, não faz muito tempo, Youval Rotman: “a palavra árabe *mamluk*, da qual o sentido literal é *possuído*, remete à uma *instituição original* do mundo muçulmano medieval (herdada, em seguida, pelo Império Otomano), que confere um status especial aos escravos militares”.¹⁶ Isso não significa que haja consenso a esse respeito. Pelo contrário, há uma interminável polêmica quanto ao que seria substantivamente esse vínculo. De resto, todos os participantes reconhecem que há peculiaridades importantes no modo como o Islam entende a escravatura, sobretudo o fato de lhe repugnar a redução ao cativo de um muçulmano nascido livre. Em boa medida isso explicaria o recurso ao recrutamento, compra ou captura de não-muçulmanos para serem escravos-soldados de muçulmanos, mesmo depois de serem convertidos – a conversão, ato posterior, benção para o infiel, não elimina o cativo.¹⁷

Essa preocupação em acentuar continuidades e, no fundo, tendências à imobilidade não se restringe ao trato ocidental hegemônico da escravidão militar na Casa do Islam. Ela se faz presente em quase tudo o que se diz sobre as sociedades do Oriente Médio e da Ásia Central. A História predominantemente escrita e ensinada na Europa e nas Américas, desde o século XIX, mantém um notável padrão de continuidade no que tange aos povos muçulmanos. Com raras exceções, ela se caracteriza pela tendência de apresentar a história das sociedades islâmicas como se elas não tivessem diferenças substantivas entre si e fossem, em última análise, desdobramentos de um modelo quase imóvel de Civilização. Não são poucos os que, ainda hoje, concebem as sociedades orientais, próximas ou distantes, como organizações complexas que, aprisionadas às determinações férreas da geografia, das tradições e das crenças religiosas e morais, não conseguem impulsionar sua história, repetindo-se, século após século, cada vez

¹⁶ ROTMAN, Youval. *Mamelouk* in: PETRÉ-GRENOUILLEAU, Olivier (Sous la direction de). **Dictionnaire des Esclavages**. Paris: Larousse, 2010, p. 334-335.

¹⁷ Cf. CHEBEL, Malek. **L’Esclavage en Terre d’Islam. Un Tabou Bien Gardée**. Paris: Librairie Arthème Fayard, 2007; CLÉMENT, François. *Monde musulman: époque médiévale* in: PETRÉ-GRENOUILLEAU, Olivier (Sous la direction de). **Dictionnaire des Esclavages**. Paris: Larousse, 2010, p. 373-378.

mais decadentes. Por isso, o expediente mais utilizado nos livros escolares de vários países têm sido o de listar de modo mais ou menos articulado uma série de traços considerados essenciais de tais ou quais civilizações da Ásia, descuidando completamente dos processos históricos – mudanças e permanências – que os constituem. Essa visão tão disseminada presume – embora não o declare abertamente – que, uma vez expostas as regras mais gerais (políticas, econômicas, psicológicas, morais e religiosas) preconizadas por uma Civilização, já se sabe o básico a seu respeito.

No tocante ao Mundo Muçulmano, essa postura é agravada pela inclinação dos historiadores ocidentais de suporem que é possível deduzir o funcionamento das sociedades e a conduta dos indivíduos que nelas vivem das regras gerais estabelecidas pela religião predominante. Jamais lhes passaria pela cabeça contar a história da Europa – da Idade Média para cá – tomando como um dado de realidade que seus habitantes, majoritariamente cristãos, seguem à risca os Dez Mandamentos e têm como aspiração mais importante uma vida santificada. Mas, em se tratando de sociedades de outros continentes, praticam esse anacronismo sem pestanejar. Tamanha tolice seria apenas um equívoco teórico e metodológico se não fossem as nefastas consequências desse tipo de enfoque, que legitima intelectualmente o trato simplificador e agressivo das relações entre Islam e crenças fundamentalistas e, ainda mais, entre Islam e práticas terroristas. Tal atitude transfere questões localizadas em momentos específicos para um espaço transcendente, o que leva com frequência a discussões fundadas em falsas questões. Para o que interessa a este estudo, refiro-me tão-somente à querela em torno da identificação primária entre religião e política no Islam. Não há dúvida de que ela é pertinente, em termos gerais, para a época dos Califados Omíada e Abássida.¹⁸ Porém, desde então, há uma nítida separação na vida prática entre as duas instâncias. As ações governamentais e as lógicas imperiais de Seljúcidas, Fatímidas, Aiúbidas, Mamelucos, Otomanos e Safávidas não passavam pela estrita observância dos preceitos religiosos normativos que, como reza a versão *orientalista* de plantão, pautariam a conduta dos dirigentes. As alianças que esses

¹⁸ Cf. LAPIDUS, Ira Marvin. *The separation of State and religion in the development of Early Islamic society*. **International Journal of Middle East Studies**, 6 (4), October 1975, p. 363-385 e _____. *State and religion in Islamic societies*. **Past & Present**, (151), May 1996, p. 3-27.

Estados estabeleceram com *governos de infiéis*, a permanente abertura para os negócios com povos de religiões e costumes diversos, as diferenças notórias entre as pregações muitas vezes integristas e as ações quase sempre mitigadas nos confrontos intra-islâmicos (mormente entre xiitas e sunitas) mostram os equívocos da extrema generalização.¹⁹

Uma breve nota sobre hipóteses e metodologias de pesquisa:

Algumas hipóteses gerais conduziram a pesquisa que resultou nessa tese. Hipóteses que brotaram, como eu disse, não apenas de leituras e meditações, mas da vivência cotidiana no trabalho docente. *A mais ampla sustentava que a constituição de um corpo de inquietações, um questionário elementar e, em seguida, de uma historiografia consistente dos escravos-soldados dos Sultanatos Mameluco e Otomano se fez intimamente relacionada à disseminação de diversos esquemas de percepção dos povos da Casa do Islam. Muitos (nota bene, muitos e não a maioria dos) historiadores engajaram-se naquilo que metafórica e, portanto, anacronicamente se poderia chamar de Guerra de Civilizações. Eles o fizeram de várias maneiras: fabricando ou reiterando interpretações transhistóricas que presumem diferenças incontornáveis e incompatíveis de natureza entre Oriente e Ocidente; atribuindo um caráter essencialmente belicista (e de fundo religioso) aos povos muçulmanos; recorrendo ao passado remoto para fundamentar adesões à ideologia imperialista das intervenções europeias (e estadunidenses) benignas; reproduzindo as fantasias orientalistas a respeito do Despotismo Oriental, das degenerações ocasionadas nos governantes pela força orgiástica e moralmente debilitante de eunucos e concubinas. A historiografia ocidental, sobretudo a de intenções didáticas, nutriu (e ainda nutre) as mais diversas caricaturas dos povos e Estados islâmicos. Mamelucos e Otomanos, nesse particular, são apresentados como apenas mais dois elementos de um conjunto construído a partir de oposições*

¹⁹ Uma análise erudita e ao mesmo tempo contundente desses *pré-conceitos* e *estereótipos* orientalistas encontra-se na obra do tunisino FERJANI, Mohamed-Chérif. **Le Politique et le Religieux dans le Champ Islamique**. Paris: Librairie Arthème Fayard, 2005. Ele propõe que se fale em campo islâmico (*champ islamique*) exatamente para evitar a *essencialização metafísica* do Islam “que tende a ocultar a diversidade das realidades e das representações que nascem desse campo, a fim de confortar a ideia de um Islam eterno, monolítico, sem história e fora da história”. Um comentário em linha paralela sobre essa tendência tipicamente propagandística e panfletária de se falar no Ocidente sobre um Islam que não somente não tem história, mas é avesso a ela, está nas aulas compiladas do diplomata e professor universitário argelino CHÉRIF, Mustapha. **L’Islam: Tolérant ou Intolérant?** Paris: Odile Jacob, 2006, especialmente a segunda parte, na qual ele investe contra a *ideologia do Choque de Civilizações*.

binárias entre a eterna positividade ocidental e a não menos eterna negatividade oriental.

Outra hipótese rezava que parcela bastante influente da historiografia representa os povos muçulmanos como se eles tendessem à imobilidade e a reproduzir padrões considerados intrínsecos às Civilizações do Oriente, como o Estado Despótico, a predominância dos valores religiosos na determinação da conduta dos indivíduos e a ausência ou a pouca importância dos conflitos sócio-políticos na configuração das estruturas de sociabilidade. A historiografia também tende a transferir categorias construídas pela experiência ocidental – por exemplo: nação, sociedade ou religião como esfera autônoma – para a experiência daqueles povos, desobrigando-se, muitas vezes em nome da analogia como recurso didático implícito ou da busca de um vocabulário de validade universal, de interrogar os motivos que a levam a tomar a história do Ocidente como parâmetro para se gerar conceitos e modelos interpretativos aplicáveis a outros tempos e espaços. O tratamento historiográfico dos soldados-escravos se faz predominantemente sob a égide do que foi afirmado nas duas hipóteses anteriores, de modo que seus traços específicos como categoria social multiforme e os meandros de seus percursos em diferentes contextos históricos costumam ser relegados para um plano secundário, quando não puramente anedótico, ocultando-se sua valência causal nos processos sócio-políticos. A historiografia predominante lida com as formas de sociabilidade e as relações políticas médio-orientais sob o signo da *noção implícita de desvio*, uma vez que *opera com procedimentos comparativos centrados mais na busca do semelhante (ao parâmetro ocidental) do que do diferente.*

No que se refere mais especificamente aos soldados-escravos, parti de duas hipóteses igualmente genéricas. A *primeira* asseverava que, dada a centralidade do tráfico de cativos na estruturação do Sultanato Mameluco, distinções entre *fatores internos* e *fatores externos*, ou, ainda, entre uma *sociedade* e seu *entorno*, distinções normalizadas pela pesquisa histórica ocidental, não se aplicavam literalmente àquela entidade geopolítica. A reprodução de sua elite dirigente implicava a inserção em um fluxo de trocas que ultrapassava largamente o território de seu exercício imediato de poder e autoridade. A *segunda* sustentava que a reprodução dos soldados-escravos como categoria sócio-política nos Estados Mameluco e

Otomano possuiu determinações diversas ao longo do tempo, o que põe em tela de juízo a tendência de tomá-los como uma instituição *tout court* desconectada das formas de reprodução dos sistemas imperiais como totalidades abertas. No Reino dos Mamelucos, ela se deu fundamentalmente por meio da inserção daquela entidade nos fluxos mercantis (o comércio de cativos) integrantes da economia-mundo cujos polos dinâmicos eram o Mediterrâneo Oriental e a Ásia Ocidental. Já no Império Otomano, a reprodução dos soldados-escravos se realizou pela conquista de espaços coloniais.

Por fim, uma palavra sobre fontes e limites dessa pesquisa. Tendo em vista as finalidades deste trabalho – expostas lá em cima no primeiro parágrafo – minhas fontes foram, fundamentalmente, obras historiográficas. Recorri muito raramente e, de um modo geral, apenas para ilustrar ideias, ao que chamávamos na tradição metódica de *fontes primárias*. [Isso não se aplica ao Capítulo 02, no qual procurei explorar uma longa série de fontes a fim de demarcar modalidades de compreensão do que eram os *turcos*]. Portanto, os historiadores foram e são, a seu modo, personagens destas linhas. De resto, não *demonstrei* muita coisa; *argumentei* muita coisa. Levantei hipóteses, sem dúvida. Procurei meios para testá-las e comprová-las, é claro. Mas, tenho motivos epistemológicos para não insistir muito no que pude ou não *demonstrar*. Inclino-me a concordar com as teses centrais da *teoria da retórica* de Chaim Perelman a respeito da quase impossibilidade de se *demonstrar* algo no mundo das Ciências Humanas, mundo onde a *persuasão* é tão importante quanto o estabelecimento das regras claras do jogo. Argumentamos, dizem alguns retóricos. E é isso o que podemos fazer no campo de performances linguísticas do qual participamos. Todas as palavras que usamos estão sujeitas a disputas. Não somos e jamais seremos capazes de delimitar um espaço laboratorial que assegure uma experiência de investigação controlada com variáveis hierarquizadas e bem definidas. Não somos capazes de esgotar os arquivos ou as bibliotecas, pois sempre é possível que apareça algo novo e, num golpe nada mágico, nos transforme em algo velho. Sabemos disso desde Hume: as ideias estão de pé enquanto uma rasteira factual ou conceitual não as fazem espatifarem-se no chão. Portanto, espero ter sido convincente.

***Capítulo 01: Entre o Prado de Dabiq e as ruas do Cairo, 1516-1517:
janelas para espiar impérios, pastores-guerreiros, soldados-
escravos e polêmicas entre historiadores.***

Pontos de partida:

No dia 24 de agosto de 1516, dois imensos exércitos se defrontaram em Marj Dabiq, nas imediações da vila de Aleppo, no norte da Síria. De um lado, os soldados do Sultanato Mameluco encabeçados por Qansuh al-Ghawri, um circassiano de pouco mais de setenta anos, que ocupava, desde 1501, o trono do Cairo. De outro, os guerreiros da Casa Otomana liderados por Selim, cinquenta e um anos, à testa da dinastia desde 1512, a quem amigos, inimigos e bajuladores chamavam de *Yavuz (o Cruel ou o Severo)*. De ambos os lados, mas, sobretudo, do seu próprio lado, mercenários e moradores das redondezas, incorporados às tropas como corpos auxiliares. Exércitos multiétnicos – e, em certa medida, multiconfessionais, uma vez que entre eles havia cristãos e, talvez, alguns judeus – que guardavam muitas semelhanças entre si. Seus comandantes eram muçulmanos devotos de credo sunita e seus corpos de elite eram compostos por homens que eram ou um dia foram *escravos-soldados*, os *janízaros* otomanos e os *mamluks*. Os sultanatos que lhes empregavam eram formações imperiais que dominavam amplos territórios habitados por etnias muito diferentes das que compunham suas camadas dirigentes. Tais impérios integravam uma rede de conexões mercantis, institucionais e culturais que proponho chamar – a título de conceito operacional – de *sistema-mundo escravocrata*.

Inimigos em comum também aproximavam os dirigentes Mamelucos e Otomanos. Ambos temiam as ambições expansionistas da Casa dos Habsburgos e a eventual capacidade – nunca alcançada – do papado romano de agregar os Estados da Cristandade em uma cruzada de amplas proporções contra o Islam.²⁰ Ambos se irritavam com as inconstâncias do senado da República de Veneza, que acenava com ofertas de amizade e cooperação comercial, mas não dissimulava suas próprias intenções imperiais em terras lindeiras do Mediterrâneo Oriental.²¹ Ambos mantinham o olhar atento em direção ao horizonte onde nascia do sol. De lá tinham vindo as ameaças mortais dos últimos séculos, os Mongóis, os Timúridas, as

²⁰ Cf. SCHWOEBEL, Robert H.. *Coexistence, conversion, and the Crusade against the Turks*. **Studies in the Renaissance**, (12), 1965, p. 164-187 e HOUSLEY, Norman. *The crusading movement, 1274-1700* in: RILEY-SMITH, Jonathan (Edited by). **The Oxford History of the Crusades**. Oxford: University of Oxford Press, 1999 (1995). 258-290.

²¹ Cf. PEDANI, Maria Pia. **Venezia, Porta d'Oriente**. Bologna: Società Editrice Il Mulino, 2010.

pestes devastadoras e... eles mesmos.²² Ambos precisavam definir políticas eficazes para lidar com os pastores beduínos e turcomanos. Estes guerreiros do deserto e das montanhas costumavam atacar cidades e aldeias, caravanas de peregrinos e cáfilas de mercadores. No entanto, podiam, ocasionalmente, se interessar por exercer alguma forma de poder local em nome dos governantes imperiais ou, como era comum, se integrar em expedições militares. Mamelucos e Otomanos inquietavam-se diante dos navegadores lusitanos que chegaram ao Mar Índico e estavam perto de por as mãos em algumas das rotas de comércio que terminavam na Arábia, no Egito, no Levante e na Ásia Menor. Ambos tinham, ainda, ferozes adversários islâmicos. O mais importante deles era o clã azeri dos Safávidas, que nos primeiros anos do século XVI se convertera ao credo xiita e assumira o controle político do noroeste do (atual) Irã, de onde fomentava o proselitismo nas fronteiras com os dois Sultanatos.²³ O modo como os governantes do Cairo e de Istambul reagiram às ameaças dos sequazes de Ismail Safavid foi um dos motivos imediatos da torrente de batalhas desencadeada naquele domingo no Prado de Dabiq.

Nos meses seguintes, as tropas dos dois impérios se chocaram em refregas cada vez mais brutais. Em Baysan, em 22 de dezembro, em Raydaniyah, em 22 de fevereiro, e em Wardan, em 10 de abril. Esta última resultou na conquista do Cairo e no fim do Sultanato dos Mamelucos, entidade geopolítica que a elite dirigente e os súditos egípcios e levantinos denominavam simplesmente *Dawla al-Turkiyya* (*Estado ou Governo dos Turcos*). Os dois séculos e meio de vida do afamado vencedor dos mongóis e dos cruzados, do protetor do califa e das cidades santas do Islam se dissolveram em menos de um ano. As terras, as gentes, os circuitos mercantis, as memórias e os bens simbólicos que ele controlava passaram aos domínios da Casa de Osman. Não estranha que à Marj Dabiq e às demais batalhas que lhe sucederam tenham-se emprestado – e que ainda se emprestem – significados de variadas amplitudes. Tomadas em conjunto, elas se tornaram um

²² Vejam-se, CHALIAND, Gérard. **Les Empires Nomades: De la Mongolie au Danube, V^e Siècle av. J.-C. – XVI^e Siècle**. Paris: Éditions Perrin, 2006 [1995]. Quanto às pestes, RUFFIÉ, Jacques & SOURNIA, Jean-Charles. **Les Épidémies dans l'Histoire de l'Homme: Essai d'Anthropologie Médicale**. Nouvelle édition revue et augmentée. Paris: Flammarion, 1995 [1984].

²³ Cf. BABAYAN, Kathryn. *The Safavids in Iranian history (1501-1722)* in: DARYAEE, Touraj (Edited by). **The Oxford Handbook of Iranian History**. Oxford/New York: Oxford University Press, 2012, p. 285-305.

acontecimento denso a entrelaçar inúmeras possibilidades narrativas. Um *evento* que, como diria Arlette Farge, “cria o tempo que se lhe sucede, cria as relações e as interações, as confrontações ou os fenômenos de consentimento, cria a linguagem, o discurso”.²⁴ E, vale notar com Fernand Braudel, que “um acontecimento, a rigor, pode estar carregado de uma série de significações e conhecimentos”, uma vez que ele “anexa um tempo muito superior à sua própria duração”. Trata-se, ele adicionou, de um processo “extensível ao infinito [que] se liga, livremente ou não, a toda uma cadeia de acontecimentos, de realidades subjacentes, e impossíveis, ao que parece, de se desatarem uns dos outros”.²⁵

Enfim, as batalhas e seus combatentes afiguram-se como uma janela de onde podemos observar movimentos históricos a se efetuarem em diversas escalas e temporalidades. Proponho abrir essa janela para espiarmos dois tipos bastante peculiares de soldados que pelejaram naquela guerra– os *janízaros* (a nova tropa = *yeni çeri*) e os mamelucos (*mamluks*). Os primeiros obtidos por meio de tributos e recrutamentos mais ou menos forçados, de acordo com o lugar e a ocasião, de garotos oriundos, sobretudo, de comunidades cristãs dos Bálcãs transformadas em súditas otomanas. Os segundos adquiridos quando meninos ou adolescentes nos mercados de escravos e transformados em guerreiros por seus proprietários, que os alforriavam quando adultos, mas com eles mantinham laços de fidelidade e clientela ao longo de toda a vida. Os janízaros venceram os mamelucos e esse fato deu azo a comparações entre seus desempenhos que, via-de-regra, se constituíram como interpretações das similaridades e diferenças entre eles – e entre as entidades geopolíticas que lhes utilizavam – em cortes temporais muito mais longos do que o tempo breve dos combates. Examinar as comparações alheias pareceu-me, então, um ponto de partida interessante para desenvolver minhas próprias comparações e para enquadrar as perspectivas de análise que pretendo discutir. Neste sentido, tomo os eventos entre Marj Dabiq e Wardan de maneira instrumental. Escamo determinadas narrativas que os instituíram como *monumentos* a fim de se lhes arrancarem alguns dos inúmeros sentidos a eles conferidos ao longo de quinhentos anos, em particular aqueles que remetem aos

²⁴ FARGE, Arlette. *Penser et définir l'événement en histoire: approche des situations et des acteurs sociaux*. **Terrain: Revue d'Ethnologie de l'Europe**, (38), 2002, p. 67.

²⁵ BRAUDEL, Fernand. *Histoire et sciences sociales: la longue durée*. **Annales: Économies, Sociétés, Civilisations**, 13 (4), 1958, p. 728.

escravos-soldados.²⁶ Para isso é preciso entrar em detalhes sobre aqueles confrontos e os contextos que os envolveram. Somente assim alguns dos múltiplos significados podem ser efetivamente compreendidos e minha escolha por tratar de somente alguns ficar bem esclarecida.

Neste capítulo, isolei, para efeito de maior facilidade expositiva, três instâncias para focar as batalhas, suas razões, seus efeitos e os contextos envolventes. A primeira e mais ampla, refere-se ao quadro geopolítico do Oriente Médio em fins do século XV e inícios do XVI, conjuntura animada por processos que obedeciam a ritmos e durabilidades diversos, alguns remontando ao nascimento do Islam e outros a ocorrências bem mais recentes. A segunda tem a ver com a dinâmica das batalhas e do que podemos deduzir das fontes e dos estudos sobre elas acerca do deviam estar a pensar os dirigentes dos dois impérios quando partiram para a guerra. A terceira instância incide sobre os soldados-escravos e os dramas que eles encenaram naquelas batalhas. Recorro a essa metáfora teatral para acentuar a natureza discursiva dos objetos de minha análise, uma vez que *me ocupo, sobretudo, de compreender como se constituíram determinadas linhagens historiográficas em torno de certas fórmulas e certos procedimentos de tratamento das fontes relacionadas aos soldados-escravos*. É claro que essas batalhas não expressaram todos os elementos relevantes que devem compor um conjunto coerente de proposições e variáveis dispostas em um quadro comparativo de janízaros e mamelucos. Mas as várias interpretações que elas facultaram e algumas aberturas para ângulos pouco visíveis que elas oportunizaram parecem-me suficientes para que nos detenhamos nelas.

Cuido mais de *objetos historiográficos* do que de *objetos históricos*, se me é permitido forçar uma distinção intuitiva para fins de argumentação. A grelha de variáveis comparativas que mobilizo – demarcada formalmente no último item deste capítulo – se aproveita do modo como os relatos históricos e as interpretações sociológicas e antropológicas trataram dos soldados escravos

²⁶ O uso do termo *monumento* remonta ao projeto de uma arqueologia dos discursos e dos saberes proposto por Michel Foucault. Ele foi disseminado em certos meios de historiadores profissionais a partir de sua releitura por Jacques Le Goff, que lhe deu uma amplitude que superou a atenção mais restrita dada pelo formulador inicial aos discursos autorizados na conversão de *documentos* em *monumentos*. Cf. LE GOFF, Jacques. *Documento/Monumento* in: ROMANO, Ruggiero (Editore). **Enciclopedia Einaudi**. Torino: Einaudi Editore, 1978, Vol. V (*Divino-Fame*), p.38-48.

selecionados. Ao decidir por comparar suas origens, funções e formas de reprodução como categoria social não estabeleci o corpo de variáveis e, em seguida, parti para os arquivos e bibliotecas. E não fiz o inverso, isto é, defini um corpus documental e, depois, dele extraí itens para comparar. O que fiz foi trabalhar desde um primeiro momento apenas com o que os compêndios metodológicos mais antigos chamavam de *fontes secundárias*, a historiografia. Nela percebi padrões que poderiam ser submetidos a análises comparativas, como foi o caso, para dar um exemplo, das avaliações sobre o sucesso e o fracasso dos impérios que empregavam escravos soldados e o papel destes na orientação daqueles fatores. Consultei as *fontes primárias* – que, de um modo geral, eu já conhecia por conta de outras pesquisas que fiz – somente com o intuito de enxergar mais de perto as interpretações historiográficas. Não me detive nelas e, por isso, não estou muito certo de que deveria chama-las de *fontes primárias propriamente ditas*. Além do mais, ao sugerir determinadas continuidades – ideológicas, axiológicas, de modelagem narrativa – entre os cronistas e os historiadores que os exumaram ou releeram nos séculos XIX e XX, admiti que nem sempre ocorreram as rupturas que nos autorizam a operar com *distinções hierárquicas de natureza* entre as fontes. Em boa medida essas distinções se fundam na premissa deveras ingênua, mas espalhada por todos os rincões, de que quem está mais perto dos acontecimentos, quem os vive pessoalmente ou os observa e narra na mesma época em que eles ocorrem, tem mais chances de flagrar e agregar *veracidade factual*.

Entretanto, depois de ler e reler historiadores e outros cientistas sociais, não resisti ao encanto de propor uma fórmula explicativa. Partindo dessas narrativas e de uma série de questões conceituais, inferi que é possível trabalhar com três hipóteses historiográficas de longo alcance para enquadrar o tema dos escravos-soldados. Primeira: na *Zona Intermediária Global* (entre a África do Norte e a China; entre a Rússia e o Índico) ocorreram, entre fins da Idade Média e inícios da Idade Moderna, transições regionais de *economias-mundo* articuladas por um *sistema-mundo escravocrata* para *economias-mundo* que foram agregadas, do século XVI em diante, em um *sistema-mundo capitalista*. Segunda: escravos-soldados, por mais específicos que fossem como categorias sociais, somente ganhavam sentido quando articulados ao *sistema-mundo escravocrata* como um

todo. O comércio de jovens destinados a essas funções mobilizou milhares de indivíduos e produziu extraordinários *efeitos multiplicadores*. Ele possibilitou a ampliação dos negócios em diversos setores e exigiu o aperfeiçoamento dos procedimentos diplomáticos entre os Estados, como veremos mais adiante. Terceira: a análise dos processos de obtenção desses indivíduos e de sua conversão em mercadorias ajuda a desenvolver aspectos interessantes da polêmica – que vem crescendo – em torno da *determinação conceitual dessa categoria social*. Com efeito, se, à primeira vista, como observou David Brion Davis, a ideia de escravos-soldados parece autocontraditória, um oxímoro, é precisamente essa peculiaridade que lhes tornam atraentes para a investigação histórica.²⁷ Isso e o fato ainda mais inusitado de serem considerados, nomeados e tratados com cativos e, contudo, receberem algum tipo de remuneração, como salários, rendas de terras, butins. Eram escravos, *ma non troppo*.

Em suma: contra aquela parcela da historiografia que se contenta em tomar-lhes como uma *instituição* a se disseminar por diversos terrenos do Islam, que lhes descreve em minúcia de detalhes, mas descuida de articular-lhes a processos mais amplos; contra aquela outra parcela que, em clave estrutural-funcionalista (mais ou menos ortodoxa), argumenta sua imperiosidade em virtude de determinados pré-requisitos funcionais dos Estados muçulmanos medievais e modernos, levanto as seguintes hipóteses teóricas gerais. Primeira: escravos-soldados foram, certamente, *recursos organizacionais* acionados para assegurar a reprodução de frações das elites dirigentes que não confiavam nos mecanismos usuais de recrutamento de militares e serviços, como procuraram mostrar (sem empregar o mesmo vocabulário que eu uso), dentre tantos, os trabalhos deveras influentes de Peter Marion Holt, Patricia Crone e Daniel Pipes.²⁸ Escravos-soldados foram, também, um *microsistema sociopolítico* dotado de propriedades estruturais replicáveis que, portanto, puderam ser difundidos como tecnologias militares regulares, como deram a entender os estudos formidáveis de David Ayalon e seus

²⁷ DAVIS, David Brion. *Introduction* in: BROWN, Christopher Leslie & MORGAN, Philip D. (Edited by). **Arming Slaves: From Classical Times to the Modern Age**. New Haven/London: Yale University Press, 2006, p. 1.

²⁸ HOLT, Peter Marion. *The Mamluk institution* in: CHOUËIRI, Youssef M. (Edited by). **A Companion to the History of the Middle East**. Malden/ Massachusetts/Oxford: Blackwell Publishing, 2005, p. 154-169; CRONE, Patricia. **Slaves on Horses: The Evolution of the Islamic Polity**. London/New York: Cambridge University Press, 2003 [1980]; PIPES, Daniel. **Slave Soldiers and Islam: The Genesis of a Military System**. New Haven/London: Yale University Press, 1981.

discípulos israelenses, em particular, Reuven Amitai, para os quais tudo isso compunha um *sistema mameluco*.²⁹ Segunda: as duas proposições anteriores são insuficientes do ponto de vista do conhecimento histórico, uma vez que elas tendem a escamotear as diferenças entre escravos-soldados empregados em circunstâncias diversas. À medida que buscam capturar a essência do *fenômeno mameluco*, para citar uma expressão muito usada por David Ayalon, seus defensores se afastam das vantagens das comparações sistemáticas ou as confundem com o simples elencar de casos exemplares destinados a provar – ou melhor: ilustrar – sentenças putativamente fáticas de cunho dedutivo.

Uma terceira hipótese complementar: para compreendermos em perspectiva histórica o que levou ao emprego de soldados-escravos em diversos Estados e Impérios islâmicos devemos levar em consideração, antes de mais nada, as dinâmicas demográficas articuladas por diferentes relações sociopolíticas de (re)produção nas diversas regiões que compunham o *sistema-mundo escravocrata*. Depois de analisar e avaliar vários eixos temáticos e argumentativos da historiografia ocidental dos escravos-soldados, concluí (provisoriamente) que não dá para insistir em conservar imagens gráficas de padrões de crescimento populacional irrisórios nas sociedades pré-industriais e, ao mesmo tempo, explicar a relativa facilidade com que numerosos Estados puderam obter cativos capturados em áreas de povos nômades ou aldeãos. Os estudos rotineiros de história demográfica nos explicaram que, nas sociedades tradicionais, as famílias tinham, nos campos e nas cidades, gêneros de vida essencialmente miseráveis, com taxas de mortalidade espantosamente altas, expectativas de vida muito baixas, acessos limitadíssimos aos recursos naturais, frágeis condições de se defenderem de hordas e exércitos.³⁰ Se assim foi, me parece que é quase impossível explicar como elas produziram tantos garotos (*gilmān*, no singular: *ghūlam*) e garotas

²⁹ AYALON, David. *Mamlūk*. **Encyclopaedia of Islam**. Leiden: E. J. Brill, 1991 [1987], Volume VI, p. 314-321; _____. **Le Phénomène Mamelouk dans l'Orient Islamique**. Traduit de l'anglais par Georges Weill (revue par l'auteur). Paris: Presses Universitaires de France, 1996; AMITAI, Reuven. *The Mamlūk institution, or one thousand years of military slavery in the Islamic World* in: BROWN, Christopher Leslie & MORGAN, Philip D. (Edited by). **Arming Slaves: From Classical Times to the Modern Age**. New Haven/London: Yale University Press, 2006, p. 40-78.

³⁰ Cf. BORRIE, W. D.. **The Growth and Control of World Population**. London: Weidenfeld & Nicolson, 1970 e RALEIGH, Veena Soni. *Demography* in: LOCK, Stephen; LAST, John M. & DUNEA, George (Edited by). **The Oxford Illustrated Companion to Medicine**. Third edition (updated). Oxford/New York: Oxford University Press, 2001 [1986; 1994], p. 217-222.

(*jawari*, no singular: *jariya*) que foram transformados em escravos e escravas e ainda continuassem produzindo tantos garotos e garotas que foram transformados em escravos e escravas e assim por diante. *Nota bene*: não estou a aventar a hipótese de que as estruturas demográficas das sociedades aldeãs ou nômades de pastores e horticultores da Europa Oriental, da Ásia Central e do Cáucaso, eram parecidas com as dos países subdesenvolvidos contemporâneos, que mantêm taxas de natalidade altas, apesar da elevada mortalidade.³¹ Tampouco estou sugerindo que elas viviam um *estágio ou uma era de abundância*. O que me incomoda é a simplicidade com que as alegações do modelo-padrão de *transição demográfica* (fundado na história da Europa Ocidental) são reiteradas pela historiografia.³²

Faço, então, algumas perguntas: o fato de não dispormos de fontes documentais abundantes não nos levaria a chegar a conclusões excessivamente conservadoras (no sentido demográfico/estatístico) a respeito dos padrões de reprodução daquelas sociedades? Não estaríamos confiando demais nos procedimentos de *analogia etnográfica* (que tomariam por premissa lógica que as estratégias reprodutivas são estáveis ao longo do tempo) e, sobretudo, extrapolando resultados com muita liberalidade entre regiões bem diferentes entre si? Não estaríamos, no fundo, nos deixando enlevar – como aconteceu com boa parte dos primeiros historiadores do tema – por crenças religiosas e morais muito generosas, mas que atrapalham o conhecimento histórico efetivo, como a ideia de que as famílias fazem de tudo para manterem seus membros juntos e que boas mães e bons pais não teriam coragem de vender ou encaminhar seus filhos para a escravização? Ainda nessa conexão, não tenderíamos a tornar excepcionais e, logo, pouco representativas, a trajetória de indivíduos resultantes do *recrutamento* otomano que, em boa medida por seus talentos, tiveram a oportunidade de assumir cargos de primeira grandeza, como vários governadores de províncias e mesmo grão-vizires, que não perderam contato com suas aldeias

³¹ É bem verdade que, uma eventual confirmação – mesmo que setorial – de uma hipótese dessa natureza poderia contribuir para explicar porque apesar das contínuas investidas dos escravocratas aquelas populações conseguiam que alguns de seus rebentos se tornassem força de trabalho e reprodutores das linhagens domésticas.

³² Para uma discussão de diversas implicações – inclusive para a pesquisa histórica – da teoria (padrão) da *transição demográfica*, veja-se KIRK, Dudley. *Demographic transition theory*. **Population Studies**, 50 (3), November 1996, p. 361-387.

natais?³³ Inversamente, não estaríamos a considerar inquestionáveis as falas dos nacionalistas cristãos balcânicos que, desde o século XIX até hoje, chamam os Otomanos de sequestradores de crianças e, frente aos casos que não podem ser varridos para debaixo do tapete, acusam de hereges e coisas do gênero os cristãos que subornavam os comandantes janízaros a fim de arrumarem um lugar para seus meninos nas listas dos potenciais conscritos feitas pelos sacerdotes de suas paróquias?³⁴

Todas essas interrogações foram feitas a partir de uma perspectiva muito simples dos indivíduos e das sociedades: pessoas e grupos de pessoas formulam objetivos e adotam condutas estratégicas em *ambientes* (organizações, sociedades, estruturas, sistemas, territórios, instituições) que eles/elas nem sempre escolhem, mas que, apenas em determinadas circunstâncias, lhes impedem de agir *de qualquer forma*, lhes impedem até mesmo de ficarem paradas esperando que os tempos mudem. Desta forma, quando leio os historiadores afirmarem que os métodos de recrutamento (*devşirme*) de garotos para comporem a burocracia ou as tropas de escravos do sultão otomano foram crescentemente aperfeiçoados desde sua a instituição na primeira metade do século XV, não preciso deduzir disso que um mecanismo impessoal assumiu vida própria, já que faltariam muitas fontes para provar que ele nem sempre funcionava como previsto, que não havia protegidos e protetores, que, aos olhos das famílias daqueles garotos, não havia diferença entre virar eunuco e virar soldado.³⁵ A falta de fontes não diz que algo não ocorreu; diz apenas que não podemos saber se ocorreu ou não. Enfim, a tese teórica aqui é simples: as ações dos indivíduos de todas as classes sociais que estavam articuladas no interior do sistema-mundo escravocrata tendiam a

³³ O caso mais conhecido é, decerto, o do Grão-Vizir Mehmet Sokollu (1505-1579). Quando menino na Servia, ele se chamava Báitza Sókolovitch. Levado para Istambul pelo *devşirme*, ele galgou cargos cada vez mais elevados, até que se tornou braço direito de três sultões, Suleiman (g: 1520-1566), Selim II (g: 1566-1574) e Murad III (g: 1574-1595). Casado com Esmahan Sultan, filha de Selim II, uma das mais astuciosas senhoras da história da Casa de Osman, muçulmano fiel, ele nunca deixou de manter contatos com sua aldeia cristã natal, financiou igrejas ortodoxas e deu emprego para uma boa parte de sua parentela. Cf. JOVANOVIĆ, Aleksandar. *Mehmet Sókolovitch, um sérvio no comando do Império Otomano* in: _____. **À Sombra do Quarto Crescente: Notas Sobre História e Cultura da Europa Centro-Oriental**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994, p. 250-259 e PEKSEVGEN, Şefik. *Sokollu Family* in: ÁGOSTON, Gábor & MASTERS, Bruce (Editors). **Encyclopedia of the Ottoman Empire**. New York: Facts On File, 2009, p. 534-536.

³⁴ Cf. GOFFMAN, Daniel. **The Ottoman Empire and the Early Modern Europe**. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2004 [2002], 67-69; SUGAR, Peter F.. **Southeastern Europe under Ottoman Rule, 1354-1804**. Seattle: The University of Washington Press, 1977, p. 58-59.

³⁵ Cf. GOODWIN, Godfrey. **The Janissaries**. London: Saqi Books, 2006 [1994], p. 32-54.

reproduzir de modo ampliado aquela macroentidade, mas tinham por finalidade imediata a ampliação de seus acessos aos recursos mais escassos para os fins de sua própria reprodução. Isto vem a significar – em termos conceituais, por suposto – que as janelas que podemos abrir para observar aquele mundo não são apenas a dos palácios e das casas grandes. Quais são as outras?

Quem está habituado com o que se ensina nas escolas brasileiras e conhece os manuais mais europeus que os da própria Europa que aqui são utilizados talvez ache estranhas ou idiossincráticas opiniões como as de Winslow Clifford, para quem “a queda do Sultanato Mameluco em 1516-17/922-23 é um ponto de viragem não somente na história islâmica, mas na história do Mundo”.³⁶ Não é difícil entender o que ele quis dizer com isso, desde que se tenha claro que o Ocidente não é o Mundo. O problema é que não é nada fácil se convencer disso. Programas e livros escolares, telejornais, imprensa escrita e outros canais midiáticos tendem a compartilhar uma plataforma de olhar e narrar as coisas do Globo a partir dos interesses das elites hegemônicas do Eixo Atlântico. O que acontece fora desse hemisfério é avaliado em função de seu impacto sobre ele ou, em muitos casos, de seu potencial de estereotipagem dos demais povos e países. Isso também ocorre nos livros sobre História do Oriente Médio. É raro encontrar algum que enfoque as relações entre as populações, os Estados e os Impérios daquela região como tais. A grande maioria está preocupada em explicar aos euroamericanos como se formaram as rivalidades com os povos da Ásia, porque as eternas ameaças vêm de lá e, mais recentemente, atualizando clichês de longa duração, porque será inevitável que um dia as Civilizações resolvam em uma guerra definitiva suas presumíveis e metafisicamente irreconciliáveis diferenças.³⁷

Para entender as motivações e as implicações do que disse o falecido historiador norte-americano dos mamelucos há pouco citado, é preciso, enfim, levar em conta e, se possível, alterar, o *lugar de mirada*, isto é, o significado do

³⁶ CLIFFORD, Winslow Williams. *Some observations on the course of Mamluk-Safavi relations (1502-1516/908-922) - I. Der Islam*, 70 (2), January 1993, p. 245.

³⁷ Para documentar o que eu disse no final da sentença, remeto ao panfleto erudito de PAGDEN, Anthony. **Worlds at War: The 2,500 Years Struggle Between East and West**. Oxford/New York: Oxford University Press, 2008 e à crítica severa que lhe dirigiu BULLIET, Richard W.. *A one-man crusade*. **The Washington Post**, December 09, 2008 (*Online edition*).

ponto da superfície do Globo que ocupamos quando habitamos um *lugar de fala*.³⁸ Um *lugar de mirada* é imediatamente locacional, mas suas determinações são imediatamente culturais. Explico-me. Os objetos, quaisquer um deles, são sempre olhados a partir de um determinado ponto no espaço, ponto encharcado de significações, narrativas, memórias, temporalidades, valências diferenciadas, hierarquias. Um lugar de mirada é composto por elementos fugazes, conjunturais, estruturais – ou, como prefiro, estruturantes. Neste último âmbito encontram-se as relações *topofílicas*, *heterotópicas*, *misotópicas* ou *topofóbicas* com os territórios do mundo.³⁹ Nele também se acha a *cosmologia (geo)política* que compartilhamos com milhares e milhares de seres humanos. Faz parte essencial dessa cosmologia a atitude de crer que a cultura/civilização na qual estamos inseridos é o centro normativo e a plataforma mais adequada para mirar o Globo. Digamos que se trata de *topo* (ou *eco*) *centrismo*, o correlato espacial do *etnocentrismo*. Então, trocando em miúdos, não entenderemos as sociedades/civilizações que interagem por meio de mecanismos de conectividade que formatam economias-mundo e sistemas-mundo se não interrogarmos a pertinência do *lugar de mirada* de onde nos posicionamos, sobretudo seus componentes estruturantes. Não que seja possível mirar de nenhures. Nem mesmo Karl Mannheim, que inventou o conceito-sem-referente-empírico-aparente de *freischwebende intelligenz* diria algo assim. Olham-se e nomeiam-se objetos sempre de algum lugar.

O que estou propondo é tão-somente que façamos um esforço para não nos deixarmos enredar totalmente pelos preconceitos topocêntricos que dificultam – pois, no limite, são obstáculos epistemológicos – a construção de geografias de conexões históricas, isto é, as análises de sistemas e/ou economias-mundos. Ao empregar esse termo remeto, evidentemente, ao cabeçalho conceitual de Fernand Braudel. Além de nos explicar que os tempos históricos possuem durações e ritmos

³⁸ A ideia de um *lugar de fala* foi popularizada entre os historiadores por CERTEAU, Michel de. **L'Écriture de l'Histoire**. Paris: Éditions Gallimard, 1975. Também, ____ & GIARD, Luce. **L'Ordinaire de la Communication**. Paris: Dalloz/Ministère de la Culture, 1983. Confira-se, DOSSE, François. *Michel de Certeau et l'écriture de l'histoire*. **Vingtième Siècle: Revue d'Histoire**, (78), 2/2003, p. 145-156.

³⁹ Esses termos foram cunhados no interior da corrente *fenomenológica* (ou, como dizem alguns, *humanista*) da Geografia. Leiam-se, TUAN, Y-Fu. **Topophilia: A Study of Environmental Perception, Attitudes and Values**. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, 1974 e BUTTIMER, Anne. *Grasping the dynamism of lifeworld*. **Annals of the Association of American Geographers**, 66 (2), June 1976, p. 277-292.

que obedecem a lógicas diversas em escalas diversas, ele deu contornos à ideia de *economia-mundo* e nos advertiu muitas vezes do mal que faríamos ao conhecimento histórico se esquecêssemos dos territórios.⁴⁰ Todos esses itens da agenda braudeliana animaram a construção de uma hipótese que perpassa este estudo: antes da formação daquilo que Immanuel Wallerstein chamou de *Sistema-Mundo Capitalista* – e, por alguns séculos, paralelamente a ele – configurou-se um *Sistema-Mundo Escravocrata*, um macroespaço composto e definido por mecanismos de produção e reprodução de relações sociais escravistas que abarcava territórios e sociedades da África, da Ásia e da Europa.⁴¹ Não quero dizer com isso que tudo que acontecia *antes da hegemonia europeia*, para evocar os termos de Janet Abu-Lughod, estivesse condicionado por mecanismos lógicos estruturantes do funcionamento desse *sistema-mundo*.⁴² Quero somente dizer que Estados como o Mameluco, o Otomano, o Russo, o Safavida, o Mogol e tantos outros que se formaram nos últimos séculos medievais e no começo da Era Moderna *estavam inseridos naquele macroespaço e muito do que faziam para se reproduzirem como estruturas imperiais tinha a ver com obtenção e uso de escravas e escravos*. Exceção feita ao Reino da Moscóvia e seus desdobramentos, todas essas entidades geopolíticas conheceram – diferenciadas, contudo, pela durabilidade, pelo tamanho e pelas variações de prestígio e poder a elas conferidas – corpos de elite compostos por escravos-soldados. Curiosamente, o Império Russo foi o único desses que foram referidos que manteve por séculos, em várias de suas regiões, uma *sociedade escravista propriamente dita*, ou seja, fundada no uso de trabalho escravo para a criação dos bens destinados à sua reprodução.⁴³

⁴⁰ Cf. BRAUDEL, Fernand. **La Dynamique du Capitalisme**. Paris: Flammarion, 1985 [1977]. Nestas palestras, dadas para um público estadunidense na John Hopkins University, em Baltimore, no ano de 1976, ele fez uma síntese muito clara de seus conceitos. Em complemento: ROSTAN, Michele. *Economia-mondo*. **Enciclopedia delle Scienze Sociali**. Roma: Istituto dell'Enciclopedia Italiana, 1993, Volume III, p. 406-412.

⁴¹ Cf. WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century**. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 2011 [1974].

⁴² ABU-LUGHOD, Janet. **Before European Hegemony: The World System A.D. 1250-1350**. Oxford/New York: Oxford University Press, 1989.

⁴³ A esse respeito, Richard Hellie observou que, embora a literatura sobre o tema enfatize que as sociedades escravistas tendem a empregar indivíduos estrangeiros ou socialmente excluídos como cativos, na Rússia – assim como na Coreia – não foram somente os alienígenas reais ou simbólicos que foram escravizados. Até o século XVIII, os naturais da terra foram regularmente reduzidos ao cativeiro sem que os escravizadores achassem por bem conferir-lhes algum tipo de estatuto excepcional. Há debates intensos – mas não tenho a menor competência para entrar neles – sobre

Otomanos e Mamelucos no Quadro Geopolítico do Mediterrâneo Oriental nos séculos XV e XVI:

Quando me refiro ao quadro geopolítico tenho em mente quer as disputas, expressas territorialmente, entre Estados ou/e Impérios pelo controle de recursos materiais – topografias de valor estratégico, rotas comerciais, áreas agrícolas e pastoris, zonas de exercício de poder tributário, entidades políticas potencialmente clientes – quer as lutas pelo controle de diversos tipos de bens simbólicos – túmulos, santuários, cidades santas, relíquias. E considero que os atores que interagem – em confronto ou em aliança – nas lutas pelo estabelecimento de regras tácitas ou formais de funcionamento e das dimensões do espaço geopolítico não são apenas as elites dirigentes e seus empregados imediatos, como também sujeitos não estatais ou em aberto conflito com os Estados, como costumeiramente ocorria com os povos nômades. Uma análise desse quadro implica, ainda, levar em conta que todos os agentes – tanto os que pouco possuem quanto os que muito possuem – formulam agendas, táticas e estratégias a partir do modo como percebem as ameaças e as alianças potenciais e/ou efetivas, do modo como avaliam seus próprios recursos e dos projetos que acalentam para o futuro imediato ou distante. É claro que nem sempre os pesquisadores têm muita certeza a respeito dos padrões de percepção vigentes, mesmo quando se tratam de sociedades, por assim dizer, simples ou pouco estratificadas. Isso é particularmente delicado quando não se tem mais do que indícios que permitem – mas não asseguram nada além de – inferências cautelosas.

Um exemplo: muitos historiadores deduzem as intenções dos Estados/Impérios muçulmanos a partir do que acreditam serem expectativas e normas de conduta prescritas pela tradição religiosa. Até aqui, digamos que a

os termos em russo para designar cativos e cativas. Para Hellie, que escreveu extensamente sobre o assunto, tanto a palavra *rabstvo*, a mais usada, quanto *kholopstvo* podem ser traduzidas como *escravo*. Conferir: HELLIE, Richard. *Slavery* in: MILLAR, James R. (Edited by). **Encyclopedia of Russian History**. New York/Detroit: Tomson Gale/Macmillan Reference, 2004, Volume 4, p. 1402-1404 e _____. *Monde russe* in: PETRÉ-GRENOUILLEAU, Olivier (Sous la direction de). **Dictionnaire des Esclavages**. Paris: Larousse, 2010, p. 498-504. Sobre a escravidão na Coréia, DEUCHLER, Martina. *Korea* in: DRESCHER, Seymour & ENGERMAN, Stanley L. (Editors). **A Historical Guide to World Slavery**. New York/Oxford: Oxford University Press, 1998, p. 244-246 e KIM, Hyong-In. *Korea* in: FINKELMAN, Paul & MILLER, Joseph C. (Edited by). **Macmillan Encyclopedia of World Slavery**. New York/London: Macmillan Reference/Simon & Schuster and Prentice Hall International, 1998, Volume 1, p. 457-459.

investigação ainda não está totalmente comprometida. Ela está partindo de suposições exageradamente simples, mas pode ser revertida diante das evidências. Entretanto, se o passo lógico seguinte for dado, isto é, se se transformar esse esquema em um *prius transcendental* que determina tudo o que acontece a longo, médio e curto prazo em uma Civilização, tal como fizeram Oswald Spengler e Samuel Huntington, a pesquisa será completamente arruinada pelos preconceitos dos investigadores. Logo adiante comentarei com mais vagar o que me parece ser um caso de amplo espectro desse tipo de (falsa) análise, qual seja, a imensa dificuldade – que não raro se expressou como imensa mistificação – dos historiadores europeus, sobretudo os autores de obras com fins didáticos, de incorporarem as relações geoestratégicas para além da Europa Ocidental em seus estudos sobre a gênese da Modernidade. Eles poucas vezes mencionam a intensidade efetiva das alianças feitas entre Estados governados por elites católicas e Estados governados por elites muçulmanas, como ocorreu entre a França e o Império Otomano e entre Portugal e o Estado Safávida da Pérsia. A documentação a esse respeito é farta. Mas, os preconceitos também são numerosos.

Quero enfatizar dois elementos nessa definição de *quadro geopolítico*. Um deles é a dinâmica ecológica e os acessos aos recursos fundamentais para a reprodução das estruturas demográficas, políticas e culturais das sociedades que estão a interagir de alguma forma em determinado momento. Quaisquer que sejam as demarcações regionais de Ásia Ocidental, Oriente Médio e Norte da África que utilizemos, há sempre uma constante: as profundas limitações ambientais ao crescimento de todos os tipos de populações e, inversamente, a fragilidade dos ecossistemas.⁴⁴ Essa constante, por suposto, não implicou imobilidade, mas estabeleceu padrões muito rigorosos de adaptação. Além disso, as rugosidades da paisagem forneceram a arena das iniciativas estratégicas dos agrupamentos humanos que nela se localizam. O outro elemento desdobra-se do conceito – *de facto* menos um conceito do que uma ideia – de *sistema mundo islâmico*, proposto,

⁴⁴ Para uma síntese geográfica ainda impressionante, apesar de envelhecida em certos aspectos, BIROT, Pierre & DRESCH, Jean. **La Méditerranée et le Moyen Orient**. Paris: Presses Universitaires de France, 1956-1964, 2 vols. Mais recente é BEAUMONT, Peter; BLAKE, Gerald H. & WAGSTAFF, J. Malcolm. **The Middle East: A Geographical Study**. London/New York: John Wiley & Sons, 1976.

entre outros, por John Obert Voll.⁴⁵ As elites dirigentes dos Estados médio-orientais muçulmanos nunca puderam negligenciar o significado dos territórios numinosos. Não posso afirmar com segurança que seus componentes eram extremamente zelosos de sua religiosidade. Não posso dizer que eram bons muçulmanos e, por isso, cuidavam muito sinceramente dos espaços sagrados. Mas posso afirmar, tendo em vista a literatura existente, que eles deviam ter protocolos de conduta para – se fosse o caso, e costumava ser frequentemente o caso – negociarem ou garantirem por força das armas o acesso dos peregrinos às cidades santas, aos túmulos dos mártires e aos santuários. O fracasso dessas ações poderia ter por consequência a perda de respeito e legitimidade diante dos súditos. Além disso, aqueles espaços eram particularmente cobiçados. Controlar Meca ou Medina e, em menor grau, Jerusalém, era ter a chance de angariar um forte prestígio no interior do Mundo Muçulmano.⁴⁶ No entanto, vamos por partes...

Primeiro, a dinâmica ecológica. Penso que é interessante dar uns exemplos de longo curso dos fatores ambientais limitadores e de como eles são delicados. Desde a Antiguidade, acham-se evidências de que os Estados Médio-Orientais entraram em confronto ou foram levados a estabelecerem pactos tendo em vista a escassez de certos recursos. São conhecidas as referências conservadas em tabuletas de barro sobre as expedições enviadas pelos governantes babilônicos e assírios ao litoral levantino em busca da madeira que a devastação das colinas dos Montes Zagros e dos Montes Taurus já não lhes permitia obter perto de casa.⁴⁷ Para terem certezas mínimas de que podiam chegar até lá e depois voltar, os mercadores e os responsáveis pelas correspondências precisavam assegurar alianças com as mais diversas comunidades.⁴⁸ As cartas dos reis de diversas

⁴⁵ Cf. VOLL, John Obert. *Islam as a special world-system*. **Journal of World History**, 5 (2), Fall 1994, p. 213-226.

⁴⁶ Para uma apresentação sucinta dessas questões, veja-se DALE, Stephen Frederic. **The Muslim Empires of the Ottomans, Safavids, and Mughals**. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2010, p. 77-105.

⁴⁷ Ver, POSTGATE, Nicholas & POWELL, Marvin (General editors). **Trees and Timber in Mesopotamia**. Cambridge: Faculty of Oriental Studies/University of Cambridge, 1992, *Bulletin of Sumerian Agriculture*, Volume VI e MEIGGS, Russell. **Trees and Timber in the Ancient Mediterranean World**. Oxford/New York: Oxford at The Clarendon Press, 1982, esp. p. 49-87. Para uma análise geográfica da Mesopotâmia antiga, leia-se MARGUERON, Jean-Claude. **Les Mésopotamiens**. Paris: Armand Colin, 1991. Quanto ao Levante, CAUVIN, Jacques. **Naissance des Divinités, Naissance de l'Agriculture**. Paris: Éditions du C.N.R.S., 1997.

⁴⁸ Cf. MICHEL, Cécile (Selection, Organisation et Traduction de). **Correspondance des Marchands de Kaniš au Début du II^e Millénaire avant J.-C.** Paris: Les Éditions du Cerf, 2001.

idades mesopotâmicas, minorasiáticas e levantinas exumadas em vários sítios da região mostram esse cuidado. Os acordos eram, muitas vezes, selados mediante matrimônios entre membros das famílias reais, trocas de presentes, visitas cerimoniais de cortesia, participação em expedições militares conjuntas e caçadas memoráveis.⁴⁹ Vale observar que eram igualmente notáveis as reclamações dos governantes daqueles impérios quanto ao desaparecimento das feras. Ainda que muitos animais fortemente vinculados ao imaginário dos caçadores, como ursos, lobos, leões e leopardos, pudessem ser eventualmente encontrados na região até meados do século XIX, sua perseguição e abate, atividades que punham o prestígio dos machos em jogo, já não podiam ser realizadas com muita frequência desde meados do primeiro milênio antes de Cristo. As expedições deviam ir muito longe e corria-se o perigo de ter um safari transformado em batalha.⁵⁰

Na Antiguidade, fazia-se o comércio de longo curso em lombo de cavalo e usavam-se tropas de muares. Tais animais apresentavam limitações logísticas de difícil superação. Eles não podiam adentrar por muito tempo os espaços desérticos e tampouco passar temporadas nas montanhas gélidas. Faltavam-lhes a água abundante e a forragem. Daí que os caminhos e as estradas fossem (e ainda sejam) objeto de preocupações cotidianas dos governantes. Eram poucas as vias carroçáveis e poucas as rotas que podiam contar com fontes seguras de água. Para ter os serviços de abastecimento e os correios funcionando, os Estados lançavam mão de tropas capazes de cumprir funções corriqueiras de policiamento, construía caravancerais e pontes, realizavam manutenção de estradas e outras atividades que forçavam o deslocamento de vasta mão-de-obra. Diante disso, o emprego do camelo significou uma revolução tecnológica de extremo impacto. Ainda está aberta a controvérsia sobre as datas principais. Não se tem muita certeza sobre quando ele começou a ocupar a Arábia, a Mesopotâmia e o Levante.

⁴⁹ Cf. BRYCE, Trevor. **Letters of the Great Kings of the Ancient Near East: The Royal Correspondence of the Late Bronze Age**. London/New York: Routledge, 2003.

⁵⁰ Cf. GALTER, Hannes D. *Mesopotamia* in: KRECH III, Shepard; McNEILL, John Robert & MERCHANT, Carolyn (Editors). **Encyclopedia of World Environmental History**. New York/London: Routledge, 2004, Volume 2, p. 830-834. Sobre os leões, mais especificamente, veja-se o mapa de sua distribuição histórica pelo Globo em SCHNITZLER, Annik. *Les voyages du lion*. **Pour la Science**, (418), Août 2012, p. 50-55.

De todo modo, nos primeiros séculos da Era Cristã ele já era utilizado amplamente nessas áreas e estava a se espalhar pelo Vale do Nilo e pelo Norte da África.⁵¹

Nunca é demais fazer-lhe o elogio. A presença desse ungulado simplesmente mudou a história da Eurásia e da África. Mudanças que tiveram efeitos muito curiosos, como o desaparecimento dos meios de transporte com rodas na vasta área do Oriente Médio e da África que adotou os camelídeos. As estradas carroçáveis foram abandonadas, deixou-se de fazer a manutenção do calçamento das ruas, principalmente naquelas cidades que foram herdadas dos romanos, investiu-se em outra forma de mobilidade das tropas. Isso gerou a ideia, muito disseminada no Ocidente durante o século XIX, de que o desleixo dos governantes e das populações orientais fora responsável por uma verdadeira extinção das carroças, dos carros de assalto e das carruagens. No entanto, como demonstrou Richard Bulliet, foi precisamente a operacionalidade formidável dos camelos que tornou pouco interessante o emprego dos veículos sobre rodas.⁵² Ao que parece, nos primeiros séculos da Era Comum havia uma espécie de divisão zoológica do trabalho entre, de um lado, os camelídeos e os muares, aos quais se atribuía tarefas de transporte, e, de outro, os equinos, cada vez mais empregados como recursos militares e signos de distinção social nas áreas urbanas.⁵³

Ao rés do mar, os desertos. Água escassa, motivo de negociações que jamais podiam terminar, motivo de confrontos sangüinários, motivo poético e motivo cartográfico. Qualquer roteiro, por mais curto que fosse, se fazia desenhar pela localização dos riachos, dos oásis, das jazidas de sal, das corajosas plantas xerófitas. Ali, como mostraram numerosos estudos resumidos por Xavier de

⁵¹ Cf. ABERE, Sodienye Austin & OGUZOR, Nkasiobi Silas. *Adaptation of animals to arid ecological conditions*. **World Journal of Zoology**, 6 (2), 2011, p. 209-214. Há indícios em papiros de que se conhecia o camelo no Egito antes da Era Cristã, mas, pelo que sei, ainda não se encontrou vestígios materiais disso. Cf. SCHWABE, Calvin W.. *Animals in the Ancient World* in: MANNING, Aubrey & SERPELL, James (Edited by). **Animals and Human Society: Changing Perspectives**. London/New York: Routledge, 1994, p. 36-58.

⁵² Cf. BULLIET, Richard W.. **The Camel and the Wheel**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1975 e McNEILL, William H.. *The eccentricity of wheels, or Eurasian transportation in historical perspective*. **The American Historical Review**, 92 (5), December 1987, p. 1111-1126.

⁵³ Ver, McNEILL, William H.. *Transportation: overview* in: ____ et alli (Editors). **Berkshire Encyclopedia of World History**. Second edition (in one volume). Great Barrington, Massachusetts: Berkshire Publishing Group, 2010 [2004], p. 2584-2595.

Planhol, nada de obsessão pela simetria, muito menos pela linha reta.⁵⁴ Navegava-se pelas estrelas, pelas sombras e, sobretudo, pelo brilho dos olhos d'água. Entre um deserto e outro, os rios vadeantes, mesmo quando são extensos e caudalosos, como o Tigre e, algumas vezes, quando as montanhas da Armênia descongelam muito rapidamente, como o Eufrates. E as cadeias de montanhas. Elas não são intransponíveis e, ainda agora, abrigam uma vida muito própria, como abrigaram por muitos e muitos séculos; por muitos milênios, de fato. Nos anos de 1950 e 1960, Robert Braidwood divulgou seus achados arqueológicos nos contrafortes das montanhas do que era então chamado de Curdistão Iraquiano, entre eles um cálculo surpreendente: o padrão de assentamento neolítico – ou seja, de cerca de dez a oito mil anos antes do presente – naquela região era o mesmo que o atual. Curdos, cristãos nestorianos, cristãos caldeus (que se tornaram uniatas no século XVI), yezidis, turcomanos, quaisquer que fossem as comunidades étnicas, o formato da organização espacial aldeã e das residências diferia apenas em detalhes de há oito milhares de anos. As montanhas estavam enxameadas de aldeias de pastores – algumas talvez a remontarem aos primeiros domesticadores do gado naquela área – que aproveitavam como podiam a vegetação arbustiva que começava a rarear depois dos mil e duzentos metros e os riachos que percorriam os vales encaixados nas alturas.⁵⁵

Enfim, os traços geomorfológicos regionais – em particular as cadeias montanhosas e os desertos, áreas de difícil acesso para tropas dotadas de equipamentos pesados e complexos – permitiram que pequenas e nem tão pequenas comunidades, via-de-regra monoconfessionais e articuladas em torno de chefias de clãs, pudessem viver a salvo das pressões das grandes confederações tribais, dos Estados e dos Impérios. Fossem pastoras, horticultoras de oásis e margens de rios ou mesmo caçadoras-coletoras, essas últimas cada vez mais raras já no Medievo, elas podiam manter um razoável controle sobre seu processo de reprodução.⁵⁶ Há cinco séculos, elas eram majorias nas Américas, na África e na

⁵⁴ PLANHOL, Xavier de & ROGNON, Pierre. **Les Zones Tropicales Arides et Subtropicales**. Paris: Librairie Armand Colin, 1970.

⁵⁵ Cf. BRAIDWOOD, Robert J. *From cave to village*. **Scientific American**, 187 (4), 1952, p. 62-66 e _____. *The agricultural revolution*. **Scientific American**, 203 (3), 1960, p. 130-148.

⁵⁶ Até meados do século XX, os principais ocupantes do contínuo de territórios áridos e semiáridos que se estendem entre o que hoje são a Mauritânia, a oeste, e a Mongólia, a leste foram as sociedades de pastores/guerreiros nômades. Por volta de 1970, estimou-se que elas comportavam

maior parte da Ásia. Todos os Estados eram forçados a ter políticas para elas. Eis aqui, portanto, uma variável – variável khalduniana, por assim dizer – de análise do teatro geopolítico: *as interações entre populações nômades e populações sedentarizadas, ambas articuladas em diferentes modalidades de organização política e engajadas em diferentes formas de territorialização*.⁵⁷ Ela não é percebida/construída da mesma maneira por horizontes teóricos distintos. Quem procura olhar de baixo para cima, do terreiro para a janela, fica mais suscetível de considerar as disputas por recursos entre *todas* as organizações políticas como algo extremamente importante. Mais adiante defenderei melhor essa perspectiva. Agora quero me deter na historiografia orientalista dominante, aquela que alimenta os manuais escolares e as matérias midiáticas, que condensa e reproduz a normalidade paradigmática da área de investigação. Quem se sente confortável dentro dela tende a construir a variável khalduniana a partir de *dois lugares de mirada*: uma varanda, o Hemisfério Ocidental, e o interior da casa onde reside da autoridade política. Do primeiro, ela estende o olhar sobre as estepes eurasiáticas, as areias e montanhas desérticas africanas e médio-orientais e sentencia que delas

cerca de 1.000.000 de pessoas no Saara e 2.500.000 no Sahel e no corredor sudanês que se estende até o Chifre da África. Na Mesopotâmia e no Levante elas não teriam mais do que 650.000 indivíduos e havia algo como 5.000.000 na vasta região entre o planalto da Anatólia e a Transoxiana. Os números para a então Ásia Central Soviética eram muito vagos. Estimava-se que poderiam ser entre 5.000.000 e 6.000.000 de nômades antes do desencadeamento das coletivizações forçadas, na década de 1930. Quanto à China e à Mongolia, onde as populações moventes foram muitas vezes obrigadas a se sedentarizarem em áreas de trabalho agrícola, aventava-se que eles não passariam de 15.000.000. Por meados do século XX, as sociedades nômades ainda tinham como usufruir, nem sempre de modo tranquilo, é certo, do dobro da área cultivada em todo o mundo. Cf. GRIGG, David B.. **The Agricultural Systems of the World: An Evolutionary Approach**. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 1996 [1974], p. 112. Em complemento: FABIETTI, Ugo. *Pastorizia* in: ROMANO, Ruggiero (Editore). **Enciclopedia Einaudi**. Torino: Einaudi Editore, 1978, Vol. X (*Opinione-Probabilità*), p. 515-527. Dados mais recentes em BONTE, Pierre. **Les Derniers Nomades**. Paris: Éditions Solar, 2004.

⁵⁷ O entendimento de Ibn Khaldun da vida política na África do Norte e no Oriente Médio influenciou decisivamente vários historiadores e geógrafos que, por sua vez, influenciaram decisivamente as pesquisas e as apreciações panorâmicas feitas no último século. Vejam-se os comentários historiográficos de GELLNER, Ernest. *Cohesion and identity: the Maghreb from Ibn Khaldun to Emile Durkheim*. **Government & Opposition**, 10 (2), 1975, p. 203-218 e de BRETT, Michael. *The way of the nomad*. **Bulletin of the School of Oriental and African Studies**, 58 (2), June 1995, p. 251-269. O geógrafo francês Xavier de Planhol construiu uma parte significativa de sua vasta obra a partir de modelos que ele apreendeu das páginas do polímata magrebino. Veja-se, como síntese, seu ainda influente **Les Fondements Géographiques de l'Histoire de l'Islam**. Paris: Flammarion, Éditeur, 1968, publicado em uma coleção (*Nouvelle Bibliothèque Scientifique*) dirigida por Fernand Braudel, naquele momento a usufruir do auge de seu prestígio no mundo universitário da França.

chegam as hordas de bárbaros em devastadores *völkerwanderung*, para sublinhar o termo empregado, entre tantos, por Arnold Toynbee.⁵⁸

Voltando-se para dentro da *Casa-Grande* e do *Palácio*, para a alcova ou para a sala de estar, a mirada hegemônica desconsidera ou minimiza os interesses e as condutas das classes populares, dos agregados nômades, das tribos, enfim, daqueles coletivos que podem acalentar modos de vida, cosmologias, projetos de futuro - ideologias, utopias e distopias - que não se coadunam com o ideal de estabilidade do sistema político-institucional abraçado pelas elites dirigentes e seus funcionários intelectuais. A leitura dominante do cenário geopolítico do Mediterrâneo Oriental entre os séculos XV e XVI valoriza os atores palacianos, como se as lutas pelo controle de recursos estratégicos essenciais à reprodução das estruturas sociopolíticas pudessem ser reduzidas a esses protagonistas. Ela se expressa textualmente nos manuais escolares de todos os níveis de ensino, nos quais é corriqueiro encontrar páginas que descrevem exaustivamente as guerras travadas entre os Impérios e que, nessa operação, retiram a historicidade específica de determinados grupos que formulavam sua própria agenda. No âmbito dessa mirada para dentro da *Casa Grande*, vale enfatizar três componentes fundamentais do cenário: o impacto profundo causado sobre a Eurásia pela tomada otomana de Constantinopla; os vetores conquistadores desencadeados, dali em diante, por Mehmet II, seus herdeiros e seus sequazes por sobre a Cristandade Ocidental; as navegações lusitanas no Oceano Índico. Vamos por partes.

Primeiro vejamos o que aconteceu à beira do Bósforo, em 1453. Tratou-se de um *evento polissêmico*, condensador de diferentes ritmos temporais e, portanto, sujeito às mais diversas interpretações. Muitos historiadores escarafuncharam em minúcias de detalhes aqueles acontecimentos, assim como os que lhes

⁵⁸ Cf. TOYNBEE, Arnold Joseph. **Mankind and Mother Earth: A Narrative History of the World**. New York/London: Oxford University Press, 1976, p. 113-116, 320-323, 449-450. Neste livro, publicado postumamente, o historiador britânico das civilizações resumiu cinco décadas de pesquisas e compactou opiniões e interpretações que vinha cinzelando desde os anos de 1930. O tema das *movimentações de povos* apareceu como um denso vetor explicativo da história da Humanidade em sua obra tendo por uma de suas referências os escritos de Ibn Khaldun. Veja-se, IRWIN, Robert. *Toynbee and Ibn Khaldun*. **Middle Eastern Studies**, 33 (3), July 1997, p. 461-479.

antecederam e sucederam.⁵⁹ Por isso, parece-me que é desnecessário narrar, mesmo em resumo, aquelas ocorrências.⁶⁰ Para o encaminhamento deste estudo é bem mais importante assinalar que, do ponto de vista da história dos impérios orientais, mormente, o Otomano e o Mameluco, a tomada da capital dos romanos, teve significados muito diferentes daqueles que a historiografia escolar ocidental nos ensinou. Esta valorizou *compreensivelmente* a diferença civilizacional. Valorizou tanto que, em certas tradições de periodização a Tomada de Constantinopla tornou-se nada mais nada menos do que um marco de alcance universal. Ao comentar, em 1953, seu quinto centenário, Geoffrey Barraclough observou que, “poucos acontecimentos causaram impressão mais profunda nos contemporâneos ou na posteridade”, contudo, acrescentou, tal impressão não se expressou de modo unívoco. Nas décadas que lhe seguiram, diferentes significados foram conferidos àquele episódio e, passado um século, ele estava – como ainda está nos bancos escolares – a balouçar entre dois amplos significados: para uns, a data assinalava o fim de uma Época, a Medieval; para outros, o “ponto de partida tradicional da história europeia moderna”.⁶¹

E continua a ser deste modo que os autores de compêndios entendem o alcance mais profundo da vitória do *Grande Turco*. Estranho caso em que o vencedor se torna um coadjuvante, praticamente um derrotado. Um vencedor e um derrotado que tinham sido quase que solenemente ignorados nas páginas anteriores da maioria dos manuais. De fato, seja para demarcar o término de uma época, seja para assinalar o início de outra, a Queda de Constantinopla foi destituída de sua historicidade efetiva e transformada em um marco decisivo da

⁵⁹ Fizeram-no, não sejamos tolos de crer que não, com as armas ideológicas e as convicções religiosas ensarilhadas. Para se perceber isso, basta mencionar uma peça formidável de historiografia de combate (que agora circula entre nós por uma tradução recente), RUNCIMAN, Steven. **The Fall of Constantinople 1453**. London/New York: Cambridge at the University Press, 1969 [1965].

⁶⁰ Há uma vasta literatura que dá conta plenamente disso. Dois relatos destinados ao público mais vasto, que agradam pela leveza e pela seriedade no trato da documentação, e possuem a vantagem adicional de também trabalharem com fontes otomanas, são GOODWIN, Jason. **Lords of the Horizons: A History of the Ottoman Empire**. New York: Henry Holt and Company, 1999 [1998] e FREELY, John. **The Grand Turk: Sultan Mehmet II, Conqueror of Constantinople and Master of an Empire**. New York: The Overlook Press, 2009.

⁶¹ BARRACLOUGH, Geoffrey. *The Fall of Constantinople* in: _____. **History in a Changing World**. Norman: University of Oklahoma Press, 1956, p. 133-134. [o capítulo é de 1953]. Uma discussão das implicações educacionais/cognitivas desses marcos de periodização foi feita por SULLIVAN, Donald. *The end of the Middle Ages: decline, crisis, or transformation?* **The History Teacher**, 14 (4), August 1981, p. 551-565.

história do Ocidente. Aliás, se uma bibliografia altamente respeitada não tivesse me convencido de que os europeus ocidentais projetavam em Bizâncio, entre outras coisas, suas fantasias da unidade imperial-confessional perdida, eu não teria dúvidas de que essa periodização não passava de uma forma de pilhagem, de saque das memórias alheias por *bricoleurs* interessados em construir as memórias mitológicas da Europa Ocidental. Digo isso para recordar o título do livro de Christoph Keller (ou Christophorus Cellarius), **Historia Medii Aevi, a temporibus Constantini ad Constantinopolim a Turcis captam deducta**, de 1688, que petrificou a ideia mais popular de Idade Média. Nesta obra, assim como em quase tudo o que se escreveu em termos didáticos desde então no Ocidente, o começo e o fim de uma época histórica (cuja carne e ossatura são dadas pelos fatos considerados mais relevantes nos reinos localizados entre o Danúbio e o Atlântico e entre o Mar do Norte e o Mediterrâneo) são demarcados por episódios externos a essa mesma história.⁶²

A partir de 1453, os Otomanos passaram a controlar a maior parte das rotas que conectavam o Mar Negro ao Mediterrâneo e aos planaltos da Anatólia, da Armênia e do Irã.⁶³ Negociavam-se variadas mercadorias nessas áreas, que recebiam gentes e produtos dos quatro pontos cardeais. Eram, portanto, fontes de extraordinários recursos tributários para a elite osmanli. Os roteiros comerciais compunham, ainda, segmentos dos circuitos das peregrinações. Sendo assim, não eram somente os burocratas e os militares que tinham interesse em que tudo funcionasse plenamente. Todos que estavam envolvidos no trato das pequenas estalagens, dos caravançarais, das mesquitas, dos banhos públicos, das tendas de comer e dos bazares ganhavam muito com tudo aquilo. Ainda mais porque havia uma logística bastante complexa a organizar aqueles fluxos de gentes, bichos e coisas. Poucos caravaneiros se arriscavam a trilhar sozinhos ou com poucos companheiros e passageiros os terrenos inóspitos que, uma hora ou outra,

⁶² Sobre Constantinopla nas imaginações ocidentais, leia-se, além do pequeno artigo acima citado de Geoffrey Barraclough, DUCCELLIER, Alain. *Une mythologie urbaine: Constantinople vue d'Occident au Moyen Âge. Mélanges de l'Ecole Française de Rome. Moyen Âge, Temps Modernes*. 96 (1), 1984, p. 405-424.

⁶³ A Casa de Osman nunca conseguiu acesso direto às rotas ao norte das terras negras da atual Ucrânia. Ela manteve, ali, relações com os Tártaros (*Tatar*) e, ocasionalmente, com as populações submetidas ao Principado de Kiev, mas não foi capazes de afetar o ritmo das trocas dali para cima. Cf. LEMERCIER-QUELQUEJAY, Chantal. **La Paix Mongole: Joug Tatar ou Paix Mongole?** Paris: Flammarion, 1970 (Coll. *Questions d'Histoire*, 13).

precisariam atravessar rumo às cidades santas e às capitais. Os marinheiros tinham sentimentos parecidos. Daí que, a travessia do Mar Negro, das zonas montanhosas dos Bálcãs ou dos planaltos da Anatólia fosse um empreendimento que envolvia milhares de indivíduos. Não raro ficavam-se muitos meses a espera do momento certo para continuar viagem. Momento que dependia, entre outras coisas, dos humores do clima.

Esse era o caso extremo da Península da Criméia, no norte do Mar Negro. Nela aportavam caravanas que vinham da Ásia Central e bandos de guerreiros-mercadores que desciam o Danúbio, o Dnieper, o Dniester, o Don. As mercadorias – peles, couros, objetos metálicos, derivados da fauna piscosa dos rios que desaguam no Mar de Azov, especiarias e sobretudo escravos e escravas – vinham de longe e tinham, fatalmente, preços elevados. Preços que aumentavam ainda mais devido aos invernos rigorosos, com nevascas, tempestades, águas congeladas no estreito de Kerch, ondas formidáveis, que tornavam difíceis, quando não impossíveis, vários meses de atividades mercantis.⁶⁴ No conhecido relato de suas jornadas pela região do Mar Negro, em 1245-1247, o franciscano Giovanni Pian del Carpine disse: “no litoral deste mar, por muitos dias e diversos lugares, corremos um certo perigo por causa do gelo, pois ele congela na costa até bem três léguas de distância”.⁶⁵ De todo modo, aquela região era extremamente importante para a reprodução de vastos territórios do sistema-mundo escravocrata. Havia nela, em Caffa (ou Kaffa, hoje, Feodosiya, na Ucrânia), uma antiga colônia de genoveses. Não se sabe muito bem quando ela foi fundada, mas há notícias de atividades dos italianos naquela área já em 1266. Parece que desde aquela época dali partiam monges mendicantes para pregar na Ásia Interior. Seus habitantes mantinham laços de vassalagem com o *khan* mongol da Horda de Ouro, mas as relações entre eles não eram sempre amistosas. Em 1307, por exemplo, Tokhta, o governante mongol, atacou a cidade. Depois de oito meses resistindo por detrás das paliçadas, os moradores finalmente abandonaram o local e só puderam voltar dez anos

⁶⁴ Cf. OSTAPCHUK, Victor. *Black Sea* in: ÁGOSTON, Gábor & MASTERS, Bruce (Editors). **Encyclopedia of the Ottoman Empire**. New York: Facts On File, 2009, p. 89-91. Maiores detalhes sobre os regimes climáticos do Mar Negro e seu entorno em KOSTIANOY, Andrey G. & KOSAREV, Aleksey N. (Editors). **The Black Sea Environment**. Berlin/Heidelberg: Springer-Verlag, 2008 (*The Handbook of Environmental Chemistry*, Volume 5, part Q).

⁶⁵ CARPINE, João de Pian del. *História dos Mongóis* in: **Crônicas de Viagem: Franciscanos no Extremo-Oriente antes de Marco Polo (1245-1330)**. Tradução, introdução e notas de Ildefonso Silveira e Ary E. Pintarelli. Porto Alegre/Bragança Paulista: EDIPUCRS/EDUSF, 2005, p. 81.

depois. Mas, valia a pena insistir, principalmente porque havia sempre um número grande de cativos para serem vendidos aos bizantinos que ainda restavam no principado de Trebisonda (hoje, Trabzan), na costa da Anatólia, aos Otomanos e àqueles mercados muito peculiares no Levante e no Egito, territórios que fabricavam soldados, comandantes, notáveis e monarcas para o Sultanato dos Mamelucos.⁶⁶

Os líderes dos colonos de Caffa passavam uma parte do seu tempo negociando com os bandos, as facções e os principados da região. Tinham seus limites, por suposto. Limites dados pela força avassaladora que a Horda de Ouro ainda possuía naqueles tempos. Tanto que foi no contexto de uma das disputas pelo poder do *canato* que a cidade-entreposto foi atacada por um dos postulantes, Janibeg, e seus guerreiros mongóis, em 1346. Este assédio adquiriu um significado de profunda transcendência, um significado efetivamente global, pois ali teria sido desencadeado o movimento de transferência para o Ocidente dos vetores da Peste Negra.⁶⁷ De acordo com a **Historia de Morbo**, o relato de Gabriele d' Mussis, um advogado de Piacenza, que faleceu em 1356, os assaltantes lançaram cadáveres de infectados pela Peste por sobre as defesas genovesas, o que provocou imediatamente uma mortandade generalizada.⁶⁸ Na fuga, os colonos teriam disseminado a epidemia, que chegou ao Mediterrâneo Oriental no final daquele ano. Essa é uma história bastante conhecida e dela quero extrair neste momento somente dois aspectos. O primeiro se refere à incidência da crise demográfica ocasionada pela Peste Negra sobre a dinâmica de reprodução do sistema-mundo escravocrata. O segundo, mais propriamente factual, se relaciona ao modo como a

⁶⁶ Sobre essas atividades, ver STELLO, Annika. *La traite d'esclaves en Mer Noire au début du XVe siècle. Medieval Mediterranean Slavery: Comparative Studies on Slavery and the Slave Trade in Muslim, Christian, and Jewish Societies (8th–15th Centuries)*. (April 2009). ([http://med-slavery.uni-trier.de:9080/minev/MedSlavery/publications/Traite Esclaves Mer Noire.pdf](http://med-slavery.uni-trier.de:9080/minev/MedSlavery/publications/Traite%20Esclaves%20Mer%20Noire.pdf)).

⁶⁷ Uma apresentação didática de diversas opiniões sobre o início da epidemia e sobre como ela se estendeu até o Ocidente encontra-se em SCOTT, Susan & DUNCAN, Christopher J.. **Biology of Plagues: Evidence from Historical Populations**. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2003 [2001], p. 81-114. Um breve estudo comparativo atualizado acha-se em ABERTH, John. **Plagues in World History**. Lanham/Boulder/New York: Rowman & Littlefield Publishers, 2011, p. 19-72. Para uma exposição histórica em termos biomédicos, ver o estudo de RUFFIÉ & SOURNIA já citado.

⁶⁸ Cf. WHEELIS, Mark. *Biological warfare at the 1346 siege of Caffa. Emerging Infectious Diseases*, (9), December 2002, p. 971-975. Para uma tradução inglesa da **Historia de Morbo**, HORROX, Rosemary (Edited by). **The Black Death**. Manchester/New York: Manchester University Press, 1994, p. 14-26.

epidemia devastou profundamente o Mundo Árabe, mormente o Egito, cerne do Sultanato dos Mamelucos.

Antes, contudo, deixem-me retomar um fio de meada sobre Caffa. Há indícios de que sua população atingira um tamanho espantoso em comparação com as cidades da Europa Ocidental nos anos imediatamente anteriores ao ataque das armas mongóis e dos vetores pestíferos. O historiador russo Georges Vernadsky, por exemplo, aventou a cifra de 85 mil mortos na Crimeia.⁶⁹ Já Avery Andrews, partindo de dados obtidos nos arquivos de Genova, afirmou que o auge daquele núcleo urbano ocorreu depois da Peste Negra. Segundo ele,

Caffa nunca foi mais rica do que no fim do século XIV e no começo do século XV. A população poliglota, orgulhosa de preservar as amenidades de uma grande cidade em uma parte perigosa do mundo, pode ter atingido 100.000, com fortes elementos gregos, armênios, judaicos e tártaros. Vários corpos religiosos maiores viviam lá, lado a lado. Os escritos contemporâneos descrevem ruas movimentadas, coloridas, banhos públicos bem frequentados e jogos, corridas de cavalos e de barcos, e ricas *festes* presididas pelos cônsules, figuras internacionais a entreterem com pompa renascentista e oriental misturadas uma corrente de prelados visitantes, enviados diplomáticos e príncipes tártaros.⁷⁰

Mesmo que não sejam muito precisos, esses números são expressivos. Eles sugerem que mostram o quanto os negócios orientais do Ocidente eram extremamente importantes e sugerem que é fundamental deslocar a mirada hegemônica da história do nascimento do Sistema-Mundo Capitalista. Tendo em vista que os atores os circuitos comerciais, religiosos e diplomáticos precisavam passar por terras e águas controladas por diferentes Estados e/ou tribos para realizarem suas atividades a contento, o que acima foi dito de Caffa – uma típica cidade semiperiférica na malha que compunha o sistema-mundo escravocrata –

⁶⁹ Citado por SCOTT, Susan & DUNCAN, Christopher J.. **Biology of Plagues: Evidence from Historical Populations**. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2003 [2001], p. 82.

⁷⁰ ANDREWS, Avery. *Caffa* in: STRAYER, Joseph Reese (Editor in chief). **Dictionary of the Middle Ages**. New York: Charles Scribner's Sons, 1983, Volume 3 (*Cabala-Crimea*), p. 12.

espetaculariza interações políticas, econômicas e culturais que a mirada historiográfica hegemônica da gênese do Capitalismo ignora totalmente.

O crescimento do entreposto genovês no Mar Negro dá, ainda, indicações sobre a velocidade com que o negócio de escravos se recuperou depois da devastação ocasionada pela Peste Negra. Sabe-se, embora os estudos sobre o tema estejam apenas começando, que o declínio da população no Levante e no Egito conheceu taxas mais elevadas do que as europeias, isto é, deve ter sido entre quarenta e cinquenta por cento.⁷¹ O Vale do Nilo, região de forte concentração demográfica, foi arrasado. No Cairo, que talvez tivesse algo em torno de 600 mil habitantes, e nas demais cidades e aldeias, as ruas estreitas e labirínticas dos bazares facilitaram a propagação da moléstia. Os soldados *mamluks*, que viviam em casernas, foram duramente atingidos. Não havia muito que fazer para fugir do contato com os atingidos. Subir o rio era desafiar as comunidades beduínas que o controlavam. Ir para a costa ou para o Delta, no meio do caminho, era permanecer no cerne do contágio. Buscar lugares ermos era uma boa saída, mas só as famílias endinheiradas tinham como levar consigo alimentos e mantimentos para uma temporada que não se tinha a menor ideia de quando ia acabar. E as multidões, como sempre, rezavam. Rezavam mas, um tanto surpreendentemente para quem está acostumado a ler sobre o que acontecia ao mesmo tempo no norte do Mediterrâneo, não se davam à arte demencial de caçar bodes expiatórios. Ao que parece, estavam conformados em crer que se tratavam dos insondáveis desígnios de Deus. Pode-se imaginar o que significou para a elite dirigente mameluca, aquinhoada com *iqtas* e acostumada a controlar as aduanas e os mercados urbanos, o declínio exponencial da população. As rendas desabaram. As rotas

⁷¹ Cf. a síntese – baseada criticamente no relato de Muhammad al-Maqrizi, que viveu no Cairo cem anos depois – feita por BYRNE, Joseph P. **The Black Death**. Westport, Connecticut/London: Greenwood Press, 2004, p. 104-109. Para uma listagem das fontes mamelucas, YAAKUB, Noor Inayah et alli. *A note on the Mamluk historians' description of plagues in Egypt*. **Middle-East Journal of Scientific Research**, (7), 2011, p. 108-111. Estas páginas já estavam redigidas quando tive contato – mas, infelizmente, não pude ler – com uma revisão da documentação árabe disponível feita por ALAZZAM, Isa Mahmoud; ALAZZAM, Sobhi Mahmoud & Al-MAZYID, Khalid Mahmoud. *Plagues, epidemics and their social and economic impact on the Egyptian society during the Mameluke period (648 Hegira/1250 AD-923 Hegira/1517 AD)*. **Asian Culture and History**, 5 (2), 2013, p. 87-94.

comerciais ficaram, por alguns anos, quase paralisadas. A reprodução dos planteis de garotos destinados ao serviço militar foi posta em risco.⁷²

Vamos voltar aos circuitos que passavam pelo Bósforo e pelo Dardanelos. Antes de ter sido cercada pelos Otomanos, isto é, até o começo do século XV, Constantinopla ainda era suficientemente poderosa para regular em certa medida uma parte daquele fluxo de negócios entre diferentes áreas da Eurásia. Era para essa capital que muitos cativos capturados na (hoje em dia) Ucrânia e nos espaços d'além-Criméia pelos tártaros eram inicialmente levados pelos italianos. Muitas das rotas caucasianas, que conectavam essa região ao Mar Cáspio, confluíam, do mesmo modo, para lá. Alocados em edificações no bairro dos genoveses, escravizados e escravizadas ficavam às vezes meses a espera de uma segunda etapa da viagem que os levaria para mundos completamente estranhos. Na segunda metade do século XV, quando não mais existia o Estado Romano do Oriente, os mamelucos foram forçados a comprar seus escravos de mercadores que, muitas vezes, a fim de contornar a sanha tributária dos Otomanos, se arriscavam a perder o plantel de cativos em travessias por zonas inóspitas nas montanhas. Muitas daquelas áreas, em particular os Montes Taurus e Zagros, eram consideradas viveiros de pestes. Pode ser que isso não passasse de estereotipagens macabras feitas pelos letrados turcos, mas o fato é que andou-se a contabilizar menções à *veba/waba* (*peste*) nos textos otomanos e concluiu-se que, para além das suspeitas de preconceito, devemos dar crédito a elas.⁷³ Portanto, não espanta que o Levante e o Egito continuassem sofrendo ondas terríveis de epidemias por ao menos duzentos anos depois do arrefecimento da Peste Negra. Muitos dos garotos e garotas que, agora, vinham preferencialmente do Cáucaso, percorriam roteiros alternativos para que seus escravizadores evitassem confrontos com os Otomanos e os demais *beyliks/emirados* turcos da Anatólia. De todo modo,

⁷² Cf. DOLS, Michael. *The general mortality of the Black Death in the Mamluk Empire* in: UDOVITCH, Abraham (Edited by). **The Islamic Middle East, 700-1900: Studies in Social and Economic History**. Princeton: Darwin Press, 1981, p. 404-411.

⁷³ Cf. PANZAC, Daniel. *Plague* in: ÁGOSTON, Gábor & MASTERS, Bruce (Editors). **Encyclopedia of the Ottoman Empire**. New York: Facts On File, 2009, p. 462-463.

enquanto foi possível, os sultões do Cairo mantiveram laços diplomáticos com os bizantinos para que a rota de cativos dos estreitos não fosse suspensa.⁷⁴

Em suma: dentre as mercadorias que transitavam por todos aqueles circuitos estavam, ano após ano, centenas de cativas e cativos, entre estes, vários futuros *mamluks* e suas futuras concubinas ou esposas. Esse dado é fundamental para minha argumentação. David Ayalon apontou, no miolo do século XX, o quanto tudo aquilo foi de importância transcendental. O principal mecanismo de reprodução da elite dirigente do Sultanato dos Mamelucos, o comércio de escravos vindos do Cáucaso – os circassianos – passou a ter seu ritmo dado por um Estado rival vizinho.⁷⁵ Em outras palavras, *acessos podem ser transformados em recursos estratégicos escassos* quando ocorrem circunstâncias como essa: um império em expansão, o Otomano, passou a controlar uma boa parte dos mecanismos de reprodução das elites do seu rival muçulmano mais próximo, o Mameluco. O *sistema-mundo escravocrata* não foi afetado por isso. Logo veremos que, depois da conquista do Cairo por Istambul, a reprodução dos *mamluks* continuou se fazendo pelos antigos mecanismos e roteiros. Mas, seria um equívoco não perceber que, em escala dos movimentos geopolíticos, esse dado afigurava-se de primeira ordem. Em face desses eventos, soa curioso saber que os dirigentes levantinos e egípcios celebraram com imensa alegria a Tomada de Constantinopla por um Estado muçulmano. Eles organizaram festas, falaram disso por muitas semanas seguidas nas *orações de sexta-feira* e produziram uma imagem extremamente favorável, quase fraternal, de Mehmet *Fatih (Conquistador)*.⁷⁶

Vejamos agora brevemente um segundo significado de 1453. Ao assumir o controle de uma zona de enorme importância logística, a Casa Otomana encontrou-se em condições de montar uma cabeça de ponte seja para o avanço sobre as

⁷⁴ Cf. HOLT, Peter Marion. **The Age of the Crusades: The Near East from the Eleventh Century to 1517**. London/New York: Longman, 1986, p. 155-166; AMITAI, Reuven. *Diplomacy and the slave trade in the Eastern Mediterranean: a re-examination of the Mamluk-Byzantine-Genoese triangle in the Late Thirteenth Century in light of the existing early correspondence*. **Oriente Moderno**, Nuova serie, 88 (2), 2008, p. 349-368; KOROBEINIKOV, Dimitri A.. *Diplomatic correspondence between Byzantium and the Mamlūk Sultanate in the Fourteenth Century*. **Al-Masāq**, 16 (1), March 2004, p. 53-74.

⁷⁵ AYALON, David. **Gunpowder and Firearms in the Mamluk Kingdom: A Challenge to a Medieval Society**. London: Vallentine, Mitchell & Co., 1956.

⁷⁶ Veja-se YUSOFF, Kamaruzaman. *Ottoman's presence in Egypt (923/1517) and its political implications: an overview*. **Jebat: Malaysian Journal of History, Politics & Strategic Studies**, (23), 1995, p. 83-88.

Cristandades (a Latina e a Grega), seja para mirar objetivos no Mar Negro e nas estepes asiáticas, seja, ainda, para consolidar uma política eficaz de conquista da Anatólia. Aparentemente, nos anos que se seguiram à transformação de Constantinopla em Istambul, os otomanos ainda não vislumbravam a conquista do Mundo Árabe e a submissão de seus senhores, os Mamelucos. Mas isso somente foi possível porque mudanças importantes foram feitas na composição das alianças que sustentavam a elite dirigente. 1453 representou, para entrar plenamente em meu tema, o primeiro grande sucesso político dos janízaros. Nos meses que antecederam o assalto final, Mehmet II, um governante ainda muito jovem e indeciso, ficou dividido entre o que pretendiam os soldados da nova tropa recrutados pelo *devşirme* e a velha cepa de soldados turcos que, a cada vitória, queria ser menos guerreira e mais aristocrática, de preferência, feudal. Falando um tanto esquematicamente, digamos, para encurtar, que, os primeiros desejavam a continuidade das conquistas. Eles estavam a sitiá-la há meses e não viam sentido algum em recuar. Nem mesmo se sentiam muito longe de casa. Já os segundos queriam o benefício das *iktas* que poderiam auferir e, se isso não afrontasse demais as tradições turcas, os tributos que podiam extrair de camponeses reduzidos à condição de servos da gleba. Eles eram apoiados pelo grão-vizir, Kandarli Halil, que temia perder espaço na corte diante da crescente profissionalização das tropas e da burocracia. Alguns aristocratas defendiam timidamente a tomada da capital dos bizantinos, mas alegavam que não estavam preparados para enfrentar uma possível coalizção de Estados cristãos em defesa da cidade. Esta poderia ser invadida e saqueada, mas seria temerário tentar fazer dela a capital do Império.⁷⁷

De fato, observados à distância, pareciam dois mundos sociais em um. A aristocracia guerreira, que se estruturava em clãs, dependia do prestígio e da autoridade dos patriarcas e dos mecanismos tradicionais de formação de alianças, como os matrimônios entre seus filhos. Esses *khans*, que pagavam seus soldados com o produto dos butins e com o que recebiam de tributos de aldeãos, mercadores e camponeses, *talvez quisessem*, no fundo, estabilizar o Império,

⁷⁷ Meu relato se estriba no que disseram Jason Goodwin e John Freely nos livros anteriormente mencionados. Optei, contudo, por não descer a minudências, mantendo a busca de aspectos gerais do processo.

desfazer-lhe a imagem de um grande acampamento militar e construir um Estado permeável às disputas entre facções pelo controle da autoridade política. Infelizmente, até hoje tratamos mais de deduzir do que de descobrir. Pouco sabemos acerca do que eles pensavam. As memórias otomanas dominantes, as memórias, enfim, vencedoras, foram aquelas petrificadas pelos letrados cortesãos que nunca cansavam de elogiar os mais pequenos gestos dos sultões, ao menos entre os reinados de Mehmet Fatih e de Suleiman Kanunen, de meados do século XV a meados do século XVI. E, em certa medida, são elas que ainda pautam as percepções daquele período.⁷⁸ Os janízaros, por sua vez, deviam lealdade apenas ao seu corpo de guerreiros e ao seu senhor, o sultão. Não podiam constituir famílias, não podiam legar bens, não podiam ir e vir. Eram *kapi kulari*, *escravos da Porta*. Viviam em casernas, treinando sem parar para combates que não deviam parar a não ser quando os vencedores estivessem bem definidos. Coube ao jovem sultão, Mehmet II, a escolha de avançar. Isto não quer dizer que o processo dependeu de seus interesses pessoais, mas significa que as tensões entre os segmentos das camadas dominantes demarcaram sua tomada de decisão. Acusado de conspirar em favor dos inimigos, o grão-vizir foi deposto e encarcerado e seus principais aliados tiveram os bens confiscados. Em suma, o momento da tomada de Constantinopla conheceu, também, o recuo político da aristocracia tradicional e a consolidação de um novo arranjo da elite dirigente.

Note-se, em adendo, que vários historiadores, em momentos diferentes dos últimos cem anos, alegaram que o Império Otomano era feudal.⁷⁹ Isso tornaria extravagantes os comentários feitos nos parágrafos anteriores. Por isso, convém esclarecer que essa ideia se funda, em linhas gerais, em duas linhas de evidências. Uma delas é o fato de que terras foram concedidas pelo Estado em pagamento por feitos militares ou para manter o apoio de notáveis urbanos cortesãos. Era o *timar*. Seus detentores, os *timariotas*. Isso se deu, sobretudo, na Anatólia e uma defensora dessa tese, a historiadora búlgara Vera Moutafchieva, alegava que se tratava de um

⁷⁸ Veja-se, como exemplo significativo, INALCIK, Halil. *Mehemmed II. The Encyclopaedia of Islam*. Leiden: E. J. Brill, 1991, Volume 6, p. 978-981 e o muito mais extenso tratamento do mesmo tema por ele em _____. *Mehmed II. Islâm Ansiklopedisi*. Istanbul: Devlet Kitapları/Milli Egitim Basımevi, 1950-1958, 7. Cilt, p. 506-535.

⁷⁹ Uma discussão de diferentes modos de lidar com esse problema foi feita por um defensor do uso desse conceito, MATUZ, Josef. *The nature and stages of Ottoman feudalism*. *Asian and African Studies*, (16), 1982, p. 281-292. Leia-se, também, ANDERSON, Perry. *Lineages of the Absolutist State*. London: New Left Books, 1974, p. 361-394.

costume desenvolvido mais nos outros *beyliks* turcos do que no Estado Otomano. Este adotou a prática muito tempo depois de haver se instalado na região. Na realidade, depois de eliminar os principados concorrentes conquistando suas terras.⁸⁰ A outra linha evoca a atitude dos conquistadores otomanos que mantiveram o *modo de produção feudal* intocado em vastas áreas dos Bálcãs e, mais tarde, da Hungria. Interessados em assegurar o fluxo dos tributos, inclusive o *devşirme*, para seus domínios, os funcionários burocráticos e os militares otomanos apoiaram a continuidade da dominação exercida por segmentos – doravante desarmados, por suposto – da velha nobreza cristã grega ou católica.⁸¹

Minhas observações são de outra natureza. Eu procurei acentuar que, aos pés das muralhas de Constantinopla travou-se uma batalha de projetos de futuros potenciais para o Império entre os comandantes janízaros e os comandantes das tropas tradicionais.⁸² Ao empregar o termo feudal, minha preocupação é mais denotar uma estrutura política de laços de vassalagem do que uma *Formação Social* ou um *Modo de Produção*, nos sentidos convencionados pelos marxistas. De resto, se o crescimento dos *timariotas* se deu no decurso do século XV, foi igualmente nele que famílias de pastores e agricultores de origem turca espalharam-se por toda a Anatólia procurando assegurar o controle das terras de plantio ou de pasto para si e, não, como trabalhadores em grandes ou médias propriedades. A forte redução da população por todo o Oriente Médio no século anterior favorecera-as indiretamente. Se os comandantes militares tradicionais quisessem desenvolver práticas feudais ao feitio dos europeus, impedindo-lhes o acesso livre aos recursos naturais, era possível que aquelas famílias achassem lugares onde se refugiar e começar uma nova vida. Seja como for, a continuidade da expansão imperial otomana expressou claramente um patamar mais avançado na ascensão política dos oficiais janízaros. E, para retomar alguns fios de argumentação, levou o Sultanato a se aproximar dos limites da convivência pacífica possível com seu vizinho Mameluco. Veremos mais adiante como as rugas foram

⁸⁰ MOUTAFCHIEVA, Vera P.. **Agrarian Relations in the Ottoman Empire in the 15th and 16th Centuries**. Boulder/New York: Distributed by Columbia University Press, 1988 (*East European Monographs*, CCLI).

⁸¹ CVETKOVA, Bistra A.. **Les Institutions Ottomanes en Europe**. Wiesbaden: Franz Steiner Verlag, 1978. (*Veröffentlichungen der Orientalischen Kommission*, Bd 32).

⁸² Retornarei a esse tema no Capítulo III, no qual farei um apanhado da história dos Otomanos e dos Mamelucos.

crecendo até que verdadeiras guerras foram travadas entre eles, ainda no século XV. Por ora, cabe um resumo das conquistas e dos malogros territoriais da Casa de Osman naquela conjuntura.

Desde abril de 1453, os guerreiros do sultão Mehmet II estavam fustigando duramente os bizantinos. Era uma luta desigual. Perto de 80 mil otomanos contra cerca de 8 mil gregos, italianos, armênios e algumas outras etnias reunidas pelo *Basileus*. Os invasores contavam, ainda, com uma expressiva superioridade bélica. Mesmo assim, não foi uma vitória fácil, a considerar os depoimentos legados pelos contemporâneos.⁸³ Jason Goodwin, com a vantagem literária de ser, além de historiador profissional, um romancista muito bem sucedido, traçou um quadro vivo daqueles momentos.

Em frente à tenda do sultão se encontravam as novas máquinas cuja invenção havia transformado a guerra medieval e que, possivelmente, inclinaram a balança a favor dos assaltantes daquela cidade temerosa da batalha. No verão de 1452, um fundidor de canhões da Transilvânia ofereceu seus serviços ao imperador {bizantino} que não pode pagar o salário que ele pedia e nem proporcionar-lhe o material necessário para desenvolver seu projeto. Então, Urbano – era assim que ele se chamava – falou com Mehmet; o sultão lhe ofereceu quatro vezes o salário que ele pedia e toda a assistência técnica que seu projeto requeria. Urbano fundiu em três meses o canhão que afundou o barco veneziano defronte das muralhas {do castelo} de Rumeli Hisar. Em janeiro, apresentou em Edirna um monstro duas vezes maior que o primeiro: media mais de oito metros de comprimento e o bronze do canhão tinha 20 centímetros de espessura; as bolas que disparavam pesavam mais de 600 quilos e tinham que ser arrastadas até o canhão por um carro especial puxado por 30 bois, sob a supervisão de 700 homens. Na primeira vez que se testou o mecanismo, avisou-se os habitantes de Edirna que não temessem o barulho ensurdecido que iriam escutar.

⁸³ Vejam-se os excertos de gregos, latinos e turcos traduzidos e editados por PERTUSI, Agostino (Testi a cura di). **La Caduta di Constantinopoli**. Milano: Fondazione Lorenzo Valla/Arnoldo Mondadori Editore, 1976, 2 Tomos.

O projétil voou um quilômetro e meio e afundou dois metros no chão. Imediatamente depois, 200 homens pavimentaram o caminho que ia até Constantinopla. As pontes foram reforçadas e se dobrou o número de bois que deviam carregar o canhão. No dia 7 de fevereiro de 1453, aquela lançadeira de rochas ‘do tipo mais novo, de uma estranha classe, em cujo poder, embora demonstrado pela experiência, era difícil de crer’, foi colocada no local indicado e ali esperaria a resposta de Bizâncio ao ultimato de Mehmet.⁸⁴

Na manhã de 29 de maio de 1453, um contingente de soldados otomanos, adentrando uma brecha aberta a tiros de canhão nas muralhas da cidade, irrompeu pelas ruas da capital do Império Romano do Oriente. Eles encontraram bairros quase vazios e ruínas por todos os lados. A população vencida estava esgotada por semanas de resistência. Numerosos letrados, mercadores e sacerdotes tinham escapado ao cerco nos meses anteriores e procurado refúgio nas cidades da Itália e de outros países europeus. Muitos historiadores reconhecem que a decadência da capital bizantina não era consequência da expansão otomana ou dos conflitos com os principados e reinos eslavos, mas remontava ao fatídico ano de 1204, quando os cruzados a invadiram, saquearam e nela se instalaram até 1261. Durante aquele período, os latinos se apoderaram de uma parte significativa das riquezas da cidade e obtiveram lucros formidáveis ao controlarem um terminal de negócios de grandes proporções.⁸⁵ Neste aspecto, os testemunhos pungentes da conquista de Constantinopla pelos cruzados pouco diferem em termos formais daqueles que foram dados, duzentos e cinquenta anos depois, a propósito das atrocidades que teriam sido cometidas pelos turcos e seus aliados.⁸⁶ Com efeito, a tradição militar turca rezava que os guerreiros tinham o direito de praticar o saque durante três dias após uma vitória sobre uma cidade que não se rendesse por vontade própria. Essa era uma das motivações essenciais dos soldados, ao lado do afã de combater

⁸⁴ GOODWIN, Jason. **Op. cit.**, p. 32.

⁸⁵ Ver, ANGOLD, Michael. *After the Fourth Crusade: the Greek rump states and the recovery of Byzantium* in: SHEPARD, Jonathan (Edited by). **The Cambridge History of Byzantine Empire, c.500-1492**. Cambridge/New York: The Cambridge University Press, 2008, p. 731-758.

⁸⁶ Leiam-se os relatos recolhidos por ANDREA, Alfred J. (with WHALEN, Brett E.). **Contemporary Sources for the Fourth Crusade**. Revised edition. Leiden/Boston: Brill, 2008 [2000]. Excertos significativos de fontes encontram-se na formidável antologia organizada por GEANAKOPOLOS, Deno John. **Byzantium: Church, Society, and Civilization Seen through Contemporary Eyes**. Chicago/London: University of Chicago Press, 1984, p. 356-381.

os infiéis e da busca de prestígio dentro e fora do mundo militar através de atos de bravura. Descrições horripilantes das atrocidades impetradas pelos turcos corriam pela Ásia e pela Europa precedendo, muitas vezes, a chegada de seus exércitos contribuindo, por suposto, para alterar o moral dos adversários. Não dá para saber com razoável clareza o que era propaganda, o que era contrapropaganda, o que era exagero e o que era factível. O fato bem sabido é que essas descrições perduraram por séculos nos bate-papos, nas artes plásticas, nas obras literárias e nos compêndios de história.⁸⁷ Depois dos três dias, ainda segundo os costumes, a região conquistada ficava sob o controle dos comandantes, burocratas e mulás designados pelo Estado que, em regra, incorporava prepostos locais ao seu esquema de poder. Os saques eram, então, proibidos e severamente punidos. Isso tudo teria ocorrido em Constantinopla, pelo que indica certa literatura.⁸⁸

Ao assumir o controle de Constantinopla, rebatizada de Istambul, o Império da Casa de Osman se tornou, de imediato, um dos atores de primeira grandeza na geografia política do Mundo Mediterrânico.⁸⁹ Nas semanas seguintes, Mehmet II tomou imediatas medidas para a retomada do crescimento urbano e a normalização da vida econômica. Os camponeses da região foram exortados a migrar para a cidade, os prisioneiros foram libertados, os exilados encorajados a voltar. Abriram-se lojas e oficinas artesanais financiadas pelo Estado. Numerosas obras públicas, entre elas o *Grande Bazar*, foram realizadas por batalhões de soldados. Os cristãos locais ficaram isentos do *devşirme*. Os gregos ortodoxos puderam eleger um novo titular para o Patriarcado, que lá manteve sua sede. Os

⁸⁷ Cf. WHEATCROFT, Andrew. **Infidels: A History of the Conflict Between Christendom and Islam**. New York: Random House, 2004 [2003] e CARDINI, Franco. **Europa e Islam: Storia di un Malinteso**. Bari: Editori Laterza, 2006 [1999].

⁸⁸ Confirmam-se, além das narrativas antes mencionadas de John Freely e Jason Goodwin, SHAW, Stanford J.. **History of the Ottoman Empire and Modern Turkey**. Cambridge/London: Cambridge University Press, 1976, Volume 1: *Empire of the Gazis: The Rise and decline of the Ottoman Empire, 1280-1808*, p. 55-67 (advirta-se, contudo, que, muitos historiadores, bem como militantes de causas etnonacionalistas armênias e assírias, acusaram Stanford Shaw de ser exageradamente favorável aos turcos em quaisquer circunstâncias) e VATIN, Nicolas. *L'ascension des Ottomans (1451-1512)* in: MANTRAN, Robert (Sous la direction de). **Histoire de l'Empire Ottoman**. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1989, p. 81-116.

⁸⁹ Sobre a mudança do nome da cidade (que, como vimos, os árabes e os turcos chamavam de *al-Kustantiniyya* ou *al-Kostantiniyya*), repudiada até muito recentemente pelos Estados do Ocidente, vejamos MANTRAN, Robert. **Histoire d'Istanbul**. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1996 (Coll. *Histoire des Grandes Villes du Monde*) e o muito erudito verbete (montado a partir de textos diferentes pelo editor do livro) de MORDTMANN, J. H.; INALCIK, Halil & YERASIMOS, Stéphane. *Istanbul* in: BOSWORTH, Clifford Edmund (Edited by). **Historic Cities of the Islamic World**. Leiden/Boston: Brill, 2007, p. 180-218.

armênios foram autorizados a escolher seu *Catholicos*. O *Grande-Rabino* foi nomeado representante de todos os judeus do Império. Contudo, muitas igrejas foram transformadas em templos islâmicos e bens pertencentes ao clero bizantino foram dados às irmandades sufis. As medidas destinadas a desenvolver a cidade atraíram turcos da Anatólia, gregos da Moreia e da Ásia Menor, eslavos dos Bálcãs, iranianos, árabes de vários países e refugiados judeus da Itália, da Alemanha e da Espanha (os *sefarditas*). A colônia dos genoveses de Gálata foi autorizada a manter seus negócios na Criméia e nas ilhas do Egeu. Pouco depois, um tratado similar foi assinado com Veneza. Esses acordos foram as primeiras *capitulações* (direitos de residência, de dispor de tribunais próprios, ficando fora da égide da *shariah*, e de comércio dados aos estrangeiros, ou seja, aos cristãos) outorgadas pelo Império.⁹⁰

As novas da Tomada de Constantinopla foram recebidas com euforia pelo Mundo Muçulmano. Para muitos fiéis, inclusive os que viviam no Sultanato dos Mamelucos, realizara-se um dos objetivos profetizados do Islã, uma vitória que era esperada desde o primeiro século da *Hégira*. O governante do Cairo, Al-Malik-al-Ashraf Inal, que em abril assumira o trono e mandara o sultão anterior, al-Mansur Othman, e sua família para um cárcere domiciliar em Alexandria, foi pessoalmente comunicado por um embaixador de Mehmet II da extraordinária conquista feita pelo Islam. Daí as festas que duraram vários dias.⁹¹ O mesmo, por suposto, não aconteceu na Cristandade. Superlativo, um cronista otomano escreveu, uns cinquenta anos mais tarde, que

a notícia desta conquista gloriosa, desta grande empreita se difunde em todos os países do mundo. Os amigos do sultão otomano exultaram e ficaram felizes, os inimigos da fé e do estado ficaram

⁹⁰ Há quem afirme que, foi precisamente ao conceder essas *capitulações* que o Estado Otomano, recém-transformado em Império, começou a... *capitular*. Veja-se, por exemplo, a análise refinada em termos de *teoria/modelo de dependência* feita por STAVRIANOS, Leften Stavros. **Global Rift: The Third World Comes of Age**. New York: William Morrow & Company, 1981, p. 122-139. Sobre o instituto das *capitulações* (em turco osmanli: *ahdiname*), ver a síntese de MASTERS, Bruce. *Capitulations* in: ÁGOSTON, Gábor & MASTERS, Bruce (Editors). **Encyclopedia of the Ottoman Empire**. New York: Facts On File, 2009, p. 118-119. Para uma abordagem documentada desse instituto do prisma das relações internacionais, consulte-se BOSTAN, Zeynep. **An Analysis on the *Ahdiname* Practice of the Ottoman Unilateral Diplomacy**. (Dissertation: Master of Arts in International Relations and World Order). Leicester, UK: University of Leicester, April 2011. (Esse trabalho é bastante informativo, mas tem um lado divertido: foi escrito em uma espécie de *Turkish style Macarronic English*...ou coisa linguística que o valha).

⁹¹ Cf. GLUBB, (Sir) John. **Soldiers of Fortune: The Story of the Mamlukes**. New York: Dorset Press, 1988 [1973], p. 351.

estupefatos e paralisados. (...) Ter posto a termo durante o seu reino uma ação tão gloriosa, ter revelado virtude tão apreciada, fez com que a fama do sultão ressoasse por todo o mundo.⁹²

Os adversários mostraram-se igualmente exagerados. As novidades chegaram ao Ocidente poucos dias depois sob a forma de relatos apavorantes de pilhagens, assassinatos, estupros e devastações. Dez anos mais tarde, um escritor bizantino, Ducae Michaelis, descreveu os episódios em cores compreensivelmente fortes. Seu texto não tardou a correr mundo e a adquirir entre os cristãos o estatuto de descrição absolutamente empírica e insofismável. Segundo ele, após três dias de saque, os turcos voltaram para suas casas, “carregados os navios com tanta riqueza que pouco faltou para que fossem tragados pelas águas”. Os barcos estavam abarrotados “de vestes preciosas, de vasos de ouro, de prata, de bronze e de estanho; e também de livros sem fim e de prisioneiros, tanto da classe sacerdotal quanto da laica, de monjas e monges”.⁹³ Ao longo das décadas seguintes, as notícias ganharam amplificação nos púlpitos, nos escritos teológicos e nos panfletos que, com a disseminação da prensa, chegavam agora a setores das camadas populares urbanas. Chorou-se por todo o continente o fim de Constantinopla e disso resultou uma gigantesca e plural literatura. Todavia, os governantes ocidentais pouco haviam feito para defendê-la. Pelo contrário. De todo modo, a proximidade do *Grande Turco* levou muita gente a perceber com bastante clareza o que restava da Cristandade Medieval. Os apelos malogrados do papa Pio II para que se organizasse uma Cruzada para reconquistar a *Nova Roma* esbarraram na força dos Estados Territoriais nascentes no Ocidente, demasiado ocupados com seus conflitos internos e com suas próprias guerras para

⁹² ČELEBI, Tādji Beg-zāde Ga’fer. *Libro che Celebra la Conquista di Istanbul Protetta di Dio* (Fragmento do *Mahrūse-i Istanbul Fetihnāmesi*). (Traduzione dal turco di Mario Grignaschi) in: PERTUSI, Agostino (Testi a cura di). **La Caduta di Constantinopoli**. Milano: Fondazione Lorenzo Valla/Arnoldo Mondadori Editore, 1976, Tomo 2: *L’Eco nel Mondo*, p. 279.

⁹³ DUCAE MICHAELIS (DUCAE NEPOTIS). **Historia Bizantina a Joanne Palaeologo, anno Christi 1341, ad annum 1462** apud ESPINOSA, Fernanda. **Antologia de Textos Históricos Medievais**. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1981, p. 344. Utilizei essa tradução para facilitar a consulta. O texto completo (traduzido do grego) está em MIGNE, Jacques-Paul. **Patrologiae Cursus Completus. Serie Graeca**. Paris: Imprimerie Catholique/Garnier, 1866, Tomo CLVII. O trecho em grego bizantino que contém as frases acima foi publicado e traduzido para o italiano por PERTUSI, Agostino (Testi a cura di). **La Caduta di Constantinopoli**. Milano: Fondazione Lorenzo Valla/Arnoldo Mondadori Editore, 1976, Tomo 2: *L’Eco nel Mondo*, p. 160-193.

concertarem uma ação capaz de ameaçar os Otomanos.⁹⁴ Por isso, se não fossem suas intenções publicitárias voltadas para dentro da Cristandade, soaria patética a carta que a Santa Sé enviou a Mehmet II, em 1458, ainda no calor abrasador dos acontecimentos. Nela o papa (Aeneas Silvio Piccolomini, Pio II) escreveu:

Como tua fama e tuas próprias ações nos dizem, teu maior desejo é subjugar os cristãos e apoderar-se do império do povo latino; e talvez haja quem te persuada da facilidade de consegui-lo, dizendo-te que tudo está ao alcance de tuas armas, enquanto outros, exagerando tuas forças, minimizam as dos cristãos; outros baseiam suas esperanças nas rivalidades e nos ódios que desgastam a nossa nação, crendo que não é difícil que possam ser vencidos por inimigos exteriores quem disputa em sua própria casa. Nós não acreditamos que tu sejas tão ignorante de nossa situação, ao ponto de não saberes o quão grande é o poder da nação cristã, o quão poderosa é a Espanha, o quão guerreira é a França, o quão populosa é a Alemanha, o quão valorosa é a Inglaterra, o quão corajosa é a Polônia, o quão vigorosa é a Hungria, o quão rica, decidida e hábil na guerra é a Itália. Bastou a Hungria para, durante bastante tempo, vencer a ti e a teus progenitores. Há oitenta anos os estandartes turcos enfrentam os húngaros e permanecem cravados nas margens do Siva e do Danúbio. Uma só nação atormenta tuas forças. Que farias se tivessem que lidar com os italianos, os franceses ou os alemães, enormes e poderosíssimos povos?⁹⁵

Se chegaram a ser realmente lidas pelo destinatário – o que muitos duvidam – essas ameaças dificilmente foram levadas muito a sério por Mehmet, seu vizir e o

⁹⁴ Cf. KOENIGSBERGER, H. G.; MOSSE, George L. & BOWLER, G. Q.. **Europe in the Sixteenth Century**. Second edition. Harlow, Essex: Longman/Pearson Education, 1989 [1968], p.229-299; NEXON, Daniel H.. **The Struggle for Power in Early Modern Europe: Religious Conflict, Dynastic Empires, and International Change**. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2009.

⁹⁵ PICCOLOMINI, Eneas Silvio, Papa Pio II. **Epistola a Mehmet II**. Edición del texto latino y traducción castellana de Domingo F. Saez. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2004, p. 49 (Colección *Nueva Roma*, 20). A movimentação na Santa Sé pode ser acompanhada pelo resumo feito por RUNCIMAN, Steven. **The Fall of Constantinople 1453**. London/New York: Cambridge at the University Press, 1969 [1965], p. 165-ss. Sobre a carta papal, veja-se a interessante análise de VIALON, Marie. *La lettre à Mehmet II ou le loup et le agneau*. **Cahiers d'Études Italiennes**, (13), 2011, p. 129-139.

asha (o comandante) dos janízaros. É mais plausível que tenham apenas motivado exibições de espadas ensarilhadas e declarações pantomímicas de guerra. Não sabemos muita coisa – e talvez jamais saibamos – a respeito do que o titular da Casa de Osman e seus assessores pensavam mais intimamente dos *franji*, da Santa Sé, dos Estados de *Dar-ul-Harb*, (Casa da Guerra), enfim, dos inimigos e dos aliados potenciais do Ocidente. No entanto, pelo que se pode deduzir dos textos que denotam a profunda autoconfiança que eles adquiriram ao tomarem al-Kostantiniyya, não seria de se excluir que tenham apenas dado uma barulhenta gargalhada coletiva. Nos poucos relatos que até agora foram encontrados apresentando a perspectiva otomana – em geral, como seria mesmo de se esperar, encomiásticos e com fortes apelos ao maravilhoso – a autoconfiança era evidente.⁹⁶ Qyvām ed-Dīn Qasim, que foi chefe do tesouro (*defterdar*) no reinado de Bayezit II, escreveu, por volta de 1488, que o gesto conquistador de Mehmet II, grandioso em si mesmo, tinha o adicional de realizar o desejo divino de exterminar

o exército de Satanás, dos malditos francos, gregos, *Arnavud*, albaneses e búlgaros, genoveses e catalões, e quantos mais que podem ser ladrões, bandidos e hipócritas de setenta e duas nações, tudo [que] estava reunido ali.⁹⁷

O cronista acreditava que essas motivações sagradas permitiram que todos os obstáculos fossem superados, em particular a muralha que há séculos vinha sendo assediada pelo Islam, inexpugnável, “como se o muro sólido e de pedra da construção fosse talhada de esmeraldas”. Mais tarde, toda a resistência da barreira dos infiéis vencida pela força da pólvora, via-se Mehmet montado em seu

cavalo milagroso, os tambores dos janízaros soando o motivo da vitória, a gloriosa bandeira erguida: ‘Deus é grande’; gritos e récitas da profissão de fé ressoavam tão forte a ponto de rachar a terra e

⁹⁶ Por sinal, mesmo quando se tratava de condenação severa, como no caso muito específico da narrativa de Konstantin Mihailović, um janízaro que retornou à Cristandade após ter sido capturado pelos húngaros, em 1463, o tom não mudava no que se referia ao estado d’alma da Sublime Porta. Cf. MIHAILOVIĆ, Konstantin. **Memoirs of a Janissary**. (Edited by Svat Soucek). Translated by Benjamin Stolz. Princeton: Markus Wiener Publishers, 2011 [após 1463].

⁹⁷ QASIM, Qyvām ed-Dīn. *Racconto delle conquiste del Sultano Mehmed* (Fragmento do *Fetihnâme-i Sultan Mehmed. Müellifi: Kivāmi*). (Traduzione dello tedesco di Barbara Stein Molineri) in: PERTUSI, Agostino (Testi a cura di). **La Caduta di Constantinopoli**. Milano: Fondazione Lorenzo Valla/Arnoldo Mondadori Editore, 1976, Tomo 2: *L’Eco nel Mondo*, p. 256-257.

fazê-la saltar aos ares. O barulho terrível da gritaria se espalha (...) Constantinopla está conquistada.⁹⁸

Essas declarações são, por suposto, altamente ritualizadas em termos retóricos. Para quem vivia de escrever ou, como ele, dependia dos favores que lhes eram concedidos pelo sultão, era fundamental aprender as regras do bem falar para por a pena a soldo da mais servil adulação. No entanto, estou propenso a crer que aqui não havia somente bajulices, mas não posso fazer mais neste momento do que indicar pistas. Esclareço-me brevemente: desde que li os estudos de Sanjay Subrahmanyam e de Luís Filipe Thomaz sobre o tema tenho ficado intrigado com a ideia de que, na virada do século XV ao XVI, soprava uma brisa messiânica respirada por monarcas espalhados da beira do Tejo às curvas do Ganges. Haveria um ânimo milenarista que o segundo vê em Dom Manuel I de Portugal, e o primeiro não somente neste, mas em diversos sultões, príncipes, reis e no xá (*Shah*) do Irã Safávida.⁹⁹ Comecei, então, a procurar *indícios* mais remotos disso, tendo em vista que um dos meus personagens, os *janízaros*, esteve profundamente envolvido – assim como seus senhores da dinastia de Osman – em uma *ordem de dervixes (rodopiantes)* de densa configuração mística e, ao mesmo tempo, guerreira, a *Bektāşiyya* (ou *Bektāshiyya*).¹⁰⁰ Daí que algumas frases – como, por exemplo, “gritos e récitas da profissão de fé ressoavam tão forte a ponto de rachar a terra e fazê-la saltar aos ares” – começaram a adquirir para mim um sentido menos metafórico e mais literal, uma vez que podem remeter a rituais celebrados tão logo se tinha a certeza da vitória. Tenha-se em mente que muitos crentes acusavam essa *ordem sufi* de macular a sobriedade do Islam adotando práticas pagãs advindas dos tempos nômades na Ásia Central, inclusive as danças

⁹⁸ *Idem, ibidem*, p. 257-258.

⁹⁹ THOMAZ, Luís Filipe Ferreira Reis. **De Ceuta a Timor**. Segunda edição. Lisboa: Difel – Difusão Editorial, 1998 [1994], p. 44-167; _____. *D. Manuel, a Índia e o Brasil*. **Revista de História**, (161), 2º semestre de 2009, p. 13-57; SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Connected histories: notes toward a reconfiguration of Early Modern Eurasia*. **Modern Asian Studies**, 31 (3), 1997, p. 735-762 e _____. **From the Tagus to the Ganges**. New Delhi/Oxford/New York: Oxford University Press, 2005, p. 103-137.

¹⁰⁰ Cf. TSCHUDI, Rudolf. *Bektāshiyya*. **The Encyclopaedia of Islam**. Leiden: E. J. Brill, 1986, Volume I, p. 1161-1163.

destinadas a provocar transe.¹⁰¹ De resto, apenas dou notícias aqui de uma proposta vaga de investigação. Nada mais.

Enfim, voltando ao assunto, observe-se que as exortações papais nem convenciam os governantes da Cristandade Ocidental, nem empolgavam os cristãos ortodoxos, que tinham muitas razões para desconfiarem das intenções dos latinos desde o século XIII. E foram apenas relativamente proféticas, posto que, consolidado o domínio sobre os Estreitos, Mehmet II desencadeou novas ondas de expansão. Primeiro, na própria Anatólia, onde, entre 1468 e 1474, os principados remanescentes foram anexados. Karaman, o mais poderoso, foi forçado a ceder quase todo o seu território em 1468, e o Sultanato pode estender seus domínios até o Rio Eufrates. Várias comunidades aldeãs dos Montes Taurus foram avassaladas. A Cilícia, território da Pequena Armênia, assediada há um longo tempo pelos Mamelucos, foi igualmente incorporada ao Império. Mehmet II voltou-se, então, para o Mediterrâneo. Friuli foi ocupada entre 1476 e 1478, e outra cidade do calcanhar da Itália, Otranto, foi saqueada por vários meses, em 1480 e 1481.¹⁰² Todavia, embora a corte católica tenha chegado a cogitar seriamente de abandonar Roma temendo uma escalada do Grande Turco, nem mesmo isso provocou um abalo sério nos dirigentes europeus. Os monarcas não se dispuseram a atender aos contínuos apelos do papado por uma guerra contra os islâmicos, com a exceção curiosa do rei de Portugal, Dom João II, que financiou uma pequena frota comandada pelo bispo de Évora, Dom Garcia de Meneses, e de alguns príncipes da

¹⁰¹ Cf. MASTERS, Bruce. *Bektaşî Order* in: ÁGOSTON, Gábor & MASTERS, Bruce (Editors). **Encyclopedia of the Ottoman Empire**. New York: Facts On File, 2009, p. 88-89.

¹⁰² Cf. o estudo judicioso de VERLINDEN, Charles. *La presence turque a Otrante (1480-1451) et l'esclavage* in: FONSECA, Cosimo Damiano (a cura di). **Otranto 1480: Atti del Convegno Internazionale di Studio Promosso in Occasione del V Centenario della Caduta di Otranto ad Opera dei Turchi**. (Otranto, 19-23 maggio 1980). Galatina: Congedo Editore, 1986, Volume primo, p. 137-149. A bibliografia sobre a presença otomana no sul da Itália é vasta. Vasta e enviesada. Ela está em grande medida sob a égide do drama católico dos assim-chamados *800 mártires de Otranto*, indivíduos que teriam sido barbaramente massacrados pelos turcos. Eles foram recentemente canonizados pelo Vaticano, após séculos de demanda de segmentos do clero e dos fiéis, sobretudo daquela região. Estudos que apenas comecei a desenvolver – e que pretendo retomar tão logo termine estas páginas – indicam uma interessante conexão entre a memória do martírio otrantino (codificada somente a partir de meados do século XVII e sempre sujeita a fortes controvérsias no seio do próprio clero católico) e os ideais nacionalistas de unificação da Itália no século XIX. Pelo que pude apurar, mas de modo ainda longe de ser conclusivo, nos últimos duzentos anos, Otranto 1480 oscilou entre ser um marco do testemunho diante do *infiel muçulmano* e ser um monumento de resistência da nacionalidade italiana frente a invasores estrangeiros. Acrescente-se a isso as acusações feitas aos venezianos de cumplicidade ostensiva com os inimigos da fé cristã. O Senado da Sereníssima não teria movido uma palha sequer para tentar impedir os barcos do Grande Turco – que passavam no horizonte, pois saíam do litoral da Albânia – de seguirem para o sul da Itália.

Itália e da Europa do Leste, que só conseguiram reunir suas tropas depois que os Otomanos foram embora. Com efeito, a morte do sultão, em 1481, e as disputas sucessórias que ela suscitou impediram a continuação das incursões ao cerne da Cristandade Latina. Afinal, nenhum comandante otomano com alguma pretensão política queria ficar fora de Istambul naquele período. Processos de sucessão eram momentos de confrontos acirrados, mortais mesmo, entre facções. Por isso, os avanços territoriais da Casa de Osman arrefeceram um pouco na primeira metade da década de 1480.

No mais, o papa Sixto IV continuou tendo muitas dificuldades para organizar uma frota capaz de se defender de invasões futuras. Os soldados, tão logo perceberam a retirada dos otomanos, desfizeram as tropas, frustrando as expectativas do papa de que pudessem atravessar o Adriático para tomar a fortaleza de Valona, na costa da Dalmácia, e controlar um ponto nevrálgico da logística regional.¹⁰³ Nas décadas seguintes, vários pontífices conclamaram em vão por cruzadas.¹⁰⁴ Em 1484, Inocêncio VIII convocou embaixadores de toda a Europa para que, reunidos em Roma, planejassem uma guerra comum contra os turcos, porém, como apontou John Hale, em 1488, os legados da Santa Sé ainda estavam a viajar em vão de corte em corte a fim de despertar o interesse das potências. Malogro semelhante ocorreu com uma convocação feita em 1500 por Alexandre VI e tantas outras mais tarde.¹⁰⁵ Enfim, a expectativa de um confronto de grandes proporções entre cristãos e muçulmanos espalhou-se, ainda que desigualmente, por várias regiões da Europa e muitas soluções foram propostas para evitar, adiar ou vencer a futura contenda. Falou-se até mesmo em desistir de qualquer reação, já que uma das interpretações então correntes da chegada dos turcos os considerava

¹⁰³ A presença de Dom Garcia de Meneses em tudo isso tem alguns aspectos engraçados. Ele chegou tarde à Península Itálica, ficou muitas semanas entretendo-se na corte papal com os letrados humanistas, ao invés de partir para o combate contra os otomanos, e quando voltou para seu país, logo foi acusado de estar envolvido em uma conspiração contra Dom João de Avis. Há muita diatribe literária/panfletária (antiga e moderna) contra ele e tratar dela faz parte de minhas intenções futuras de investigação sobre o tema de Otranto, em 1480. Aprendi muito sobre essa face do bispo de Évora lendo o trabalho de MELLO, Ieda Avênia de. **Rituais e Cerimônias Régias da Dinastia de Avis: Pacto e Conflito na Entronização de D. João II (Portugal – 1438 a 1495)**. (Dissertação de Mestrado em História Social). Niterói: Universidade Federal Fluminense/Depto de História, 2007.

¹⁰⁴ Vejam-se as fontes reunidas por HOUSLEY, Norman (Edited and translated by). **Documents on the Later Crusades, 1274-1580**. Basingstoke, Hampshire: Macmillan Press, 1996.

¹⁰⁵ HALE, John. **The Civilization of Europe in the Renaissance**. New York/Toronto: Atheneum/Maxwell Macmillan Canada, 1994 [1993], p. 132-135. E, sem dúvida, SETTON, Kenneth M.. **The Papacy and the Levant (1204-1571)**. Philadelphia: The American Philosophical Society, 1984, especialmente os Volumes. III e IV.

como castigos enviados por Deus para punir as imensas legiões de maus cristãos que viviam por todo o continente.¹⁰⁶ Martin Lutero pensou isso por algum tempo, entre meados da década de 1510 e meados da década de 1520.¹⁰⁷ Mas, já houve quem afirmasse que, na Alemanha, a ameaça otomana era exagerada pela propaganda dos Habsburgos, que buscavam apoio para suas ambições expansionistas sobre a Europa Oriental. Panfletagens à parte, o avanço sobre a Hungria ao longo dos anos de 1520 mostrou que havia boas razões para temer o *Grande Turco*.¹⁰⁸

O ano de 1453 teve significados menos visíveis ainda para quem adere ao patamar de mirada hegemônico no Ocidente. Um deles tem a ver com o Sultanato dos Mamelucos. Mencionei há pouco o governante do Cairo, Al-Malik-al-Ashraf Inal, que assumira o trono em abril daquele ano. Aparentemente, nada mais rotineiro em se tratando daquele Estado. Mais uma vez, como vinha ocorrendo desde o miolo do século XIII, um emir mobilizou seus soldados e seus clientes – incluindo seus antigos *mamluks*, agora libertos, mas enredados em uma teia de compromissos de fidelidade ao antigo senhor - e, alçando-se em armas, disputou o trono com a facção que estava no poder. O sultão derrubado foi, em seguida, mandado para o cárcere, longe do Cairo, mas não tão longe ao ponto de ficar fora dos olhares vigilantes dos homens que ascenderam ao controle do governo. Sabia-se muito bem que, em épocas passadas, mas bem lembradas pelos cronistas cortesãos, alguns sultões muito habilidosos e prestigiados foram capazes de angariar tropas e retomar o que perderam. Decerto alguns aliados em sua facção devem ter achado que melhor seria matar o destronado e seus herdeiros, como talvez fizessem os Otomanos, mas Inal escolheu um caminho menos violento. Não pagou caro por isso, mas teve um reinado bastante tumultuado, tanto pelo

¹⁰⁶ Cf. a síntese (talvez esquemática em demasia) de DELUMEAU, Jean. **La Peur en Occident (XIV-XVIII^e Siècles): Une Cité Assiégée**. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1978. Uma análise bastante elucidativa das diferentes formas europeias de encarar a presença otomana acha-se no capítulo sobre “the three Turks” de HOUSLEY, Norman. **Religious Warfare in Europe, 1400-1536**. Oxford/New York: Oxford University Press, 2002, p. 131-159, que matizou e diferenciou o que os adeptos da *histoire des mentalités* unificaram em padrões gerais.

¹⁰⁷ Seus principais textos foram publicados entre nós em LUTERO, Martinho. **Obras Selecionadas**. (Diversos tradutores). São Leopoldo/Porto Alegre: Editorial Sinodal/Concórdia Editora, 1996, Volume 6. É impressionante o que determinados agentes do extremismo fundamentalista evangélico fazem com as exortações de Lutero para uma guerra contra os Turcos.

¹⁰⁸ Cf. WHEATCROFT, Andrew. **Infidels: A History of the Conflict Between Christendom and Islam**. New York: Random House, 2004 [2003] e HOUSLEY, Norman. **Religious Warfare in Europe, 1400-1536**. Oxford/New York: Oxford University Press, 2002, p. 131-159.

descontrole de seus próprios *mamluks* – acusados por Ibn Taghri Birdi, o mais importante cronista daquele período, de sediciosos – quanto pela onda de pestes que o Egito enfrentou.¹⁰⁹

O que quero de fato comentar tem mais a ver com um processo que remonta ao sultão que antecedeu Inal, al-Mansur Othman, que ascendera ao trono em janeiro daquele mesmo ano e, portanto, nem chegou a esquentá-lo. Veremos no Capítulo 02 maiores detalhes sobre a *organização política* do Sultanato dos Mamelucos. Por ora o que interessa observar é que al-Mansur Othman foi indicado pelo seu pai, o sultão Malik al-Dhahir Jaqmaq (ou Chakmak), para suceder-lo ainda em vida, o que significava uma tentativa de continuidade dinástica repudiada por uma parcela importante dos *mamluks*. Inal faleceu em fevereiro de 1461. Sua facção ainda retinha força suficiente para conseguir entronizar seu filho, Al-Mu'ayyad Ahmad, mas não foi capaz de manter-lhe à testa do Estado por mais de quatro meses. Ele foi derrubado pelos *mamluks* de Kushqadam, um *shaykh* ligado à velha cepa da casa de Barkuk, o primeiro dos sultões circassianos, que assumiu o poder entre 1382 e 1399. Contraste forte e curioso: enquanto o vizinho otomano rival consolidava uma estrutura imperial que tinha a Casa de Osman por vértice da autoridade política, a facção hegemônica entre os mamelucos apostava no seu mecanismo tradicional de composição da elite/casta dirigente, que tinha entre seus segredos a possibilidade de ascensão de emires, por assim dizer, vindos aparentemente do nada. Em 1453, Mehmet II adquiriu a eternidade de seu nome. Mas, quem se lembra de Jaqmaq, al-Mansur, Inal e Ahmad? Os manuais de história do Oriente Médio, mesmo os melhores, simplesmente ignoram-lhes. Não passaram, sugere, no fundo, essa literatura, de peças de um mecanismo impessoal de articulação do poder político desencadeado nos tempos dos Aiúbidas, na primeira metade do século XIII, desenvolvido à perfeição pelos Mamelucos e extinto somente quando o Sultanato foi derrubado, em 1517.

Foi também nas proximidades de 1453 que uma mudança política importante ocorreu na região entre a Transoxiana e os contrafortes do planalto da Anatólia por onde circulavam os povos de duas confederações de pastores-

¹⁰⁹ Infelizmente, não conheço árabe o suficiente para ler a edição (acessível online) de Ibn Taghri Birdi feita por William Popper. Contentei-me em trabalhar com os resumos feitos por GLUBB, (Sir) John. **Soldiers of Fortune: The Story of the Mamlukes**. New York: Dorset Press, 1988 [1973].

guerreiros lideradas por clãs de forte inclinação mística, *Qara Qoyunlu* (*Carneiro Negro*) e *Aq Qoyunlu* (*Carneiro Branco*).¹¹⁰ Não precisamos entrar em minúcias sobre elas. Basta afirmar que, como nunca é de se estranhar, há controvérsias imensas a propósito de seus nomes, composição étnica, organização política, estruturas demográficas e atividades econômicas principais. É ampla a aceitação entre os pesquisadores da ideia de que seus nomes – de óbvia conotação pastoril – remetiam aos totens reguladores das linhagens, sobretudo dos clãs dominantes. Há, contudo disputas sobre suas origens. Para uns, eles se formaram nos séculos XI e XII, nos tempos em que os turcos Seljúcidas assumiram o controle dos territórios que, no passado, pertenceram ao Califado Abássida (mais informações no Capítulo 02). Seriam mais uns dos diversos agregados de clãs que aproveitaram para migrar da Ásia Central para o Oeste em busca de pastos, butins e glórias. Para outros, eles teriam se articulado bem mais tarde, à época em que os Timúridas estavam a arregimentar tribos para combaterem ao seu lado na Ásia Ocidental, ou seja, na segunda metade do século XIV. As duas confederações eram rivais. Suas lideranças tentavam derrubar umas as outras e unificá-las sob sua égide. Embora fossem identificadas como tropas de pastores-guerreiros, muitas das famílias que as compunham viviam nas aldeias e nas cidades arrebatadas como espaços de captação tributária e, portanto, alvos de cobiça daquelas lideranças. Elas tinham diplomacias próprias, em grande medida voltadas para a ampliação de um arco de alianças contra as ambições expansionistas dos Otomanos e a política dos Mamelucos de manterem tropas agressivas em suas fronteiras. *Carneiro Branco* e *Carneiro Negro* ombrearam com Timur Leng durante as razias devastadoras na Anatólia, nos primeiros anos do século XV, que resultaram na captura do sultão Bayazit I, executado em 1402, e numa séria ameaça de dissolução do poder efetivo da Casa de Osman.

Nas décadas seguintes, enquanto os Otomanos voltavam-se cada vez mais para os Bálcãs e para o projeto de apoderar-se de Constantinopla, ou seja, para as franjas da Anatólia no Dardanelos, no Mar de Mármara, no Bósforo e no Mar Negro, as confederações (aparentemente multiétnicas, pois nelas havia curdos,

¹¹⁰ Para o que se segue, ver ANOOSHAHR, Ali. *Timurids and Turcomans: transition and flowering in the Fifteenth Century* in: DARYAEE, Touraj (Edited by). **The Oxford Handbook of Iranian History**. Oxford/New York: Oxford University Press, 2012, p. 271-284.

turcomanos, iranianos, turcos azeris) articularam suas próprias redes de alianças com os principados (*beyliks*) que ainda não tinham sido avassalados pelos Otomanos ou que, graças às invasões timúridas, conseguiram recuperar alguma independência. Nos anos de 1450, os guerreiros de *Aq Qoyunlu* conseguiram afastar gradualmente os competidores de *Qara Qoyunlu* das partes ocidentais do Irã, do norte da Mesopotâmia e do planalto da Armênia e da Anatólia. Liderados por Uzun Hasan, que reinou entre 1453 e 1478, eles se tornaram uma entidade geopolítica capaz de influenciar o jogo de disputas estratégicas na região, rivalizando cada vez mais abertamente com Istanbul e com o Cairo (e Damasco). Tamanha presença levou Stephen Dale a sustentar que existe em tudo isso um padrão de continuidade. Para ele, como para diversos outros historiadores, “Qara e Aq Qoyunlu representaram, ambas, um outro capítulo na contínua dominação tribal túrquica do Irã e da Anatólia”, processo que vinha dos tempos das migrações dos Seljúcidas no décimo século, e que “reviveu após o colapso do mando Mongol em 1336”.¹¹¹

Durante o reino de Uzun Hasan, conquistaram-se posições – ou seja, pastos e espaços de extração tributária – na Geórgia, no Curdistão, no noroeste e no centro do Irã e na Anatólia Oriental. Vejam o que isso veio a significar para os dirigentes Mamelucos. Eles tiveram a Circássia/Geórgia, sua mais acalentada fonte regional de produção de futuros escravos-soldados, parcialmente tomada por um Estado competidor. Se recordarmos que a década de 1460 foi de forte mortalidade no Levante e no Egito, podemos estimar o quanto os emires caiotas e damascenos devem ter se inquietado com a possibilidade de um curto-circuito no fluxo de cativos. Naquele período, *Carneiro Branco* começou um processo de sedentarização. A corte, sediada em Herat, começou a dar sinais de que pretendia estabelecer um reino bem demarcado por toda aquela região. Letrados foram atraídos, mesquitas e obras de caridade foram prodigamente financiadas, emissários foram mandados a diversas cortes. O chefe do Estado mantinha relações muito próximas com o clã dos Safávidas, uma ordem sufi bastante influente, radicada sobretudo no Azerbaijão e no Curdistão. Uma de suas irmãs casou-se com Junaid, o *pir* (literalmente, professor sufi) principal. Uma de suas

¹¹¹ DALE, Stephen Frederic. **The Muslim Empires of the Ottomans, Safavids, and Mughals**. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2010, p. 63-64.

filhas foi dada em casamento a Haidar, filho de Junaid, que, com a morte de seu pai, em 1460, liderou a ordem até falecer, em 1488. Todavia, essas iniciativas foram limitadas pela enérgica ação dos comandantes otomanos, que atacaram e dispersaram os súditos de Hasan, em 1473, e daí em diante avassalaram uma boa parte da população.

Não há vazios no Oriente Médio. Nem mesmo nos desertos menos hospitaleiros. O declínio do *Carneiro Branco*, a principal entidade política da Anatólia Oriental por meados do século XV, tornou ainda mais importante dois de seus antigos aliados, o principado *Karāmān-Oghullari* (*Caramânida*, é uma transliteração possível) e o principado *Dhu'l-Kadr* ou *Zu'l-Kadir* (Dulgadir), localizados na fronteira com a Síria do Norte, zona de domínio do Sultanato Mameluco. Eles eram os últimos dos vários *beyliks* criados por *khans* turcos nos tempos que se seguiram à decomposição do Sultanato dos Seljúcidas do Rum, durante o século XIV. Não se sabe muito a seu respeito. Aliás, nota-se facilmente o quanto seu tratamento pela historiografia se ressentia de excessos de analogias com um principado bem melhor conhecido, o dos Otomanos no século XIV. Sua população era composta por pastores-guerreiros, horticultores, e uns poucos segmentos profissionais urbanos, incluindo *soldados-escravos* que protegiam o governante, mas aparentemente nada era muito complexo e não há notícias de intenções expansionistas daquele Estado. Pelo contrário, seus dirigentes viviam a espera de algum confronto decisivo ou com Mamelucos ou com a Casa de Osman, que jamais lhes perdoara o apoio dado aos Timúridas.¹¹² Na década de 1470, após destruírem o Estado do *Carneiro Branco*, os Otomanos avassalaram o principado Caramânida. Pouco tempo depois, aquele território era visto como mais uma das províncias do Império de Istambul. Quanto ao outro *beylik*, Dulgadir, cliente dos Mamelucos, acabou se tornando um dos pontos mais densos de discórdia entre os dois Impérios da região. A disputa pelo controle desse verdadeiro Estado tampão foi uma das causas da longa guerra travada entre eles, entre 1485 e 1491. Guerra que a bibliografia tende a considerar inútil, pois nenhum dos dois saiu ganhando, já que os territórios de cada um ficaram na mesma e o principado manteve-se de pé,

¹¹² Cf. REED, H. A.. *Karāmān. The Encyclopaedia of Islam*. Leiden: E. J. Brill, 1997, Volume IV, p. 617-618 e MORDTMANN, J. H. & MÉNAGE, V. L.. *Dhu'l-Kadr. The Encyclopaedia of Islam*. Leiden: E. J. Brill, 1991, Volume II, p. 239-240.

por mais trinta e poucos anos, até que virou província imperial no reinado de Suleiman.¹¹³

Nesta sequência, é preciso, agora, dar uma breve palavra sobre um Estado que, a partir de 1501, tornou-se um ator fundamental no cenário que estamos descrevendo, o Reino criado pela ordem sufi dos Safávidas na Pérsia/Irã. Naquele ano, Ismail, um adolescente que herdara a chefia do clã, atacou com seus soldados a cidade de Tabriz, e, após se proclamar a encarnação do 12º imã, assumiu o título persa de Xá (*Shah*, Rei). Há muita polêmica entre os historiadores quanto a esse espetacular gesto religioso, considerando o fato central de que a ordem era *sunita*. Para a maioria – incluindo-se os autores de manuais – o credo do jovem governante, a variante xiita (*shiya*) do Islã, tornou-se com ele uma religião de Estado. Para outros, o processo foi bem mais demorado. A corte tornou-se *xiita duodecimal*, mas a conversão das camadas populares e mesmo de segmentos das elites regionais foi lenta.¹¹⁴ Seja como for, altamente motivados, os sequazes do novo governante – os *Qizilbash* (*Cabeça Vermelha*, por ser esta a cor de seus turbantes) conseguiram, em poucos anos, açambarcar uma boa parte do que hoje é o noroeste do Irã, a Armênia e o Azerbaijão. Contaram, para isso, com o fato de que Otomanos e Mamelucos, as potências regionais por excelência, tinham ido à guerra em finais do século XV (veremos isso mais a frente). Todas essas áreas eram vistas basicamente como espaços de captação de tributos e de recrutamento de guerreiros, bem como cabeças de ponte para a ação dos prosélitos (comerciantes, artesãos e técnicos itinerantes, pregadores) que disseminavam a fé dos Safávidas. Mas, Istambul e o Cairo tinham finalmente pactuado uma paz confusa, e não demorou muito até que as pretensões da nova elite dirigente da Pérsia esbarrassem nos interesses do Império Otomano.

Em 1512, Ismail Xá e seus *Cabeças Vermelhas* avançaram sobre a Anatólia, adentrando terras da Casa de Osman. Ele justificou essa ação em nome da proteção aos xiitas da região que estariam sendo perseguidos a mando de Bayazit e do seu filho e herdeiro Selim. Ele não mencionou, evidentemente, que seus agentes

¹¹³ Ver, EMECEN, Feridun M.. *Anatolian Emirates* in: ÁGOSTON, Gábor & MASTERS, Bruce (Editors). **Encyclopedia of the Ottoman Empire**. New York: Facts On File, 2009, p. 40-42.

¹¹⁴ Para o que se segue, ver ROUX, Jean-Paul. **Histoire de l'Iran et des Iraniens: Des Origines à nos Jours**. Paris: Libraire Arthème Fayard, 2006, p. 390-400 e AXWORTHY, Michael. **A History of Iran: Empire of the Mind**. New York: Basic Books, 2008, p. 123-144.

vinham estimulando rebeliões contra os sunitas há, pelo menos, dez anos. Os otomanos deram-lhe um *ultimatum*, exigindo sua retirada.¹¹⁵ Istambul tinha, ainda, a desconfiança de que uma aliança estava a ser urdida em segredo entre os Safávidas e os Mamelucos. Como o Xá se recusasse a recuar, Selim partiu do Bósforo a frente de um exército suficientemente grande para demonstrar sua intenção de erradicar o problema. Ao longo do seu caminho para a Anatólia Oriental, o sultão teria empreendido verdadeiros massacres em aldeias de populações xiitas, inclusive em muitas que nem mesmo tinham entrado em contato com os emissários dos Safávidas. Por fim, no dia 23 de agosto de 1514, as tropas de Selim I e de Ismail Safavid travaram a Batalha de Chaldiran, ao norte do Lago Van. Os Otomanos a venceram. Segundo a historiografia dominante, em grande medida graças ao uso de armas de fogo contra uma cavalaria de armas brancas. Tabriz foi ocupada por algum tempo, mas o sultão e seus comandantes decidiram voltar para sua capital. Ismail pode, assim, manter-se no poder.¹¹⁶ Esse confronto marcou o começo de 200 anos de guerra entre os dois impérios. De imediato, ele veio a significar um êxito fundamental para Istambul, já que uma forte ameaça na frente oriental fora momentaneamente contida. Havia, agora, condições logísticas para lançar uma ofensiva de grandes proporções no Levante, na Península Arábica e no Egito, áreas de domínio do Reino Mameluco do Cairo. Também seria mais fácil organizar tropas para tentar invadir a Europa Central. É claro que, naquele então, os otomanos não podiam prever totalmente o forte impacto que a presença dos portugueses no Oceano Índico estava por causar sobre as rendas que eles auferiam graças aos fluxos comerciais que conectavam a Índia ao Mediterrâneo através do Golfo Pérsico e do Mar Vermelho.

Falta falar do terceiro elemento na composição do cenário geopolítico visto pelo alto, das janelas palacianas. Vou apenas tocar ligeiramente nele, uma vez que todos nós temos muitas informações escolares – e elas importam aqui – sobre o nascimento daquilo que um diplomata nacionalista indiano de meados do século XX chamou de *Era Vasco da Gama* da história asiática. Há uma espécie de narrativa

¹¹⁵ Uma tradução em língua inglesa da *carta-ultimatum* de Selim a Isma'il acha-se em SAUNDERS, John J. (Edited by). **The Muslim World on the Eve of Europe's Expansion**. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, 1966, p. 40-43.

¹¹⁶ Cf. BACQUÉ-GRAMMONT, Jean-Louis. *1514: Défaite des Têtes-Rouges (Qizilbash) à Chaldiran* in: BOUCHERON, Patrick (Sous la direction de). **Histoire du Monde au XV^e Siècle**. Paris: Librairie Arthème Fayard/Pluriel, 2012 [2009], Tome 2: *Temps et Devenirs du Monde*, p. 318-324.

protocolar que associa, por meio de relações de causalidade, a crescente presença otomana no Mediterrâneo Oriental, a instabilidade do Sultanato Mameluco, o comércio de especiarias e as navegações lusitanas rumo ao Oriente. Ela não respeita muito a cronologia, pois tende a ver os Otomanos como obstáculos à continuidade de um comércio imensamente lucrativo galvanizado por Cidades-Estados italianas, em particular, Genova e Veneza. Os confrontos entre estas e os intentos venezianos de montar um pequeno império colonial nos arquipélagos do que o *doge* e seus associados entendiam por seu próprio Mare Nostrum, são, via-de-regra, minimizados. A ideia é simples e foi reiterada por Robert Marks, em um manual recente que é excelente em vários aspectos. Segundo ele, após a queda de Constantinopla, em 1453, os ocidentais perceberam que,

as forças do Islam não estavam gastas e que os europeus poderiam se tornar ainda mais marginalizados no mundo do que já estavam. Os Otomanos bloquearam o acesso dos europeus ao Mediterrâneo Oriental e, por conseguinte, aos circuitos comerciais para a China e o Oceano Índico, forçando os europeus a procurarem rotas alternativas para obter acesso às riquezas da Ásia.¹¹⁷

Todos nós já lemos isso em algum lugar. Não, não é bem assim. Já lemos *quase tudo isso*, uma vez que Marks, cujo livro foi amplamente incensado, tocou em um tema que não orna com o que estamos acostumados: a pouca importância da Europa do ponto de vista da História Global de finais da Era Medieval. Neste sentido, ele expressa uma tendência analítica que cresceu muito dos anos de 1980 para cá, qual seja, a de explicar a expansão europeia como resposta aos desafios de suas carências. Comparados aos demais *centros de economias-mundo*, os Estados Muçulmanos, o Império da China, as Cidades-Estados e os principados do Mar Índico e do Extremo-Oriente, os países ocidentais tinham muito pouco a oferecer. Estavam isolados na ponta da Eurásia, tinham dificuldades para obter metais preciosos conversíveis em moeda, fabricavam bens artesanais e manufaturados muito toscos e pouco atraentes – com as raras exceções dos objetos de vidro do Adriático e as louças do Mar do Norte. Não foi a toa que os africanos requintados

¹¹⁷ MARKS, Robert B. **The Origins of the Modern World: A Global and Ecological Narrative from the Fifteenth to the Twenty-First Century**. Second edition. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 2006 [2002], p. 54-55.

do Mundo Swahili e os habitantes da Costa Malabar deram de ombros aos produtos que lhes foram oferecidos por um Vasco da Gama francamente embasbacado diante do que jamais imaginara ver naqueles rincões.¹¹⁸ De acordo com a perspectiva defendida, atualmente, por Robert Marks e tantos outros, navegar em busca de novos horizontes comerciais na África e na Ásia era uma decorrência da *pobreza relativa* e, não, como o relato tradicional da *Ascensão do Ocidente* nos habituou a pensar, o resultado de uma superioridade empreendedora dos burgueses e governantes europeus frente ao Globo.¹¹⁹ Que tenha sido assim ou não, o importante para estas páginas é apontar como foi que as atividades comerciais, militares e diplomáticas portuguesas foram percebidas pelas elites dirigentes dos Impérios Muçulmanos.

Notícias dos feitos lusos no Mar Índico não demoraram a chegar ao Cairo. Logo atingiram o Levante e, dali, Istambul. Mas ao que parece, nos primeiros anos nem Mamelucos nem Otomanos avaliaram que algo realmente catastrófico pudesse estar a se desencadear. Mesmo assim, as caravanas continuaram chegando como sempre à beira do Mar Negro e à Anatólia. No sul, no Mar da Arábia, os barcos muçulmanos continuaram a subir o Mar Vermelho e a assegurar o suprimento de especiarias e outras mercadorias aos comerciantes do Sultanato Mameluco. Entretanto, alguns alarmes começaram a soar a partir de 1502. Neste ano, o volume de mercadorias adquiridas pelos venezianos no Levante não foi suficiente para encher seus barcos. O senado da Sereníssima começou a cogitar seriamente de debandar para o outro lado do Mediterrâneo e disputar com os genoveses e mercadores do sul da França os acessos aos mercados de Portugal.¹²⁰ De todo modo, o Cairo, com quem Veneza mantinha velhos negócios muito lucrativos para ambos, não ficou parado. As informações sobre as ações dos lusos

¹¹⁸ Vejam-se CURTO, Diogo Ramada (Direção de). **O Tempo de Vasco da Gama**. Lisboa: Difusão Editorial/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998, e o trabalho inovador de SUBRAHMANYAM, Sanjay. **The Portuguese Empire in Asia, 1500-1700: A Political and Economic History**. Second edition. Malden, Massachusetts/Oxford: Willey-Blackwell, 2012 [1993], que compreende a presença lusitana no Mar Índico a partir de um enquadramento geopolítico vasto, no qual Otomanos, Mamelucos, Safávidas, Indianos e outros interagem como sujeitos dotados de interesses diversos e, não, como inimigos metafísicos dos lusos e de todos os demais povos da Cristandade.

¹¹⁹ Esse tema foi desenvolvido, entre outros, por BENTLEY, Jerry H.. **Old World Encounters: Cross-Cultural Contacts and Exchanges in Pre-Modern Times**. Oxford/New York: Oxford University Press, 1993.

¹²⁰ Cf. SARDELLA, Pierre. **Nouvelles et Spéculations a Venise au Début du XVI^e Siècle**. Paris: Librairie Armand Colin, s/d (c.1948) (*Cahiers des Annales*, 1).

circulavam – diz-se mesmo que vindas da própria Índia, por meio de redes de espionagem – e cada vez mais estava claro que aqueles infiéis estavam dispostos a fazer parte da economia-mundo do Índico. Qansuh e seus emires procuraram atuar em duas frentes. Eles tentaram obter auxílio técnico dos italianos para a construção de uma frota capaz de enfrentar os canhões lusos e alguma matéria-prima, sobretudo a boa madeira da Anatólia, dos Otomanos. Em 1506, o Sultanato Mameluco dispunha de uns cinquenta barcos de guerra atracados em Suez, no Mar Vermelho. Logo a frota foi deslocada para Djeddah e enviada para combate nas proximidades de Diu, ao largo da costa do Gujarat (no noroeste da Índia), onde os muçulmanos obtiveram uma vitória estrepitosa, ao lado do governante local, que vinha resistindo aos invasores desde 1505.¹²¹ No ano seguinte, em janeiro, arcabuzeiros mamelucos derrotaram seus similares europeus mais uma vez no Índico. Porém, em fevereiro de 1509, novamente na costa de Diu, os portugueses infligiram-lhes perdas tremendas, e a frota voltou para o Mar Vermelho.¹²²

Desde 1507, os lusos estavam a fazer incursões mais do que preocupantes à costa do Hijaz. Além de afetarem os negócios tradicionais na região, estavam chegando perto das cidades santas e dos roteiros de peregrinação. Naquele mesmo ano, eles também começaram um demorado rito de aproximação diplomática dos Safávidas, ao mesmo tempo em que tomavam Hormuz, assumindo o controle da entrada do Golfo Pérsico. Portugal – isto é, a corte lisboeta e seus representantes nas Índias – acreditava ser possível engendrar uma aliança anti-otomana com Ismail e, talvez, com o reino da Etiópia. E tinha o maior interesse em manter as águas do Índico livres de Mamelucos e de aliados dos Otomanos. Por sua vez, os *Cabeças Vermelhas* e seu líder queriam, antes de mais nada, solapar alguns dos alicerces comerciais do Grande Turco e, mesmo que isso lhes custasse combater ao lado dos infiéis da Europa, acumular força militar para açambarcar o que fosse possível do território da Casa de Osman. A corte do Cairo aos poucos ficou isolada. Ela temia o vigor expansionista misticamente motivado dos Safávidas, temia não ser capaz de resistir aos portugueses, e não podia mais contar com os venezianos, que acabaram por se aproximar dos Otomanos – contra os quais tinham travado

¹²¹ CLOT, André. *L’Egypte des Mamelouks: L’Empire des Esclaves (1250-1517)*. Paris: Librairie Académique Perrin, 1996, p. 186-187.

¹²² WATERSON, James. *The Knights of Islam: The Wars of the Mamluks*. London: Greenhill Books, 2007, p. 277.

diversas guerras nas décadas anteriores – para usufruírem dos negócios que fluíam pelas rotas do Mar Negro.¹²³ A pirataria cresceu nas costas do Levante e do Egito e Qansuh foi forçado a gastar fortunas com a construção de uma linha de fortificações em vários pontos daquele vasto litoral.

Uma pausa para um breve excursão sobre terminologias e para um ligeiro deslocamento do lugar de mirada

Era possível distinguir em terras centro-asiáticas e médio-orientais de finais do século XV e inícios do século XVI, vários tipos de estruturas sociopolíticas: *agregados* de pastores-guerreiros nômades, que eventualmente se constituíam em *tribos*; Estados que assumiam a forma de principados marcados pela centralidade da família dirigente e seus aliados, e Impérios. Utilizando um vocabulário inspirado por Morton Herbert Fried, um antropólogo norte-americano, que reivindicava um horizonte de análise neoevolucionista, as duas primeiras formas de *organização política* estavam articuladas a três tipos históricos de sociedades, as *igualitárias* (*egalitarian societies*), as *hierarquizadas* (*rank societies*) e as *estratificadas* (*stratified societies*).¹²⁴ Antes de explicar seu entendimento de todas essas categorias, quero afirmar que, a mim soa particularmente atraente seu trato das modalidades de organização política sempre com o cuidado de acentuar a historicidade e a natureza relacional da definição – nativa ou externa – das entidades em tela. Além disso, ele incorporou os confrontos entre frações/facções – em todas as gradações de violência material e simbólica – à sua perspectiva de estudo da vida política em quaisquer tipos de sociedades. Com efeito, em contraste com certas teorias às quais repugnam tanto os conflitos que elas se refugiam na busca sôfrega por estruturas estáveis de parametragem da conduta dos atores, o horizonte de pesquisa proposto por Morton Fried toma como absolutamente

¹²³ Cf. HUMPHREYS, R. Stephen. *Egypt in the World System of the Later Middle Ages* in: PETRY, Carl F. (Edited by). **The Cambridge History of Egypt**. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 1998, Volume I: *Islamic Egypt, 640-1517*, p. 460-461.

¹²⁴ FRIED, Morton Herbert. **The Evolution of Political Society: An Essay in Political Anthropology**. New York: Random House, 1967. Sobre esse antropólogo, veja-se o comvente obituário de seu camarada SERVICE, Elman Rogers. *Morton Herbert Fried (1923-1986)*. **American Anthropologist**, 90 (1), 1988, p. 148-152.

normais as contendas intrasocietárias e a precariedade dos arranjos políticos e identitários.¹²⁵

A noção de *organização política* (*political organization*), bem como todas as demais, foi definida por Morton Fried de maneira explicitamente operacional. Ele deixou bem claro que não estava muito preocupado em cristalizar conceitos, mas em discutir possibilidades de tratamento das unidades de estudo. Segundo ele, esse termo “compreende aquelas porções da organização social especificamente relacionadas aos indivíduos ou grupos que dirigem os afazeres públicos ou buscam controlar a indicação ou a ação daqueles indivíduos ou grupos”. Ele prosseguiu observando que, “a definição de organização política não prescreve o caráter ou a severidade de sanções. Algumas sanções são requeridas para manter até mesmo o mais simples sistema político”.¹²⁶ Logo passou a diferenciar *governo* de *organização política*, anotando que, em seu vocabulário, o primeiro tem a ver com

um aspecto de um todo mais amplo e aqui tomado para compreender o sistema e o aparato de administração da organização política e o pessoal encarregado daquelas funções administrativas. No tocante ao pessoal, é obvio que, embora algumas culturas tenham uma especialização mínima de papel, todas devem fazer uma distinção, em algum grau, entre um indivíduo a agir em um papel governamental e em qualquer outro.¹²⁷

Quanto aos tipos de sociedades, as definições propostas por Morton Fried, foram feitas sempre na mesma linha de ênfase na operacionalidade. Sobre as *igualitárias* ele disse que não podiam ser consideradas como tais ao pé da letra,

¹²⁵ De um modo geral, esse estado dinâmico se configura em competições previsíveis, controladas e temporárias. Como observou Lewis Coser, essas tensões entre facções, classes e outras espécies de agrupamentos são inerentes ao funcionamento regular dos sistemas sociais. Elas possibilitam, para usar um clichê gráfico, que a coletividade exorcize seus demônios e regule as bordas possíveis de seus desvios. Cf. COSER, Lewis A.. **The Functions of Social Conflict**. New York: The Free Press, 1964 [1956], que reclamou a herança de Georg Simmel. Fried endossou essas fórmulas sociológicas, mas ampliou seu escopo de análise para nela integrar como dados de uma realidade cotidiana as disputas que redundavam em violência pouco controlável e risco de desagregação da unidade societária e até mesmo os faccionalismos deletérios e dissolventes. Ver, além do estudo antes mencionado, FRIED, Morton H.. *On the concepts of “tribe” and “tribal society”*. **Transactions of the New York Academy of Sciences**, 28 (4), series II, February 1966, p. 527-540.

¹²⁶ FRIED, Morton Herbert. **The Evolution of Political Society: An Essay in Political Anthropology**. New York: Random House, 1967, p. 21.

¹²⁷ *Idem, ibidem*.

uma vez que, a rigor, “a igualdade é uma impossibilidade social”. Por mais simples que sejam em termos tecnológicos, políticos e no tocante à diferenciação funcional, formações como as de caçadores-coletores conhecem desigualdades. Aparentemente, elas não as incentivam e produzem mecanismos distributivos de bens que reforçam elos de solidariedade e confiança bem como impedem a marginalização dos indivíduos que, por motivos diversos, ainda são (como as crianças muito pequenas) ou se tornaram inaptos para a reprodução da vida social. Mas, o aprofundamento das desigualdades não é um estado que seus integrantes tenham o desejo permanente de evitar. Tenha-se claro que, para Fried, “a igualdade não precisa ser identidade, as coisas podem ser iguais sem serem as mesmas”. Afinal, biologicamente falando, as pessoas são diferentes entre si. O emprego da noção de *sociedades igualitárias* implica, ele diz claramente, uma elipse: a ideia de relatividade. Em termos substantivos, elas podem ser assim designadas, pois não possuem “hierarquia e estratificação formais (...) e, portanto, se aproximam, embora com certeza não alcancem, da verdadeira igualdade”.¹²⁸ Por fim, uma definição concisa:

uma sociedade igualitária é aquela na qual existem tantas posições de prestígio em qualquer gradação dada de idade e sexo quantas são as pessoas capazes de preenche-las. Falando doutro modo, uma sociedade igualitária se caracteriza pelo ajustamento do número de estatutos (*statuses*) valorizados ao número de pessoas com aptidões para preenche-los. (...) Uma sociedade igualitária não tem quaisquer meios para fixar ou limitar o número de pessoas capazes de exercer o poder. As pessoas que puderem manusear o poder – seja mediante força pessoal, influência, autoridade, ou qualquer outro meio – podem de fato fazê-lo, e não há necessidade de agrupa-las para estabelecerem uma ordem de dominação e supremacia.¹²⁹

Uma vez mais, ele asseverou que a noção de igualdade por ele esgrimida não implica que todos os componentes da sociedade se comportem da mesma forma. Há os que se interessam por tais ou quais processos, os que querem

¹²⁸ FRIED, Morton Herbert. **The Evolution of Political Society: An Essay in Political Anthropology**. New York: Random House, 1967, p. 28.

¹²⁹ *Idem, ibidem*, p. 33.

galgar posições prestigiadas e os que apenas querem cuidar de suas vidas sem grandes compromissos. Noutras palavras, o antropólogo partiu da premissa de que as diferenças entre os indivíduos são efetivas em quaisquer sociedades. Ele supôs, igualmente, que essas formações sociais vivem em ambiente de escassez e que suas taxas de mortalidade são elevadas. Naquelas circunstâncias, os indivíduos precisam desenvolver relações de reciprocidade e contínua cooperação nas atividades de caça, pesca e coleta. Deste modo, disseminam saberes ambientais e tecnologias a serem coletivamente apropriados. Os referentes empíricos dessa construção tipológica encontravam-se em comunidades de caçadores-coletores das Américas, da África e da Oceania. Morton Fried, que ficou conhecido, inicialmente, por suas pesquisas sobre a China, não mencionou exemplos asiáticos significativos, afora uma ou outra anotação sobre esquimós.

Como afirmei mais acima, é bem provável que no Oriente Médio dos tempos de Selim, Ismail e Qansuh, bandos de caçadores-coletores – *sociedades igualitárias* – já não existissem. Se ainda existiam, estavam confinadas a nichos isolados nas montanhas e, talvez, nos pantanais do sul da Mesopotâmia. Os cronistas daquela época não lhes deram atenção. Tampouco o fizeram os historiadores contemporâneos. É evidente que ainda se caçava, pescava e colhia frutos, raízes e ervas, mais essas práticas eram cada vez mais secundárias no processo de reprodução das unidades sociopolíticas. Elas eram predominantemente horticultoras e, sobretudo, pastoras. Formavam o segundo tipo de sociedade definido por Morton Fried, *hierarquizada*. Trata-se daquela na qual

as posições de estatuto (*status*) valorizadas estão limitadas de tal maneira que nem todos os que possuem talento suficiente para ocupar tais estatutos conseguem realmente fazê-lo. Tal sociedade pode ou não ser estratificada. Ou seja, uma sociedade pode limitar acentuadamente suas posições de prestígio sem afetar o acesso da integridade dos seus membros aos recursos básicos dos quais a vida depende.¹³⁰

¹³⁰ *Idem, ibidem*, p. 109.

Foi nos quadros dessa definição que ele discutiu um tema de profundo interesse para minha análise, a *noção de tribo*, algo que lhe incomodava tanto que ele não hesitou em afirmar que essa palavra “figura proeminentemente na lista de termos técnicos putativos ranqueados em ordem por grau de ambiguidade”.¹³¹ Ela só perderia para raça em um campeonato de falta de sentido. Dada a sua importância para várias questões geopolíticas que discutirei mais adiante, vou suspendê-la por enquanto e partir para o terceiro tipo de sociedade caracterizado por Morton Fried, a *estratificada*. Note-se que as três formações sociais por ele descritas existiriam antes do surgimento do Estado. No horizonte neoevolucionista, este somente poderia nascer dentro deste último tipo, qual seja, uma sociedade na qual “membros do mesmo sexo e de estatuto equivalente de idade não têm acesso igual aos recursos básicos que sustentam a vida”. Neste sentido, “a manutenção de uma ordem estratificada demanda sanções a imporem um poder que ultrapassa os recursos de um sistema de parentesco, que se adequa aos propósitos de uma sociedade igualitária ou mesmo hierárquica”, mas não é mais suficiente para assegurar o controle dos bens simbólicos, institucionais e materiais.¹³²

Tendo em mente que o motivo dessa recorrência à terminologia antropológica e sociológica é o de estabelecer alguns parâmetros para a descrição daquelas entidades que considero os principais protagonistas no cenário geopolítico médio-oriental na passagem do século XV para o XVI, vejamos agora os conceitos aqui manuseados de Impérios e tribos. Eles indicam objetos que se apresentam em escalas diversas de observação. São demasiado controvertidos nomeados por termos polissêmicos que têm seu próprio processo de desenvolvimento histórico. Ao dar-lhes uma acepção não estou pretendendo que

¹³¹ *Idem, ibidem*, p. 154.

¹³² *Idem, ibidem*, p. 186. A noção de *recursos básicos* (que, em estudo anterior, ele chamara, a meu ver, mais apropriadamente, de *recursos estratégicos*) desempenha aqui um papel central na economia conceitual. Ela se refere “àquelas coisas que, dada a base tecnológica e o ajuste ambiental da cultura, são necessárias para manter a subsistência”. Uma vez que uma sociedade está dividida em estratos – e não vem ao caso discutir agora as razões disso, que podem ser as mais variadas – não apenas é altamente possível que as (proto-)instituições governamentais, os sistemas de leis e os mecanismos de atribuição/distribuição da autoridade e do prestígio ganhem complexidade e conduzam à formação do Estado, como também que os recursos estratégicos fundamentais para a reprodução dos indivíduos que a compõem se tornem matéria de disputas cada vez mais acirradas. Cf. FRIED, Morton Herbert. *The classification of corporate unilineal descent groups*. **The Journal of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland**, 87 (1), January-June 1957, p. 1-29.

somente essa seja adequada ao trabalho de pesquisa; muito menos estou desconsiderando a pertinência dos vocábulos regionais. Apenas optei por estabilizar um idioma conceitual partindo da premissa de que é possível fazer descrições e interpretações razoavelmente objetivas dos objetos em tela, admitindo que eles não equivalem ao que os atores diziam de si mesmos e do mundo por meio do léxico nativo. Vamos, agora, à noção de Império(s), tomada como *configuração ideal-típica*. Numa de suas acepções mais simples e influentes, aquela proposta por Shmuel Eisenstadt, ela se refere a

um sistema político a abranger vastos e relativamente centralizados territórios, nos quais o centro, incorporado tanto na pessoa do imperador quanto nas instituições políticas centrais, constituiu uma entidade autônoma. Embora os impérios se tenham usualmente baseado em legitimação tradicional, eles, com frequência, abraçaram uma orientação política e cultural mais ampla, potencialmente universal, que ia além de qualquer uma de suas partes componentes.¹³³

O sociólogo israelense concebeu os impérios como ordens político-territoriais altamente centralizadas que estiveram dispostas, no decurso da história, em diferentes modalidades de exercício da autoridade. Para Eisenstadt, que operou em clave weberiana, existiram impérios de cariz patrimonialista, de moldes burocráticos *tout court*, carismáticos e tradicionais. Não é preciso discutir esse vocabulário e suas formulações por uma respeitável linhagem analítica. Nem mesmo no que se refere particularmente aos Estados Orientais, que foram objeto de muitas páginas de Max Weber.¹³⁴ Na realidade, as palavras do erudito germânico que efetivamente interessam a este estudo são aquelas com as quais ele procurou enquadrar os soldados-escravos. Mas, isso fica para o Capítulo 03. Por enquanto, o que vale acentuar na definição acima é a ênfase dada à identificação entre o Império e sua elite dirigente, mormente, a pessoa do imperador ou da

¹³³ EISENSTADT, Shmuel Noah. *Empires* in: SILLS, David (Edited by). **International Encyclopedia of the Social Sciences**. New York: Macmillan/The Free Press, 1968, Volume 5, p. 41.

¹³⁴ Cf. KUPER, Gina Zabudovsky. **Patrimonialismo y Modernización: Poder y Dominación en la Sociología del Oriente de Max Weber**. México: Universidad Nacional Autónoma de México/Fondo de Cultura Económica, 1993 e TURNER, Bryan S.. **Weber and Islam: A Critical Study**. London/Henley/Boston: Routledge & Kegan Paul, 1974.

imperatriz. Nessa perspectiva, os súditos ou os setores periféricos da entidade imperial tendem a adotar condutas passivas ou a serem considerados apenas pela ótica do sofrimento da dominação. Esse tipo de enfoque não é exclusivo das correntes funcionalistas convencionais, mas subjaz à muito influente teoria do Estado Absolutista desenvolvida por Perry Anderson e à noção de *Império-Mundo* que é tão cara à logística conceitual de Immanuel Wallerstein e de vários outros investigadores de sistemas. Noutras palavras, para eles, Impérios são comandados por elites, quase castas... imperiais, sem qualquer interferência dos indivíduos e grupos que vivem nas camadas sociopolíticas subalternas.

É melhor ir direto ao ponto: podemos não gostar nada disso, podemos detestar o simples fato de ouvirmos insinuações a esse respeito, mas não podemos abdicar de uma atitude analítica diante de uma série de indícios de que práticas imperialistas contam, com mais frequência do que desejaríamos admitir, com amplo apoio entre os súditos metropolitanos e entre muitos segmentos alocados nas semiperiferias e periferias coloniais. Faço duas perguntas singelas. Primeira: não será muito plausível afirmar que elites imperiais só podem ser bem sucedidas quando contam com súditos imperiais participativos? Segunda: não haveria quem – fora da ordem imperial ou em sua periferia – se beneficiasse largamente dos sucessos do Império? Não é preciso evocar aqui discursos historiográficos que mais se assemelham a apologias, como aqueles que Niall Ferguson ou, antes dele, David Fieldhouse (que parece ter mudado de ideia ao envelhecer) escreveram.¹³⁵ Tampouco é o caso de recordar os formuladores da doutrina do *imperialismo por convite*, Ronald Robinson e John Gallagher.¹³⁶ Sem mencionar as enquetes de opinião pública que sugerem uma forte cumplicidade entre os cidadãos e os governantes de vários Estados imperialistas dos dias de hoje, seja por razões bem pragmáticas (como defender a invasão de países produtores de petróleo para assegurar um padrão de consumo baseado nessa fonte de energia), seja por motivações políticas e religiosas que se apresentam

¹³⁵ Cf. FIELDHOUSE, David Kenneth. **Economics and Empire, 1830-1914**. London: Weidenfeld & Nicolson, 1976; FERGUSON, Niall. **Empire: How Britain Made the Modern World**. London: Penguin Books, 2004 [2003].

¹³⁶ Ver, ROBINSON, Ronald. GALLAGHER, John (with DENNY, Alice). **Africa and the Victorians: The Official Mind of Imperialism**. London: Macmillan, 1961.

como mais elevadas, por assim dizer.¹³⁷ Recolho-me ao Mediterrâneo Oriental no começo do século XVI. Mais especificamente, ao fato de que determinados agregados configuraram-se em tribos dotadas de interesses estratégicos que, taticamente, implicavam alianças com as elites dirigentes imperiais, em particular, com os Otomanos.

Para melhor enquadrar meu argumento, note-se que, pela mesma época em que Morton Fried desenvolvia seus conceitos, outros neoevolucionistas, que também se davam a excursões macrohistóricas, estavam interessados, sobretudo, em determinar os mecanismos que fariam com que certas modalidades de *relações de parentesco* se adequassem a certas formas de organização política. Daí seu interesse pela descrição densa das condutas das chefias de clãs, pelas regras matrimoniais, pelas especificações de linhagens etc. Naquelas circunstâncias, a *noção de tribo* foi amplamente discutida. Nas décadas finais do século XIX e nas duas primeiras do século XX, ela estivera no centro de muitas questões levantadas por Morgan, Tylor, Maine e Engels, os produtores de boa parte da agenda de investigações pertinentes. Havia um arco a se estender por vários modelados conceituais – dos Materialismos Históricos às Ecologias Culturais – que tinha nessa categoria um nó terminológico que amarrava diversos debates animados por diversos motivos.¹³⁸ Algumas discussões derivavam de problemas muito prementes – ou percebidos como tais – relativos às construções de Estados Territoriais na África e na Ásia. Havia (ainda há!) um diagnóstico muito popular entre intelectuais, políticos e empresários ocidentais das dificuldades enfrentadas pelos atores naqueles processos: elas seriam causadas, em grande medida, pelo que eles viam como força atávica dos *tribalismos* de todas as espécies. A ideia central dessa avaliação é a de que, fora do mundo euro-americano, os indivíduos ainda não teriam adquirido autonomia ontológica. Eles não existiriam exatamente, pois seriam, sobretudo, elementos de conjuntos primordiais aos quais estariam atados por vínculos comportamentais, econômicos, políticos e psicológicos. Absorvidos por essas micrototalidades societárias – dotadas de legitimidade e

¹³⁷ Confira-se, COLE, Juan Ricardo. **Engaging the Muslim World**. New York: Palgrave Macmillan, 2009, e o assustador KLARE, Michael T.. **The Race for What's Left: The Global Scramble for the World's Last Resources**. New York: Metropolitan Books, 2012.

¹³⁸ Conferir, antes de mais nada, FRIED, Morton Herbert. **The Notion of Tribe**. Menlo Park, California/Readings, Massachusetts: Cummings Publishing Company, 1975.

autoridade suficientemente reconhecidas para lhes permitirem desenvolver suas próprias regras políticas e seu sistema pessoal de sanções e recompensas – eles nem mesmo se tornavam pessoas. Seriam, numa palavra, seres heterônomos a agirem visando metas que não contemplam o *bem comum* da sociedade envolvente, mas apenas, quando muito, *bens* para a micrototalidade expandida, isto é, a família extensa, a facção política, a seita e assim por diante. Donde a inevitabilidade do nepotismo, por exemplo. E, portanto, a imperiosa necessidade de modernização das estruturas sociopolíticas.¹³⁹

Foi, entre outros motivos, por ter em vista os usos estapafúrdios da categoria-álibi de *tribalismo* que Morton Fried escreveu páginas incisivas para demonstrar, por meio de uma série de exemplos retirados de diferentes épocas e lugares, que devemos nos contrapor energicamente aos usos da noção de tribo para indicar uma idealizada coletividade essencial. Tribos se formam em contextos. Diante de ameaças das mais variadas, determinados grupos de indivíduos – mais ou menos articulados por memórias comuns, laços reais ou fantasmáticos de ancestralidade e parentesco, ações que implicam cooperação continuada, como a caça, a horticultura, o pastoreio – se organizam em torno de chefias definidas por critérios como habilidades marciais, capacidade de convencer a todos ou quase todos que possuem acessos aos mundos sobrenaturais, talento diplomático etc. Neste momento transitam de *agregados* para *tribos*. Eles podem permanecer assim, é claro. Podem achar um nome próprio que lhes agrade, compartilhar lendas de origem, totens, ancestrais e fabulações e confabulações de grandes e pequenos feitos. Talvez se disponham a aceitar que os rituais de uma parcela deles possam ser desempenhados por todos e produzam regras de incorporação e repúdio de novos e velhos integrantes.¹⁴⁰ Em suma, tribos, ele asseverou, não deveriam ser entendidas como comunidades decorrentes de um processo de etnogênese que lhes teria dado uma forma platônica a impregnar-lhes

¹³⁹ Exemplos eloquentes desse tipo de diagnóstico são os textos de PATAI, Raphael. **The Arab Mind**. New York: Charles Scribners and Sons, 1973; HALPERIN, Manfred. **The Politics of Social Change in the Middle East and North Africa**. Santa Monica, California: The Rand Corporation, 1963; LERNER, Daniel. **The Passing of Traditional Society: Modernizing the Middle East**. Glencoe: The Free Press, 1958 e os artigos reunidos por PYE, Lucian W. (Edited by). **Communications and Political Development**. Princeton: Princeton University Press/Social Science Research Council, 1963.

¹⁴⁰ *Idem, ibidem*.

para sempre e uma personalidade essencial. Bem antes da coisificação desse termo pelos intelectuais midiáticos que a ele recorreram para darem uma explicação sintética – e atraente aos olhos ocidentais – dos confrontos armados, as lutas por independência e as práticas etnocidas na Europa Centro-Oriental, nos Bálcãs e no Cáucaso, nos anos que se seguiram ao fim da URSS e da Iugoslávia, Morton Fried alertara para os equívocos cognitivos e políticos dessa atitude.¹⁴¹

A tese que estou argumentando é a de que tribos não são (necessariamente) estruturas sociais permanentes, etnias, protonacionalidades. Elas até podem se tornar, mas não porque seus integrantes contenham germes culturais condensadores dados por algum tipo de passado comum, mas porque a historicidade efetiva da vida assim o faça acontecer. Elas, como se pode depreender das sugestões de Morton Fried, são agregados que se organizam em função de determinadas metas, são resultados de ações estratégicas, mas que podem, se seus membros acharem que é vantajoso ou se o ambiente lhes impuser custos excessivos se se desagregarem, adquirir continuidade. O que isso tem a ver com escravos-soldados e com os Estados que os utilizavam? Pelo menos três coisas. Primeira: os historiadores que fundaram a tradição de investigação dessa temática estavam inseridos em meios intelectuais que faziam desse léxico etnográfico um instrumento de comunicação. Muitos acreditavam – até porque liam coisas assim em cronistas medievais, como o polímata iraquiano do século X, al-Jahiz, por exemplo – que o segredo do sucesso dos escravos-soldados residia em uma espécie de *propensão atávica para o combate adquirida por terem nascido em sociedades tribais de pastores-guerreiros*. Segunda: a conduta dos agregados de pastores-guerreiros que tinham entre seus meios de sustento a venda de cativos obtidos em guerras ou simplesmente raptados. Suspeito que vários aspectos de suas atividades econômicas e políticas podem ser explicados por sua inserção no Sistema-Mundo Escravocrata. Terceira: aquelas comunidades precisavam manter

¹⁴¹ Vale notar que uma parcela significativa da literatura arqueológica, etno-histórica e antropológica produzida na antiga URSS e nos países satélites da Europa Oriental sobre as populações de pastores e horticultores nômades centro-asiáticas, caucásicas e siberianas era pautada por uma ideia-chave: a noção de *etnogênese*. Buscavam-se fatos materiais no mais remoto passado para que eles comprovassem a continuidade daquelas populações. Os resultados dessas operações acabavam parando nos manuais de geografia descritiva, alguns muito disseminados em traduções para línguas europeias por todo o Ocidente. Cf. SERIOT, Patrick. *Ethnos et demos: la construction discursive de l'identité collective*. **Langage et Société**, (79), 1997, p. 39-51.

alianças – o que implicava abertura para matrimônios exogâmicos – e bons contatos comerciais, pois era preciso obter mantimentos e armamentos que nem sempre podiam ser inteiramente fabricados por elas mesmas. Muitas se aproximavam circunstancialmente dos Estados, sobretudo quando seus guerreiros viam a oportunidade de participar de guerras que resultavam em butins lucrativos ou quando parecia vantajoso tornarem-se agentes das autoridades governamentais em sua região. Os corpos auxiliares dos Otomanos e dos Mamelucos que se defrontaram em 1516 e 1517 eram compostos, entre outros, por combatentes que vinham precisamente dessas áreas.

À sombra da longue durée: episódios memoráveis entre um verão, em Marj Dabiq, e um inverno, nas ruas do Cairo, 1516-1517.

A Síria do Norte, *locus* inicial do confronto, é uma região de ocupação muito, muito antiga. Tanto que por lá foram encontrados alguns dos mais remotos indícios de cultivo de espécies selvagens e domesticação de vegetais.¹⁴² Há milênios ela se constituiu em centro difusor de inovações tecnológicas e em zona de trânsito e trocas entre as populações da Anatólia, da Mesopotâmia e do Levante. Seu chão, que nos dias em que escrevo, esconde a gente que a guerra ceifa, foi anfiteatro de um bom quinhão das memórias do mundo. O prado de Dabiq, sempre relvado no verão, era um bom lugar para acampar e para combater bons e maus combates. Os cavalos e a animália de carga podiam pastar, havia água contínua, porque o riacho é perene, e a brisa que vinha do mar pelas frestas das serras litorâneas tornava agradáveis os fins de tarde e as noites. Na Antiguidade, os Assírios deram notícias deste sítio e da aldeia nele fincada, por eles chamada de *Dabigu*.¹⁴³ Mais tarde, os gregos bizantinos, como Teofanes Confessor, escreveram sobre *Dabekon* (Δάβεχου). Os muçulmanos e seus aliados conquistaram-na ao longo da segunda parte do século VII e até o século XII, sobretudo por sua localização estratégica, ela foi palco de profundos conflitos entre parcelas da Cristandade e o Islam. Daí em diante, ela passou plenamente ao controle de Estados muçulmanos, mas, sendo zona de fronteira, relativamente distante do

¹⁴² WILLCOX, George; FORNITE, S. & HERVEUX, L.. *Early Holocene cultivation before domestication in Northern Syria. Vegetation History and Archaeobotany*, 17 (3), 2008, p. 313-325.

¹⁴³ Cf. DUSSAUD, René. **Topographie Historique de la Syrie Antique et Médiévale**. Paris: Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1927 e KLENGEL, Horst. **Syria, 3000 to 300 B.C.: A Handbook of Political History**. Berlin: Akademie Verlag, 1992, p. 194 e ss.

centro califal em Bagdá, nela surgiram diversos emirados de vida efêmera. Alguns chegando até a formular pequenos projetos imperiais.¹⁴⁴

Os lugareiros tinham, portanto, muitas histórias daquela paragem para contar. Foi lá que, em 717, o general Maslama reuniu, por ordem de seu sobrinho, o califa Sulaiman ibn 'Abd al-Malik, um grande contingente de soldados para atacar posições romanas e dar início à conquista de Constantinopla. Ao chegar à Anatólia, ele foi derrotado por uma tropa comandada por um militar nascido em Mar'ach, na Síria, Leão, conhecido como o Isáurio, que passou para a história bizantina como um herói salvador, quer pelos feitos daqueles dias, quer por ter assumido as rédeas de um reino que vivia em crise profunda por vinte anos, sob o nome de Leão III. O califa, por sua vez, tombou no campo de batalha e foi nele sepultado. Seu túmulo, modesto, como era típico da arquitetura dos Omíadas, tornou-se o marco inicial das pequenas peregrinações islâmicas naquela região.¹⁴⁵ Na época da Primeira Cruzada, em 1098, contou-nos Ibn al-Athir, agruparam-se no prado de Dabiq cavaleiros turcos e árabes vindos de diferentes partes da Síria – menos de Alepo, ele notou – para reagirem à presença dos francos.¹⁴⁶ Eles foram convocados pelo emir de Mosul, no norte da Mesopotâmia, que, por sinal, dava emprego ao cronista. Por quase dois séculos os *franj* (francos, cruzados) permaneceram por lá e, pouco tempo depois destes serem expulsos da Síria, nela chegaram os mongóis, que os Mamelucos, a duras penas conseguiram rechaçar, entre 1260 e 1281.¹⁴⁷ Há muitas e intermináveis controvérsias sobre o que eles pretendiam construir no Levante e sobre o que os habitantes daquela região pensavam deles e do que estava acontecendo. Não é o caso de repassá-las, mas apenas de sugerir que, apesar de todos esses momentos épicos, é bem provável que, do ponto de vista dos moradores do lugar, o que estava por ocorrer no verão de 1516 em Marj Dabiq

¹⁴⁴ Ver, LAPIDUS, Ira Marvin. **A History of Islamic Societies**. Second edition. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2002 [1988], p. 283-298.

¹⁴⁵ Cf. LE STRANGE, Guy. **Palestine under the Moslems: A Description of Syria and the Holy Land, from A.D. 650 to 1500**. London: Committee of the Palestine Exploration Fund, 1890, p. 426.

¹⁴⁶ IBN AL-ATHÏR, Izz ad-Din. **Kamil at-tawarikh (História Perfeita ou Suma da História)** [terminado em 628/1231], *Livro X*. Fragmento em GABRIELI, Francesco (A cura di). **Storici Arabi delle Crociate**. Torino: Giulio Einaudi Editori, 1957, p. 9. Utilizo essa obra por comodidade e pela qualidade das traduções feitas pelo conhecido orientalista italiano. Uma tradução francesa mais antiga, porém, mais completa, do relato de Ibn al-Athir está em **Recueil des Historiens des Croisades**. Paris: Imprimerie Nationale, MDCCCLXXXVII, *Historiens Orientaux*, Tome II, Première partie.

¹⁴⁷ Cf. LEWIS, Bernard. *Ayn Djalut*. **The Encyclopaedia of Islam**. Leiden: E. J. Brill, 1986, Volume I, p. 786-787.

fosse mais um desses momentos devastadores a afetarem pouco, para além do curto prazo, suas vidas cotidianas.

Os habitantes do norte de Bilad es Sham (chamada de Síria pelos romanos) moravam em uma *zona limítrofe*, em sentido antropológico e em sentido geográfico. Planalto acima, em direção à Anatólia, falavam-se principalmente dialetos turcomanos e o árabe era cada vez mais rarefeito, restrito mais aos cristãos e judeus do que aos muçulmanos. Afigurava-se a língua culta dos leitores e recitadores do Livro Sagrado, o recurso dos *muezzin*, que galgavam o alto dos minaretes para chamarem os fiéis para as orações, uma língua franca de mercadores. Mas não era mais o idioma das classes populares. Deserto adentro, atravessando o Eufrates, subindo e descendo o Taurus, atravessando o Tigris e os dois Zabs, até se chegar aos contrafortes dos Montes Zagros, no Irã, perambulava-se por muitas línguas e dialetos, mas por modos de produção e formas de organização política que pouco variavam. Pastores – que também eram caçadores, coletores, artesãos e eventualmente horticultores – a aproveitarem como podiam os ambientes inóspitos. Um catálogo de processos ecológicos. Aqui, bem familiar aos camponeses levantinos, o árabe dos beduínos – língua semítica a tornar-se crescentemente mítica para as elites cultas urbanas que, já naquela época, ouviam-na com nostalgia. Mais acima, as múltiplas variações indo-europeias dos curdos, o retorno às raízes semíticas dos cristãos nestorianos (com seu idioma litúrgico insistentemente siríaco/aramaico e sua fala cotidiana híbrida) e as mesclas semíticas e indo-europeias dos Yezidis (que muçulmanos e cristãos concordavam em acusar de adoradores do Diabo – *Iblīs* ou *Šaytān*). Todos estavam articulados politicamente em *chefias* exercidas pelos patriarcas (ou seus prepostos) dos *clãs* mais afortunados e mais reconhecidos por sua capacidade de fabricar guerreiros e entusiasmo coletivo. Cabia a esses líderes o trato diplomático no interior da rede local/regional de comunidades, a representação diante dos Estados que – eventual ou permanentemente, a depender de épocas e lugares – mantinham o controle tributário sobre suas sociedades, a organização da defesa e do ataque, e o planejamento, se fosse o caso, das migrações transumantes.¹⁴⁸

¹⁴⁸ Ver, para este e os próximos parágrafos, LINDHOLM, Charles. **The Islamic Middle East: An Historical Anthropology**. London: Blackwell Publishers, 1996; GULICK, John. *The Arab Levant in:*

Quase tudo o que se costuma dizer sobre essas populações vem de analogias etnográficas. Os cronistas árabes, turcos e iranianos lhes deram pouquíssima atenção. Apareciam nos textos quando se revoltavam, causavam embaraços, saqueavam uma caravana ou eram denunciados por terem práticas devocionais que não se coadunavam com as expectativas e dogmas quanto ao bom modo de viver a experiência do sagrado das elites dirigentes dos Emirados, Estados e Impérios que pretendiam subjuga-las. Quanto aos viajantes cristãos e judeus, raramente puderam ficar muito tempo junto a elas. Por isso, a literatura etnohistórica tende a extrapolar para passados mais ou menos distantes o que se descobriu sobre elas a partir do século XVIII, quando os relatos dos viajantes ocidentais ficaram mais detalhados. Diante disso, não temos muito como quantificar ou, sendo menos ambiciosos, tratar com rigor de minúcias, a maneira como essas formações sociopolíticas interagiam entre si e conduziam seus afazeres em tempos de enfrentamento ou de cooperação com estruturas políticas mais amplas. O busílis da questão é o seguinte: o pouco que se conhece do tema é suficiente para sugerir que esses agregados/tribos desempenhavam papéis fundamentais nas redes de trocas, na estabilidade das rotas de peregrinações e percursos das tropas. Nalgumas vezes, eles saqueavam as caravanas. Noutras, cobravam para as protegerem. Noutras, ainda, reduziam ao cativeiro os homens e as mulheres que acompanhavam as cáfilas. Os mercadores e os governantes eram, então, forçados a tomarem atitudes que afetavam suas rendas e suas logísticas.

Mais terríveis, enfim, do que os exércitos formidáveis que por ali passavam eventualmente eram, portanto, os ataques corriqueiros dos bandos nômades a brotarem regularmente do deserto e as novas tensões resultantes das disputas por recursos estratégicos com os pastores turcomanos. Nos últimos cem anos, no esteio das devastações provocadas pelas guerras entre os Timúridas e os Otomanos, entre 1402 e 1404, criadores de ovelhas e carneiros de fala turca, vigorosos cavaleiros armados até os dentes, estavam a ocupar os terrenos cobertos por gramíneas abandonados por muitos camponeses aldeãos. Eles eram apoiados por uma plêiade de emirados que ficaram ao lado de Timur Lang e, agora, tendo os

SWEET, Louise E. (Editor). **The Central Middle East**. New Haven: Human Relations Area Files (HRAF Press), 1971, p. 79-170; EICKELMAN, Dale. **Middle East: An Anthropological Approach**. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice Hall, 1981; PLANHOL, Xavier de. **Minorités en Islam: Géographie Politique et Sociale**. Paris: Flammarion, 1997.

herdeiros deste voltado para a Ásia Central, tentavam resistir como podiam ao avanço otomano sobre a região. Ainda não sabemos muita coisa sobre as diplomacias locais naquele contexto. Podemos apenas aventar hipóteses sobre como os clãs daquela área teriam se comportado no jogo político a fim de assegurar acessos aos recursos naturais e aos mercados. Provavelmente distribuíram-se em arcos de alianças. Alguns buscando os emirados; outros os Otomanos; outros os clãs guerreiros reunidos em confederações que controlavam vastas parcelas do que hoje são a Armênia, o Azerbaijão e o noroeste do Irã. Alguns devem ter se aproximado dos Mamelucos. O pouco que se sabe tem a ver com as relações entre o mais importante dos emirados locais, o principado Dulgadir, que mencionei ainda há pouco, e os Sultanatos rivais.¹⁴⁹

Pois foi precisamente em terras do principado, em Elbstan (Abulustayn), bem perto do local em que, em 1277, Baybars, o quase mitológico sultão mameluco, derrotara os mongóis, que Selim o Severo desmontou de seu cavalo, em algum dia da primavera setentrional de 1415. Se ele chegou a acenar com o desejo de confabular com o emir Alā' al-Dawla, sobre uma possível adesão ao esquema de clientelas da Casa de Osman não sabemos. O que aconteceu, contudo, não foi um diálogo, mas uma afirmação monumental de poder do sultão. Nos meses anteriores, diante do estado de guerra entre Otomanos e Safávidas, o dirigente do principado Dulgadir havia renovado seus laços de lealdade a Qansuh al-Ghawri. E recebera em seus aposentos enviados de Ismail Xá. Para vingar-se, mas também para dar um recado aos clãs com veleidades de autonomia de toda a região e ao próprio Sultanato Mameluco, o governante osmanli passou-o a fio de espada e mandou que um emissário levasse a cabeça do degolado para exibi-la no Cairo. Era uma declaração explícita, não tanto de guerra aberta, mas de que a paz armada não iria durar muito tempo. Um gesto bem ao gosto de alguém que não pretendia ficar conhecido pela quietude de seu pai, mas por retomar o élan conquistador de seus ancestrais. Nos meses seguintes o governante cairota enviou tropas para reforçar a segurança na fronteira da Síria com a Anatólia e começou a preparar o Sultanato

¹⁴⁹ Em que pese seu otomanocentrismo desmesurado, pode-se obter um panorama geral lendo SHAW, Stanford J.. **History of the Ottoman Empire and Modern Turkey**. Cambridge/London: Cambridge University Press, 1976, Volume 1: *Empire of the Gazis: The Rise and decline of the Ottoman Empire, 1280-1808*, p. 55 e ss.

para a grande batalha pelo controle do Oriente Médio que estava se delineando. Portanto, nada foi surpreendente, nada aconteceu em cima da hora.¹⁵⁰

Enquanto esses episódios de dramaturgia palaciana eram encenados, nos arredores de Elbstan, não muito longe dos olhares dos janízaros, podiam-se ver um sem número de ovelhas, carneiros e alguns animais de tração. É que os clãs de pastores tinham curiosas estratégias para ampliar seus acessos aos recursos naturais. Uma delas, muito comum, era capitalizar para si os confrontos entre os Estados. Eles estavam acostumados a disputar água e relva com outros agregados, travando batalhas terríveis que sobreviveram apenas em memórias locais por muito tempo desprezadas pelos cronistas palacianos. Nessas refregas, faziam cativos que tinham destinos muito semelhantes ao de numerosos escravos que vinham de terras mais distantes. Alguns talvez chegassem a morar um dia em um quartel de mamelucos ou a cavalgar em uma tropa de otomanos. A maioria, contudo, acabava em serviços cotidianos que não lhes davam muitas chances de uma vida melhor. Em cada canto da Ásia Ocidental daqueles tempos achavam-se pequenos bazares onde se negociavam homens e mulheres de todas as idades. Os pastores procuravam, ainda, aproveitar os vácuos momentâneos, apenas momentâneos, deixados pelas passagens das tropas devastadoras. Por isso, atrás dos exércitos iam, quase sempre, essa gente e sua animália. Podiam ganhar vendendo leite, carne e peles e seus jovens, mais intrépidos, podiam se integrar aos corpos auxiliares.¹⁵¹ Foi isso que me levou a dizer, no primeiro parágrafo deste capítulo, que eles tinham seus próprios interesses. Noutras palavras, que o deslocamento da mirada do palácio para o chão de areia e pedra implica reconhecer a existência de atores pouco levados a sério quando descrevemos habitualmente os cenários geopolíticos.

Há muitas discussões sobre o que teria motivado o sultão otomano a decidir-se por um ataque com tons de guerra de conquista à Síria dos Mamelucos. Para alguns, a meta inicial era atravessar o Planalto da Anatólia para dar mais uma

¹⁵⁰ Cf. WINTER, Michael. *The Ottoman occupation in*: PETRY, Carl F. (Edited by). **The Cambridge History of Egypt**. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 1998, Volume I: *Islamic Egypt, 640-1517*, p. 495-6.

¹⁵¹ Cf. PLANHOL, Xavier de. **Les Nations du Prophète: Manuel Geographique de Politique Musulmane**. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1993; DONINI, Pier Giovanni. **Il Mondo Islamico: Breve Storia dal Cinquecento a Oggi**. Bari: Editori Laterza, 2007 [2003].

lição aos Safávidas, que tinham voltado a fazer proselitismo anti-otomano e anti-sunita nas fronteiras. Selim teria se desviado ao concluir que havia algum tipo de trato entre eles e os governantes do Cairo. Nesta linha de raciocínio, Yahya Armajani e Thomas Ricks escreveram que, “além do fato de que Selim pendia para a conquista a leste, ele tinha uma boa desculpa para a guerra porque o sultão mameluco, Qansawh al-Ghuri, tinha se aliado com o Shah Esma’íl” Daí a conclusão inevitável de que, a não ser que optasse pela covardia, o Mameluco “não tinha escolha, a não ser lutar contra Selim”.¹⁵² Essa posição, igualmente defendida por Stanford Shaw e tantos outros, se baseia, em última instância, no fato de que, quando já estavam a ocupar o território do principado Dulgadir, as tropas osmanlis interceptaram mensagens que sugeriam tais acordos. Para outros, o que estava em questão era o controle do principado Dulgadir, cujo titular usufruía de uma *iqta* que lhe fora concedida por Qansuh e de todas as terras contíguas, uma vez que assim seria possível integrar as províncias imperiais da Anatólia sem solução de continuidade espacial.¹⁵³ Tratava-se, ainda, de fazer daquela área uma cabeça de ponte para incursões ao Mundo Árabe, sob o domínio dos Mamelucos, e a várias partes do Mediterrâneo até então pouco frequentadas por eles, como os arquipélagos gregos.¹⁵⁴ Para outros, ainda, era uma manobra bastante esperada de quem estava a se constituir como um *Gunpowder Empire*, ou seja, algo que não possui precisamente explicação em si, mas deve ser entendido como parte de um movimento muito mais amplo de construção imperial.¹⁵⁵

Convém notar que é muito comum encontrarmos autores que, talvez com o intuito de evitar polêmicas indesejáveis, apresentam retoricamente os dados e lançam no ar frases de efeito que pouco esclarecem. Assim, por exemplo, Pier

¹⁵² ARMAJANI, Yahya & RICKS, Thomas M.. **Middle East: Past & Present**. Second edition. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, 1986 [1970], p. 113.

¹⁵³ INALCIK, Halil. **The Ottoman Empire: The Classical Age, 1300-1600**. Translated from the Turkish by Norman Itzkowitz and Colin Imber. London: Phoenix, 2000 [1973], p. 31-34.

¹⁵⁴ BACQUÉ-GRAMMONT, Jean-Louis. *L'Apogée de l'Empire Ottoman: les événements (1512-1606)* in: MANTRAN, Robert (Sous la direction de). **Histoire de l'Empire Ottoman**. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1989, p. 145-146.

¹⁵⁵ Veja-se a formulação geral do tema por HODGSON, Marshall G. S.. **The Venture of Islam: Conscience and History in a World Civilization**. Chicago: University of Chicago Press, 1977 [1975], Volume 3: *The Gunpowder Empires and Modern Times* e por McNEILL, William Hardy. *The Age of Gunpowder Empires, 1450-1800* in: ADAS, Michael (Edited by). **Islamic & European Expansion: The Forging of a Global Order**. Philadelphia: Temple University Press/American Historical Association, 1993 [1989], p. 103-142. Em adendo, STREUSAND, Douglas E.. **Islamic Gunpowder Empires: Ottomans, Safavids, and Mughals**. Boulder: Westview Press, 2011, p. 2-3.

Giovanni Donini. Em seu manual de história moderna e contemporânea do Mundo Muçulmano, ele buscou ajuda em um texto bastante superficial de Stanford Shaw para asseverar que, o destino dos Mamelucos estava de tal modo traçado por causa de sua decadência política e econômica, que “a única incerteza” era quem iria reclamar-lhe primeiro como presa, os Otomanos ou os Safávidas.¹⁵⁶ Certos historiadores, ademais, sustentam uma interpretação que valoriza os interesses dinásticos. Os Mamelucos tinham dado abrigo a Cem (ou *Jem* ou *Djem*) Sultan (1459-1495), irmão de Bayazit, que disputara com ele o trono após a morte de seu pai, Mehmet II Fatih. Tal confronto foi mais um dos momentos de forte afirmação política dos janízaros, que apoiaram o vencedor contra os velhos aristocratas, que preferiam Cem. Este fugiu para o Cairo, em 1481, mas não pode contar com apoio da casta dirigente, que habilmente esquivou-se de tomar partido no contencioso dinástico dos Otomanos. No ano seguinte, ele partiu para mais uma tentativa de assumir o trono em Istambul e foi novamente rechaçado. Embora ele não tenha voltado jamais para o Cairo, creem alguns que o primeiro exílio foi suficiente para produzir memórias anti-mamelucas que, no momento preciso, se converteram em motivações para a batalha.¹⁵⁷

Afirmar muitas vezes que tudo é preche de incertezas quando se trata de falar do que não foi contemplado pelas narrativas hegemônicas, pelas as histórias vistas pelas janelas palacianas. Mas, há muitas coisas que sabemos acerca daqueles seis meses que começaram no prado de Dabiq, em um domingo de agosto. Semanas em que Otomanos e Mamelucos decidiram suas vidas em batalhas cada vez mais brutais. Sabemos, por exemplo, que eles foram muito benfazejos aos camponeses e pastores que lograram escapar do teatro dos confrontos. As chuvas foram incomumente abundantes, a relva cresceu e as hortaliças germinaram. As famílias rurais foram então capazes de fazer o que seus ancestrais fizeram por intermináveis gerações: tocar os carneiros e as ovelhas para as colinas e levar os cestos de lentilhas, trigo e verduras para as aldeolas e cidades da região.¹⁵⁸ E foram

¹⁵⁶ DONINI, Pier Giovanni. *Op. cit.*, p. 38.

¹⁵⁷ A carreira de exilado de Cem Sultan parece brotar de um romance histórico. Para uma leitura muito agradável de suas peripécias, FREELY, John. **Jem Sultan: The Adventures of a Captive Turkish Prince in Renaissance Europe**. London: HarperCollins Publishers, 2004.

¹⁵⁸ Um panorama de longo curso das práticas agrícolas naquela região encontra-se em CAHEN, Claude. **La Syrie du Nord a l'Epoque des Croisades et la Principauté Franche d'Antioche**. Paris:

tempos menos quentes do que dois séculos antes ou dois séculos mais tarde, pelo que descobriram os historiadores do clima e dos ecossistemas. Se for possível generalizar as conclusões a que chegaram alguns desses pesquisadores sobre a Europa Ocidental, eles passavam por uma *pequena idade do gelo*, como andam a chamar.¹⁵⁹ Isso tudo foi bom para os mercadores e os militares. A chuva nunca era caudalosa, mesmo ao ultrapassar os milímetros historicamente esperados. As estradas continuavam transitáveis, até quando por elas passavam tropas enormes de guerreiros, seus serviçais, os camelos, os cavalos e, agora, as carroças que transportavam os canhões e as catapultas. Mais água, mais verduras, mais riachos, mais possibilidades de animais de tração bem alimentados e, por conseguinte, maior autonomia de circulação dos que negociavam com a vida e com a morte. Não foi a toa que, conforme o inverno foi chegando, os *timariotas* não ficaram irritadiços a pressionarem os comandantes para pedirem a Selim que voltassem para a Anatólia. Eles se sentiam perto de casa em muitos sentidos.¹⁶⁰

De todo modo, o que digo que sabemos é o que recolho em uma literatura que está felizmente a crescer a olhos vistos. Não pretendo afirmar nada de novo sobre esses assuntos. Muito menos lançar mão de fontes inexploradas. Por isso, para contar algo das batalhas, louvei-me na historiografia consolidada e, como é usual, parti do relato feito pelo caiota Muhammad Ibn Iyas.¹⁶¹ Neto de um comandante mameluco que fora governador da província da Síria, ele não escondia o ressentimento com Qansuh al-Ghawri por ter-lhe retirado uma *iqta* que seu avô pretendia legar à família. Daí não perder nenhuma oportunidade para acusar o

Institut Français de Damas/Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1940, p. 105-196 (*Bibliothèque Orientale*, Tome I).

¹⁵⁹ FAGAN, Brian. **The Little Ice Age: How Climate Made History, 1300-1850**. New York: Basic Books, 2000.

¹⁶⁰ As informações sobre as chuvas e o bom tempo provêm de MASSÈ, Henri. *Selim I^e en Syrie d'après le Selim nâme*. **Mélanges Syriens Offertes à M. René Dussaud**. Paris: Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1939, Tome II, p. 779 (Ele traduziu e comentou um fragmento do cronista persa Idrīs Bidlīsī, que serviu como burocrata ao Estado Otomano).

¹⁶¹ Trata-se do **Bada'i al-zuhur fi waka'i al-duhur**. Ele foi dado a conhecer entre os eruditos europeus no começo do século XIX, mas publicado por inteiro pela primeira vez somente em 1884-1888, no Cairo. As partes relativas à tomada otomana do Levante e do Egito foram traduzidas em SALMON, W. H.. **An Account of the Ottoman Conquest of Egypt in the Year A.H. 922 (A. D. 1516)**. London: Royal Asiatic Society, 1921 e em WIET, Gaston. **Journal d'un Bourgeois du Caire**. Paris: S.E.V.P.E.N., 1960, Volume II. O fato de que essa narrativa é a mais ampla e informativa que se possui leva à uma certa monotonia nas apresentações dos acontecimentos entre Marj Dabiq e o Cairo. Pode-se ver isso claramente comparando o que disseram John Glubb, James Waterson e, mais recentemente, ROGAN, Eugene. **The Arabs: A History**. New York: Basic Books, 2009, p. 13-25.

sultão de diversos equívocos militares, de escolhas cortesãs insensatas e de condutas inadequadas a um bom muçulmano.¹⁶² Os eventos na Síria, vistos à distância e com certo desprezo por seus protagonistas locais pelo escritor egípcio, foram ligeiramente mencionados por Ibn Tulun, que vivia em Alepo.¹⁶³ Sabe-se ainda muito pouco de como os otomanos perceberam os eventos de Marj Dabiq e os que se lhe sucederam. Salvo engano, até agora não se encontrou relatos nos arquivos turcos com a variedade de detalhes daqueles que foram feitos pelos egípcios, os sírios e os italianos. Mas isso é, provavelmente, questão de tempo. É até difícil imaginar porque faltariam fontes otomanas minuciosas, considerando a relevância para o Império da conquista do Levante, do Egito e do litoral da Arábia, sobretudo as cidades santas.¹⁶⁴

As notícias de que estavam ocorrendo movimentações de tropas otomanas nas terras do emirado Dulgadir chegaram ao Cairo por meio de um enviado do governador da Síria. Qansuh não demorou a se preparar para partir. Reuniu o que pode de seu tesouro – na realidade, o tesouro do Sultanato – e deu ordens para que todos os cavalos saudáveis da cidade fossem postos ao seu dispor. Ele partiu para Alepo em 17 de maio de 1516. Todo aquele dia fora de cerimônias e festas na capital do Sultanato. Ibn Iyas descreveu minuciosamente tudo isso. Ele falou de um longo cortejo de emires, cádis, xeques, oficiais burocráticos, e comandantes militares acompanhados por seus guerreiros e cavaleiros, a desfilar pelas ruas, indicando a importância do que estava acontecendo. A frente de todos, três elefantes prodigamente decorados e a entourage de Qansuh. Ao deixar a cidade, o sultão levava consigo, além de uma fortuna, toda a alta hierarquia militar, o *Emir dos Crentes* (Califa) al-Mutawakhil, cuja família vivia sob proteção dos mamelucos desde que fora obrigada a fugir de Bagdá, em 1258, na época da invasão mongol,

¹⁶² Cf. BRINNER, W. M.. *Ibn Iyas. The Encyclopaedia of Islam*. Second edition. Leiden: E. J. Brill/London: Luzac & Co., 1986, Volume III, 812-813.

¹⁶³ Tratam-se de suas memórias, **al-Fulk al-mashun fi ahwal Muhammad b. Tulun**, publicadas em Damasco, em 1929. Elas foram traduzidas por LAOUST, Henri. **Les Gouverneurs de Damas sous les Mamlouks et les Premiers Ottomans (659/1156-1260/1744)**. Damas: Institut Français de Damas, 1952, p. 1-168.

¹⁶⁴ Para um balanço breve das principais fontes publicadas sobre os eventos de 1516-1517, veja-se WINTER, Michael. *The Ottoman occupation* in: PETRY, Carl F. (Edited by). **The Cambridge History of Egypt**. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 1998, Volume I: *Islamic Egypt, 640-1517*, p. 490-516. Materiais pouco divulgados fora do Mundo Árabe, mas bastante utilizados por seus historiadores contemporâneos foram comentados em YUSOFF, Kamaruzaman. *Ottoman's presence in Egypt (923/1517) and its political implications: an overview*. **Jebat: Malaysian Journal of History, Politics & Strategic Studies**, Bangi Selangor, (23), 1985, p. 83-88.

diversos comandantes emires e um enorme contingentes de soldados.¹⁶⁵ Seriam, segundo a estimativa do rabino Joseph ben Joshua ben Meir, que se encontrava no Cairo naquele momento, uns quinze mil, entre *mamluks* e corpos auxiliares.¹⁶⁶ Mas, esses números, como quaisquer outros da época, são controvertidos. Aliás, o que não faltam são controvérsias.

Alguns autores creem, lendo entrelinhas de Ibn Iyas, que o mandatário dos Mamelucos não desejava fazer a guerra. Seu enorme efetivo seria, antes de tudo, um fator de intimidação. Tendo em vista os protocolos diplomáticos correntes, ele sabia que, ao chegar a Alepo, seria procurado pelos emissários de Selim, que, de acordo com essa ideia do que estariam a pensar Qansuh e seus assessores, desistiria do confronto, ao ser informado da enormidade do adversário. Essa opinião parece pouco provável. Desde que o Grande Turco partira para a ofensiva na fronteira com a Síria, o sultão havia ordenado o fabrico de canhões e aumentado o efetivo de arcabuzeiros, em regra, de origem africana. Não era fácil mover equipamentos pesados em carroças puxadas por bois e burros ou leva-los desmontados em lombo de camelo por uma área tão arenosa como as terras que separavam o Cairo da Síria. Operar toda essa logística apenas para manifestar força seria um esforço muito pouco lógico. É mais plausível supor que a guerra se apresentava inevitável diante de todos os atores do jogo geopolítico. Qansuh e seu exército chegaram a Alepo em meados de junho e o sultão recebeu embaixadores de Selim que o acusavam de bloquear a passagem das tropas otomanas que estavam a caminho de um novo confronto com Ismail Xá. O mameluco teria solicitado uma trégua em toda a região, mas, pelo que Ibn Iyas ouviu dizer, isso apenas irritou ainda mais o governante osmanli. Afinal, fazer uma proposta dessas depois de deslocar uma formidável máquina bélica para a fronteira soava como deboche, aos ouvidos de Selim.¹⁶⁷ Eis, aí, as causas mais comezinhas do domingo de

¹⁶⁵ SALMON, W. H.. **An Account of the Ottoman Conquest of Egypt in the Year A.H. 922 (A. D. 1516)**. London: Royal Asiatic Society, 1921, p. 10-12.

¹⁶⁶ **The Chronicles of Rabbi Joseph Ben Joshua Ben Meir, the Sphardi**. Translated from the Hebrew by C. H. F. Bialloblotzky. London: Published for The Oriental Translation Fund of Great Britain and Ireland by Richard Bentley, MDCCCXXXV, Volume I, p. 420. O rabino, que circulara bastante pela região, também informou que os motivos de Selim para atacar Qansuh era a aliança que este estabelecera com o sufi Ismail. Cf. Volume I, p. 419.

¹⁶⁷ Veja-se, CLOT, André. **L'Égypte des Mamelouks: L'Empire des Esclaves (1250-1517)**. Paris: Librairie Académique Perrin, 1996, p. 194-196, que dá a Ibn Iyas um crédito quase absoluto, diga-se de passagem.

guerra em Marj Dabiq. Contudo, há que ressaltar que, o que temos aqui são fatos cristalizados pela bibliografia somados a uma boa dose de especulação. Não somente minha, mas de todos os que leem o cronista caiota, que, como eu disse, não perdia a chance de acentuar alguns traços de Qansuh que podiam ser ridicularizados ou responsabilizados pelos fracassos que estavam por vir. Penso que não há muito mais a fazer nesse plano narrativo, a não ser ecoar os relatos da época.¹⁶⁸

Proponho, então, que desloquemos o foco, quer no plano dos conceitos, quer no imediatamente factual. Vejamos primeiro este último, observando desde já que, dado que o destino de um Sultanato de enormes proporções foi decidido em pouco mais de um semestre, é compreensível que a primeira reação de um pesquisador curioso diante dos fatos conhecidos seja de franco desapontamento. Sobretudo quanto a Batalha de Marj Dabiq, um combate breve que começou quando o sol já nascera e acabou quando ainda não era meio-dia. Certo: de brevidade enganosa. Naquelas horas densas, muito sangue manchou águas do Qwaik (*Quweq*), o rio que dava de beber aos guerreiros. Infelizmente, quase nada sabemos sobre o número de combatentes. As estimativas feitas pelos contemporâneos são muito díspares e unilaterais, pois até agora não temos informações da parte dos otomanos, somente dos sírios, dos egípcios e dos europeus. Para se apreciar o quanto isso tudo é impreciso, vejam-se dois cálculos. Em 1936, George Stripling avaliou os dados e concluiu que o sultão dos Mamelucos liderava cerca de 60 mil homens.¹⁶⁹ Cinquenta anos mais tarde, Michael Winter, trabalhando com as mesmas fontes, inverteu radicalmente as cifras e sustentou que Selim tinha pelo menos três vezes mais guerreiros – algo como 60 contra 20 mil.¹⁷⁰ Sabe-se menos ainda do número de mortos.

O domingo começou mameluco. Bem cedo, a cavalaria de Qansuh investiu contra a infantaria de Selim arrancando-lhe uma derrota brutal e fazendo-a bater em retirada. Mas, foi uma daquelas falsas retiradas que notabilizaram os

¹⁶⁸ Um relato excelente está em WINTER, Michael. *The Ottoman occupation* in: PETRY, Carl F. (Edited by). **The Cambridge History of Egypt**. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 1998, Volume I: *Islamic Egypt, 640-1517*, p. 490-516.

¹⁶⁹ STRIPLING, George William Frederick. **The Ottoman Turks and the Arabs, 1511-1574**. Urbana: The University of Illinois Press, 1942, p. 46.

¹⁷⁰ WINTER, Michael. **Egyptian Society under Ottoman Rule, 1517-1798**. London/New York: Routledge, 1992, p. 6.

estrategistas turcos por séculos. Os vencedores nem bem tinham voltado a se reunir quando foram assomados por uma carga de artilharia que lhes desacorçoou a animália, e feriu ou matou centenas de *mamluks* e outros soldados. Deu-se uma debandada geral, agravada pela retirada de uma ala inteira do exército de Qansuh al-Ghawri, comandada pelo governador (*nāyib al-saltana*) de Alepo, Khāyrbak. Tudo sugere que este emir estava, há muito tempo, mancomunado com Selim Osmanli. Ele não somente provera o sultão dos Mamelucos com informações falsas a respeito do potencial bélico do inimigo, como teria acertado com o Grande Turco favores políticos e, por suposto, uma boa quantia de *dihams*. Foi isso que Ibn Iyas deduziu, justificado por fatos que mencionarei mais a frente. E foi isso que a historiografia consagrou. Mas, havia motivações menos pessoais para a traição. O relato de Ibn Tulun, embora apenas tangencie os acontecimentos de Marj Dabiq, mostra-nos uma população regional em confronto com um Cairo distante, que lhe arrancava tributos cada vez maiores e lhe enviava, de quando em vez, oficiais *mamluks* arbitrários, violentos, discriminadores, abertamente convencidos de que longe das margens do Nilo nada prestava. Além disso, havia o ressentimento das elites provincianas. Elas participavam de longe e sem muita capacidade de interferir decisivamente no jogo do poder. De ou modo geral, as facções mamelucas disputavam o controle do Estado no Cairo e, quando muito, buscavam apoio na periferia.¹⁷¹ Não foi, portanto, apenas para salvar a própria pele que os alepinos saudaram a entrada de Selim em sua cidade após a vitória nos prados de Dabiq.

Havia sérias contradições no seio dos próprios caiotas. Ao que parece, em pleno campo de batalha, Qansuh aproveitou a ocasião para provocar seus emires, valorizando os *mamelucos reais* (os que pertenciam ao sultão) em detrimento dos demais. Isso teria afetado seriamente o moral dos combatentes.¹⁷² Seja como for, o

¹⁷¹ Uma abordagem simples, mas bastante precisa e esclarecedora, do relacionamento entre a Síria e o Cairo encontra-se em ZIADEH, Nicola A.. **Damascus under the Mamlūks**. Norman: University of Oklahoma Press, 1964 (*The Centers of Civilization Series*). Mais detalhes, inclusive com farta reprodução de documentos, em GAUDEFROY-DEMOMBYNES, Maurice. **La Syrie à l'Époque des Mamlouks d'après les Auteurs Arabes: Description Géographique, Économique et Administrative Précédée d'une Introduction sur l'Organisation Gouvernementale**. Paris: Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1923 (*Bibliothèque Archéologique et Historique*, III). Ainda não tive oportunidade de consultar para além de um simples folhear sua *thèse complémentaire* a essa obra, _____. **La Syrie au Début du Quinzième Siècle d'après Qalqachandi**. Paris: Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1923.

¹⁷² Cf. WINTER, Michael. *The Ottoman occupation in*: PETRY, Carl F. (Edited by). **The Cambridge History of Egypt**. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 1998, Volume I: *Islamic*

que sabemos a partir do relato de Ibn Iyas é que, ao ficar sabendo da traição do governador de Alepo, Quansuh al-Ghawri teria se sentido muito mal e caído do cavalo. Apoplexia, enfarto ou mal súbito provocado por um desapontamento profundo, segundo as propostas de causas que circulam pela historiografia. No fundo, apenas lucubrações. Nunca teremos claro o que aconteceu do ponto de vista biomédico, até porque, nunca lhe enterraram o corpo. Ele ficou perdido no chão, para gáudio dos lobos e dos leopardos.¹⁷³ Por volta do meio-dia, ficou evidente a vitória dos otomanos, inclusive pela falta de alguém que comandasse os derrotados. O *soldan* de Babilônia, como lhe chamavam os europeus, morrera no campo de batalha. Os prados de Dabiq, que hospedam, segundo a tradição, o túmulo de David, rei para os Hebreus, profeta para os muçulmanos, viram-lhe desaparecer na festa ensurdecadora dos abutres. Era mais uma guerra que se findava naquele palco de confrontos que remontam à Antiguidade e que – basta abrir os jornais de agora mesmo para se ver – continuam por meio de novos atores. Tamanha densidade simbólica ajuda a explicar porque, ainda no começo do século XX, circulava pela região uma lenda que dava por certo de que um dia uma batalha definitivamente decisiva pelo controle do Mundo seria ali travada entre turcos e francos.¹⁷⁴

A festa de Alepo para Selim não tinha o condão de mudar as regras da guerra turca. Janízaros e *sipahis* (a cavalaria tradicional comandada pelos aristocratas timariotas) se refestelaram em saques e atos vingativos tão logo chegaram à cidade. O sultão, instalado no hipódromo, ordenou que o bazar fosse aberto, recolheu o que pode das riquezas – sobretudo joias e moedas – e enviou-as para Istambul. Al-Mutawakhil, o califa que estivera ao lado de Qansuh, foi poupado.

Egypt, 640-1517, p. 498-499, que retoma as interpretações feitas por David Ayalon, cujos temas centrais serão analisados no Capítulo 03 deste trabalho.

¹⁷³ Destino bem adequado, pensava Ibn Iyas, para alguém que, anos antes, no auge de seu poder de causar temor e dano, se apropriara do mármore de mausoléus alheios para decorar o seu. O cronista estava convencido – ou pelo menos pretendia convencer seus leitores – de que esta última atitude teria desencadeado de tal modo a ira de Deus, que o desaparecimento do governante foi um claro sinal de que ele estava condenado a não ser enterrado no sepulcro que mandara construir para si. Cf. SALMON, W. H.. **An Account of the Ottoman Conquest of Egypt in the Year A.H. 922 (A. D. 1516)**. London: Royal Asiatic Society, 1921, p. 58. Para uma análise dessa passagem, que considera as relações entre práticas profanas e espaços sagrados, leia-se SCHIMMEL, Annemarie. **Deciphering the Signs of God: A Phenomenological Approach to Islam**. Albany: State University of New York Press, 1994, esp. p. 54-55.

¹⁷⁴ Cf. HARTMANN, R.. *Dābik*. E. J. Brill's First **Encyclopaedia of Islam**. Leiden/New York/København/Köln: E. J. Brill, 1967 [1987], (*Photomechanical reprint*), Vol. II, p. 885.

O mandatário otomano lhe presenteou com um *manto de honra* e lhe prometeu um exílio seguro no Cairo. Khāyrbak, por sua vez, além de obter honras e um posto no oficialato, ouviu a promessa de que teria um cargo importante a lhe esperar depois que a capital fosse conquistada. Nas semanas seguintes, enquanto Selim era adulado e tinha seu nome pronunciado nas mesquitas, intensificaram-se os preparativos para a retomada da campanha contra o Sultanato dos Mamelucos. Naquele momento parecia claro que já não havia mais volta. Os emires que tinham permanecido no Cairo poderiam orquestrar alianças que efetivamente trariam riscos para o Grande Turco. Com os lusos, talvez. Com os Safávidas, certamente. Daí ser imperioso estender o controle osmanli sobre todas as terras do inimigo. Além disso, havia outros alvos, alvos de prestígio, como o controle das cidades santas. Os sultões mamelucos tinham angariado imenso prestígio por todo o tempo em que foram capazes de se apresentar como protetores do que restara do Califado, como suseranos respeitosos do *sharif* de Meca, como organizadores das grandes peregrinações e como os detentores da honra de cobrir a *Ka'ba* (*Caaba*) com o *Kiswa* (vestimenta) bordado com escritos sagrados. Signo de prestígio como poucos, o *status* prover um manto protetor para o *Umbigo do Mundo* foi, curiosamente, mantido aos cuidados dos egípcios por todo o período de domínio otomano, embora fosse feito em nome do *Grande Turco*.¹⁷⁵

As notícias do desastre em Marj Dabiq e da tomada de Alepo chegaram ao Cairo uns quarenta dias mais tarde. Logo depois delas chegaram os soldados que conseguiram escapar do morticínio. *Mamluks* desmoralizados contaram-nas a Tuman Bey, o emir a quem coubera administrar a capital durante a ausência do sultão.¹⁷⁶ Não demorou para que os notáveis lhe escolhessem – contra sua própria vontade – como o novo mandatário, investido em cerimônia por Mustamisik, o pai

¹⁷⁵ Desde 1349, os Mamelucos eram os provedores da *Kiswa*. É bem verdade que havia quem lhes pretendesse arrebatá-lo o privilégio, mas eles conseguiram mantê-lo mesmo depois do fim do Sultanato. Cf. GARCÍA, Luz Gómez. **Diccionario de Islam e Islamismo**. Madrid: Editorial Espasa-Calpe, 2009, p. 47 (*Caaba*) e 186 (*Kiswa*). Ela nos informa que, em 1927, o governo da Arábia Saudita, atendendo à uma avaliação teológica wahabita, que a considerou *bida* (herética), proibiu essa prática. Nos anos de 1960, as caravanas já não podiam portar o pano e a cobertura da edificação, anualmente renovada, ficou ao encargo de artesãos de Meca. O tecido, cabe notar, nem sempre foi negro. No passado, a cada fim da grande peregrinação (o *Hajj*), os guardiões da Caaba (os *Banū Šayba*) picotavam a antiga veste e distribuíam os pedacinhos – qual relíquia - entre os crentes. Cf. SALGADO, Felipe Maíllo. **Vocabulario de História Árabe e Islâmica**. Madrid: Ediciones Akal, 1999 [1996], p. 135 (*Kiswa*).

¹⁷⁶ O antigo sistema de correios a cavalo e o uso de pombos não estavam funcionando como no passado. Foi que afirmou CLOT, André. **L'Égypte des Mamelouks: L'Empire des Esclaves (1250-1517)**. Paris: Librairie Académique Perrin, 1996, p. 196.

de al-Mutawakhil, o califa ausente, ele próprio antigo califa. Não havia tempo a perder o novo governante enviou mensagens a Ismail Xá pedindo-lhe apoio. Ele esperava que os Safávidas pudessem atacar posições otomanas e manterem Selim ocupado até que um sistema defensivo adequado fosse erguido pelos caiotas. Iniciou-se, também, a fabricação de canhões e arcabuzes que deveriam ficar sob a responsabilidade principal dos *mamluks* africanos. Ibn Iyas contou que a população foi instada, dia após dia, a acompanhar os preparativos. A ela eram exibidos os canhões, puxados pelas ruas em carros de bois e testados de maneira fulgurante e amedrontadora. Era preciso, evidentemente, recuperar a confiança e evitar a todo custo uma atitude popular semelhante a dos alepinos.¹⁷⁷ No dia 16 de novembro, Tuman recebeu uma carta-ultimatum de Selim, que nela afirmava ter sido comunicado de uma *revelação*: ele, Selim, deveria se tornar “o detentor do leste e do oeste, como Alexandre o Grande”. Portanto, que o Mameluco desistisse da resistência, lhe jurasse fidelidade e vassalagem, cunhasse moeda em seu nome e se tornasse – era a recompensa – o governador (*bey*) de uma província egípcia do Império da Casa de Osman. Se ele e seus emires não desistissem, o Osmanli e seus janízaros invadiriam o Cairo e fariam um banho de sangue. Ele prometeu que mataria “todos os Turcos”, adultos, crianças e aqueles que ainda estavam no ventre materno.¹⁷⁸ O novo sultão dos Mamelucos, decerto por confiar em seu novo esquema defensivo, preferiu não responder.

Pouco antes da passagem do ano, os otomanos atacaram tropas do Cairo que estavam em Baysan, nas cercanias de Gaza, que foi saqueada pelo comandante Sinan Paşa e seus soldados. Ao saberem disso, Tuman Bey e seus emires confabularam duas propostas. Uma era manter-se na defensiva, reforçando as linhas do Cairo. Outra era ir ao encontro do inimigo. Venceram os que defendiam a segunda e, no dia 23 de janeiro de 1517, em pleno inverno, Mamelucos e Otomanos se digladiaram com extrema brutalidade em Raydaniyya, lugarejo ao norte do

¹⁷⁷ Tudo isso foi relatado por Ibn Iyas. Cf. SALMON, W. H.. **An Account of the Ottoman Conquest of Egypt in the Year A.H. 922 (A. D. 1516)**. London: Royal Asiatic Society, 1921, p. 70-74.

¹⁷⁸ *Idem, ibidem*, p 92. (Fiz uma ligeira correção, tomando por fonte o texto árabe e a tradução francesa de Gaston Wiet. Salmon preferiu “kill all the Circassians there”, mas o cronista falou genericamente de *Turcos*, o que indica uma diferenciação bem clara entre *osmanli* e *atrak* ou *türk*. Não tenho muita certeza – discutirei isso no próximo capítulo – quanto aos sentidos denotativos atribuídos pela elite *osmanli* à palavra *türk* nos séculos XV e XVI. Nos séculos seguintes a acepção predominante era clara: designava as camadas populares, principalmente de origem rural em contraste com os setores urbanos, tidos por cultivados e superiores.

Cairo. Desta feita, ambos os lados estavam dotados de artilharia e a mortandade foi enorme, sobretudo do lado mameluco, que sofreu não somente com as balas inimigas, mas, também, com o fragmentar mortal de suas próprias armas. Fabricados às pressas por técnicos pouco experientes, os canhões explodiram, os arcabuzes retrancaram e seus canos entortaram. As tropas perderam ainda mais o pouco moral que lhes restava. Além do mais, conta-nos o indefectível Ibn Iyas, houve as traições de costume, como a do emir Janbirdi al-Ghazali, que ao ser feito prisioneiro, teria contado em detalhes como estavam organizadas as fortificações e as linhas defensivas nas proximidades da capital. Os *mamluks* foram impiedosamente perseguidos pelos cemitérios, e pelas ruas do Cairo por janízaros dispostos a fazer cumprir-se as promessas ameaçadoras de Selim. Muitos emires foram decapitados. A violência desenfreada era bem maior do que a vista na Síria, afinal, numerosos caiotas se dispuseram a combater os invasores.¹⁷⁹

Tuman Bey, que resistira em Raydaniyya ao comando de um esquadrão de artilheiros africanos, foi obrigado buscar refúgio em uma aldeia Nilo abaixo. Ele pretendia não somente reagrupar os Mamelucos, como, também, mobilizar grupos beduínos contra os Otomanos. Todavia, acabou aprisionado por um deles e levado até Selim. Este último, que acabara de fazer uma entrada triunfal no Cairo, o enforcou no dia 13 de abril de 1517. Em seguida, enviou tropas para caçar grupos de *mamluks* que tinham fugido para o Alto Nilo. Não se tem muito claro o que aconteceu com os foragidos. Alguns foram capturados, outros, contudo, teriam logrado obter exílio entre os pastores e guerreiros nômades que circulavam bem acima das cataratas do grande rio. Nos dias seguintes, após os últimos saques e as últimas sevícias, Khāyrbak, vestido com um uniforme otomano, foi nomeado governador da nova província do império. Daí em diante, o sultão começou a receber homenagens de líderes beduínos, de notáveis locais e de emires mamelucos que, poupados da degola, acharam por bem jurar-lhe fidelidade. Em julho, o *şerif* de Meca, chegou para lhe reconhecer a suserania e sua condição de *Guardião das Cidades Santas*. Em troca, um Selim generoso lhe manteve no poder. Quanto ao califa, importante fonte de legitimação do Sultanato Mameluco, decidiu-

¹⁷⁹ Neste e nos dois próximos parágrafos apenas faço um sumário do que está em Ibn Iyas. Quem quiser passar por cima das idas e vindas de seu longo e minucioso relato pode consultar os resumos fiéis feitos por (Sir) John Glubb e por André Clot citados em notas anteriores.

se que iria para Istambul. Logo chegaram barcos trazendo equipamentos militares e novas tropas de ocupação, quando voltaram para o Bósforo, alguns dias depois, levavam Al-Mutawakhil, sua família, e cerca de 2000 mercadores, artesãos e operadores religiosos. Estes últimos, em sua maioria *hanafitas*, como os Otomanos, deveriam se levados a assimilar os mecanismos de articulação entre o Estado e os sheiks que caracterizava o Estado Osmanli.¹⁸⁰ O Egito e a Síria eram, agora, Otomanos. Em setembro, depois de todos os ritos de posse, Selim partiu para o Levante com seus janízaros. Em fevereiro do ano seguinte, depois de um longo período acampado nos arredores de Damasco, ele chegou a Alepo e de lá partiu para Istambul.¹⁸¹

Aos olhos de hoje – melhor: para alguns olhos que sobrevivem abertos e indignados resistindo à insensibilidade galopante – o dia 24 de janeiro de 1517 condensou, pelas ruas do Cairo e em seus arredores, alguns dos atributos mais sombrios dos seres humanos. Janízaros ensandecidos dedicaram-se à sublime arte do massacre. As imagens que nos foram transmitidas pelos cronistas contêm centenas de corpos degolados, mulheres seviciadas, *mamluks* atordoados em busca de refúgio, apelando por ajuda daqueles caiotas que, não fazia bem um ano, eles humilhavam com gosto e esmero.¹⁸² Ibn Iyas chegou a dizer que nada parecido acontecera na Casa do Islam desde a devastação causada pelos mongóis de Hulagu, em Bagdá, em 1258. Talvez haja um certo exagero literário em tudo aquilo. Mas a unanimidade dos escritos perturba a alma e diminui essa possibilidade. Robert Tignor escreveu recentemente que, todas aquelas batalhas foram travadas “com intensidade e selvageria, embora seu resultado nunca estivesse em dúvida”, uma vez que os Otomanos eram militarmente superiores aos Mamelucos em todos os quesitos demandados para se travar uma guerra moderna. Para esse veterano historiador estadunidense do Egito,

¹⁸⁰ Cf. SHAW, Stanford J.. **History of the Ottoman Empire and Modern Turkey**. Cambridge/London: Cambridge University Press, 1976, Volume 1: *Empire of the Gazis: The Rise and decline of the Ottoman Empire, 1280-1808*, p. 84-85.

¹⁸¹ Cf. LELLOUCH, Benjamin. *1517: Prise du Caire par les Ottomans* in: BOUCHERON, Patrick (Sous la direction de). **Histoire du Monde au XV^e Siècle**. Paris: Librairie Arthème Fayard/Pluriel, 2012 [2009], Tome 2: *Temps et Devenirs du Monde*, p. 339-345.

¹⁸² Veja-se LELLOUCH, Benjamin. *Puissance et justice retenue du sultan ottoman. Les massacres sur les fronts iranien et égyptien (1514-1517)* in: EL KENZ, David (Sous la direction de). **Le Massacre, Objet d'Histoire**. Paris: Éditions Gallimard, 2005, p. 171-182, 452-457.

as emoções estavam elevadas nos dois Estados guerreiros. Ambos se orgulhavam das proezas militares. A degola dos inimigos foi praticada em ambos os lados. Os Mamelucos não abriram mão de por as cabeças dos soldados Otomanos tombados em estacas fincadas nas principais entradas do Cairo. Em desforra, os conquistadores Otomanos saquearam, estupraram e mataram cerca de 10 mil habitantes do Cairo em sua conquista da cidade. Para demonstrar seu total desprezo pelos seus adversários Mamelucos, os Otomanos enforcaram o último governante Mameluco, Tumambay, no portão Zuwayla, enviando aos moradores da cidade a mensagem de que seu antigo governante não merecia nada mais do que o tratamento que deveria ser dado a um criminoso comum.¹⁸³

Não há como desconsiderar as linhas gerais dessa explicação, por assim dizer, *estrutural*, dos acontecimentos. Todavia, cultivo a impressão de que ali aconteceu algo mais. Algo equivalente às apaziguadoras caçadas de cabeças que os informantes Ilongot disseram empreender para um estupefato Renato Rosaldo, em Luzon, nas Filipinas. Esse antropólogo falou de “força emocional da morte”.¹⁸⁴ Proponho, seguindo suas pegadas, que os guerreiros do sultão exorbitaram naquelas circunstâncias uma estratégia de *organização social da fúria*, um modo de atualizar o *esprit de corps* e reforçar elos de fidelidade. É claro que não é impecioso pensar que foi somente um surto de brutalidade, síndrome compreensível por conta do contexto de guerra, mas que se esgotou em si mesma e nada mais. Tenho minhas dúvidas. Pressinto que havia elementos numinosos, ritualísticos, naqueles desvarios de vingança. Um dia, se tiver tempo e acessos, espero investigar essas hipóteses que, por enquanto, apenas posso formular. De resto, o que interessa da violência para este estudo é que ela se constituiu como um elemento permanente do conjunto de atributos conferidos aos janízaros, aos mamelucos e a todos os demais soldados dos Impérios Muçulmanos pela historiografia ocidental. Por mais de dois séculos, com poucas oscilações e exceções, os livros escolares, a literatura ficcional, o teatro, o cinema e várias

¹⁸³ TIGNOR, Robert L.. **Egypt: A Short History**. Princeton/Oxford, UK: Princeton University Press, 2011 [2010], 176-177.

¹⁸⁴ ROSALDO, Renato. **Culture & Truth: The Remaking of Social Analysis**. Boston: Beacon Press, 1993 [1989], p. 1-2.

outras formas de expressão consumidas pelos cidadãos dos Estados euro-americanos têm pintado com espátulas severas um quadro em cores fortes dos povos do Oriente, muitas vezes reduzindo-os ao que fizeram segmentos de alguns deles por motivos muito particulares.

De volta aos pontos de partida:

As razões da derrota dos Mamelucos e do sucesso dos Otomanos foram discutidas, no decurso dos cinco séculos que nos separam daqueles eventos, das mais diversas maneiras. Não é minha finalidade traçar a história dessas ideias. Isso seria um trabalho muito importante e espero que alguém o faça ou já o tenha feito, percorrendo a trilha aberta por David Ayalon e seguida criticamente por Robert Irwin.¹⁸⁵ Tampouco me dediquei a resenhar e comentar em detalhes as interpretações mais consistentes, bem documentadas e metodologicamente rigorosas, numa palavra, aquelas que constituem um dos escaninhos do campo dos estudos médio-orientais contemporâneos. Há sempre novos ângulos por analisar e novas fontes a serem divulgadas. Daqui de longe, bem de longe dos *centros* da pesquisa, não posso nutrir muitas ambições a esse respeito. Nestas páginas trilhei outro caminho. Minha intenção foi isolar esquemas de articulação de evidências – presumidamente, mas nem sempre efetivamente, factuais – acionados pela historiografia para explicar a conduta dos atores principais dos confrontos. Não procurei estabelecer conexões com teorias do conhecimento ou com metodologias da pesquisa histórica, mas com valores, crenças e cosmologias mais amplas. Noutras palavras, as afirmativas dos cronistas e historiadores postos em tela não foram submetidas a uma avaliação crítica destinada a verificar compatibilidades entre fontes e interpretações, incongruências, falsificações, erros de julgamento, emprego de conceitos e coisas do gênero. Ocupei-me apenas dos modos como eles delinearam o que chamei de *esquemas explicativos*. Minha finalidade é estudar, nos capítulos seguintes, dois desses esquemas. Para torna-los claros, parti de algumas *sentenças gerais* que, a meu ver, os sintetizam e, para facilitar os desdobramentos

¹⁸⁵ Leiam-se, entre tantos, AYALON, David. *The end of Mamluk Sultanate (Why did the Ottomans spare the Mamlūks of Egypt and whipe out the Mamlūks of Syria?)*. **Studia Islamica**, (65), 1987, p. 125-148 e IRWIN, Robert. *Gunpowder and firearms in the Mamluk Sultanate reconsidered* in: WINTER, Michael & LEVANONI, Amalia (Edited by). **The Mamluks in Egyptian and Syrian Politics and Society**. Leiden/Boston: Brill, 2004, p. 117-139.

analíticos, escolhi mencionar particularmente autores que considero influentes e/ou representativos.

Eis a *primeira sentença-esquema*, que é a mais antiga, pois sua formalização em narrativa coerente remonta ao século XIX: *Mamelucos e Otomanos eram, cada um a sua maneira, frutos históricos de processos desencadeados ou protagonizados por povos turcos*. Foram entre estes que se recrutaram ou se obtiveram por compra ou tributo os primeiros *escravos-soldados*, ainda nos tempos do Califado dos Abássidas, no século IX. Os *khans* turcos, escudados em seus guerreiros-pastores, acumularam tamanho prestígio militar e autoridade política que foram capazes de assumir o controle efetivo de praticamente todos os Estados cujos dirigentes, por diferentes motivos, adotaram o recurso organizacional representado pelos *escravos-soldados*. Existiriam, portanto, conexões entre determinados *atributos étnicos e políticos* característicos dos turcos e a *instituição mameluca*, como lhe chamam diversos autores. Veremos que, no decurso do tempo, a demarcação de traços permanentes dos atributos étnicos foi cedendo lugar a afirmações enevoadas, cada vez menos adjetivadas, mas que mantêm uma referência explícita a alguma *differentia specifica*. Os guerreiros de elite que estiveram a lutar em Marj Dabiq, em Raydaniyya e em incontáveis outras batalhas *encenaram*, neste sentido, uma boa parte do libreto que dramatiza aquelas *conexões presumidas*. Daí minha ideia de fazer dos acontecimentos de 1516-1517 no Levante e no Egito janelas para observar como foram constituídos os temários principais da historiografia dos escravos-soldados. O Capítulo 02 procura dar conta de uma parte dele, as injunções étnicas. Ele começa com uma tentativa – espero que bem sucedida – de contar a história dos usos etnográficos do lexema *turco* e suas principais variantes. E prossegue narrando em resumo outra história, a trajetória, desde suas origens até o momento em que se entrecrocaram, dos Sultanatos Mameluco e Otomano, ambos profundamente vinculados ao modo como a historiografia trata as conexões entre supostos predicados étnicos dos turcos e a figura dos soldados-escravos.

A *segunda sentença*, sem dúvida, a mais espreiada atualmente, é a seguinte: *os Mamelucos foram derrotados devido à sua incapacidade de realizar transformações tecnológicas e comportamentais em seu modo de fazer a guerra*. Eles se aferraram a crenças tipicamente medievais relacionadas à ética da conduta no

campo de batalha. *Os Otomanos, ao inverso, representavam a vanguarda das mudanças militares de seu tempo.* Tratou-se, em última análise, de um embate entre um *Gunpowder Empire* no vigor de seu amadurecimento e élan expansionista e um Império tributário tradicional, acostumado a usufruir do controle sobre importantes rotas comerciais, mas que não soube se adaptar ao novo cenário geopolítico médio-oriental decorrente dos avanços territoriais dos Otomanos e dos Safávidas e das ameaças representadas pela presença cada vez mais ostensiva dos Lusitanos no Mar Índico. O primeiro, em que pesassem suas profundas inclinações centralizadoras, que contavam, por suposto, com a efetiva autoridade e prestígio de uma dinastia, a Casa de Osman, construiu instrumentos eficientes de cooptação de vastos segmentos provinciais/coloniais, de tal modo que teve êxito, na maior parte do tempo, em conter os conflitos sociopolíticos com maior potência de ruptura. Arrisco afirmar que, um desses instrumentos foi precisamente o plantel de *janízaros*. Por meio do *devşirme*, o recrutamento forçado de adolescentes cristãos balcânicos convertidos ao Islam e transformados em guerreiros, foi possível não apenas criar essa tropa de elite, mas estabelecer um canal de mobilidade social que, a meu ver, foi bastante eficaz enquanto as vitórias militares do Império mantiveram-no em permanente ofensiva. Já o Sultanato Mameluco foi, ao que tudo indica, impermeável ao recrutamento de segmentos coloniais para a composição de suas elites dirigentes. Nela havia uma distância extrema entre a oligarquia ou casta governante e os súditos – que nunca poderiam esperar uma chance de participarem das benesses do poder. Distância agravada pelas diferenças étnicas, isto é, *elites muçulmanas* que se concebiam como *turcas* a exercerem o mando sobre árabes (muçulmanos e cristãos) e judeus e a se reproduzirem por meio de mecanismos que não passavam de modo algum pelos súditos. Os escravos-soldados de cada um dos Sultanatos foram expressões vivas de todas essas diferenças e o estudo de como eles foram (e são) tratados pela historiografia se constitui no tema do Capítulo 03 desta tese.

Capítulo 02: Os povos turcos e a Morada do Islam: um panorama em sobrevoo de lexemas, mitologias, pastores-guerreiros, Estados, Impérios, turcos que nunca foram turcos e ... polêmicas entre historiadores.

Ainda os pontos de partida: o que queremos dizer quando falamos a palavra turco?

Na carta-ultimatum que enviou ao sultão do Cairo, Tuman Bay, em novembro de 1516, Selim Yavuz, contrastou duas identificações. A de si mesmo e de sua Casa, chamados de *Osmanli*, e um termo genérico, *Turcos*, em árabe, *atrak*, tal como foi reproduzido por Ibn Iyas. Ele disse – recordemos – que se não houvesse rendição e renúncia, todos os *Turcos* seriam mortos. De fato, o sultão não economizou nas tintas e disse o que pensava do seu adversário. Nos termos que ficaram para a posteridade, ele escreveu: “você é um Mamluk, que foi comprado e vendido, e não está preparado para governar. Eu sou um rei, que descende de vinte gerações de reis, e tomei posse do país de acordo com o Califa e os juízes (*qādi*)”.¹⁸⁶ As palavras do Grande Turco, muito provavelmente, eram mais do que simples ameaças em circunstâncias de guerra. Elas eram sinceras. E expressavam uma diferença fundamental entre os dois Sultanatos que se confrontaram mortalmente no Levante e no Egito. A Casa de Osman era, antes de qualquer outra coisa, uma instituição dinástica. Ela resultava da habilidade de seus patriarcas em manter o controle da autoridade política desde que, em finais do século XIII, seus guerreiros e os guerreiros dos clãs que lhe respeitavam e ombreavam iniciaram uma longa carreira de conquistas.

Para um homem como Selim, que sabia ser um soldado, de quem se esperava que fosse um soldado, mas que fora educado como um aristocrata e se sentia legitimado por pertencer a uma linhagem, homens como Tuman Bay eram extravagâncias bárbaras.¹⁸⁷ O circassiano não tinha uma tradição dinástica a defender. Tinha apenas um poder a ele dado por homens que lhe eram iguais, em circunstâncias que não foram, como era de hábito, de confrontos faccionais, mas de resistência à um Império conquistador. Talvez tivessem passados muito, muito

¹⁸⁶ SALMON, W. H.. **An Account of the Ottoman Conquest of Egypt in the Year A.H. 922 (A. D. 1516)**. London: Royal Asiatic Society, 1921, p. 91.

¹⁸⁷ É claro que estou a especular, mas, o que nos resta é fazer isso... ou tão somente reproduzir o pouco, pouquíssimo que se sabe sobre a pessoal do sultão osmanli. Como não sou fluente em turco – tenho apenas uma auto-alfabetização funcional em andamento – ainda não pude usufruir plenamente do que sobre ele escreveu aquele que é considerado por muitos seu melhor biógrafo, TANSEL, Selahhâtin. **Yavuz Sultan Selim**. Ankara: Milli Egitim Basimevi, 1969. É significativo, contudo, que esse historiador turco tenha dado muito mais atenção à política do Estado Otomano e as suas relações com as potências da época do que à própria pessoa do governante, sobre quem a documentação é, para dizer o mínimo, lacônica.

remotos, em comum, pois seus ancestrais vinham das estepes asiáticas e, quem sabe?, fossem todos herdeiros dos herdeiros de Jafé. Mas isso não significava nada para o osmanli, que podia fazer e desfazer de suas heranças, cinquenta anos depois de seu avô tomar uma capital imperial e de ter seu nome eternizado por um poeta bizantino derrotado, George Trapezuntius, que escrevera: “ninguém pode duvidar de que ele é o imperador dos Romanos”.¹⁸⁸ Já na carta a Ismail, dois anos antes, ele se apresentara afirmando – ou seu escriba assim o fizera – que pretendia alocar-se em uma tradição de notáveis de todos os povos que culminavam em sua própria dinastia. Eis uma parte do dito:

Eu, soberano dos Otomanos, senhor dos heróis dessa época, que une a força e o poder de Feridun, a majestade e a glória de Alexandre o Grande, a justiça e a clemência de Khusraw; eu, exterminador de idólatras, destruidor dos inimigos da verdadeira fé, o terror dos tiranos e faraós dessa época; eu, diante de quem reis orgulhosos e injustos se humilharam, e cujas mãos quebraram cetros poderosos; eu, o Grande Sultan Khan, filho de Sultan Bayezid-Khan, filho de Sultan Muhammed-Khan, filho de Sultan Murad-Khan...¹⁸⁹

Curiosamente, do ponto de vista reinante entre os historiadores ocidentais, essas identificações – autopercepções, para ser mais preciso – parecem não ter muita importância. Falamos com bastante tranquilidade que todos – Otomanos e Mamelucos – eram turcos e ponto final. De acordo com a narrativa etnogenética hegemônica desde o século XIX, Mamelucos e Otomanos tinham em comum as origens *turcas* das frações dominantes de suas elites dirigentes. Elas, eram vistas assim pelos eslavos, gregos e árabes que subjugavam e eram nomeadas desta maneira pelos europeus, que, a partir do século XV, empregaram em várias línguas o operador metonímico *Grande Turco*. Essa palavra, contudo, tinha acepções diferentes – às vezes, muito diferentes – das que atribuímos a ela atualmente. É preciso ter claro essa dinâmica mutante dos lexemas (turcos, turcas, turcomanos e seus parentes), pois ela afeta o modo como compreendemos o que pretendiam

¹⁸⁸ Citado por INALCIK, Halil. **The Ottoman Empire: The Classical Age, 1300-1600**. Translated from the Turkish by Norman Itzkowitz and Colin Imber. London: Phoenix, 2000 [1973], p. 56.

¹⁸⁹ Reproduzida em língua inglesa em SAUNDERS, John J. (Edited by). **The Muslim World on the Eve of Europe's Expansion**. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, 1966, p. 42.

dizer as fontes e o que delas extraem seus leitores. Em corte temporal longo, eles flutuaram entre conteúdos que não seria equivocado aproximar do que chamamos de *etnia* (ou *etnemas*) – indicando populações que compartilhavam costumes, idiomas e tradições – e categoremas erráticos associados a estereótipos estéticos, religiosos, militares e raciais, ou a vínculos com determinados territórios. Os percursos mais amplos desses usos foram temas de vários estudos que reproduzo ou parafraseio, aqui e ali, nestas páginas. Aprende-se com eles a atentar com cuidado para o movimento das trocas semânticas, sobretudo dos termos destinados a identificar e acentuar atributos de *coletivos demográficos*. E aprende-se, do mesmo modo, que os categoremas, as fábulas, as representações sociais têm sobrevidas surpreendentes, e são governadas por padrões de historicidade muito próprios, irreduzíveis às transformações em outras esferas da sociabilidade. É raro que elas se dissipem e se percam totalmente. A leitura de velhas lendas, o fascínio por determinados raciocínios paranoides encontrados em obras históricas, a extensão de usos locais para comunidades de fala mais amplas podem significar a retomada uni ou multifuncional de fantasmas, preconceitos, estereótipos, autoimagens, fobias, que pareciam adormecidos ou duas vezes mortos.

Daqui em diante, apresento em sobrevoo alguns dos principais atributos étnicos dos soldados escravos e seus senhores otomanos e mamelucos tais como nos foram legados por cronistas e historiadores do Oriente e, sobretudo, do Ocidente de finais da Idade Média até inícios do século XX. Nem todos aqueles homens eram precisamente turcos, como acreditaram, por muito tempo, numerosas e influentes vozes, mas a maioria foi assim identificada no passado e no presente. Essas identificações, se observadas de perto e em corte diacrônico, nem sempre mostram equivalências entre si. Algumas são decididamente incomensuráveis. Outras são parcialmente permutáveis. Trato-as a partir de uma hipótese operacional muito simples: na história das representações sociais, nada se perde, muito se cria e vários estereótipos se transformam para permanecerem essencialmente do jeito que são. Escrevo sobre turcos, árabes, iranianos, eslavos e algumas outras etnias, mas tenho muito pouco a ver biograficamente com elas. Abraço algumas de suas causas políticas e aprecio a musicalidade de umas, as iconografias de outras e a literatura de ainda outras. Mas tomo-as, antes de mais

nada, como objetos de pesquisa, o que significa que apregoo um certo distanciamento crítico delas, em que pesem as admirações.

Suponho que meus destinatários imediatos, salvo o acaso, parecem comigo. Compartilhamos heranças culturais que, no fim das contas, podem ser agregadas sob o guarda-chuva da palavra Ocidente. Alguns de nós podemos até abominar vários elementos dessas heranças, mas não podemos nos desfazer deles com a relativa facilidade com que se desfaz de uma ideologia ou de uma preferência alimentar. Eles estão profundamente estampados em nossos *gradientes cognitivos*, organizando nossos esquemas de percepção das coisas do mundo. O modo como construímos categorias descritivas e hierarquias de *ipseidade*, *outremidade* e *alteridade* é, em boa medida, um efeito desses gradientes. Por tudo isso, convém escarafuncharmos um pouco o repertório de que dispomos para dar sentido aos termos que lemos e ouvimos. Uma consulta a dicionários de idiomas ocidentais indica que a palavra *turco/a* é empregada em três acepções principais. Uma delas serve para nomear pessoas ou objetos que são naturais ou procedem de um espaço geopolítico delimitado, a República da Turquia. Outra indica um idioma ou uma família de idiomas, a depender de ser um uso mais ou menos detalhado. E outra, ainda, uma etnia.

O primeiro uso, na realidade, antecede em muito a formação do Estado turco contemporâneo. Desde finais do século XII, a palavra *Turchia* circulava em alguns meios de sacerdotes, mercadores e burocratas na Europa Ocidental a indicar um agrupamento de indivíduos identificados como turcos. Logo passou a nomear um território onde eles se faziam cada vez mais presentes, a região que os gregos antigos chamavam de Anatólia.¹⁹⁰ Esse é, em linhas gerais, o referente atual do termo. Todavia, ele esteve longe de se manter estável desde aquela época. Em paralelo a esse emprego bem demarcado do ponto de vista geográfico ocorreram usos que oscilavam do inteiramente metafórico ao puramente figurativo. Não é minha intenção aqui traçar em detalhes os trajetos pragmáticos desse lexema. Quero apenas acentuar sua plasticidade. Nos séculos XVI e XVII, os europeus se acostumaram a trabalhar com duas dimensões espaciais. Uma era ampla, o

¹⁹⁰ Cf. CAHEN, Claude. *Le problème ethnique en Anatolie*. *Cahiers d'Histoire Mondiale*, Tome II, 1954, p. 347-362 e _____. *La Turquie Pre-Ottomane*. Istanbul: Institut Français d'Études Anatoliennes/Divit Matbaacilik ve Yayincilik, 1968.

Turquestão (*Turkhestan; Turquestan; Turcomanie; Turchestan*), que indicava territórios habitados por gentios agrupados em torno da ideia de uma *nação* – e, do século XVII em diante, uma *raça* – dos turcos. Entre meados do século XVII e inícios do século XVIII eles começaram a empregar um aparente sinônimo, *Turan*, que se contrapunha a *Iran*. Eles assimilaram essas palavras dos árabes e dos persas. A outra dimensão espacial era restrita, a *Turquia*, naquela acepção antes mencionada. Entretanto, mesmo este segundo emprego se fracionou.

No século XVIII já estava bem aclimatada uma distinção entre *Turquia da Ásia* e *Turquia da Europa*, que encontrou consagração nos compêndios de Geografia multiplicados pelo Ocidente afora a partir daquela época. Um desses epítomes, publicado na França na década de 1770, estabelecia que a *Turquie d'Europe*

está entre o trigésimo quarto grau e o quadragésimo oitavo de latitude, e entre o trigésimo sexto e o quinquagésimo oitavo de longitude. Ele está limitado, a Ocidente, pelo Golfo de Veneza; ao sul pelo Mediterrâneo; e a Oriente pelo Mar Negro, o de Azov e o Don; ao norte pela Hungria, a Transilvânia e a grande Rússia.¹⁹¹

Quanto à *Turquie d'Asie*, o geógrafo renunciou a dar-lhe as coordenadas, atendo-se apenas aos topônimos. Essa parte, ele disse,

encerra quatro grandes Regiões; a Anatólia, a Síria, o Diarbequir e a Turcomania; cada uma delas está dividida em vários Governos, subdivididos em Sanjaqs (...). Nós lhe juntamos a Geórgia, que está ao Norte, entre o Mar Negro e o Mar Cáspio, da qual os Turcos possuem somente uma parte.¹⁹²

¹⁹¹ DE LA CROIX, (M. l'Abbé) Nicolle. **Géographie Moderne, Précédé d'un Petit Traité de la Sphère & du Globe**. Nouvelle édition revue par J. L. Barbeau de la Bruyère. A Paris: Chez Delalain, Libraire, MDCCLXXIII, Tome Second, p. 90. [No original: *est entre le trente-quatrième degré & le quarante-huitième de latitude, & entre le trente-fixième & le cinquante-huitième de longitude. Elle est bornée à l'Occident par le Golfe de Venise; au Midi par la Méditerranée; à l'Orient par la Mer Noire, celle d'Azof & le Don; au Nord par la Hongrie, la Transylvanie & la grande Russie.*]

¹⁹² *Idem*, p. 129. [No original: *renferme quatre grandes Régions; la Natolie, la Syrie, le Diarbeck & la Turcomanie; chacune desquelles est partagée en plusieurs Gouvernemens, sous-divisés en Sangiacats (...). Nous y joindrons la Géorgie, qui est au Nord, entre la Mer Noire & la Mer Caspienne, quoique les Turcs n'en possèdent qu'une partie.*]

Significativamente, os dados a respeito da localização dessas partes da Turquia vieram precedidos de comentários etnográficos, políticos e morais, que não são encontrados da mesma forma nas páginas que se referem às partes europeias. Tratava-se de uma *tópica narrativa* reiterada à exaustão pelos ocidentais desde que se deram conta, em meados do século XVIII, de que havia no ar sinais de que capacidade otomana de atacar e de se defender estava se erodindo aceleradamente. Refiro-me aos discursos que pretendiam interpretar as causas de algo que lhes parecia fora de dúvida: a *decadência* dos turcos. Explorarei em minúcias esse, por assim dizer, diagnóstico mais a frente. Por ora basta remeter ao que disseram o abade De la Croix e, décadas mais tarde, o escritor escocês, John Reid, que alegava a superioridade de um saber de primeira mão, posto que vivera por alguns anos na Turquia. Disse o sacerdote:

os países que os Turcos possuem na Ásia eram, outrora, muito férteis, ricos e muito povoados. As Artes e as Ciências floresciam e viam-se numerosas Cidades consideráveis. Eles tinham, também, Igrejas célebres pelos grandes Homens que as governaram. Agora, contudo, aqueles Países são quase desérticos, incultos e largados à barbárie e à ignorância. Podemos dar várias razões dessa estranha mudança: a dureza do Governo dos Turcos, que são seus senhores; os tremores de terra, que são muito frequentes; a peste, que aflige com frequência os Habitantes.¹⁹³

Já o viajante britânico, que não escondia seu desprezo profundo pelos turcos – “as massas de bárbaros rudes que transformaram os lugares mais agradáveis na Europa em vastos e uivante desertos” –, fez, em 1840, algumas observações prévias de grande interesse para quem deseja compreender a plasticidade das palavras em questão. Segundo ele,

o termo Turquia, tal como aplicado à uma porção particular do mundo, não é estritamente correto, mas é geralmente usado para

¹⁹³ *Idem*, p. 128. [No original: *Les Pays que les Turcs possèdent en Afie étoient autrefois très-fertiles, riches & fort peuplés. Les Arts & les Sciences y fleurissoient; on y voyoit plusieurs Villes considérables. Il y a eu aussi des Eglises célèbres par les grands Hommes qui les ont gouvernées. Mais maintenant ces Pays sont presque déserts, incultes & livrés à la barbarie & à l'ignorance. On peut apporter plusieurs raisons de cet étrange changement: la dureté du Gouvernement des Turcs qui en font les maîtres: les tremblements de terre qui y sont assez fréquents: la peste qui afflige souvent les Habitants.*]

denotar aqueles países sob o domínio do Grande Turco ou Sultão. O império Turco abarca países na Europa, Ásia e África, estendendo-se, mais ou menos, do vigésimo até o quadragésimo quinto grau de latitude norte, e do décimo ao quadragésimo sétimo de longitude leste; e está fundado sobre as ruínas de alguns dos mais esplendidos reinos e repúblicas que jamais existiram; e somente na Europa, o cetro turco exerce influência sobre mais de 150.000 mil milhas quadradas.¹⁹⁴

Em seguida, ele demarcou as três partes da Turquia, mas declinou de falar da África – “não é meu propósito neste trabalho entrar em um apanhado geográfico minucioso do país, isso já foi feito anteriormente por mãos mais hábeis” – concentrando-se na Europa e na Ásia, que ele descreveu a partir de suas apreciações do caráter dos turcos. Brutos, incultos, aproveitadores, destrutivos, estes seriam incapazes de aproveitar as benesses naturais onde quer que estivessem. Para John Reid, que expressava a convicção de muitos intelectuais europeus sobre as vantagens do clima temperado para a economia e as disposições psíquicas dos seres humanos,

a Turquia na Europa pode seguramente ser chamada o Jardim do mundo, pois assim ela foi formada pela natureza, embora o homem a tenha transformado em um vasto e uivante deserto. (...) [A região] está limitada por mar, a leste, pelo Mar Negro, o Bósforo e o Mar de Marmora; ao sul pelo Dardanelos e o Arquipélago, o último crivado com algumas das mais ricas ilhas do mundo; ricas em produtos nativos, mas arruinado, enegrecido e devastado pela tirania e a opressão do homem.¹⁹⁵

¹⁹⁴ REID, John. **Turkey and the Turks: Being the Present State of the Ottoman Empire**. London: Robert Tyas, MDCCCXL, p. 1. [No original: “*the masses of ruthless barbarians that turned the sweetest spot in Europe into a vast and howling wilderness*”] [*the term Turkey, as applied to any particular part of the world, is not strictly correct, but is generally used to denote those countries under the dominion of the Grand Turk or Sultan. The Turkish empire embraces countries in Europe, Asia, and Africa, extending more or less from the 20th to the 45th degree of north latitude, and from the 10th to the 47th of east longitude; and is founded upon the ruins of some of the most splendid kingdoms and republics that ever existed; and, in Europe alone, the Turkish scepter is swayed over more than 150,000 square miles.*]

¹⁹⁵ *Idem*, p. 1-2. [No original: *it is not my design, in this work, to enter into a minute geographical account of the country, such having been formerly done by more able hands*] [No original: *Turkey in*

Por sua vez,

a Turquia na Asia está limitada, por mar, ao norte pelo Mar Negro, a oeste e ao sul pelo Mediterrâneo; e inclui a Anatólia, a Armênia, a Síria e o Egito; ao mesmo o sultão as reivindica como suas, embora sua posse de fato seja no presente de uma natureza bastante questionável.¹⁹⁶

Em suma, no que se refere ao vocábulo Turquia, é possível afirmar que ele assumiu duas feições centrais no Ocidente no decorrer da longa história de contatos entre os europeus e os indivíduos que eles designavam como turcos. A primeira para indicar um agrupamento daquelas pessoas, mais especificamente, na Anatólia. A segunda para nomear o território de abrangência do Império Otomano. Eventualmente, a extensão do lexema era ampliada para alcançar o Sultanato Mameluco, mas esse emprego foi lateral. A partir do século XVIII, os europeus refizeram a corografia política da Turquia. Dividiram-na pelas áreas continentais submetidas ao domínio da Casa Otomana, e estruturaram suas descrições em torno do que entendiam ser aquele reino. Tal segmentação forneceu parâmetros descritivos vastamente utilizados até as vésperas da Primeira Grande Guerra. Já no começo do século XIX, a parte da Europa era tida por uma posse ilegítima do Sultão e do Islam. Ela pertencia à Cristandade e devia ser independente ou, se fosse o caso, passar para as mãos coloniais de alguma potência do Ocidente, Rússia às vezes incluída. Quanto à parte da Ásia, aos poucos firmou-se entre os políticos, os empresários, os sacerdotes e os intelectuais europeus a certeza de que ela devia ser enquadrada da mesma forma. A chave interpretativa da ideia de Turquia passou a ser dada pela noção – mutante – de *Questão do Oriente*. Essa expressão condensava um mecanismo narrativo de formulação de um problema geopolítico pelas elites dirigentes da Europa e um modo de reconstruir a história das relações

Europe may safely be called the Garden of the world, for such it was formed to be by nature, although man has transformed it into a vast and howling wilderness". (...) [A região] "is bounded, by water, on the east by the Black Sea, the Bosphorus, and the Sea of Marmora; on the south by the Dardanelles and Archipelago, the latter studded with some of the richest islands in the world; rich in native productions, but blasted, blackened, and devastated, by the tyranny and oppression of man.]

¹⁹⁶ *Idem*, p. 3. [No original: *Turkey in Asia is bounded, by water, on the north by the Black Sea, on the west and south by the Mediterranean; and includes Anatolia, Armenia, Syria, and Egypt; at least the sultan claims them as his, although his de facto possession is at present of rather a questionable nature.*]

entre os povos da Eurásia. Sem dúvida, a avó materna e paterna da retórica contemporânea do *Clash of Civilizations*.

E os *turcos*? Ao que parece, desde o século XII, a palavra denotava uma *natio* (nação) e conotava uma parcela desta, ainda a maioria naquela época, os *nômades*. Foram os cruzados que disseminaram inicialmente esses sentidos. No entanto, dado que os referentes do termo habitavam a Casa do Islam, eles ficaram, por algum tempo, associados igualmente a populações que a linguagem corrente da época identificava como *sarracenos*, os árabes muçulmanos.¹⁹⁷ Daí o motivo de Guillaume, o Arcebispo de Tiro (c. 1130-1186), ou, talvez, de um de seus continuadores, falar em “turco árabe, que nós chamamos Beduínos, e guardam grandes relvados para seus animais pastarem”.¹⁹⁸ Guillaume foi um dos primeiros intelectuais do medievo ocidental a compor um quadro etnográfico dos turcos e operar diferenciações entre eles. Nascido no reino cruzado de Jerusalém, ele estudou por duas décadas na Europa e, ao voltar para o Levante, foi nomeado, em 1165, embaixador de Amalric junto aos bizantinos. Erudito, favorecido pelos contatos com quem já possuía um vasto acervo de relatos etnográficos e comentários teológicos sobre os povos asiáticos, ele descreveu-os a partir de uma contraposição entre duas ordens social, a dos nômades e a dos sedentários. Os Turcomanos eram exemplares do primeiro tipo. Não tinham lugar certo de morada, viam de um lado para outro tocando seu gado em busca de pastos, nunca vivendo em cidades ou castelos, e sempre carregando todos os seus pertences. Quando desejavam veranejar, anotou o sacerdote, entabulavam negociações, enviando “os mais sábios do seu povo aos príncipes da terra” e convencendo com eles para ficarem algum tempo em suas florestas e pastos.¹⁹⁹

¹⁹⁷ Cf. DANIEL, Norman. **Islam and the West: The Making of an Image**. Oxford: Oneworld Publications, 1993 [1960].

¹⁹⁸ DE TYR, Guillaume. **Des Choses Avenues en la Terre d’Outremer** in: PARIS, M. Paulin. **Guillaume de Tyr et ses Continueteurs**. Texte français du XIIIe siècle, revu et annoté par M. Paulin Paris. Paris: Libraire de Firmin-Didot et Cie., 1879, p. 12. [No original: “*turc d’arabe, que l’ou apele Beduins, et gardoient grand plenté de bestes por les pastures*”. Mantive a grafia tal como está nesta edição, reproduzindo, inclusive, os possíveis erros tipográficos].

¹⁹⁹ *Idem*, p. 13. [Um complemento, no original: “*Li Tur et li Turqueman vindrent d’une racine, et issirent d’une terre qui est vers bise {nord-est} quant l’en est en Surie. Si furent gent mout rude et sanz atirement; ne n’avoient nul pais ne nul certain siege, et queroient partout pastures à leur bestes; n’onques n’avoient abité n’en cite n’en chastel. Quant il voloient alere d’un leu à autre, si aloit tous uns lignages par soi. (...) Il menoient avec eus toute leur chose, leur sers, leur baiasses, leur iveries, bues et vaches et berbiz: en teles choses estoit toute leur richece. Nule terre il ne gaaignoient, ne il ne savoient*”].

No horizonte etnográfico dos europeus, desde há muito, portanto, turcos contrastam com turcomanos. Esses eram tidos por essencialmente nômades e rudes. Aqueles, como ingressantes em outro patamar de sociabilidade. O arcebispo explicou, em seguida, que os migrantes foram acolhidos no reino da Pérsia, mas suas famílias cresceram demais e eles foram forçados a se fragmentar, de tal modo que as diferenças entre os dois tipos se extremaram. Uns, vocacionados à conquista, subordinaram vastas áreas daquele reino e da Arábia, “e as terras do oriente tomadas pela força e mantidas em seu poder”. Outros, contudo, conservaram o velho gênero de vida. Mantiveram-se “vis e rudes, e viviam desprendidos como animais”. Estes, “foram sempre nomeados, e ainda são, Turcomanos”.²⁰⁰ Ao analisar essas linhas, Stéphane Yerasimos levantou uma hipótese extremamente interessante. Ele aventou que o padre Guillaume expressara, na realidade, usos correntes entre segmentos das chefias de clãs turcas, que, ao se urbanizarem, tendiam a produzir auto-representações que as distinguiam acentuadamente dos nômades. Elas não empregavam a palavra *turcomano*, que era usada pelos árabes e os iranianos. No entanto, disse Yerasimos,

podemos igualmente nos perguntar se esse testemunho da aversão que os Turcos tinham por seu nome de origem, uma vez penetrada na área próximo – oriental, não ocultava na realidade a tendência ao abandono da própria palavra “Turco”, a qual se tornará progressivamente entre os Turcos um termo pejorativo indicando o camponês ou nômade “vil e rude” (...) face ao cidadão, qualificado simplesmente de muçulmano ou, mais tarde, de otomano? Assim, durante um milênio, até a aurora do século XX, os Turcos, que esperavam se afirmar como fundadores de impérios, vão abdicar de

rien acheter ne vendre, car il n'avoient point de monnoie; mès leur bestes, leur formages et leur let changeoient à ce don't il avoient mestier. Quant il avoient esté en un leu, et mestiers estoit qu'il alassent ailleurs por les pastures, il envéoient des plus sages de peur people aus princes des terres, et cil faisoient covenance à eus de demorer une piece en leur bois et en leur pastures, par le treu que il lor rendoient, selon ce que il estoit entr'eus accordé”.]

²⁰⁰ *Idem*, p. 15. [No original: “Et ainsi avint que cil pueples qui avant estoit si vius et si rudes, et vivoit ausi desatiriément come bestes, orent conquis em meins de .xl. ans si grant seignorie come vos oez, et monterent em si grant orgueil que il ne vouldrent plus avoir nom si com li autre estoient apelé dont il vindrent, ainz furent apelé Tur. Li autre qui ne lessierent mie leur maniere de vivre furent tousjors nomé et son encore Turqueman”.]

seu próprio qualificativo nacional, largando-o ao julgamento dos estrangeiros.²⁰¹

Infelizmente, ainda falta muito para que essa hipótese seja demonstrada por meio de um recurso às fontes. Seja como for, séculos mais tarde, esse emprego do termo *turco* pelas elites dirigentes e pelas classes médias otomanas estava amplamente disseminado. Não foi à toa que os nacionalistas turcos de finais do século XIX e, sobretudo, das primeiras duas décadas do século XX, tanto lutaram para reconstruir e espalhar sentidos do termo que inspirassem sentimento de identidade, compartilhamento de orgulho racial e fossem capazes de articular memórias coletivas alternativas às otomanas entre as populações da Anatólia. Essas questões nos conduzem a outro aspecto do problema: o que chamamos – pelo visto, desde a Época Medieval – de turcos equivale ao que eles – os presumíveis referentes de nossos enunciados – dizem de si mesmos, hoje em dia?

Em 1876, sofrendo pressões internas e externas, a Casa de Osman outorgou uma constituição ao Império. Ela foi suspensa pouco depois, mas para o que me importa discutir neste ponto isso não faz muito diferença. Interessa o modo como ela designava os súditos, especificados como *otomanos*, isto é, nomeados a partir de um atributo de nacionalidade essencialmente político e, como não seria de surpreender, falocêntrico. Partindo da Carta e da legislação complementar, que a sobreviveu, um jurista europeu, resumiu o tema do seguinte modo: “A qualidade de Otomano se adquire: 1º por nascer de pais otomanos; 2º pelo casamento de uma mulher estrangeira com um Otomano; 3º pela naturalização”. Os usos cotidianos, no entanto, eram diversos.

Na linguagem corrente prefere-se a palavra *tebea* = *súdito*, propriamente dita, e para os não-muçulmanos também a palavra *raya* [= *rebanho*], e reserva-se o termo *Osmanly* aos muçulmanos ou mesmo apenas aos muçulmanos de raça turca. Em turco da Anatólia, *osmanly* significa bravo, bom cavaleiro. De um modo geral, os muçulmanos, quando lhes perguntamos quem eles são, preferem se

²⁰¹ YERASIMOS, Stéphane. ‘*Quel bonheur de se nommer Turc!*’ in: YERASIMOS, Stéphane (Dirigé par). **Les Turcs: Orient et Occident, Islam et Laïcité**. Paris: Éditions Autrement, 1994, p. 22.

designar como muçulmanos ou mesmo, incorretamente, como islam.

202

Quando foi retomada, em 1908, a Lei Magna de 1876 não sofreu nenhuma modificação nesse aspecto. Após a fundação da República da Turquia, em 1923, as constituições definiram o que se deve entender por cidadania e nacionalidade turcas em função de parâmetros que não eram tão diferentes dos otomanos. Vejam-se dois momentos. O artigo 88 da Carta de 1924, promulgada pela Assembleia Nacional logo após a extinção do que sobrara legalmente do Estado Imperial, observava:

o nome Turco, como um termo político, deve ser compreendido de modo a incluir todos os cidadãos da República Turca, sem distinção de, ou referencia à, raça ou religião. Toda criança nascida na Turquia, ou em uma terra estrangeira de um pai turco; qualquer pessoa cujo pai é um estrangeiro estabelecido na Turquia, e reside na Turquia, e que escolhe ao atingir a idade de vinte anos se tornar um súdito turco; e qualquer indivíduo que adquire a nacionalidade turca por naturalização em conformidade com a lei, é um turco. A cidadania turca pode ser confiscada ou perdida em certas circunstâncias especificadas pela lei.²⁰³

Os autores da Constituição de 1961 modificaram esse texto em aspectos substantivos. Eles simplificaram a definição e reduziram o escopo de abrangência da própria Carta, remetendo alguns tópicos para outros diplomas. Ficou asseverado no artigo 54 o seguinte:

²⁰² HEIDBORN, A. **Manuel de Droit Publique et Administratif de l'Empire Ottoman**. Vienne/Leipzig: C. W. Stern, Éditeur, 1908, Volume I, p. 124 e p. 122n.

²⁰³ Reproduzida como apêndice a EARLE, Edward Mead. *The new constitution of Turkey*. **Political Science Quarterly**, XL (1), march 1925, p. 73-100 (p. 89-100). A tradução para a língua inglesa foi feita a partir de uma versão oficial em língua francesa realizada por Hussein Bey Effendi. [Na tradução em inglês: "*The name Turk, as a political term, shall be understood to include all citizens of the Turkish Republic, without distinction of, or reference to, race or religion. Every child born in Turkey, or in a foreign land of a Turkish father; any person whose father is a foreigner established in Turkey, who resides in Turkey, and who chooses upon attaining the age of twenty to become a Turkish subject; and any individual who acquires Turkish nationality by naturalization in conformity with the law, is a Turk. Turkish citizenship may be forfeited or lost in certain circumstances specified by law*".]

Todo indivíduo que está vinculado ao Estado Turco por laços de cidadania é um turco. (...) A criança de um pai turco ou de uma mãe turca é um turco. O estatuto de cidadania de uma criança de mãe turca e pai estrangeiro deve ser regulamentado pela lei.²⁰⁴

Em 1982, dois anos depois de uma junta militar assumir o poder mediante um golpe de Estado, convocou-se um referendo popular para ratificar ou não um novo projeto constitucional para a República. Desde então, ela foi modificada em muitos pontos, mas a definição do que é um turco – no artigo 66 – manteve-se idêntica à anterior. É interessante notar que não foi apenas por motivos de ordem formal que a definição empregada em 1924 especificou que se tratava de falar em turco “como um termo político”. Ela expressou uma solução de compromisso entre as forças que pretendiam uma definição eminentemente racial do povo da Turquia – o que implicaria em restringir os direitos das demais etnias – e as forças que estavam mais interessadas em demarcar direitos e deveres de quem vivia no território de abrangência da República. Naquela época, diferentes segmentos políticos e ideológicos competiam pelo controle do significado político hegemônico da palavra turco/a. Havia mesmo – embora estivessem em minoria – os que pretendiam arregimentar todos os povos considerados turcos em uma única entidade geopolítica que se estenderia da Europa Oriental até a borda siberiana do Oceano Pacífico. Eram os *pan-turanianos* ou *pan-turquistas*. Para alguns deles, a formação de um Estado Turco na Anatólia não era mais do que um passo inicial no processo de construção de tal entidade. Eles foram derrotados pela vertente ligada a Mustafá Kemal, o principal líder no processo de formação da República, que insistiu pragmaticamente na edificação de um Estado Nacional/Territorial com limites bem delineados, e que fosse capaz de resolver soberanamente quaisquer tensões com a vizinhança.²⁰⁵

²⁰⁴ **Constitution of the Turkish Republic.** Translated by Sadik Balkan, Ahmet E. Uysal, and Kemal H. Karpat. Ankara: Committee of National Unity, 1961, p. 14. [Na tradução em inglês: Every individual who is bound to the Turkish State by ties of citizenship is a Turk”. (...) “*The child of a Turkish father or a Turkish mother is a Turk. “The citizenship status of a child of a Turkish mother and a foreign father shall be regulated by law”.*]

²⁰⁵ Para o enquadramento das principais forças políticas atuantes nas conjunturas nas quais as Constituições da Turquia foram promulgadas, veja-se ZÜRCHER, Erik Jan. **Turkey: A Modern History.** London/New York: I. B. Tauris, 2004 [1993; 1997]; FINDLEY, Carter Vaughn. **Turkey, Islam, Nationalism, and Modernity: A History, 1789-2007.** New Haven/London: Yale University

As definições legais do que é um/a turco/a parecem, ao menos em termos da letra constitucional da Turquia, fora de dúvida. No entanto, vários pesquisadores naturais daquele país ou estrangeiros acentuaram e continuam acentuando as notáveis distâncias entre o que a *rua* chama de turco/a, o que dizem os eruditos e o que normatizam os textos legais. Soner Cagaptay captou assim as divergências e alguns de seus significados fundamentais:

o uso do termo turco na Turquia moderna é um fenômeno embaraçoso. As pessoas no país veem todos os muçulmanos como turcos, a despeito de sua etnicidade ou linguagem. Em vista disso, não apenas os turcos étnicos, mas também outros como os curdos, os circassianos, e os bósnios são considerados turcos, enquanto que os não muçulmanos (incluindo armênios e judeus) não são, mesmo quando eles falam turco. Isso não é simplesmente uma questão de semântica: na Turquia, ser um turco tem benefícios tangíveis. Na medida em que somente turcos são membros plenos da nação e considerados cidadãos leais, esta percepção é a chave para unir a sociedade do país. Por outro lado, não ser considerado como um turco leva ao estigma de ser um cidadão imperfeito.²⁰⁶

Tudo leva a crer que antigos usos continuam de pé, ao menos na vida cotidiana. Eles conservam as distinções dos tempos otomanos entre comunidades religiosas (*millet*), mesmo depois de tantos investimentos discursivos feitos pelo Estado republicano visando refazer os significados e os atributos mais relevantes do que seriam os turcos e as turcas. De acordo com Gareth Jenkins,

(...) a despeito de sua incessante inculcação, através dos livros escolares turcos, as teorias nacionalistas de linguagem e raça parecem, na melhor das hipóteses, ter suplementando, mais do que substituído, a religião como um critério para a identidade coletiva. Fora da elite urbana, a maioria dos turcos modernos ainda vê o Islam como um pré-requisito para qualquer definição do que significa ser

Press, 2010, esp. p. 247 e ss.; ALTUNIŞIK, Meliha Benli & TÜR, Özlem. **Turkey: Challenges of Continuity and Change**. London/New York: RoutledgeCurzon, 2004, p. 24-67.

²⁰⁶ CAGAPTAY, Soner. **Islam, Secularism, and Nationalism in Modern Turkey: Who is a Turk?** London/New York: Routledge, 2006, p. 1.

turco. Mesmo hoje, membros das comunidades não muçulmanas da Turquia são ainda rotineiramente referidos como “cidadãos turcos gregos/armênios/judeus/siríacos” mais do que como “turcos”. Enquanto na imaginação popular é o Império Otomano, mais do que uma corrente de antigos estados etnicamente turcos, que é considerado como quem provê um pedigree histórico legitimador e quem cimenta a fusão da turquicidade com o Islam.²⁰⁷

Essas associações entre ser turco/a e ser muçulmano/a ganharam sentido muito particular nos Bálcãs. Lá elas eram operadas tanto pelos islâmicos quanto pelas demais comunidades religiosas. No finalzinho do século XIX, William Zebina Ripley, autor de um levantamento formidável sobre as populações da Europa e das suas proximidades, escreveu:

a palavra turco foi, por muitos séculos, tomada em um sentido religioso como sinônimo de Maometanos, como na Chamada de Sexta-feira a sua referencia à “judeus, turcos, infiéis e heréticos.” Assim, na Bósnia, onde no século quinze muitos eslavos foram convertidos para o Maometanismo, seus descendentes são ainda conhecidos como turcos, especialmente onde eles usam a fala turca em sua religião. Obviamente neste caso nenhum sangue turco precisa correr em suas veias.²⁰⁸

Curiosamente, a identificação alcança os próprios eslavos. No decurso dos anos de 1980 e 1990, conforme se expandiram discursos de virulenta intolerância entre intelectuais nacionalistas da região, principalmente, mas não somente, sérvios e croatas, essas associações foram adquirindo caráter espantosamente trágico. Os assim-chamados *turcos* passaram a ser categorizados como potencialmente traidores da pátria, incompatíveis com as crenças cristãs (tidas por

²⁰⁷ JENKINS, Gareth. **Political Islam in Turkey: Running West, Heading East?** New York/Hampshire: Palgrave Macmillan, 2008, p. 18. Para uma análise dessas identificações e do quanto elas afetam a rotina política do país, veja-se, além desse estudo, ZARCONI, Thierry. **La Turquie Moderne et l'Islam**. Paris: Flammarion, 2004. Uma discussão particularmente densa acerca dos debates sobre a identidade dos/as turcos/as que marcaram o fim do Império Otomano e as duas primeiras décadas da República acha-se em TACHAU, Frank. *The search for national identity among the Turks*. **Die Welt des Islams**. New serie, 8 (3), 1963, p. 165-176.

²⁰⁸ RIPLEY, William Zebina. **The Races of Europe: A Sociological Study**. New York: D. Appleton and Company, 1899, p. 405.

inerentes às nacionalidades eslavas), insidiosos, primitivos, gatunos contumazes e dotados de uma propensão atávica à violência e ao destempero sexual.²⁰⁹

Do que foi exposto até aqui, resulta claro que devemos ser cautelosos ao tratarmos dos empregos – em cortes diacrônico e sincrônico – de uma palavra tão fortemente polissêmica como é o vocábulo turco/a. E devemos nos precaver quanto aos critérios operados ao longo do tempo para se usar essa palavra. Com frequência, os relatos dos viajantes e dos geógrafos muçulmanos medievais simplesmente nomeavam uma população, sem ao menos especificar sua aparência, bastando-se na determinação de sua religiosidade ou de sua localização geográfica. Tome-se um geógrafo muito influente como o aristocrata Abû al-Fîda (1273-1331), por exemplo. No começo do século XIV, ele agrupou diversos povos que viviam nas estepes da Eurásia e que eram efetivamente bem diferentes entre si – em torno de uns poucos etnônimos e produziu uma curiosa leva de turcos:

os Casacos são um povo estabelecido entre os Abkhazes e os Alanos. Em seguida, sempre a direita do país dos Búlgaros, e do lado do sul, se encontra o reino dos Alanos, que se prolonga até a extremidade do país dos Búlgaros; vem em seguida, do lado do sul, o reino dos Khazars, no qual termina o país dos Búlgaros e que entra pelo povo denominado Almeroussyé; os Meroussyés, povo de raça búlgara, são de um tamanho gigantesco e de costumes selvagens. Dez dos homens mais fortes de qualquer outra nação não poderiam enfrentar um só homem deles. Esse povo é pagão e adora o sol. Ao oriente dos Meroussyés, do lado dos Russos (Alroussyé), e ao norte dos países eslavos, estão lugares selvagens e desabitados que se estendem até o Mar Exterior. O frio que reina nessas regiões impede que elas sejam habitadas. Esse estado se prolonga até o país dos Russos. Os Russos são um povo de raça turca que, do lado do oriente, tocam os Gozzes, povo igualmente de raça turca.²¹⁰

²⁰⁹ Cf. CIGAR, Norman. *The nationalist Serbian intellectuals and Islam: defining and eliminating a Muslim community* in: QURESHI, Emran & SELLS, Michael A. (Editors). **The New Crusades: Constructing the Muslim Enemy**. New York: Columbia University Press, 2003, p. 314-351.

²¹⁰ ABÛ AL-FÎDA, Ismâil ibn Ali. **Géographie d'Aboulfeda**. Traduit de l'arabe par M. Reinaud. Paris: Imprimerie Nationale, 1848, Tome II, Première partie, p. 296 [Na tradução francesa: *Les Câtsacs son un*

O sentido dado por Abû al-Fîda ao termo *turco* não diferia substantivamente daquele que encontramos em Guillaume de Tyre. Tratava-se de assinalar um traço fundamental: povos cujas origens remontavam à vida nômade nas estepes eurasiáticas, mas que agora estavam em contato permanente com populações sedentárias. Foi nesse mesmo sentido principal que Ibn Idrîs (c.1100-1166) falou dos turcos que viviam ao norte daquela mesma região:

esses povos se transportam de um lugar para outro, mantendo um gênero de vida nômade, como os Árabes e Berberes, e se ocupam de pastorear os camelos e os cavalos. Todos os turcos comem carne de cavalo, que eles preferem às carnes do boi e da ovelha, eles vivem de arroz, carne e peixe e fazem pouco uso de licores fermentados. Suas mulheres são de uma beleza marcante e, em geral, mais robustas do que os homens, mais ardentes para obterem o que desejam, tanto por causa da veemência de suas paixões quanto por seu caráter orgulhoso.²¹¹

Os exemplos de plasticidade polissêmica da palavra em tela poderiam ser fartamente enumerados. Seria enfadonho e pouco produtivo fazê-lo. Penso que o que importa foi devidamente assinalado pelas fontes que citei. Em adendo, observo que os eruditos do século XIX que começaram a desenvolver sistematicamente teorias antropológicas a respeito das origens e das diferenças entre os povos asiáticos precisaram navegar nesses mares de significados e aprender a

peuple établi entre les Abkhazes et les Alains. Ensuite, toujours à droite du pays des Bulgares et du côté de midi, se trouve le royaume des Alains, qui se prolonge jusqu'à l'extrémité du pays des Bulgares; vient ensuite, du côté de midi, le royaume des Khozars, qui termine le pays des Bulgares et qui donne entrée chez le peuple nommé Almeroussyé; les Meroussyés, peuple de race bulgare, sont d'une taille gigantesque et de moeurs sauvages. Dix des hommes les plus forts de toute autre nation ne pourraient tenir tête à un seule home de celle-ci. Ce people est païen et adore le soleil. A l'Orient des Meroussyés, du côté des Russes (Alroussyé), et au nord des pays slaves, son des lieux sauvages et inhabités qui s'étendent jusqu'a la mer Environnante. Le froid qui règne dans ces régions empêche qu'elles ne soient habitées. Cet état se prolonge jusqu'au pays des Russes. Les Russes sont un peuple de race turke, lequel, du côté de l'Orient, touché aux Gozzes, people également de race turke.]

²¹¹ IBN IDRÎS, Muhammad ibn Abd Allâh. **Géographie d'Édrisi**. Traduit de l'arabe en français par P. Amédée Jaubert. Paris: A L'Imprimerie Royale, MDCCCXL, Tome Second, p. 225. [Na tradução francesa: *Ces peuples ce transportent d'un lieu à un autre, mènent un genre de vie nomade, comme les Arabes et les Berberes, et s'occupent à élever des chameaux et des chevaux. Tous les Turks mangent de la chair de cheval, qu'ils préfèrent à celles du boeuf et du mouton, Ils vivent de riz, de viande et de poisson, et font peu d'usage de liqueurs fermentées. Leurs femmes sont d'une beauté remarquable et en général plus robustes que les hommes, plus ardentes à obtenir ce qu'elles désirent, tant à cause de la véhémence de leurs passions que de la fierté de leur caractere.*]

estabelecer sutis distinções entre populações que tendiam a ser agrupadas nos mesmos escaninhos étnicos. Mas eles puderam contar com massas documentais extraordinárias provenientes do Oriente acumuladas nas bibliotecas dos aristocratas e dos altos prelados desde os tempos do Renascimento. Textos dos mais diversos tipos, tamanhos, intenções e naturezas que possibilitaram que se construíssem árvores etimológicas e se fundassem os alicerces de um campo de investigações que acabou por ser chamado de linguística histórica. Ambiciosos, os eruditos pretenderam desenvolver programas de pesquisa dedicados à descoberta de *constantes linguísticas* que abrissem portas para *constantes raciais* e vice-versa. Dentre os idiomas rigorosamente esquadrihados e dotados de gramáticas descritivas organizadas para fins comparativos encontrava-se a língua turca.

Pois esta é a segunda acepção do termo *turco*, invariavelmente mencionada pelos dicionários: uma *língua* ou uma família de idiomas. E ela é o ponto de partida para o entendimento da terceira acepção: uma (*macro-*)*etnia*. Afinal, depois de tantos percursos, é preciso reconhecer, para mencionar as frases concisas de Jean-Paul Roux, que,

a única definição que podemos reter é linguística. É Turco quem fala a língua turca. Qualquer outra formulação é fortemente inadequada. Quando, em um dicionário, nós escrevemos que os turcos são, no sentido estrito, os cidadãos da República da Turquia, de um lado, nós excluimos todos os outros grupos humanos que falam ou que falaram a língua turca e que os são em sentido amplo; de outro lado, nós tomamos por turcos, tal como o governo que os subordinam, as minorias da Turquia, notadamente os Curdos, que são Iranianos e não se reconhecem como Turcos. Está claro que há, por razões políticas evidentes, abuso de linguagem.²¹²

Cifras publicadas em meados dos anos de 1990 indicavam que entre oitenta e noventa milhões de pessoas falavam as cerca de trinta línguas abrigadas pelo conceito de *ramo Túrquico* da *família Altaica*, que inclui, ainda, os *ramos Mongólico*

²¹² ROUX, Jean-Paul. **Histoire des Turcs: Deux Mille Ans du Pacifique à la Méditerranée**. Paris: Librairie Artème Fayard, 1984, p. 20.

e *Tungúsico*.²¹³ Sem contar os falantes que vivem noutras partes do Globo, a área por elas ocupada estende-se, de oeste a leste, dos Bálcãs e da Anatólia até as províncias ocidentais da República Popular da China e, ao norte, até Yakutia, no extremo nordeste da Sibéria. Metade delas era usuária do turco *osmanli*. Perto de doze milhões falavam Khazakh e Uzbek, cinco milhões Tatar e Azeri (Azerbaijani) e o restante Chuvash, Kirgiz e Turkmen (Turcomano). Algumas dessas línguas estão bastante afetadas por idiomas vizinhos, como é o caso da Yakut, profundamente influenciada pela Tungusic. Outras se apartaram muito, como o Chuvash. No entanto, em linhas gerais,

a família, como um todo, é marcadamente homogênea, lexicamente, fonologicamente e morfológicamente. Assim, algum grau de inteligibilidade mútua é possível por todo o campo, que pode, de fato, ser visto como um contínuo dialetal, com poucas, se alguma, fronteiras acentuadas entre representantes contíguos.²¹⁴

Essa forte homogeneidade é um fator que, em termos de pesquisas linguísticas, dificulta a construção de classificações internas, quaisquer que sejam os critérios – históricos, fonológicos ou morfológicos – empregados.²¹⁵ E é, também, um dos itens mais enfatizados pelos assim-chamados *pan-turquistas* (ou *pan-turanianos*, como os mais antigos se consideravam). Essa expressão nomeia políticos e intelectuais de diferentes inclinações ideológicas que compartilham a ideia de que as populações dos diversos países de fala túrquica a estenderem-se

²¹³ Em uma definição sintética, *famílias de línguas* “são grupos de línguas que estão geneticamente relacionadas. Isto é, compartilhando um ancestral comum, elas exibem correspondências sistemáticas em forma e significado não atribuíveis ao acaso ou a empréstimo. Existem três razões para a similaridade linguística: compartilhamento genealógico, difusão por área e semelhança tipológica ao acaso. É somente o compartilhamento genealógico que justifica as ‘árvores de famílias’. O número e a qualidade dos traços relacionados variarão de acordo com a quantidade de tempo que se passou desde a divergência a partir de um ancestral comum.” FISCHER, Steven Roger. **A History of Language**. London: Reaktion Books, 2001 [1999], p. 60. Para uma longa e rigorosa discussão metodológica dessas questões, leia-se JANDA, Richard D. & JOSEPH, Brian D.. *On language, change, and language change – or, of History, Linguistics, and Historical Linguistics* in: JANDA, Richard D. & JOSEPH, Brian D. (Edited by). **The Handbook of Historical Linguistics**. Malden, MA/Oxford, UK: Blackwell Publishing, 2003, p. 3-180.

²¹⁴ CAMPBELL, George L.. **Concise Compendium of the World’s Languages**. London/New York: Routledge, 1995, p. 543.

²¹⁵ *Idem, ibidem*. Veja-se, para maiores detalhes, KORNFILT, Jaklin. *Turkish and the Turkic languages* in: COMRIE, Bernard (Edited by). **The World’s Major Languages**. 2nd edition. London/New York: Routledge, 2009 [1987], p. 519-544 e, sobretudo, JOHANSON, Lars & CSATÓ, Éva Á.. (Edited by). **The Turkic Languages**. London/New York: Routledge, 1998. Uma análise acurada das implicações políticas contemporâneas dessa homogeneidade do ramo túrquico encontra-se em KARPAT, Kemal H.. *A language in search of a nation: Turkish in the National-State* in: _____. **Studies on Turkish Politics and Society: Selected Articles and Essays**. Leiden/Boston: Brill, 2004 [o ensaio é de 1984], p. 435-465.

entre a Anatólia e a Mongólia deveriam formular pautas políticas, econômicas e culturais em comum. No limite, deveriam, segundo alguns, se unificar em um *Estado Nacional*. Essa proposta vicejou na passagem do século XIX ao XX, inicialmente entre literatos turcos que viviam no Império Russo. Logo se apresentou como alternativa moderna – leiga e de fundamentos pretensamente científicos – ao ideário *pan-otomano*, ou seja, o projeto oriundo dos assessores intelectuais da Casa de Osman que apregoavam uma integração constitucional e cultural de todas as etnias do Império em torno da figura do Sultão-Califa, o *Tenente dos Crentes*, mas, também, o provedor de proteção aos *Povos do Livro* (os súditos judeus e cristãos). Os *pan-turcos* foram em boa medida marginalizados a partir da formação da República da Turquia, nos anos de 1920. Eles não tinham forças para disputar a hegemonia, que pertenceu ao programa nacionalista restrito de Mustafá Kemal.²¹⁶ Mas nunca desapareceram e, nas últimas décadas, com o fim da URSS e a independência do Azerbaijão e de vários países turcoparlantes na Ásia Central, os projetos *pan-turquistas* voltaram a circular, inclusive com o apoio de setores da diplomacia de Ankara.²¹⁷

Não vem ao caso entrar em minúcias a esse respeito. Quero apenas apontar algumas matérias-primas que constituem a argamassa manipulada pelos proponentes de identificações entre *grupos de usuários naturais de línguas e raças* ou *nações*, mais especificamente, como os eruditos ocidentais do século XIX e do início do século XX leram as fontes referentes aos turcos a partir dessa grade conceitual. Noutras palavras, quero acentuar como eles produziram representações do passado de um *demos* ou *ethnos* concebido por meio de uma articulação entre supostas propriedades biológicas tidas por geneticamente estáveis, como as *fisionomias* e certas *aptidões* e *propensões*, e traços igualmente constantes do que se poderia chamar um tanto anacronicamente – pois a expressão ainda não estava aclimatada nas comunidades intelectuais ocidentais – de *caráter coletivo* ou *nacional*. Foi do solo desses discursos instituidores de pretensas objetivações como uma *raça turca* ou uma *raça turaniana* que brotaram

²¹⁶ Ver sobre tudo isso, LANDAU, Jacob M.. **Pan-Turkism: From Irredentism to Cooperation**. London: C. Hurst & Co. Publishers, 1995 [1981].

²¹⁷ Cf. WINROW, Gareth. *Turkey and Former Soviet Central Asia: national and ethnic identity*. **Central Asian Survey**, 11 (3), 1992, p. 101-111 e, sobretudo, DJALILI, Mohammad-Reza & KELLNER, Thierry. **Géopolitique de la Nouvelle Asie Centrale**. Paris: Presses Universitaires de France, 2003.

muitas percepções contemporâneas dos povos turcos. Para as finalidades deste estudo, importam apenas determinados *tipos* de turcos, como os mercenários e escravos soldados. Muitas vezes eles foram descritos em contraste com os mesmos tipos advindos de outras etnias, como os janízaros, que, até meados do século XVII, não vinham – ou raramente vinham – de estirpes turcas. Entretanto, antes de adentrar nesses temas, deixem-me realizar uma breve viagem semiológica pelo universo lúdico das fabulações coletivas.

Origens mitopoéticas dos povos turcos: fabulações, gradientes cognitivos, identificações étnicas e fontes inusitadas para as pesquisas sobre soldados-escravos

É possível – apesar de seu forte gosto pagão, a suscitar a intriga, o medo e as delações – que entre antigas famílias da Anatólia e entre os mamelucos oriundos do mundo túrquico circulassem velhas lendas sobre seus mais remotos ancestrais. Histórias fascinantes como as que foram registradas em crônicas chinesas dos tempos da Dinastia T'ang.²¹⁸ Uma delas conta que os Tou-kioue, um povo que pertencia ao grande grupo Hiong-nou, foi atacado por um de seus rivais e massacrado. Apenas um garoto de dez anos, que ficou devendo sua vida à piedade dos matadores pelas crianças, sobreviveu. Mas, afinal, os algozes eram algozes. Eles deceparam seus pés {e seus braços} e o jogaram em um charco. Foi lá que uma loba o encontrou e lhe deu carne para comer. Por muitos anos eles viveram naquelas paragens até que um dia o homem e a loba fizeram amor e ela engravidou. A notícia não demorou a correr pelas estepes e o velho inimigo ficou sabendo que ele

²¹⁸ Tratam-se das seguintes obras: **A História das Dinastias do Norte**, compilada por Li Yanshou; **O Livro de Zhou**, compilado, entre outros, por Linghu Defen; **O Livro de Sui**, compilado por Zhangsun Wuji e outros, e o **Youyang Zazu**, compilado por Duan Chengshi. Cf. XINGLIANG, He & HONGZHEN, Guo. **A History of Turks**. Beijin: China Intercontinental Press, 2008, p. 10-13. Traduções ocidentais dos fragmentos relevantes: *Documents historiques sur les Tou-Kioue (Turcs) extraits du Pien-i-Tien*. Traduits du chinois par Stanislas Julien. **Journal Asiatique**, série 6 (tome 4), juillet-décembre 1864, p. 200-241, 391 e ss, 453-476; CHAVANNES, Édouard. **Documents sur les Tou-Kioue (Turcs) Occidentaux**. Paris: Librairie d'Amérique et d'Orient Adrien Maisonneuve, 1903; MILLER, Roy Andrew (Translated & annotated by). **Accounts of Western Nations in the History of the Northern Chou Dynasty**. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1959; e DE GROOT, Johannes Jacobus Maria. **The Religious System of China: Its Ancient Forms, Evolution, History and Present Aspect. Manners, Customs and Social Institutions Connected Therewith**. Leiden: E. J. Brill, 1901, Volume IV (Book II, Part I), p. 265-267. Este último livro reproduz em rodapés os textos escritos em mandarim. Resumos das principais histórias foram feitos por He Xingliang e Guo Hongzhen. Incorporarei entre colchetes os elementos que esses dois historiadores chineses aportaram, incluindo seu modo de escrever com letras muito usadas nos idiomas turcos contemporâneos. Quanto aos parênteses, eles correspondem ao modo como Denis Sinor (veja-se a nota seguinte) traduziu e escreveu os nomes próprios.

estava vivo. Um bando de soldados enviado ao seu encalço conseguiu, por fim, mata-lo, mas a loba logrou fugir para as montanhas do país dos Kao-tchang (Kao-ch'ang) e lá, oculta nas profundezas de uma caverna, concebeu dez meninos. Ela criou-os na calma e segurança de uma vasta planura em um vale no interior da grande gruta.

Quando ficaram adultos, eles passaram a procurar mulheres nas redondezas para que lhes dessem herdeiros. Conforme encontram suas parceiras, cada um tomou um sobrenome e, com isso, fundou um clã. O que se chamou A-sse-na [{Ašina}; (A-shih-na)], era o mais talentoso e não tardou a se tornar o líder de toda a tribo. Para mostrarem que não esqueceram e não deviam jamais esquecer suas origens, os clãs adotaram um estandarte tribal contendo a face de um lobo. A tribo de Ašina cresceu, os ancestrais faleceram e seus descendentes precisaram procurar rincões fora da caverna. Isso aconteceu quando eram comandados por Akin Šad (o vocábulo *Šad* indicava o título do chefe da tribo), que procurou estabelecer relações de vassalagem com os *Jou-Jan* (ou *Juan Juan*), a fim de ganhar tempo para sua gente, que se sentia fraca e desprotegida. Os clãs foram viver ao sul de Jinshan (o monte Altai) a trabalharem como ferreiros para seus novos senhores. Foi naquele lugar que acabaram por ganhar um nome, *Tou-Kiou* (*Turk*). Essa palavra queria dizer elmo ou capacete, e esse era o formato da montanha ao pé da qual se abrigaram. Um dia, eles decidiram partir para enfrentar os chineses e realizar façanhas e conquistas.²¹⁹

Essa lenda contém numerosos aspectos que atraem as mentes interessadas em aventuras comparativas e em estruturas simbólicas elementares: a liminaridade existencial dos animais híbridos, a água, a caverna, a planura, a montanha, os seres que se esparramam pelo mundo a carregar seus totens e suas memórias. Muitos os chamariam de *arquétipos*. Outros de *mitemas*. Eles podem ser encontrados em diversas histórias mais ou menos similares compartilhadas pelos turcos e os mongóis. Estes relacionavam sua origem ao intercurso de um lobo azul,

²¹⁹ Para uma discussão das fontes chinesas que conservaram essa lenda (com uma tradução para a língua inglesa das passagens mais significativas), veja-se SINOR, Denis. *The legendary origin of the Türks* in: ZYGAS, Egle Victoria & VOORHEIS, Peter (Editors). **Folklorica: Festschrift for Felix J. Oinas**. Bloomington: Indiana University/Research Institute for Inner Asian Studies, 1982, p. 223-258.

Börté-Tchinô, com uma corça, *Qo'ai-Maral*.²²⁰ Todas aquelas lendas remetiam ao que Christopher Beckwith chamou de uma “first story” disseminada por diversos povos eurasiáticos cujos principais componentes formavam um “Central Eurasian Culture Complex”.²²¹ Veremos mais adiante algumas das implicações perturbadoras que ele extraiu dessas narrativas de origem, inferências que, se estiverem certas, são efetivamente revolucionárias e exigirão uma profunda revisão da historiografia dos escravos soldados no Islam. Por enquanto, quero explorar fato de que, desde que ela começou a ser divulgada no Ocidente, em meados do século XVIII, as pessoas que escreveram tratados eruditos sobre o passado dos turcos não puderam escapar de mencioná-la, mesmo que simplesmente para acentuar seus absurdos.

O primeiro que a traduziu e dela publicou extratos no Ocidente, bem no meio do século XVIII, foi o mercador e diplomata francês Joseph de Guignes (1720-1800).²²² Eram informações inteiramente novas para os europeus, mas eles as interpretaram, inicialmente, a partir de chaves convencionais que remontavam ao século XIV, mas foram ampliadas após 1453, quando um número extraordinário de estudos foi escrito em grande medida para dar sentido aos acontecimentos de Constantinopla. Havia muitas explicações, por assim dizer, profanas, das origens dos turcos circulando pela Europa Ocidental. De um modo geral, eles eram associados a algum inimigo dos romanos ou dos hebreus dos Tempos Bíblicos. Figuras da mitologia clássica também eram evocadas como seus ancestrais. Eles procediam de mundos além do Cáucaso, além do Mar Cáspio. Lugares onde estariam, de acordo com antigas convicções, o sítio de Gog e Magog, contra quem

²²⁰ PELLIOT, Paul. **Histoire Secrète des Mongols**. Restitution du texte mongol et traduction des chapitres I à VI par Paul Pelliot. Paris: Librairie d'Amérique et d'Orient Adrien-Maisonneuve, 1949, p. 14. Cf. JILA, Namu. *Myths and traditional beliefs about the wolf and the crow in Central Asia: examples from the Turkic Wu-Sun and the Mongols*. **Asian Folklore Studies**, 65 (2), 2006, p. 161-177 e AIGLE, Denise. *Les transformations d'un mythe d'origine: l'exemple de Gengis Khan et de Tamerlan*. **Revue du Monde Musulman et de la Méditerranée**, (89-90), juillet 2000, p. 151-168.

²²¹ BECKWITH, Christopher. **Empires of the Silk Road: A History of Central Eurasia From the Bronze Age to the Present**. Princeton/Oxford, UK: Princeton University Press, 2009, p. 12. Para um contraste com os entendimentos europeus medievais dos significados do lobo, veja-se PLUSKOWSKI, Aleksander. **Wolves and the Wilderness in the Middle Ages**. Woolbridge, UK: The Boydell Press, 2006.

²²² DE GUIGNES, Joseph. **Histoire Générale des Huns, des Turcs, des Mogols, et des Autres Tartares Occidentaux, Avant & Depuis J. C. Jusqu'à Présent**. Paris: Chez Desaint & Saillant, MDCCCLVI, Tome Premier, Second Partie. A respeito de sua leitura pelos eruditos da época, veja-se POCOCK, J. G. A.. **Barbarism and Religion**. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2005. *Volume Four: Barbarians, Savages and Empires*, p. 99-153.

Alexandre Magno construíra uma formidável muralha, o reino do Preste João e as Tribos Perdidas de Israel.²²³ Os humanistas italianos e, em seguida, de toda a Europa, deram a essas narrativas uma ressonância até então inexistente. Tornou-se parte da ritualística retórica dos eruditos do Renascimento a oferta de alguma explicação de onde vieram os turcos e, se possível, de como fazer para exterminá-los.²²⁴

Dessas narrativas profusas extraíram-se verdadeiros *topoi*, lugares comuns que perderam a memória de sua autoria e passaram a compor elementos cotidianos de uma comunidade de fala. Um deles estabelecia que, entre os antepassados dos turcos estavam os troianos ou Teucros. Andreae Dandoli, que foi doge de Veneza, em 1343, escreveu, ainda no século XIV: “a pátria dos Turcos se encontra para além dos Montes Cáspios, sua origem remonta a Turc, filho de Troilus, filho de Priamo rei dos Troianos”.²²⁵ Umas décadas mais tarde, Coluccio Salutati, em carta firmada em Florença (*Florentie; Firenze*) a Iodoco (Iodoto Brandeburgensi), Magravio di Moravia, datada de 20 de agosto de 1397, retomava o condão, com pequena variação terminológica. Os turcos, “tipos humanos ferozes”, descendiam dos Teucros e desceram do Monte Cáucaso para tentarem dominar a Cristandade.²²⁶ Essas ideias receberam um aporte fundamental após a divulgação no Ocidente do relato da tomada da cidade e dos primeiros tempos da presença dos otomanos em Constantinopla feito pelo erudito grego Kritoboulos.

²²³ Cf. GUMILEV, Lev. **La Búsqueda de un Reino Imaginario: La Leyenda del Preste Juan**. Traducción castellana de Evgueni Agaltsev y Raquel Ribó. Barcelona: Editorial Critica, 1994 [original russo de 1970]; BOYLE, John Andrew. *The Alexander Romance in the East and West*. **Bulletin of the John Rylands University Library**, 60 (1), 1977, p. 13-27; ZUWIYYA, David (Edited by). **A Companion to Alexander Literature in the Middle Ages**. Leiden/Boston: Brill, 2011, e BENITE, Zvi Ben-Dor. **The Ten Lost Tribes: A World History**. Oxford/New York: Oxford University Press, 2009.

²²⁴ Cf. BISAHA, Nancy. “*New Barbarian*” or worthy adversary? *Humanist constructs of the Ottoman Turks in fifteenth-century Italy* in: BLANKS, David R. & FRASSETTO, Michael (Edited by). **Western View of Islam in Medieval and Early Modern Europe: Perception of Other**. New York: Saint Martin Press, 1999, p. 185-205. Um panorama amplo, mas sem aprofundamento, foi feito por WHEATCROFT, Andrew. **Infidels: A History of the Conflict Between Christendom and Islam**. New York: Random House, 2004 [2003].

²²⁵ DANDOLI, Andreae. **Chronica per extensum descripta**. A cura di Ester Pastorello. Bologna: Nicola Zanicheli, 1932 (A pontificatu S. Marci ad Annun usque MCCCXXXIX), p. 87. (*Raccolta degli Storici Italiani*, Tomo XII – Parte I). No original: “*est enim Turcorum patria secus Caspium montem, ducens originem a Turcho, filio Troyli, filii Priami regis troiani*”.

²²⁶ NOVATI, Francesco (a cura di). **Epistolario di Coluccio Salutati**. Roma: Istituto Storico Italiano/Forzani e C. Tipografi del Senato, 1896, Volume terzo, p. 208. No original: “*ferocissimum genus hominum*”.

Segundo ele, Mehmet II visitou as ruínas de Troia, em 1462, e isso foi lido como uma confirmação indireta daquelas narrativas.²²⁷

Mescla de tópicos veterotestamentários, fabulações mitológicas clássicas e informações fragmentadas oferecidas por viajantes que voltaram da Ásia, a literatura que explicava ao Ocidente a história turca não ficou impermeável às novas referências geográficas e etnográficas postas em circulação à medida que os europeus adquiriam conhecimentos mais amplos de várias partes do Oriente. No entanto, isso não veio a significar o abandono dos relatos mais antigos, como a remissão aos Citas, os Troianos e os Hunos, mas acréscimos que geravam possibilidades cognitivas e novos recursos retóricos aos operadores daquele sistema narrativo de doação de significados aos povos orientais. Duzentos anos depois de Andreae Dandoli, Diogo de Couto, um dos mais importantes compiladores de informações sobre o continente dos orientais do final do século XVI, escreveu em seu tratado sobre a Ásia que,

os verdadeiros Turcos são aquelles que defcêram dos montes Cafpios, e foram conquiftar toda effa Natolia, toda effa Grecia, e o Grande Imperio de Conftantinopola; e porque a primeira parte que povoáram foi a de Natolia, fe chamou delles a Grão Turquia, porque elles trouxeram já comfigo effe nome de Turcos, porque defcêram da Provincia de Turcheftan, como adiante melhor fe verá, quando fallarmos da origem dos Magores; e reprovamos a opinião que alguns tiveram em dizerem, que os Turcos fe chamaram affi dos Teucros, que foram os Troianos; ou porque povoáram aquella parte que os Teucros poffuíram: effa opinião parece que tomáram da femelhança do nome.²²⁸

²²⁷ Para o sultão otomano, a ida às ruínas à beira do Dardanelos não tinha nada a ver com as origens dos turcos. Era mera curiosidade de alguém que estava bem informado a respeito de lugares e personagens da história da Antiguidade, como sugerem as investigações feitas em sua biblioteca e os dados que se possui sobre sua convivência com os sábios. No entanto, os europeus de sua época não sabiam disso. Veja-se a reportagem histórica bem documentada de FREELY, John. **The Grand Turk: Sultan Mehmet II – Conqueror of Constantinople and Master of an Empire**. New York: The Overlook Press, 2009, p. 73, 99 e ss.

²²⁸ **Da Asia de Diogo de Couto: Dos Feitos, que os Portuguezes Fizeram na Conquista, e Descobrimento das Terras, e Mares do Oriente**. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, MDCCLXXVIII [1602], *Decada Quarta, Parte Segunda*, p. 264-265.

Os termos críticos do historiador lusitano sugerem um debate alimentado pelos descobrimentos asiáticos dos seus compatriotas, mas não significam uma ruptura de consequências decisivas com as explicações anteriores. Visto no decorrer dos séculos XVI a XIX, o sistema narrativo de doação de significados aos povos orientais se fundou em critérios crescentemente plásticos de validação das proposições fáticas, mas não parece ter se caracterizado por saltos irreversíveis. Noutras palavras: o esquema interpretativo permaneceu, em linhas gerais, moldado pela Bíblia e pela literatura clássica, mas com relativa abertura para os dados inesperados que chegavam de todas as partes do Globo.

Assim, quando De Guignes sentiu-se impelido a interpretar as histórias dos turcos que colheira nos velhos anais chineses, não hesitou em achar os antigos Citas e explicar que os autores daqueles textos faziam remontar a eles as gentes da Tartária e os Hunos.²²⁹ Como tantos em seu tempo, ele fora profundamente influenciado pelos termos de Barthélemy d’Herbelot, que consagravam a síntese legada pelos renascentistas e acrescida de referências à obras árabes, turcas e persas que começavam a ser conhecidas – sobretudo pelo mecanismo usual do *ouvir falar* – na Europa.²³⁰ Em seu verbete, escrito no final do século XVII e republicado várias vezes no seguinte, d’Herbelot disse que a palavra *turcos* era comum “não somente aos Turcos Otomanidas, que são nossos vizinhos, mas também aos Tártaros, aos Igúrios, Cataios & Mongois” Eles eram tidos por descendentes de Jafé (*Iapheth; Japhet*), um dos filhos do Patriarca Noé.

Jafé, antes de se separar de seu pai para ir habitar com sua família o país em que fora alocado, recebeu com sua benção um presente final, a saber, sobre a qual o grande nome de Deus estava gravado, e aprendeu, ao mesmo tempo, que aquele nome misterioso continha tudo o que era de mais essencial na Religião e no culto divino. Esta pedra, que os árabes chamaram *Hag’r almathar*: a pedra da chuva, é denominada pelos Mongóis *Gioudeh thafch*, & *Guiurthafch*, e pelos

²²⁹ DE GUIGNES, Joseph. **Memoire Historique sur l’Origine des Huns & des Turks**. S/l (Lyon?): S/ed., 1748.

²³⁰ D’HERBELOT DE MOLAINVILLE, Barthélemy. **Bibliothèque Orientale, ou Dictionnaire Universel Contenant Generalement Tout ce qui Regarde la Conoissance des Peuples d’Orient**. Paris: Par la Compagnie des Libraires, MDCXCVII. Por maior facilidade de acesso, utilizei a edição publicada em Maestricht: Chez J. E. Dufour & Ph. Roux, Imprimeurs & Libraires, MDCCLXXVI.

Persas de *Senkideh*. Ela tem a virtude de produzir e de fazer cessar a chuva de acordo com os desejos de Jafé; e com a passagem do tempo ela foi consumada ou perdida, e ainda se encontram, no entanto, entre os Turcos Orientais, pedras semelhantes, que eles dizem ter a mesma virtude, às quais eles também deram o mesmo nome. E os mais supersticiosos entre eles dizem que elas se reproduziram e se multiplicaram por uma espécie de geração dessa primeira pedra, que Nóe dera a seu filho.²³¹

O rebento do patriarca – prosseguiu o dicionarista – teve, segundo certos historiadores, três filhos. “O mais velho tinha o nome de Turk, e é esse filho que faz com que Jafé tenha sempre entre as nações que descendem de sua posteridade o sobrenome Abu Turk: Pai de Turk”. Os outros dois foram *Tchin* e *Seclab*. Contudo, havia historiadores que falavam de muito mais meninos, entre eles, *Mameluk*, *Gomari*, “que também leva o nome de *Keïmak*”, *Khozar*, *Rous* e *Bazag’*. Mencionaram-se, ainda, *Sadeffan*, *Gaz* e *Khalag’*. Além disso, “há também algumas diferenças entre os Historiadores a respeito do direito de primogenitura entre essas crianças. Pois uns o dão a *Turk*, e outros a *Tchin*”.²³² Tal como determinados geógrafos árabes medievais, d’Herbelot agrupava russos, turcos e chineses na mesma linha de ancestralidade. E sugeria levemente uma origem única dos mamelucos, talvez descendentes de um neto específico de Noé. Digo apenas que ele sugeria, posto que, no verbete *Mamlouk*, d’Herbelot limita o termo a dois significados: a palavra árabe para “um escravo em geral”; e seu uso específico para nomear

²³¹ *Op. cit.*, p. 889-890. [No original: “non-feulement aux Turcs Othmanides, qui font nos voifins, mais encore aux Tartares, aux Iguréens, Khathaiens & Mogols”] [No original: Japhet, avant que fe féparer de fon pere pour aller habiter avec fa famille les contrées qui lui étoient échues, reçut avec fa bénédiction un prefent signalé, à favoir, une pierre fur laquelle le grand nom de Dieu étoit grave, & apprit en même-temps que ce nom myftérieux contenoit tout ce qui étoit de plus essentiel dans la Religion & dans le culte divin. Cette pierre que les arabes on appellé Hag’r almathar: la Pierre de la pluie, eft nommé par le Mogols, Gioudeh thafch, & Guiurthafch, & par les Perfans, Senkideh. Elle avoit la vertu de produire & de faire ceffer la pluie felon les befoins que Japhet en pourroit avoir; & quoique par fuceffion de temps, elle ait été confumée ou perdue, il fe trouve cependant encore parmi les Turcs Orientaux de femblables pierres, qu’ils difent avoir la même vertu, auxquelles ils ont auffi donné le même nom. Et les plus fuperftitieux entre eux difent qu’elles on été reproduites & multipliées par une efpece de generation de cette premiere pierre, que Noé avoit donné à fon fils.]

²³² *Idem*, p. 890. [No original: “L’ainê portoit le nom de Turk, & c’eft ce fils qui fait que Japhet porte toujours chez les nations defcendues de fa poftérité le furnom d’Aboul Turk: Pére de Turk”] [“il y a auffi quelque différence entre les Hiftoriens fur le droit de primogéniture entre ces enfants. Car les uns le donnent à Turk, & les autres à Tchin”].]

os escravos Turcos e Circassianos que os Reis da posteridade de Saladin ergueram ao exercício e aos cargos da Milícia, os quais, no fim, se tornaram senhores do Egito e bem conhecidos por nossos Historiadores sob o nome de Mamelucos”.²³³

Ele observava, ainda, que Turk recebeu de seu pai “o comando e a soberania do Turquestão”. D’Herbelot acreditava que os viventes daquela região tinham pleno conhecimento desses presumíveis fatos. Os Turcos Orientais chamariam a si mesmos de “*Iaphet Oglan*: os filhos de Jafé, que eles reconhecem como o primeiro autor de sua raça”.²³⁴

É interessante recapitular as provas até aqui arvoradas pelo dicionarista. Elas nos transportam para um constructo narrativo muito peculiar. Ele evocou historiadores orientais, muito vagamente mencionados, apanhou a evidência bíblica que prescindia de qualquer explicação e adicionou informações espalhadas pela Europa a respeito dos nomes de certos povos da Ásia. Ele tinha, ainda, uma explicação para a primazia dos turcos entre as nações do Oriente. *Turk*, “além da prerrogativa de sua primogenitura, tinha ainda a vantagem de ter qualidades muito belas acima de todos os seus outros irmãos.”²³⁵ Não havia quem contestasse seu direito à soberania sobre o país. Firmada a linhagem, d’Herbelot precisava explicar o que levou a saída de turcos a saírem do *Turqueftan*. Ele disse, então:

e como suas famílias aumentavam em número todos os dias e começaram a ficar muito apinhadas, esses mesmos irmãos resolveram procurar terras alheias e estabelecerem as Colônias que, em seguida, se tornaram as mães das maiores Nações do mundo, como se pode ver pelos títulos particulares de todas as crianças de Jafé.²³⁶

²³³ *Idem*, p. 555. [No original: *ces esclaves Turcs & Circassiens que les Rois de la postérité de Saladin ont fait élever dans l'exercice & dans les charges de la Milice, lesquels enfin devinrent maîtres de l'Egypte, & ayez connus de nos Historiens sous le nom de Mamelus.*]

²³⁴ *Idem*, p. 890. [No original: “*le commandement & la Souveraineté du Turqueftan*”] [*“Iaphet Oglan: les fils de Japhet, & qu’il reconnoissent pour le premier auteur de leur race”*]

²³⁵ *Idem, ibidem*. [No original: “*oultre la prérogative de son aîné, étoit encore avantaagé de très belles qualités au deffus de tous ses autres freres*”].]

²³⁶ *Idem, ibidem*. [No original: “*Et comme leurs familles augmentoient tous les jours de nombre, & commençoient à être beaucoup refferrées, ces mêmes freres réfolurent de chercher des terres ailleurs,*”]

Turk, que – diz a lenda – viveu por 240 anos, não migrou. Ele ergueu seu reino no *Turqueftan*, estabelecendo-se com sua família “nas bordas de um lago muito belo cercado de colinas, das quais saíam várias fontes de água viva, e algumas mesmo de água quente, que se espalhavam em uma praia muito bela”. Lá ele construiu as primeiras casas, muito rudimentares, de barro e madeira – “nem os mármore, nem as pedras foram empregadas em sua construção” Era sua capital. Mais tarde, as moradas foram aperfeiçoadas: “e não foi senão algum tempo depois que o couro e o feltro foram acrescentados, e que cobriu-se com eles os barracos ou cabanas que os Persas chamam *Kharghiāh*”. Nelas *Turk* viu crescerem seus filhos homens. Foram quatro, segundo alguns – *Toutok* (ou *Toutouk*), *Genghel*, *Barfegia* (ou *Pir Scheher*) e *Ilak*. Mas há os que lhe acrescentam mais um – *Ilmiugeh* (ou *Ilmiougeh*), que seria o primogênito a herdar-lhe o reino.²³⁷

Observe-se que não há referências aos Troianos ou *Teucros*. A linhagem traçada é inteiramente outra. Ocorreu no texto de d’Herbelot uma efetiva orientalização dos personagens da história turca. A posteridade de *Turk* fragmentou-se em quatro tribos, “do mesmo modo que as Nações Judaica e Árabe o fizeram depois de algum tempo.” Em seguida, elas foram cindidas em vinte e quatro tribos por um príncipe, *Ogouzkhan*. E uma nova fratura dividiu-as em

ala direita e em ala esquerda, que os Mongóis e Tártaros chamam *Givangar & Berangar*; e os povos dessas duas alas que não compunham uma mesma nação tinham por lei fundamental de seu governo não se misturar nem se aliar jamais uns com os outros.²³⁸

Entre os descendentes de *Turk*, disse d’Herbelot, *Mogul* (ou *Mogol*) e *Tatar*, fundaram seus próprios reinos e nações. Outros preferiram caminhos diversos.

& d’y établir des Colonies dans la fuite des temps, les meres des plus grandes Nations du monde qui en font effues, comme l’on peut voir dans les titres particuliers de tous les enfant de Japhet’.]

²³⁷ *Idem, ibidem*. [No original: “fur les bords d’un fort beau lac entouré de collines, desquelles fortoient plusieurs fources d’eau vive, & quelques-unes même d’eau chaude, qui se répandoient dans une fort belle prairie”] [“ni les marbres, ni les pierres ne furent pas employés à sa construction”] [“ce ne fut qui quelque temps après, que le cuir & le feutre y furent ajoutés, & que l’on y dreffa de cette fort de huttes ou cabanes que les Perfans appellent *Kharghiāh*”].]

²³⁸ *Idem, ibidem*. [No original: “du même façon que les Nations Juive & Arabe l’on été depuis ce temps-là”] [aîle droit & en aîle gauche, que les Mogols & Tartares appellent *Givangar & Berangar*; & les Peuples de ces deux aîles qui ne compoferent cependant qui la même Nation, avoient pour Loi fondamentale de leur Gouvernement, de ne se mêler ni allier jamais les un avec les autres.]

Aqui ele retomou uma diferenciação que os europeus conheciam desde a Época Medieval:

houve por todo o tempo uma parte desses Turcos que viveu sem lugar fixo e estável, e que acamparam e parquearam suas tropas a maneira daqueles que os Gregos chamaram Nômades, e os Árabes, *Bedoui*. Os Turcos os chamam particularmente *Gutchungi Atrak*, e é desses Turcos errantes e vagabundos que descende a Nação dos Turcomanos.²³⁹

Foi esse quadro descritivo que – com algumas variações, por suposto – os letrados do século XVIII receberam de seus antecessores. É claro que sempre havia quem recuperasse temas e tópicos acervados no sistema narrativo de longo curso destinado a dar significados aos povos orientais. Voltaire, por exemplo, preferiu manter o pé no chão de uma tradição bem conhecida e, ao falar dos Citas, explicou que eles

são esses mesmos Bárbaros que nós chamamos de Tártaros; foram eles mesmos que, muito tempo antes de Alexandre, tinham arrasado várias vezes a Ásia, e que foram os depredadores de uma grande parte do continente. Sob o nome de Mongóis ou de Hunos, eles subjugaram a China e as Índias; sob o nome de Turcos, eles perseguiram os Árabes que tinham conquistado uma parte da Ásia.²⁴⁰

De todo modo, não se tratava de uma divergência significativa com o quadro descritivo sintetizado por d’Herbelot, por meio do qual os relatos achados nos anais chineses foram, inicialmente, dotados de sentido histórico. Além do mais, é

²³⁹ *Idem*, p. 891. [No original: *Il y a eu de tout temps une partie de ces Turcs qui a vécu sans demeure fixe & stable, & qui ont campé & fait parquer leurs troupeaux à la manière de ceux que les Grecs ont appellés Nomades, & les Arabes, Bedoui. Les Turcs les appellent particulièrement Gutchungi Atrak, & c’est de ces Turcs errants & vagabonds que la Nation des Turcomans est descendue.*]

²⁴⁰ VOLTAIRE, Monsieur de. **Essais sur les Moeurs et l’Esprit des Nations; et Sur les Principaux Faits de l’Histoire, Depuis Charlemagne Jusqu’à Louis XIII.** Nouvelle édition. A Neuchatel: Édition de Neuchatel, MDCCLXXIII, p. 84. [No original: *font ces mêmes Barbares que nous avons depuis appellés Tartares; ce font ceux-là même qui, longtemp avant Alexandre, avaient ravagé plusieurs fois l’Asie, & qui ont été les déprédateurs d’une grande partie du continent. Tantôt fous le nom de Monguls, ou de Huns, ils ont affervi la Chine & les Indes; tantôt fous le nom de Turcs, ils ont chaffé les Arabes, qui avaient conquis une partie de l’Asie.*]

pouco surpreendente constatar que o que mais atraiu de imediato na fábula que eu resumi foi sua proximidade com a lenda romana de Romulo e Remo.²⁴¹ O próprio Joseph de Guignes preferia acreditar que nada havia de extraordinário na lenda, e suspeitava de que ela tratava não de um animal, mas de uma mulher chamada *Loba* (*Zena*). De resto, ele a explicou por meio de alegações bastante adequadas ao que se tinha, em seus dias, por conhecimento da Antiguidade. Segundo ele,

deixando-se de lado o maravilhoso, essa tradição pode se conciliar com o que nós sabemos da História desses povos. Os Hunos destruídos na Europa se acantonaram ao longo do Volga e do Mar Cáspio, que os Chineses chamam de Mar do Ocidente; alguns deles que provavelmente retornaram à Tartaria, ganharam os montes Altai, onde eles se estabeleceram, e pode ser que eles tenham levado consigo a história da Loba, na qual as crianças raptam as mulheres estrangeiras. Essa fábula parece ter sido copiada daquela de Romulo, criado por uma loba e que, após a fundação de Roma, ordena a seus súditos que raptem as Sabinas.²⁴²

Em seu livro monumental sobre o fim do Império Romano, Edward Gibbon, que se valeu da obra de De Guignes, estendeu-se em um vasto comentário sobre isso.

Qual Romulo, o fundador daquele povo marcial foi aleitado por uma loba, que, mais tarde, dele fez o pai de uma numerosa progênie; e a representação daquele animal na bandeira dos Turcos preservou a memória, ou mesmo sugeriu a ideia de uma fábula que foi inventada,

²⁴¹ Para recordar a lenda e suas interpretações pelos romanos, leia-se BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. *Rômulo e Remo: escritos e ritos*. **História Revista**, 6 (2), julho-dezembro de 2001, p. 87-116.

²⁴² DE GUIGNES, Joseph. **Histoire Générale des Huns, des Turcs, des Mogols, et des Autres Tartares Occidentaux, Avant & Depuis J. C. Jusqu'á Présent**. Paris: Chez Desaint & Saillant, MDCCLVI, Tome Premier, Second Partie, p. 372. [No original: *en mettant à part le merveilleux, cette tradition peut se concilier avec ce que nous savons de l'Histoire de ces peuples. Les Huns détruits en Europe se font cantonnés le long du Volga & de la mer Caspienne, que les Chinois appellent mer d'occident: quelques-uns de ceux qui repasserent probablement dans la Tartarie, auront gagné les monts Altai, où il se feront établis, & peut-être ont-ils apporté avec eux l'histoire de la Louve, dont les enfans enlevé des femmes étrangères. Cette fable paroît être copiée sur celle de Romulus, élevé par une louve, & qui après la fondation de Rome ordonne à ses sujets d'enlever les Sabinés.*] Para uma discussão concisa das hipóteses formuladas desde então, leia-se DROMPP, Michael R.. *The lone wolf in Inner Asia*. **Journal of the American Oriental Society**, 131 (4), December 2011, p. 515-526. Ele dá particular atenção às analogias que podem ser mitologicamente construídas entre a vida dos animais e as dos homens.

sem qualquer intercuro mútuo, pelos pastores do Lácio e os da Cítia. A uma distância igual do Cáspio, e dos Mares Ártico, Chinês e Bengali, é notável uma cadeira de montanhas que é o centro e, talvez, o cume da Ásia, que, na língua de diferentes nações, tem sido grifada *Imaus, Caf, Altai*, Montanhas Douradas e o Cinturão da Terra.²⁴³

Os dados geográficos pareciam-lhe perfeitamente evidentes. Os povos turcos que, desde a Antiguidade, vinham adentrando o Ocidente eram originários de uma região montanhosa do centro da Ásia onde havia minerais em profusão. Apesar de serem “a porção mais desprezada dos escravos do grande *khan* do *Geougen*”, a experiência como ferreiros, acreditava o historiador britânico, foralhes fundamental. Afinal, ele ponderou,

sua servidão deveria durar somente até que um líder, arrojado e eloquente, se erguesse para persuadir seus compatriotas de que as mesmas armas que eles forjavam para seus senhores deveriam se tornar, em suas próprias mãos, os instrumentos da liberdade e da vitória.²⁴⁴

Gibbon aparentemente não achava que os turcos ou os chineses acreditavam literalmente na lenda. De todo modo, não opinou sobre isso. O que ele fez foi escoima-la do que havia de mais fantástico e tomar o que sobrou por uma fonte de dados históricos sobre o passado daqueles povos. Pelo que me foi dado apurar, o resultado obtido por ele manteve-se de pé até bem entrado o século XX.

No decorrer do século XIX, ficou bem estabelecida entre os letrados europeus uma genealogia dos turcos que articulava o relato da dispersão dos

²⁴³ GIBBON, Edward. **The History of the Decline & Fall of the Roman Empire**. London/New York/Toronto: Henry Froude/Oxford University Press, 1904 [1776-1788], Vol. IV, Chap. XLII, p. 416. [No original: *Like Romulus, the founder of that martial people was suckled by a she-wolf, who afterward made him the father of a numerous progeny; and the representation of that animal in the banners of the Turks preserved the memory, or rather suggested the idea, of a fable, which was invented, without any mutual intercourse, by the shepherds of Latium and those of Scythia. At the equal distance of two thousand miles from the Caspian, the Icy, the Chinese, and the Bengal seas, a ridge of mountains is conspicuous, the centre and perhaps the summit of Asia; which in the language of different nations, has been styled Imaus, and Caf, and Altai, and the Golden Mountains, and the Girdle of the Earth.*]

²⁴⁴ *Idem*, p. 417. [No original: “*the most despised portion of the slaves of the great khan of the Geougen*”] [*their servitude could only last till a leader, bold and eloquent, should arise, to persuade his countrymen that the same arms which they forged for their masters might become, in their own hands, the instruments of freedom and victory.*]

povos encontrado no **Genesis** e os dados geográficos fornecidos pelos livros chineses. Curiosamente, muitas vezes escreviam-se resumos desses relatos atribuindo-os aos próprios turcos ou, o que era até mais comum, misturando-os com narrativas advindas do Império Otomano. Em 1859, a Religious Tract Society, uma entidade britânica voltada para a disseminação do cristianismo anglicano, publicou um volumoso tratado sobre o Estado Otomano. Ao explicar(em) as origens dos seus governantes, o(s) autor(es) anônimo(s) do livro escreveu (ram):

como a maioria das outras nacionalidades, as tribos turcas têm uma história legendária que remonta à antiguidade remota. Eles alegam que descendem de um indivíduo chamado Turk, um suposto neto de Jafé, fantasiosamente reconhecido por alguns como o *Togarmah* dos anais sagrados e o *Targitaos*, de Herôdoto.²⁴⁵

No mesmo diapasão, John McGilchrist afirmou, em 1856, que,

os Turcos Otomanos têm uma tradição de que eles são descendentes de Turk, o filho de Jafé. Turk é um nome genérico, aplicado adequadamente à uma grande família de nações, mas usado por nós em uma acepção mais limitada. Em seu sentido mais amplo, é sinônimo de Tártaro, ambos sendo designações aplicadas à grande família de nações que, desde a remota antiguidade, vêm habitando o Noroeste da Ásia e as partes adjacentes da Europa.²⁴⁶

Em 1855, Burkhardt Barker, um militar britânico que prestava assessoria ao governo de Istambul por ocasião da Guerra da Criméia, anotou que, no século V, chegaram ao Ocidente os “*Ongri* (ou *Hongres*), aos quais os historiadores bizantinos aludem sob o nome de *Turcos*”. Outros povos da mesma estirpe, como

²⁴⁵ **The Ottoman Empire: The Sultans, the Territory, and the People.** London: The Religious Tract Society, 1859, p. 2-3. [No original: *Like most other nationalities, the Turkish tribes have a legendary history which goes back to remote antiquity. They claim to be descended from an individual named Turk, a supposed grandson of Japhet, fancifully recognised by some as the Togarmah of the sacred annals, and the Targitaos of Herodotus.*]

²⁴⁶ MCGILCHRIST, John. **A History of the Turks, From the Earliest Period to the Present Time.** London: James Blackwood, 1856, p. 5-6. [No original: *the Ottoman Turks have a tradition that they are descended from Turk, the son of Japhet. Turk is a generic name, applied properly to a great family of nations, but used by us in a more limited acceptation. In its widest sense it is synonymous with Tartar, both being designations applied to the great family of nations which from remote antiquity have inhabited North-Western Asia and the adjacent portions of Europe.*]

os Hunos, que seriam chamados pelos historiadores orientais de “Turcos tardios” (*later Turks*), foram parar no norte da Persia, principalmente no Azerbaijão, que “está agora habitado pelos descendentes desse povo, os quais falam todos a língua turca original”. Quanto às suas origens, ele escreveu:

os historiadores chineses, referindo-se à fábula da alimentação de Romulo e Remo por uma loba, reivindicam para o fundador da raça turca a mesma origem, e é estranho que todas as tradições orientais concordem em remontar a nação Turca à uma mulher chamada *Zena* [que na língua turca quer dizer loba].²⁴⁷

No começo do século XX, em uma obra de extraordinária e penetrante erudição, o holandês Johannes de Groot traduziu e discutiu várias passagens de antigos anais chineses que narram as origens de muitos povos que, segundo os cronistas, descenderiam do intercuro entre seres humanos e bestas. Essas convicções inquietavam-no. Sobretudo porque estavam disseminadas entre os letrados da elite imperial. Mas ele tinha uma explicação bastante razoável, ainda que certamente ingênua, para isso. Considerando que boa parte das narrativas tinham por personagens masculinos os animais – em particular, canídeos – e, por femininos, as mulheres, ele concluiu que,

nós temos, com certeza, que olhar para aquelas narrativas como nada mais do que boatos selvagens e embelezados sobre países onde os habitantes masculinos tinham traços repelentes, feios, peles peludas, enquanto que as mulheres correspondiam melhor aos padrões estéticos chineses.

Em seguida, deduziu que,

por tudo isso, o fato de que eles ocuparam um lugar em obras tais como os Anais é significativo e prova que a crença na conexão sexual

²⁴⁷ BARKER, W. Burckhardt. **A Short Historical Account of the Crimea, From the Earliest Ages and During the Russian Occupation, Compiled From the Best Authorities.** Hertford: Stephen Austin/London: Trübner and Co., MDCCCLV, p. 109. [No original: “*Ongri (or Hongres), who are alluded to by the Byzantine historians under the name of Turks*”] [“*is now inhabited by the descendants of this people, who all speak the original Turkish language*”] [“*the Chinese historians, referring to the fable of the nurture of Romulus and Remus by a she-wolf, claim for the founder of the Turk race the same origin, and it is strange that all eastern traditions should agree in tracing the Turkish nation to a woman named Zena [in the Turkish language means ‘she-wolf’]*”]

entre homens e animais, com procriação de progênie, era, na China, uma crença dogmática, mesmo entre os letrados eruditos e educados.²⁴⁸

Não é a explicação literal dada por De Groot que interessa aqui, mas a suspeita que ela lança sobre quem produziu os relatos. Para ele, essas fábulas, consideradas inteiramente verdadeiras, expressam certas convicções dos chineses a respeito de outros povos. Em suma, elas indicam que há perturbadores e bastante compreensíveis pontos de interrogação a rondar a leitura dessas lendas. Afinal, como podemos saber que os chineses não as inventaram e as atribuíram aos turcos? Não teriam os cronistas da dinastia T'ang estendido para diferentes *povos do Norte* um relato produzido e reproduzido apenas por alguns deles? Pelo que me é dado compreender, os pesquisadores contemporâneos não parecem ter a menor dúvida quanto à gênese desses relatos no seio dos povos turcos. Nos termos de Denis Sinor,

é indubitável que os registros chineses refletiam a informação contemporânea obtida de alguns Turcos e não há razão para questionar sua autenticidade. Essas lendas refletem tradições conservadas por povos que, do ponto de vista dos chineses, eram todos Turcos (isto é, viviam no interior de um Estado Turco), mas cujas tradições diferiam umas das outras.²⁴⁹

Os letrados chineses, quando muito, teriam feito simplificações etnocêntricas – talvez operações exotizantes – e agido como *bricoleurs*, associando materiais discursivos advindos de diferentes grupos. Mas os relatos são tomados como autenticamente turcos, mesmo que compartilhem *motivos e propriedades funcionais* com narrativas produzidas por povos vizinhos ou até gente de paragens mais distantes. Nada disso é de se estranhar, considerando a longevidade das

²⁴⁸ DE GROOT, Johannes Jacobus Maria. **The Religious System of China: Its Ancient Forms, Evolution, History and Present Aspect. Manners, Customs and Social Institutions Connected Therewith.** Leiden: E. J. Brill, 1901, Volume IV (Book II, Part I), p. 262-263.

²⁴⁹ SINOR, Denis. *The establishment and dissolution of the Türk empire* in: SINOR, Denis (Edited by). **The Cambridge History of Early Inner Asia.** Cambridge/New York/Melbourne: Cambridge University Press, 1994 [1990], p. 288 (p. 285-316). Em outra ocasião ele afirmou: “Não há nenhuma razão para impugnar a autenticidade dessas tradições lendárias, que revelam claramente o caráter étnico compósito dos Turcos”. SINOR, Denis. *The first Türk empire (553-682)* in: LITVINSKY, B. A. (Editor). **History of Civilizations of Central Asia.** Paris: Unesco Publishing, 1996, Volume III: *The Crossroads of Civilizations, AD 250 to 750*, p. 328.

interações e das trocas nas estepes da Eurásia Oriental. Tanto assim que Jean-Paul Roux não hesitou em dizer que o tema da paternidade ou da maternidade animal

é de uma grande banalidade entre os povos altaicos. Pode-se dizer, sem exagero, que nenhum deles reivindica uma origem puramente humana. O ancestral mais frequente é um animal; às vezes é um traio de luz (que pode ser, ele mesmo, a manifestação de um animal); às vezes, ainda, um vegetal, ou um mineral. Entre todos os animais que podem ser ancestrais, o lobo têm um lugar de destaque.²⁵⁰

Há *de facto* um incontável número de lendas envolvendo animais na gênese dos seres humanos espalhadas por todos os continentes. Muitas têm como personagens centrais lobas e lobos ou canídeos similares. Da segunda metade do século XIX para cá, acumularam-se fartas descrições dessas histórias, classificadas como mitos, mitologias, lendas, folclore, elementos da cultura popular, literatura e assim por diante, sempre a depender do referencial conceitual de quem as enfoca.²⁵¹ Muitas foram agrupadas em publicações destinadas a descortinar mundos exóticos e primitivos para os leitores europeus e americanos. E, desde aquela época, têm dado motivos para interrogações eruditas profundas, sobretudo pelos pesquisadores voltados para estudos comparativos. Alguns deles com a explícita intenção de achar, subjacentes a tais relatos, esquemas simbólicos transculturais de longa duração, estratos psíquicos elementares atemporais ou mesmo acessos a estruturas organizacionais de determinados conjuntos de sociedades. De resto, em algum momento duas perguntas muito simples terminam por serem formuladas. Uma delas é sobre a credibilidade dessas histórias. Parafraseando Paul Veyne: acreditavam os turcos – ou melhor, um bom número de turcos – em seus mitos? A outra pergunta é de solução menos complicada, ainda que muito difícil: até quando essas lendas foram contadas?

Tenho para mim que é impossível dar uma resposta conclusiva à primeira questão, mas é preciso dizer que influentes historiadores acham o contrário. Para eles, as narrativas mitológicas têm funções cognitivas: elas conferem sentido ao

²⁵⁰ ROUX, Jean-Paul. *La religion des turcs de l'Orkhon des VII^e et VIII^e siècles (premier article)*. **Revue de l'Histoire des Religions**, 161 (1), 1962, p. 14.

²⁵¹ Cf. MIELIETINSKI, E. M.. **A Poética do Mito**. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1987 [Original russo: **Poétika-Mifa**, 1976].

Cosmos e são conhecimentos socialmente compartilhados. Nos termos de Henri Frankfort, discursos que expressam um *pensamento mitopoético* (*mythopoeic thought*). Nessa linha de análise, *o caráter complexo do mito* (*complex character of myth*) pode ser entendido assim:

o mito é uma forma de poesia que transcende a poesia, já que proclama uma verdade; uma forma de raciocínio que transcende o raciocínio, posto que deseja dar consequência à verdade proclamada; uma forma de ação, de comportamento ritual, que não se esgota plenamente no ato, mas deve proclamar e elaborar uma forma poética de verdade.²⁵²

É neste sentido que se pode entender o que disse Carter Vaughn Findley, por exemplo, ao afirmar que,

os povos túrquicos e mongóis *compreenderam suas origens* em termos de um complexo mítico comum, combinando referências à “uma Montanha, uma Árvore, uma Caverna, Água e um Espírito Feminino” com os “temas do enclausuramento e da emergência”. O mito amplamente conhecido, preservado nas fontes chinesas, que atribui à uma loba as origens da tribo Türk do sexto século, a primeira a trazer aquele nome, é o primeiro de numerosos mitos turco-mongólicos que combinam os mesmos elementos temáticos.²⁵³

Tal como ele, Denis Sinor, decerto uma das mais importantes autoridades do século XX em matéria de povos da Eurásia Central, levou muito a sério essas lendas. Em sua opinião, “há evidência convincente para mostrar que as práticas cerimoniais turcas levaram em consideração a existência desses dois temas, a saber, a caverna e a loba”.²⁵⁴ Ele não se fiou apenas nas crônicas chinesas, mas na figura de uma loba com um pequeno ser humano sob seu ventre que foi esculpida

²⁵² FRANKFORT, Henri and FRANKFORT, H. A.. *Myth and reality* in: FRANKFORT, Henri; FRANKFORT, H. A.; WILSON, John A., & JACOBSEN, Thorkild. **Before Philosophy: The Intellectual Adventure of Ancient Man**. Harmondsworth: Penguin Books, 1949 [1946], p. 16.

²⁵³ FINDLEY, Carter Vaughn. **The Turks in World History**. Oxford/New York: Oxford University Press, 2005, p. 38. {*Grifos meus*}.

²⁵⁴ SINOR, Denis. *The first Türk empire (553-682)* in: LITVINSKY, B. A. (Editor). **History of Civilizations of Central Asia**. Paris: UNESCO Publishing, 1996, Volume III: *The Crossroads of Civilizations, AD 250 to 750*, p. 329.

em baixo-relevo em uma estela encontrada nas inscrições Sogdianas de Bogut, na Mongólia.²⁵⁵ Para ele, essa documentação indica os efeitos simbólicos das interações entre povos altaicos e povos indo-europeus. Em suas palavras,

o ‘tema do lobo’ representa um elemento indo-europeu, talvez iraniano, no sistema turco de crenças, a conectar, no mínimo, alguns segmentos da classe dirigente turca com os Sogdianos e, para além deles, com os Wusun que – por tudo o que sabemos – podem ter sido iranianos.²⁵⁶

Se essa hipótese estiver certa, as lendas das origens luporinas dos mongóis e dos turcos resultariam, em boa medida, das trocas civilizacionais nas estepes centro-asiáticas. Isso permitiria compreender suas conexões com histórias contadas em lugares distantes, como a dos meninos romanos, que é bem mais antiga.²⁵⁷ Ancestral de numerosos povos, fossem indo-europeus, fossem altaicos, o lobo era um dos espíritos tutelares dos *xamãs* turcos que, segundo as crenças reinantes, podiam até mesmo se metamorfosear e se ocultar na pele do canídeo.²⁵⁸ Por outro lado, continuou Sinor, “nem o tema da caverna é uma invenção literária: ele era uma crença ativamente conservada pelos turcos”.²⁵⁹ Seu nome, *A-shih-tê*, era o de um clã rival do clã *A-shih-na*, o que sugere que ambos foram facções tribais em confronto no mesmo ambiente antes de segmentarem.

²⁵⁵ Para uma breve história analítica dos achados arqueológicos, confira-se BAZIN, Louis. *Les premières inscriptions turques (Vi^e-X^e siècles) en Mongolie et en Sibérie méridionale*. **Arts Asiatiques**, 45 (1), 1990, p. 48-60. Quanto às inscrições, descobertas em 1889, veja-se sua primeira decifração por THOMSEN, Wilhelm Ludvig Peter. **Les Inscriptions de l’Orkhon Déchiffrées**. Helsingfors: Imprimerie de la Société de Littérature Finnoise, 1896. Uma edição mais recente é TEKIN, Talat. **Les Inscriptions de l’Orkhon**. Version française de Talat Tekin. Istanbul: Simurg, 1995 (Original turco: **Orhon Yazıtılaı**. Ankara, 1988).

²⁵⁶ *Idem, ibidem*, p. 329.

²⁵⁷ Veja-se as ideias desenvolvidas a esse respeito por DROMPP, Michael R.. *Op. cit.*

²⁵⁸ Cf. FINDLEY, Carter Vaughn. *Op. cit.*, p. 38-39. Para uma discussão das práticas xamanistas e de seus limites políticos entre os povos altaicos, leia-se ROUX, Jean-Paul. *Sacerdoce et empires universels chez les turco-mongols*. **Revue de l’Histoire des Religions**, 204 (2), 1987, p. 151-174. Esse tema foi retomado com profundidade em _____. **La Religion des Turcs et des Mongols**. Paris: Payot, 1984 e sumariamente tratado em _____. **Histoire des Turcs: Deux Mille Ans du Pacifique à la Méditerranée**. Paris: Librairie Artème Fayard, 1984, esp. p. 100-109. Em vários dos seus estudos ele foi influenciado pelo conhecido livro de ELIADE, Mircea. **Le Chamanisme et les Techniques Archaïques de l’Extase**. Deuxième édition revue et augmentée. Paris: Payot, 1968 [1951]. Curiosamente, nesta edição que cito, o famigerado erudito romeno aproveitou-se de dados trabalhados em artigos do próprio Jean-Paul Roux.

²⁵⁹ SINOR, Denis. *The first Türk empire (553-682)* in: LITVINSKY, B. A. (Editor). **History of Civilizations of Central Asia**. Paris: UNESCO Publishing, 1996, Volume III: *The Crossroads of Civilizations, AD 250 to 750*, p. 329.

De particular interesse para a compreensão da dinâmica demográfica daquelas populações é esse *motivo* da saída da caverna. De Guignes assinalara, já no miolo do século XVIII, sua similaridade com o tema do rapto das Sabinas. Os chineses não falaram em rapto, o que permite que se deduza o estabelecimento de relações mais amistosas entre os rebentos da loba e seus vizinhos, talvez alianças, tendo em vista a segurança do grupo, mas, também, a reprodução da estirpe por meio de matrimônios exogâmicos. Esse é um traço de longo curso daqueles povos bastante enfatizado pelos pesquisadores.²⁶⁰ Em suma, para vários historiadores, a mitologia etnogenética dos turcos da Ásia Central pode ser vista como uma contrapartida simbólica de processos materiais efetivos.²⁶¹ O problema da credibilidade das lendas é, assim, deslocado. É menos importante saber se eles acreditavam nelas do que analisa-las como chaves para o entendimento de suas estruturas sociais e dos modos como eles concebiam a ordem política. Voltaremos, em breve, a esse ponto.

Afirmar lá em cima que é possível que elas continuassem a circular, mais ou menos sorrateiramente, em meios turcos que habitavam a Casa do Islam. Minha hesitação decorre do fato de que há opiniões muito contrastantes sobre isso e, como não trabalho com a minúcia dessas matérias, não ousar tomar partido nessa disputa. Limito-me a expor o que disseram alguns pesquisadores. Muitos valorizam a ruptura ocasionada pela conversão dos turcos ao credo muçulmano e sua adoção de padrões culturais de origem persa, árabe e grega. A expressar uma vertente mitigada dessa perspectiva, Bernard Lewis comentou que,

há somente evidência esporádica de qualquer senso de identidade nacional turca. Os primeiros convertidos turcos ao Islam (...) se identificaram completamente com sua nova fé, e parecem ter esquecido seu passado turco separado com impressionante rapidez e

²⁶⁰ Cf. BAZIN, Louis. *Les peuples turcs* in: YERASIMOS, Stéphane (Dirigé par). **Les Turcs: Orient et Occident, Islam et Laïcité**. Paris: Éditions Autrement, 1994, p. 56. Para detalhes, ver CUISENIER, Jean. *Parenté et organisation sociale dans le domain turc*. **Annales: Économies, Sociétés, Civilisations**, 27 (4-5), 1972, p. 923-948 e GOLDEN, Peter B.. **Introduction to the History of the Turkic Peoples: Ethnogenesis and State-Formation in Medieval and Early Modern Eurasia and the Middle East**. Wiesbaden: Otto Harrassowitz, 1992.

²⁶¹ Confirmam-se, em complemento, os artigos didáticos de GOLDEN, Peter B.. *The Turkic peoples: a historical sketch* in: JOHANSON, Lars & CSATÓ, Éva Á.. (Edited by). **The Turkic Languages**. London/New York: Routledge, 1998, p. 16-29 e BAZIN, Louis. *Les États nomades en Asie centrale* in: UNESCO. **Histoire de l'Humanité**. Paris: Unesco, 2008 [2000], p. 123-127.

completude. A conquista mongol, que estabeleceu a supremacia de um povo não convertido da estepe, ainda seguindo sua velha religião, no coração do Islam, trouxe o prestígio da dominação às tradições e costumes da estepe, e fez ascender nos turcos assim como nos mongóis, um novo orgulho e interesse por sua herança distintiva.²⁶²

Essa atmosfera de retomada de tradições anteriores às conversões dos clãs turcomanos foi particularmente notável no final do século XIV e no começo do seguinte, por ocasião das invasões das terras da Ásia Ocidental comandadas por *Timur Lenk* (*Tamerlan; Tamerlão*), que vinha de uma tribo mongol fortemente marcada por padrões culturais turcos. Os otomanos viram com particular interesse a história em tons mitológicos de *Oghuz Khan*, assumido como ancestral. Todavia, essas incursões ao passado foram efêmeras e, pelo que disse Lewis, foram esquecidas após o salto imperial dado pelo Sultanato Otomano com a Conquista de Constantinopla e, em seguida, do Mundo Árabe, nos séculos XV e XVI.

Jean-Paul Roux também se pronunciou sobre isso, sugerindo em um de seus estudos sobre a religiosidade dos povos da Ásia Central que, “parece que os turcos perderam, no começo do século VIII, a lembrança de toda história anterior à meados do século VII”.²⁶³ Ele procurou sustentar essa hipótese por meios, por assim dizer, indiretos: já que as lendas deixaram de aparecer nos registros que sobraram – fontes persas, bizantinas, árabes, chinesas etc – ele deduziu que elas foram esquecidas. Mas talvez não tivesse ocorrido uma anamnese completa. O tema da caverna, que ele acreditava possuir um sentido simbólico evidente, uma vez que “a caverna é uma matriz”, reapareceu muito tempo depois em uma nova lenda de origem, desta feita colhida no Egito, no século XIV, por um certo Abu Bekr bin Abd Allah. De acordo com a síntese feita por Jean-Paul Roux, nos confins da China, uma caverna foi inundada e as águas, penetrando uma gruta, moldaram em gelo uma figura de forma humana, que ganhou vida quando, no verão, a temperatura do recinto aumentou.

²⁶² LEWIS, Bernard. **The Emergence of Modern Turkey**. 2nd edition. London/Oxford/New York: Royal Institute of International Affairs/Oxford University Press, 1968 [1961], p. 330-331.

²⁶³ ROUX, Jean-Paul. *La religion des turcs de l'Orkhon des VII^e et VIII^e siècles (premier article)*. **Revue de l'Histoire des Religions**, 161 (1), 1962, p. 13. Note-se que, ao publicar mais de vinte anos depois seus artigos refundidos em livro, Roux não viu motivos para alterar essa conclusão. Confira-se, **La Religion des Turcs et des Mongols**. Paris: Payot, 1984.

Esse relato – prosseguiu o historiador francês das crenças e das artes asiáticas – que elimina a intervenção do animal, retém o da água e nos obriga a pensar que, não é por acaso que o jovem Hiong-nou da lenda relatada pelos chineses foi atirado em um charco: na história religiosa, a água cumpre, frequentemente, o papel de força de nascimento ou de ressurreição.²⁶⁴

Enfim, tem sido dessas informações elementares colhidas pelos chineses que, há pelo menos dois séculos e meio, como se viu, os eruditos vêm partindo para proporem hipóteses sobre o *locus* de origem dos povos turcos. Insisto nesse ponto porque ele é fundamental. Afinal, foram os estudiosos europeus que forneceram os materiais discursivos empregados pelos intelectuais nacionalistas de várias partes do Mundo Turco de finais do século XIX e, sobretudo, da primeira metade do século XX, para construir representações do passado anterior ao Islam. As histórias que eles codificaram e espalharam por meio de panfletos, livros e periódicos foram formatadas pelas categorias tipicamente ocidentais de *raça* e *nação* e informadas por apropriações peculiares dos achados etnográficos, linguísticos e arqueológicos. Por meio delas, eles leram a história otomana e das demais elites de procedência asiática, como os dirigentes do Sultanato Mameluco, acentuando uma diferença que lhes era particularmente cara entre o que seriam os *verdadeiros turcos* e aqueles que foram marcados pelos contatos com outras civilizações.

Os povos turcos na Ásia Central: um breve percurso pela historiografia contemporânea e mais alguns de seus antecedentes.

As primeiras notícias que se tem das populações que ficaram conhecidas genericamente como turcas remontam a passagens ocasionais e muito controvertidas de escritores da Antiguidade. No século I, Pomponius Mela chamou um povo que estaria a viver nas florestas ao norte do Mar de Azov, de *Turcae* e Plínio, o Velho, de *Tyrcae*. Muitos repudiam qualquer associação destas palavras com os turcos, alegando que é mais provável que os nomes empregados pelo escritor romano fossem corruptelas do termo *Ινρκαι*, usado cinco séculos antes por Herodoto para nomear gentios daquela mesma área. Há quem, na contracorrente,

²⁶⁴ ROUX, Jean-Paul. *La religion des turcs de l'Orkhon des VII^e et VIII^e siècles (premier article)*. *Revue de l'Histoire des Religions*, 161 (1), 1962, p. 14.

avente a hipótese de que os latinos estariam corretos e que o velho historiador grego simplesmente errou ao escrever a palavra. Outros, ainda, observam que o nome *türk* não parece ser tão antigo assim. Para Denis Sinor, essa última alegação não passa de uma falácia, “um exemplo escolar de uma petição de princípio”. Do alto de seus longos anos investigando o tema, ele afirmou que os autores romanos bem poderiam ter “retificado o termo grego para uma forma que lhes era familiar através de outras fontes”. E arrematou: “Não vejo nenhuma razão que constranja a impugnar os dados em Latim”. Sua posição se baseava em evidências arqueológicas e literárias que indicam a presença de grupos turcoparlantes nas estepes do Pontus no século V, antes mesmo de eles serem registrados na Mongólia. Não haveria porque desconsiderar a possibilidade de que eles tenham estado por lá na época de Pomponius Mela. De todo modo, notícias *de facto* consistentes sobre os turcos somente apareceram a partir do século VI, quando foram registradas nos anais chineses.²⁶⁵ Antes deles, pelo que escreveu há quase cem anos Adolphe Bloch, “existiu, também, na segunda metade do século IV da Era Vulgar, um cosmógrafo chamado Ethicus, que fez menção aos Turcos sob o nome de *Turchi*”.²⁶⁶

Não é à toa que vários dos pesquisadores que se aventuram a discutir hipóteses sobre os tempos mais remotos dos povos turcos costumam advertir seus leitores de que não devem esperar muita coisa. Eles escrevem o aviso qual uma sorte de mantra: “pouco se sabe realmente sobre as origens dos Turcos”, afirmou recentemente Peter Golden, um dos mais importantes historiadores contemporâneos da Ásia Central.²⁶⁷ Os eruditos que produziram obras de divulgação não fizeram por menos. Tudo com muita cautela. Já na primeira página de seu formidável livrinho de 1952, Robert Mantran grifou: “o problema da origem dos Turcos permanece assaz obscuro”. E prosseguiu resumindo o que disseram as

²⁶⁵ SINOR, Denis. *The establishment and dissolution of the Türk empire* in: SINOR, Denis (ed.). **The Cambridge History of Early Inner Asia**. New York: Cambridge University Press, 1994 [1990], p. 285. Para uma análise das principais fontes antigas e medievais relativas aos turcos, leia-se GOLDEN, Peter B.. **Introduction to the History of the Turkic Peoples: Ethnogenesis and State-Formation in Medieval and Early Modern Eurasia and the Middle East**. Wiesbaden: Otto Harrassowitz, 1992. Veja-se, em complemento, BERNARDINI, Michele. **Il Mondo Iranico e Turco dall’Avento dell’Islâm all’Affermazione dei Safavidi**. Torino: Giulio Einaudi Editore, 2003 (*Storia del Mondo Islamico, VII-XVI Secolo* – Volume secondo) e FRYE, Richard Nelson. **The Heritage of Central Asia: From Antiquity to the Turkish Expansion**. Princeton: Markus Wiener Publishers, 1996.

²⁶⁶ BLOCH, Adolphe. *De l’origine des Turcs et en particulier des Osmanlis*. **Bulletin et Memoires de la Société d’Anthropologie de Paris**, 6 (3), 1915, p. 160. (p. 158-168).

²⁶⁷ GOLDEN, Peter B.. **Central Asia in World History**. Oxford/New York: Oxford University Press, 2011, p. 37.

fontes chinesas que, desde o século XVIII, vinham sendo escrutinadas rigorosamente pelos historiadores europeus.²⁶⁸ Nada muito diferente fez, em 1968, Roderic Davison, ao escrever que, na historiografia das origens turcas, muitas vezes, “a obscuridade costumava ser ultrapassada pela lenda, ou por ficções que embelezavam os fatos”. Segundo ele, “mesmo as teorias acadêmicas relativamente modernas podem ser suspeitas”. Para exemplificar suas assertivas ele enfocou as abordagens derivadas da análise histórica das línguas.

Diz-se, às vezes, que os Turcos são parte do grupo de línguas Uralo-Altaicas. Hoje, contudo, os filólogos acham que a conexão genética entre os idiomas Urálicos (envolvendo o Finlandês, o Estoniano e o Húngaro, entre outros) e os Altaicos (incluindo o Túrquico, o Mongólico, o Manchu-Tungu e, possivelmente, o Coreano) não foi cientificamente provada. Tampouco estão claros os relacionamentos entre as línguas Altaicas. Mas, parece claro que os Turcos foram, certa vez, parte de um grupo de povos altaicos, entre os quais estavam os Mongóis, os Manchus, os Búlgaros e, provavelmente, os Hunos e outros.²⁶⁹

É claro que todas essas dúvidas e dificuldades não impediram que se produzissem panoramas históricos dos povos turcos da Ásia Central. E nem desanimaram os linguistas. Todavia, a falta de fontes para largas camadas de tempo levou com frequência os historiadores a se conformarem com sobrevoos e análises estruturais. Esses enfoques trazem sempre o risco da ênfase excessiva nas permanências em detrimento das conjunturas mutantes e das pequenas transformações setoriais.²⁷⁰ Além disso, no decorrer de boa parte do século XX, o diálogo entre os pesquisadores dos vários continentes foi grandemente dificultado pelos conflitos geopolíticos envolvendo a China, a União Soviética e o Ocidente. As publicações eram pouco acessíveis para todos os lados em tela, o que acarretava,

²⁶⁸ MANTRAN, Robert. **Histoire de la Turquie**. Paris: Presses Universitaires de France, 1952, p. 5 (*Collection Que sais-je?*).

²⁶⁹ DAVISON, Roderic H.. **Turkey**. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, 1968, p. 16 (*Modern Nations in Historical Perspective*).

²⁷⁰ Tais circunstâncias se refletem claramente no intento de ROUX, Jean-Paul. **Asie Centrale: Histoire et Civilisations**. Paris: Librairie Artème Fayard, 1997 e, em grau muito menos ambicioso, MARKOV, Gennadij & LE GALCHER-BARON, Valérie. *Les sociétés traditionnelles d'Asie Centrale*. **Cahiers du Monde Russe et Soviétique**, 31 (2-3), Avril-Septembre 1990, p. 397-404.

entre outras coisas, uma reiteração narrativa monótona dos eventos e mesmo das interpretações nos raros manuais de história que dedicavam algumas páginas àquelas paragens. O fim da Guerra Fria e as profundas mudanças políticas ocorridas no território da antiga URSS permitiu uma extraordinária ampliação das trocas intelectuais.²⁷¹ Valendo-me de estudos recentes que refletem essa atmosfera de diálogo, faço neste item uma síntese da trajetória dos turcos ocidentais dos tempos em que, por assim dizer, saíram da gruta, até seus primeiros contatos com o Islam. Trata-se, convém esclarecer desde já, de uma mirada instrumental interessada apenas em alguns aspectos estruturais daquelas sociedades.

Ainda que suas lendas de origem falem que eles eram ferreiros, associamos os turcos ocidentais centro-asiáticos antes de tudo às tribos de pastores nômades que transitavam pelas estepes a obedecerem ao calendário das estações do ano e às determinações dos imprevistos naturais. Seus ancestrais estiveram provavelmente entre os primeiros criadores de cavalos. Há muitos indícios de que esses animais foram domesticados por volta de 4.800 antes de Cristo nas estepes do Cáspio. Cerca de mil anos depois, eles já serviam regularmente de montaria.²⁷² Para aqueles antigos habitantes das partes ocidentais da Ásia Central, os equinos e os ovinos eram as principais fontes de proteínas e de peles para vestimentas e abrigos. Ao que parece, em áreas do Rio Volga sacrificavam-se cavalos e ovelhas em rituais funerários. Mas tudo isso é, ainda, bastante especulativo, inclusive quanto aos próprios animais. O arqueólogo David Anthony escreveu, em 2007, que “zoologicamente, não podemos dizer se eles pareciam muito diferentes dos cavalos selvagens – os ossos não mais existem”. Além disso, aduziu “a domesticação do cavalo, um evento enormemente importante na história humana, não está de modo algum bem compreendido”.²⁷³

Não posso entrar aqui nas formidáveis discussões entre os pesquisadores acerca dos focos de domesticação e difusão desses animais, bem como sobre o

²⁷¹ Comentários sobre isso encontram-se em ROY, Olivier. **La Nouvelle Asie Centrale, ou La Fabrication des Nations**. Paris: Editions du Seuil, 1997 e em SOUCEK, Svat. **A History of Inner Asia**. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2000.

²⁷² GOLDEN, Peter B.. **Central Asia in World History**. Oxford/New York: Oxford University Press, 2011, p. 10.

²⁷³ ANTHONY, David W.. **The Horse, the Wheel and Language: How Bronze-Age Riders from the Eurasian Steppes Shaped the Modern World**. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2007, p. 192.

diffícil tema dos estágios de desenvolvimento das formas de organização social e das atividades econômicas. Apenas observo que há uma corrente que defende a tese de que tudo começou nas estepes ocidentais da Eurásia, ao passo que outros sustentam que existiram vários focos, tanto a oeste quanto a leste. Isso sem falar dos debates complexos acerca do modo como muitas comunidades de agricultores teriam, por motivos os mais diversos, desistido da vida sedentária e se voltado para o pastoreio nômade ou *semi-nômade*.²⁷⁴ De todo modo, pelo que explicou Peter Golden, por volta de 2.000 antes de Cristo, várias comunidades de agricultores,

tendo se tornado amplamente, senão totalmente, dependentes dos seus rebanhos, engajaram-se em migrações sazonais para estabelecerem-se em pastos na estepe. Elas se tornaram pastoras nômades. Muitas retiveram elementos de outras tecnologias, tais como agricultura, irrigação e metalurgia, essa última bastante avançada nos Urais e noutros lugares. Elas oscilaram ao longo de uma escala de baixa até alta tecnologia conforme as circunstâncias exigiram – assim como fazem, nos dias de hoje, os nômades pastores.²⁷⁵

Os dados arqueológicos sugerem que, perto de 1700-1500 antes de Cristo, as carroças cobertas de peles e puxadas por cavalos ou bois tinham se tornado recursos corriqueiros. E apontam – em que pesem todas as limitações dessas fontes – um crescimento demográfico contínuo, seja das gentes, seja do gado. Tocar os rebanhos de animais ao longo de percursos cartografados pelos recursos hídricos, pelas sombras e grutas tornou-se, enfim, a principal forma de vida das comunidades das estepes. Dois mil anos mais tarde, quando turcos e mongóis começaram a ser registrados por escrito pelos chineses e, alguns séculos depois, pelos iranianos, pelos bizantinos e pelos árabes, eles estavam esparramados por um gigantesco território que ia do Mar Negro à borda do Oceano Pacífico, e do

²⁷⁴ Para uma análise densa das principais posições a esse respeito, veja-se MARQUES, João Pedro. *Sur la nature du nomadisme des steppes eurasiatiques*. *L'Homme*, 28 (108), Décembre 1988, p. 84-98. Uma discussão mais leve acha-se em GOLDEN, Peter B.. *Nomads and sedentary societies in Eurasia* in: ADAS, Michael (Edited by). **Agricultural and Pastoral Societies in Ancient and Classical History**. Philadelphia: Temple University Press/American Historical Association, 2001, p. 71-115.

²⁷⁵ GOLDEN, Peter B.. **Central Asia in World History**. Oxford/New York: Oxford University Press, 2011, p. 10.

miolo da Sibéria até a fronteira com o Mundo Iraniano, na Transoxiana. Ao que tudo indica, muito parecidos com o que eram dois mil anos mais cedo.

Sociedades lentas, quase imóveis. Vimos que essa imagem deita raízes nas percepções medievais daqueles povos compartilhadas, em certa medida, por orientais e ocidentais. Mas, não convém agora ir tão longe. Nem precisamos fazer mais uma incursão ao caldo de significações etnográficas legado pelos séculos XVIII e XIX. Não faz muito tempo, um investigador russo afirmou bem caracteristicamente que,

para todos os povos nômades que nós estudamos, mas isso vale para o nomadismo em geral, as formas da economia nômade, que se constituíram por volta do primeiro milênio antes de Jesus Cristo, permaneceram praticamente imutáveis durante todo o milênio, o que se explica, em primeiro lugar, pelo caráter extensivo desse tipo de atividade econômica. O aparecimento no meio nômade de tipos de economia de pecuária cercada provocou o declínio do nomadismo, posto que solapou os fundamentos de suas relações sociais e a estrutura da organização social da tribo. Assim, a estagnação brotava da própria natureza do nomadismo e o progresso socioeconômico engendrou o declínio da sociedade nômade, tanto em sua estrutura quanto na sua organização social.²⁷⁶

Um pouco antes, ele formulara todo um diagnóstico de vasto alcance no tempo e no espaço, que expressa com todas as letras uma opinião bastante generalizada a respeito dos nômades da Ásia Central. Segundo ele,

a situação política da Ásia Central no final da Idade Média, bem como o isolamento geográfico dos oásis cercados por vastos desertos de difícil acesso, fizeram com que, no começo do século XX, as sociedades ainda se achassem em um estado de estagnação completa, enquanto que outras se desenvolviam de modo extremamente lento e essencialmente sob a ação de influências

²⁷⁶ MARKOV, Gennadij E.. *Les sociétés traditionnelles d'Asie Centrale*. (Traduit du russe par Valérie le Galcher-Baron). *Cahiers du Monde Russe et Soviétique*, 31 (2-3), Avril-Septembre 1990, p. 399.

exteriores. Assim, foram conservados modos econômicos tradicionais, as diferentes formas de relações sociais, a organização social e toda a esfera cultural em seu conjunto. Os fatores de ordem religiosa desempenharam, igualmente, um papel na conservação desses fenômenos tradicionais na sociedade e na cultura, mesmo que, até o século XIX, a ideologia fanática muçulmana dissesse pouco aos povos nômades.²⁷⁷

Esse tipo de julgamento, que tudo carrega nos traços de continuidade, fica no limiar dos mal entendidos e, por suposto, dos bem entendidos também. É preciso interrogar esse quadro de imobilidade estagnada tão vivamente esboçado. A ideia central parece clara: largados a si mesmos, os nômades não tem motivos para mudar seu gênero de vida. Tornam-se sociedades fossilizadas que somente podem ser dinamizadas por vetores externos de transformação social. Essa tese de corte evolucionista, mas de um atroz mecanicismo, não pertence ao pesquisador russo mencionado. Na realidade, ela é quase um clichê no seio da historiografia dos povos nômades, em particular, dos centro-asiáticos. Bem sabem os poucos que sobraram nos dias de hoje o quanto ela travestiu de sabedoria antropológica uma política levada a cabo pelas elites dirigentes da URSS que, em alguns momentos, beirou o genocídio pura e simplesmente.²⁷⁸ E o quanto ela escamoteou por meio de esquematizações excessivas os meandros históricos daquelas sociedades.²⁷⁹

²⁷⁷ *Idem, ibidem*, p. 397.

²⁷⁸ Há uma imensa literatura em numerosas línguas sobre as políticas étnicas, os deslocamentos forçados de populações, a fabricação de nacionalidades e as manipulações do conceito de etnogênese pelos comunistas russos e seus aliados nas várias partes da URSS. Introduções (evidentemente polêmicas) ao tema encontram-se em ROY, Olivier. *Ethnies et politique en Asie Centrale*. **Revue du Monde Musulman et de la Méditerranée**, (59-60), 1991, p. 17-36; KHAZANOV, Anatoly M. *Underdevelopment and ethnic relations in Central Asia* in: MANZ, Beatrice F. (Edited by). **Central Asia in Historical Perspective**. Boulder/San Francisco: Westview Press, 1998 [1991/1994], p. 144-163, e em DJALILI, Mohammad-Reza & KELLNER, Thierry. **Géopolitique de la Nouvelle Asie Centrale**. Paris: Presses Universitaires de France, 2003, esp. Chap. I. Para um estudo de caso, CHICHIO, Boris. *Histoire de la formation des territoires autonomes chez les peuples turco-mongoles de Sibérie*. **Cahiers du Monde Russe et Soviétique**, XXVIII (3-4), Juillet-Décembre 1987, p. 361-402.

²⁷⁹ Para uma análise do que determinados setores de alto coturno do Estado Czarista pensavam das populações centro-asiáticas, ver GEISS, Paul Georg. **Pre-Tsarist and Tsarist Central Asia: Communal Commitment and Political Order in Change**. London/New York: RoutledgeCurzon, 2003, esp. p. 175-237. Para dados históricos sinópticos a respeito do trabalho dos etnólogos durante o período soviético, CHICHIO, Boris. *Trente années d'anthropologie (ètnografija) soviétique*. **Revue des Études Slaves**, 57 (2), 1985, p. 309-234 e _____. *L'anthropologie soviétique à l'heure de la perestrojka*. **Cahiers du Monde Russe et Soviétique**, 31 (2-3), Avril-Septembre 1990, p. 223-233.

Não é raro ler em memórias de viajantes ou em estudos arqueológicos descrições de paisagens habitadas por ruínas nos oásis e nas margens dos rios que percorrem as estepes da Ásia Central. Aqui o que resta de uma aldeia, ali de um caravançaraí, lá de uma vila que já viveu bons tempos. São inscrições de memórias espaciais a avisarem que, em algum momento, tal ou qual região conheceu um certo adensamento de pessoas. Mudanças climáticas, sismos, esgotamento de recursos naturais, disputas por territórios de caça, coleta e pastagem, razias, invasões, saques, enfim, muitas podem ser as razões do despovoamento de um determinado local. Encontramos do mesmo modo, não apenas naquelas fontes, mas em estudos históricos variados opiniões que responsabilizam os povos nômades pelo retrocesso das atividades agrícolas e pela formação de cidades fantasmas. Na realidade, esse é outro clichê bastante vigoroso. Tenho para mim que se trata de um correlato laico do tema escatológico dos nômades como flagelos de Deus. Há quem apele para a autoridade de Ibn Khaldun e explique a história de boa parte da humanidade como um confronto entre nômades e sedentários, ou entre as gentes bárbaras dos desertos e as gentes polidas das cidades. Xavier de Planhol, por exemplo, construiu uma vasta obra de análise geográfica do Mundo Muçulmano em forte medida a partir dessa contraposição.²⁸⁰ Em escala reduzida, Speros Vryonis responsabilizou-os, notadamente os turcos, pelo que ele chamou em chave triste e trágica de “declínio do Helenismo medieval na Anatólia”.²⁸¹ Mas, seriam os nômades centro-asiáticos tão avessos assim à agricultura e à vida urbana?

Jean-Paul Roux escreveu no começo dos anos de 1980 que, “no estado atual dos nossos conhecimentos, é melhor reconhecer que é impossível estabelecer um mapa do mundo turco dos séculos V a VII”.²⁸² De lá para cá, ocorreram importantes avanços e muitas lacunas começaram a ser preenchidas. No entanto, como vimos,

²⁸⁰ Cf. PLANHOL, Xavier de. **Les Fondements Géographiques de l’Histoire de l’Islam**. Paris: Flammarion, Éditeur, 1968 e _____. **Les Nations du Prophète: Manuel Géographique de Politique Musulmane**. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1993. Ele ampliou esse enfoque para uma enorme área do Globo em _____ & ROGNON, Pierre. **Les Zones Tropicales Arides et Subtropicales**. Paris: Librairie Armand Colin, 1970, que ainda é, mesmo tendo sido escrito há tantos anos e apesar desse viés reducionista de abordagem dos nômades, um excelente manual.

²⁸¹ VRYONIS, JR, Speros. **The Rise of Medieval Hellenism in Asia Minor and the Process of Islamization From the Eleventh Through the Fifteenth Century**. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 1986 [1971], p. 1.

²⁸² ROUX, Jean-Paul. **Histoire des Turcs: Deux Mille Ans du Pacifique à la Méditerranée**. Paris: Librairie Artème Fayard, 1984, p. 61.

falar em turcos antigos e medievais ainda é falar, sobretudo, em dúvidas. E, infelizmente, elas crescem precisamente quando o foco recai sobre as vésperas dos primeiros encontros deles com o Islam. Seja como for, é possível traçar um quadro, como eu disse, instrumental. Ele deve remontar pelo menos ao terceiro século antes de Cristo, quando seus ancestrais – que pertenciam a um grupo mais amplo, multiétnico e multilíngue, os Hsiung-nu – foram registrados ao norte da China. Não se sabe ao certo a que família etnolinguística eles pertenciam, se iraniana, paleosiberiana ou altaica. Mas tem-se claro que eles começaram a rumar para o Ocidente conforme perderam terreno para os chineses (na época da dinastia Han). Nos primeiros dois séculos depois de Cristo, enormes acampamentos de clãs turcos e agregados de outras etnias estavam espalhados por uma área que chegava ao norte do Irã, onde eram chamados de Hyôn/Xiyon. Por volta de 370, outro ramo, os Hunos, cruzou o Rio Volga e adentrou os domínios do Império Romano. As descrições latinas de suas ações no Ocidente são bastante conhecidas e coincidem com as que foram feitas pelos orientais. Guerreiros a cavalo, espantosamente hábeis no manejo do arco e das flechas, dotados de armas e escudos metálicos, a saquearam aldeias e cidades por onde passavam e a legarem um rastro de massacres. Elas enaltecem, ainda que pelo negativo, o mais temível de seus comandantes, Attila.²⁸³

Há muitos debates sobre a natureza da confederação dos Hsiung-nu. No esteio de René Grousset, muitos falam de um primeiro *Império das Estepes*. Outros são mais cautelosos e preferem reservar um termo assim imponente para estruturas geopolíticas posteriores, como o Império dos Túrquicos (em duas fases, entre os séculos VI e VIII) e, sobretudo, o dos Mongóis.²⁸⁴ De todo modo, ela se configurava como um Estado centralizado, ao menos para fins de relações com

²⁸³ Ver, SINOR, Denis. *The Hun period* in: SINOR, Denis (ed.). **The Cambridge History of Early Inner Asia**. New York: Cambridge University Press, 1994 [1990], p. 177-205; KYSLAZOV, L. R.. *Northern nomads* in: LITVINSKY, B. A. (Editor). **History of Civilizations of Central Asia**. Paris: UNESCO Publishing, 1996, Volume III: *The Crossroads of Civilizations, AD 250 to 750*, p. 315-325. Um estudo de impressionante erudição sobre a identificação entre os Hsiung-nu (ou *Xiongnu*) e os Hunos foi empreendido por VAISSIÈRE, Étienne de la. *Huns et Xiongnu*. **Central Asiatic Journal**, 49 (1), 2005, p. 3-26. Análises dessas ondas expansivas encontram-se em SINOR, Denis. *The Inner Asian warriors*. **Journal of the American Oriental Society**, 101 (2), April-June 1981, p. 133-144; KHAZANOV, Anatoly M.. *Nomads of Eurasian steppes in historical retrospective* in: KRADIN, N. N.; BONDARENKO, D. M. & BARFIELD, Thomas J. (Editors). **Nomadic Pathways in Social Evolution**. Moscow: Center for Civilizational and Regional Studies/Russian Academy of Sciences, 2003, p. 25-49.

²⁸⁴ Cf. GROUSSET, René. **L'Empire des Steppes: Attila, Gengis-Khan, Tamerlan**. Paris: Payot, 1938.

rivais e aliados, controlado por um clã aristocratizado de guerreiros sob a liderança de um homem – notável por seus feitos militares e por suas proezas como caçador – tido por detentor de poder que lhe foi dado pelos céus, *Shan-yü* (ou *Tarxan* ou *Jabyu/Yabyu*). Vamos encontrar essa forma de construção sagrada da legitimidade da autoridade em diversos Estados e Impérios de turcos e mongóis e é provável que ela expresse, em parte, uma influência de tradições políticas chinesas. De acordo com a síntese de Peter Golden,

a estrutura integral desse Estado, com seu clã dirigente carismático, sua divisão em alas [*metades*] esquerda e direita, estrutura militar decimal, culto a Tenri (o Deus-Céu) e ideologia de governo com mandato celestial, estabeleceu padrões que, daí em diante, serão seguidos por virtualmente todos os estados túrquicos eurasiáticos e pelas uniões tribais avançadas.²⁸⁵

É difícil compreender bem como as interações entre os clãs que compunham essa entidade eram costuradas, mas pode-se presumir – tendo em vista alguma *analogia etnográfica* com situações posteriores – que as inclinações para matrimônios exogâmicos, os cuidados com a hospitalidade, e as regras patrilineares de ancestralidade e herança foram importantes mecanismos facilitadores. Também o foram o empréstimo ou o presentear de animais, as ações guerreiras conjuntas, a definição de inimigos comuns e os pactos para uso mútuo dos recursos naturais. Além disso, embora muitos pesquisadores enfatizem os valores igualitários professados por diversas sociedades de pastores guerreiros nômades, já havia um padrão bem delineado de estratificação social entre os clãs e os indivíduos. Ele se expressava nas modalidades desiguais de distribuição dos butins e principalmente na posse de meios de produção que eram, igualmente, *bens de prestígio*, como o gado e os escravos. Ao que parece, estes últimos eram, sobretudo, cativos de guerra. Tal como em diversas outras comunidades da mesma natureza na Eurásia, na África e nas Américas, muitos desses escravos e escravas eram empregados em trabalhos agrícolas ou pastoris e incorporados à ordem familiar. Outros tantos e tantas eram negociados. Mas as formações dos nômades

²⁸⁵ GOLDEN, Peter B.. *The Turkic peoples: a historical sketch* in: JOHANSON, Lars & CSATÓ, Éva Á.. (Edited by). **The Turkic Languages**. London/New York: Routledge, 1998, p. 17. [a adição em itálico entre chaves é minha].

turcos estavam bem longe de se configurarem, para empregar os termos de Moses Finley, como *slave societies*; elas eram, quando muito, *societies with slaves*.²⁸⁶

Foram, certamente, as faces guerreiras desses povos os aspectos que mais atraíram os romancistas e os eruditos ocidentais que construíram relatos a seu respeito no século XIX e estabeleceram lugares comuns que fariam sucesso na literatura ficcional popular e, mais tarde, no cinema. Eis uma peça desse gênero, que vale reproduzir por inteiro. Entre outras razões porque nos oferece uma perspectiva para compreendermos a longa durabilidade, inclusive nos meios intelectuais profissionais, de certos estereótipos, que não são, por suposto, destituídos de toda veracidade. Ela foi escrita em 1826 pelo orientalista berlinense radicado em Paris, Julius Klaproth.

Esses bárbaros viviam principalmente do produto de seus tropéus e levavam uma vida errante, seguindo o curso dos rios para alcançar as pastagens. Algumas tribos, dadas à agricultura, tinham habitações mais estáveis, e campos cujos limites eram fixos. Eles ignoravam o uso da escrita; sua palavra era a única garantia de suas promessas. Desde a mais tenra idade, os meninos eram exercitados na caça e na guerra. Faziam-lhes montar as ovelhas, ensinavam-lhes a atirar nos pássaros e nos camundongos com pequenas flechas. Ao ficarem maiores, eles se davam à caça das raposas e das lebres, das quais comiam a carne. Chegando à puberdade, em condições de manusear os arcos mais fortes, eles recebiam uma couraça e um cavalo de sela: a guerra deveria, doravante, se tornar sua ocupação principal. Suas armas eram o arco, as flechas, a espada e a lança.

Esses povos eram rústicos e grosseiros; não mostravam qualquer respeito para com seus pais e seus superiores; eles se alimentavam da carne de seus animais, de quem a pele lhes servia para fazer roupas e estandartes: os jovens comiam os melhores pedaços e os velhos eram obrigados a se contentarem com os restos, pois, tal como todos os Bárbaros, os antigos Turcos só tinham apreço pelos

²⁸⁶ Cf. FINLEY, Moses. *Slavery* in: SILLS, David (Edited by). **International Encyclopedia of the Social Sciences**. New York: Macmillan/Free Press, 1968, Vol. 14, p. 307-313.

homens vigorosos e desprezavam aqueles cujas forças haviam diminuído com a idade. Após a morte do pai, o filho desposava frequentemente as esposas que ele havia deixado. O mesmo acontecia quando da morte de um irmão. O nome que cada um possuía em particular não passava aos seus descendentes; assim, os usos dos nomes de família e, ainda mais, de prenomes, lhes eram desconhecidos.²⁸⁷

Há muito o que explorar nestas passagens modelares, que aparentemente miscigenam dados vagos provenientes de observações e opiniões a respeito de povos asiáticos bem diversos, mas que eram comumente agrupados em torno do categorema *bárbaros*. Eles emergem do passado como antíteses perfeitas das expectativas e fantasias que os ocidentais nutriam sobre si mesmos. Os turcos eram tidos por obscenos, pouco afeitos aos valores de linhagem familiar, violentos, rudimentares, incultos. Veremos essas representações rondarem diversas construções históricas dos Mamelucos e dos Otomanos que partiam de convicções profundas sobre a existência de constantes naturais às nações ou às raças. Além do mais, considerando a autoridade locucional de homens como Julius Klaproth, linguista afamado, um dos primeiros e muito influentes codificadores de famílias de idiomas asiáticos, é fácil entender porque tantas coisas foram escritas sobre as presumíveis propensões contra a civilidade, anti-urbanas e mesmo anti-agrícolas, dos nômades turcos. Acham-se, ainda hoje, ecos dessas imagens de homens

²⁸⁷ KLAPROTH, Julius Heinrich. **Tableaux Historiques de l'Asie, Depuis la Monarchie de Cyrus Jusqu'à nos Jours**. Paris: Schubart, Éditeur; Librairie de Ponthieu/Londres: Treuttel et Wurtz/Stuttgart: Cotta, MDCCCXXVI, p. 102. [No original: *Ces barbares vivaient principalement du produit de leurs troupeaux, et menaient une vie errante, en suivant le cours des rivières pour chercher les pâturages. Quelques tribus, adonnées à l'agriculture, avaient des habitations plus stables, et des champs dont les limites étaient fixes. Ils ignoraient l'usage de l'écriture; leur parole était un sûr garant de leurs promesses. Dès l'âge le plus tender, les enfants étaient exercés à la chasse et à la guerre. On leur faisait monter des moutons, et on leur enseignait à tirer sur les oiseaux et sur les souris avec des petites flèches. Devenus plus grands, ils allaient à la chasse aux renards et aux lièvres, dont il mangeaient la chair. Parvenus à l'âge de puberté, et en état de manier les arcs les plus forts, ils recevaient une cuirasse et un cheval de selle: la guerre devenait alors leur occupation principale. Leurs armes étaient l'arc, les flèches, l'épée et la lance. {...} Ces peuples étaient rustiques et grossiers; ils ne montraient aucun respect à leurs parents et à leurs supérieurs; ils se nourrissaient de la chair de leurs bestiaux, dont les peaux leur servaient pour faire des habits et des étendards: les jeunes gens mangeaient les meilleurs morceaux, et les vieillards étaient obligés de se contenter des restes; car, de même que tous les Barbares, les anciens Turcs n'estimaient que les hommes vigoureux, et méprisaient ceux dont les forces avaient diminué par l'âge. Après la mort du père, les fils épousaient souvent les femmes qu'il avait laissées. La même chose avait lieu à la mort d'un frère. Le nom que chaque particulier portait ne passait pas à ses descendants; ainsi l'usage des noms de famille, et, de plus, les prénoms, leur étaient inconnues.]*

vocacionados fundamentalmente para a batalha, mesmo entre pessoas que professam clara simpatia por eles. Jean-Paul Roux não escreveu, não faz tanto tempo assim, que “sem a guerra não há o fato turco”? E não prosseguiu afirmando que “imaginamos mal qual poderia ter sido a sorte do Turcos em um universo de paz universal”? Ele não tinha a menor dúvida de que o ambiente no qual eles vicejaram definiu-lhes um gênero quase eterno de vida:

sua pátria de origem não estava apta a que nela nascesse uma grande civilização, e ela só lhes pode dar de comer com a condição de que não sejam muito numerosos, que disputem seus alimentos com as feras e não tolerem qualquer piedade para com os competidores. Todo crescimento demográfico exige que eles se matem entre si ou emigrem.²⁸⁸

Muitas confederações tribais centro-asiáticas, provavelmente a maioria, tiveram vida efêmera e deixaram poucas evidências de que se formaram. Pelo que disse Richard Frye, esses processos obedeciam a um certo padrão. De maneira geral, um chefe de clã assumia o controle de uma determinada área – por exemplo, uma rota de transumância ou um oásis – e estabelecia, pela força e por acordos, alianças, clientelas e suseranias. Mas a tendência era a dissolução dessas relações e da própria ordem confederada com a morte do fundador. Contudo, isso nem sempre ocorria. Segundo ele,

a prática de um irmão suceder o líder não era rara nas estepes, uma vez que a antiguidade em uma família ou clã era frequentemente respeitada, especialmente se um filho fosse muito jovem ou parecesse inapto para as tarefas de liderança.²⁸⁹

A ascensão de um novo chefe costumava implicar o uso de um novo nome para o clã. Era um modo de afirmar seu prestígio e de se alocar em uma linhagem; ou mesmo de fundar sua própria linhagem, como teria acontecido com os

²⁸⁸ ROUX, Jean-Paul. **Histoire des Turcs: Deux Mille Ans du Pacifique à la Méditerranée**. Paris: Librairie Artème Fayard, 1984, p. 29.

²⁸⁹ FRYE, Richard Nelson. **The Heritage of Central Asia: From Antiquity to the Turkish Expansion**. Princeton: Markus Wiener Publishers, 1996, p. 170.

Hephthalites, a julgar pelas fontes chinesas.²⁹⁰ Frye também sugeriu uma tendência à alternância entre momentos em que predominavam as estruturas confederadas e épocas em que senhores locais da guerra assumiam o poder sobre um pequeno número de tribos.²⁹¹

Os nômades turcos das estepes organizavam-se em famílias patriarcais e extensas, com duas ou três gerações vivendo sob a mesma tenda. A princípio, não havia óbices à poligamia, mas ela implicava custos proibitivos para muitos homens. Era preciso pagar o dote e garantir a festa. A tendência exogâmica, nesse aspecto, agravava os custos. Os casamentos eram, como usual em formações de pastores, arranjados entre as famílias. As meninas, envolvidas muito cedo em negociações matrimoniais, eram antes de mais nada, bens corporais empregados na costura de alianças entre os patriarcas. E, naturalmente, futuras parideiras. Infelizmente, muito do que se pode dizer a respeito de estruturas de parentesco e linhagem é probabilístico e se funda em analogias etnográficas. Não sobraram muitos registros dos tempos mais remotos. Os poucos descobertos até agora, como é de se esperar, se referem às elites dirigentes. Tendo esses limites no horizonte, Lawrence Krader observou:

Essas sociedades são patrilineares em organização. Isso significa que os grupos primários de qualquer duração são aqueles baseados no parentesco pela linhagem masculina. Grupos familiares, grupos de cooperação econômica, grupos de ataque, grupos organizados para observância religiosa e rituais, para o recebimento e a distribuição das compensações [*blood-money ou wergild, em dinheiro ou em espécie*] – tudo isso era composto por parentes que estavam relacionados à linhagem masculina. Aqueles que davam ou recebiam festas de casamento eram os parentes patrilineares da noiva e do noivo. (...) O rigor com o qual esses povos procuravam manter o modo patrilinear de organização social, quer dentro da família, quer fora, tinha poucos paralelos em qualquer lugar do mundo. A antiga

²⁹⁰ *Idem, ibidem*, p. 170. Veja-se para mais detalhes, LITVINSKY, B. A.. *The Hephthalite Empire* in: LITVINSKY, B. A. (Editor). *History of Civilizations of Central Asia*. Paris: UNESCO Publishing, 1996, Volume III: *The Crossroads of Civilizations, AD 250 to 750*, p. 135-162.

²⁹¹ *Idem, ibidem*, p. 170-171.

família romana tinha muitos aspectos de patrilinearidade, ou agnação em sua terminologia, mas não tão sistematicamente como os Turcos e os Mongóis.²⁹²

Aparentemente, não havia regras sucessórias definindo claramente quem devia assumir os bens paternos. Eles eram indicados pelo patriarca, o que acarretava conflitos profundos no seio da parentela. Mas essas sentenças, reitero, são probabilísticas. Muitas variações regionais devem ter ocorrido e, em corte temporal longo, mudanças dentro de um mesmo grupo tribal.

Os anais chineses contam que, em 552, os *Türks*, ferreiros subjugados pelos Jou-Jan (ou *Juan Juan*), rebelaram-se contra seus senhores ao pé da Montanha Altai, na Mongólia. O chefe do clã A-shih-na, Bumim, filho do *Grande Yabǵu, Tu'wu*, proclamou-se *Illig Qaǵan* – O *Qaǵan* (imperador) *que possui um reino*; em mandarim, *I-li k'o-han*.²⁹³ No ano seguinte, ele morreu. Seu sucessor, Ko-lo, um de seus filhos, não tardou a falecer também, pelo visto, em combate contra os antigos senhores. A liderança do clã foi assumida por Muqan (*Mukhan, Muǵan* ou *Mu-han*), o irmão caçula de Ko-lo, que desencadeou uma onda de conquistas em direção às fronteiras da China. Diversas tribos de pastores-guerreiros e/ou agricultores, bem como algumas cidades comerciais e fortificações de senhores de guerra foram avassaladas. Sua capital foi estabelecida no vale do Rio Orkhon, perto da floresta sagrada Ötukân. Dali os guerreiros turcos puderam exercer seu mando tributário sobre uma larga parcela da Rota da Seda. Em seu auge, seus domínios se

²⁹² KRADER, Lawrence. **Peoples of Central Asia**. Bloomington: Indiana University Publications/The Hague: Mouton & Co., 1966 [1963], p. 142.

²⁹³ GOLDEN, Peter B.. **Introduction to the History of the Turkic Peoples: Ethnogenesis and State-Formation in Medieval and Early Modern Eurasia and the Middle East**. Wiesbaden: Otto Harrassowitz, 1992, p. 115. Há muitas dúvidas quanto a esses nomes, *Ashina, Bumim*, e vários outros que aparecem nas fontes chinesas e que não são de origem túrquica, mas iranianas orientais ou *Tokharianas*, o que sugere, entre várias possibilidades, um traço multiétnico do Qaǵanato dos Turcos. Essa hipótese é reforçada pelo fato de que a região na qual os anais afirmam que eles viviam, Gansu e Xinjiang, fora habitada por populações daquelas famílias etno-linguísticas. Cf. GOLDEN, Peter B.. *The Turkic peoples: a historical sketch* in: JOHANSON, Lars & CSATÓ, Éva Á.. (Edited by). **The Turkic Languages**. London/New York: Routledge, 1998, p. 19. Por outro lado, ainda não se sabe muito bem se eles eram ferreiros (como sustenta a interpretação predominante das fontes), mineradores ou as duas coisas. Alguns historiadores e etnolinguístas acreditam, baseados em relatos chineses de rituais praticados em cavernas e grutas tanto pelos turcos orientais quanto pelos ocidentais, que eles eram sobretudo mineradores. Sobre essas questões, consulte-se, além dos estudos de Peter Golden, SINOR, Denis. *The establishment and dissolution of the Türk empire* in: SINOR, Denis (ed.). **The Cambridge History of Early Inner Asia**. New York: Cambridge University Press, 1994 [1990], p. 285-316 e ____ & KLYASHTORNY, S. G.. *The Türk empire* in: LITVINSKY, B. A. (Editor). **History of Civilizations of Central Asia**. Paris: UNESCO Publishing, 1996, Volume III: *The Crossroads of Civilizations, AD 250 to 750*, p. 327-347.

estenderam da Manchúria ao Mar Negro. Segundo Peter Golden, “este foi o primeiro Estado trans-eurasiático a ligar diretamente a Europa com a Ásia Oriental”.²⁹⁴

O espaço do Qağanato (ou *Khaghanato*) estava segmentado em duas metades, de acordo com a lógica de territorialização do sagrado que caracterizava os povos altaicos. Ao leste, das margens do Lago Baikal até a borda da China. Ao oeste, até as estepes nas cercanias de Bizâncio. E ao sul, região que nos é de particular interesse, até as terras lindeiras do Império dos Persas Sassânidas.²⁹⁵ As conquistas ocidentais e meridionais dos turcos ficaram associadas à liderança de Ištemi, um dos irmãos de Bumim, que fora investido com o título de *Sir Yabghu Qaghan*, termo que indicava algo como uma posição hierárquica ligeiramente inferior à do *Qaghan*. Durante seu governo, entre 552 e 575/6, ele submeteu uma parcela da Transoxiana, a mesopotâmia dos Rios Amu-Daria e Syr-Darya, terra de grande efervescência comercial por conta dos mercadores das cidades Soghdianas.²⁹⁶ Foi entre estes que os turcos recrutaram muitos dos funcionários que compuseram os quadros burocráticos do Estado. Esse emprego de homens etno-linguisticamente iranianos, comentou Peter Golden, “tornou-se um traço comum a muitos Estados túrquicos subsequentes”.²⁹⁷ De fato, isso aconteceu, séculos mais tarde, no Sultanato dos Seljúcidas e se refletiu sobre os Otomanos e, naturalmente, sobre os Safávidas.

Seria essa forma organizacional do poder político nas estepes centro-asiáticas realmente uma ordem imperial? Ou seria uma forma confederada que se

²⁹⁴ GOLDEN, Peter B.. **Central Asia in World History**. Oxford/New York: Oxford University Press, 2011, p. 37. Para descrições geográficas dessa imensa região, ver MASSON, V. M.. *The environment in*: DANI, A. H. & MASSON, V. M. (Edited by). **History of Civilizations of Central Asia**. Paris: UNESCO Publishing, 1992, Volume I: *The Dawn of Civilization, Earliest Times to 700 B.C.*, p. 29-44; PLANHOL, Xavier de & ROGNON, Pierre. **Les Zones Tropicales Arides et Subtropicales**. Paris: Librairie Armand Colin, 1970, e, também, os dados espalhados em ROUX, Jean-Paul. **Asie Centrale: Histoire et Civilisations**. Paris: Librairie Artème Fayard, 1997. Para um enfoque cartográfico, BREGEL, Yuri. **An Historical Atlas of Central Asia**. Leiden/Boston: Brill, 2003.

²⁹⁵ Cf. SINOR, Denis. *The establishment and dissolution of the Türk empire* in: SINOR, Denis (ed.). **The Cambridge History of Early Inner Asia**. New York: Cambridge University Press, 1994 [1990], p. 285-316.

²⁹⁶ Para uma primeira aproximação ao estudo dessas cidades mercantis e seu entorno, veja-se o relato de viagem de TOYNBEE, Arnold. **Between Oxus and Jumna**. Oxford: Oxford University Press, 1961. Mais detalhes em SOUCEK, Svat. **A History of Inner Asia**. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2000, p. 5 e ss, e MARSHAK, B. I. & NEGMATOV, N. N.. *Sogdiana* in: LITVINSKY, B. A. (Editor). **History of Civilizations of Central Asia**. Paris: UNESCO Publishing, 1996, Volume III: *The Crossroads of Civilizations, AD 250 to 750*, p. 233-280.

²⁹⁷ GOLDEN, Peter B.. *The Turkic peoples: a historical sketch* in: JOHANSON, Lars & CSATÓ, Éva Á.. (Edited by). **The Turkic Languages**. London/New York: Routledge, 1998, p. 19.

notabilizou por durar mais tempo do que de costume e permitiu que os chefes do clã hegemônico fizessem seus sucessores? Pelo que posso compreender – a considerar, evidentemente, minhas limitações em termos de idiomas – a tendência dominante entre os pesquisadores é a de trabalhar com a noção de *Império Turco*. Uma estrutura hierárquica que contrapunha uma *aristocracia de guerreiros* aos demais grupos de uma população multiétnica, multiconfessional e multilíngue, desde os mercadores até os escravos, passando pelos agricultores e os pastores. É certo, porém, que aquela aristocracia nada tinha de permanentemente coesa. Os valores de virilidade, de habilidade com as armas, de sagacidade na caça e na guerra definiam parâmetros de competição pela liderança de cliques regionais, de facções e mesmo de todo o Estado. Tais disputas foram elementos fundamentais na determinação da dinâmica expansionista do império. Noutras palavras, para os homens que integravam a elite dirigente, não era possível deixar de fazer a guerra; não era possível parar o tempo para locupletar-se no usufruto dos butins, dos tributos e dos corpos escravizados. Isso nada tem a ver com traços de caráter ou inclinações atávicas dos turcos. Tratava-se de um componente sistêmico da lógica dominante de relações políticas. Havia sempre a chance de indivíduos talentosos pretenderem assumir o controle de algum naco do poder e desafiar as hierarquias e as clientelas estabelecidas.²⁹⁸

Apesar do que disse Jean-Paul Roux sobre as imensas dificuldades para se escrever uma história dos turcos entre os séculos V e VII, há bastante concordância quanto às linhas gerais do período na parte ocidental. Ele começou com uma série de vitórias sobre comunidades instaladas no Tokharistan, como os Hephtalitas e logo pelo o avassalamento dos Quirguizes (*Kyrgyz*), que se tornaram os ferreiros e mineradores do novo poder instituído. Embaixadas foram enviadas aos Impérios vizinhos e distantes. É possível, mas isso não está nada claro, que Theophanes, um cronista bizantino, tenha registrado uma dessas missões diplomáticas, feita na década de 560. Outra embaixada chegou a Constantinopla, em 568. Entre os vários motivos que levaram os turcos a procurarem aqueles romanos de fala grega estavam os negócios da seda e de algumas especiarias, atividades tradicionais dos mercadores sogdianos, agora tutelados pelos sucessores de Bumim. Houve

²⁹⁸ Remeto esses comentários ao que escrevi no Capítulo 01 sobre as disputas entre facções a partir da leitura dos estudos de Morton Fried.

reciprocidade. O cronista Menander listou pelo menos cinco embaixadas bizantinas enviadas entre 568 e 576.²⁹⁹ Neste último ano, o diplomata Valentin voltou com cento e seis turcos – ou, talvez, iranianos avassalados. Ao longo dos séculos seguintes, a presença em terras bizantinas de escravos e, também, de mercadores e mercenários vindos das estepes tornou-se algo bastante corriqueiro. Quinhentos anos depois, cronistas europeus que descreveram episódios das Cruzadas, letrados armênios e, evidentemente, escritores da Roma Oriental, mencionavam os *turcoples* (ou *turcoples*), soldados turcos, muitos deles apóstatas do Islam, que foram convertidos ao Cristianismo Grego e lutavam por Constantinopla.

Firmaram-se, por outro lado, alianças com os inimigos dos Romanos, os Persas. Mais exatamente, com os comandantes militares dos Sassânidas na fronteira do Khurasan, que foram extremamente importantes nos combates contra os Hephtalitas, que, por sua vez, tentaram envolver os chineses no confronto.³⁰⁰ Mas, naquele contexto, amizades iam e vinham, dentro e fora do Império Turco. Tensões permanentes entre as facções, dizem muitos historiadores, resultaram em crescente dificuldade dos governantes se legitimarem e lidarem com as disputas entre senhores da guerra. Taspar, que governou entre 572 e 581, viu o esfacelamento do Estado. A metade oriental foi açambarcada pela China dos T'ang, em 630. Vinte e nove anos depois, a metade ocidental, fragmentada em dois campos, caiu, da mesma maneira. Ela era chamada pelos chineses de confederação *On Oq (Dez Flechas)*. Foi pela mesma época que o ramo turco *Bulghar*, depois de um longo conflito com os *Khazars*, migrou para a região do Rio Danúbio, de onde ganhou os Bálcãs. Aqui eles fundaram o que ficou conhecido como Primeiro Estado Búlgaro, em 679.³⁰¹

Os eruditos ocidentais que, desde os tempos de Joseph de Guignes, se interessaram pelas crenças dos turcos ante-islâmicos, nunca deixaram de acentuar

²⁹⁹ Cf. Cf. SINOR, Denis. *The establishment and dissolution of the Türk empire* in: SINOR, Denis (ed.). **The Cambridge History of Early Inner Asia**. New York: Cambridge University Press, 1994 [1990], p. 302.

³⁰⁰ *Idem, ibidem*, p. 301-303. Também, ROUX, Jean-Paul. **Histoire des Turcs: Deux Mille Ans du Pacifique à la Méditerranée**. Paris: Librairie Artème Fayard, 1984, p. 69.

³⁰¹ Cf. LANG, David Marshall. **The Bulgarians: From Pagan Times to the Ottoman Conquest**. London: Thames & Hudson, 1976 e FINE, John Van Antwerp. **The Early Medieval Balkans: A Critical Survey From the Sixth to the Late Twelfth Century**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1983.

o lugar conferido a *Tengri* (ou *Tenri*), uma entidade que se confundia com o céu.³⁰² Parecia-lhes que havia um elemento, por assim dizer, potencialmente monoteísta na religiosidade daqueles nômades, algo que os distinguiria de várias outras sociedades articuladas pelo mesmo tipo de modo de produção. Essa divindade, “serve à todas as populações de língua turca e mongol, descontando-se ligeiras variantes dialetais, para evocar, na quase totalidade dos casos, o Ser ou os seres sobrenaturais”.³⁰³ Por outro lado, os turcos, bem como os demais povos altaicos, foram seduzidos por diversas formas de religiosidade que lhes procuraram ou com as quais mantiveram contatos por meio de mercadores que eram, ao mesmo tempo, operadores do sagrado. Prosélitos budistas chineses e tibetanos, zoroastristas iranianos, maniqueístas, cristãos nestorianos e, eventualmente, judeus estiveram entre eles antes de seus primeiros encontros com o Islam.³⁰⁴

No entanto, mesmo tendo abraçado, ao menos em parte, modalidades de construção semiológica e de articulação ritual das interações entre o natural e o sobrenatural, eles permaneceram fundamentalmente ligados a seus xamãs.³⁰⁵ A lenda da loba é um sinal claro desse vínculo. Muitos pesquisadores acentuam esse elemento, pois acreditam que ele foi um mediador entre as comunidades e os indivíduos – com frequência dervixes, sufis ou faquires – que pregaram entre eles a religião do profeta Muhammad. Daí falarem de uma religiosidade quase crua, pouco teologal, propensa ao arrebatamento, euforizada por uma vontade de ferro para combater o bom combate, a *jihad*. Esse modo extático de experimentar o sagrado teria, ainda, facilitado o recrutamento de turcos e mongóis por emissários

³⁰² Para uma simples apresentação do assunto, ver ROUX, Jean-Paul. *Tengri* in: JONES, Lindsay (Editor in chief). **Encyclopedia of Religion**. Second edition. Detroit: Macmillan Reference/Thomson Gale, 2005 [1987], Volume 13, p. 9080-9082, (Article translated from French by Sherri L. Granka).

³⁰³ ROUX, Jean-Paul. *Tängri. Essai sur le ciel-dieu des peuples altaïques (premier article)*. **Revue de l'Histoire des Religions**, 149 (1), 1956, p. 49, (p. 49-82).

³⁰⁴ Leiam-se os panoramas traçados por GUIGNOUX, Ph. & LITVINSKY, B. A.. *Religions and religious movements – I* e LITVINSKY, B. A. & VOROBYOVA-DESYATOVSKAYA, M. I.. *Religions and religious movements – II* in: LITVINSKY, B. A. (Editor). **History of Civilizations of Central Asia**. Paris: UNESCO Publishing, 1996, Volume III: *The Crossroads of Civilizations, AD 250 to 750*, resp. p. 403-420 e 421-448.

³⁰⁵ Confira-se, antes de mais nada, os vários escritos de Jean-Paul Roux mencionados nas notas anteriores. Para uma discussão conceitual da religiosidade xamanista, LEWIS, Ioan M.. **Ecstatic Religion: A Study of Shamanism and Spirit Possession**. Third edition. London/New York: Routledge, 2003 [1971] e, mais resumidamente, _____. **Social Anthropology in Perspective**. Harmondsworth: Penguin Books, 1976, p. 144-151. Em complemento, KNECHT, Peter. *Aspects of Shamanism: an introduction* in: CHILSON, Clark & KNECHT, Peter (Edited by). **Shamans in Asia**. London/New York: RoutledgeCurzon, 2003, p. 1-30. Uma análise histórica fascinante de suas diversas interpretações acha-se em ZNAMENSKI, Andrei A.. **The Beauty of the Primitive: Shamanism and the Western Imagination**. Oxford/New York: Oxford University Press, 2007.

de confrarias.³⁰⁶ Tal análise, que não é recente, contém potencialmente diversos e delicados problemas. Ela bebe as mesmas águas que beberam vários historiadores que associaram o avanço dos clãs turcos islamizados rumo ao Ocidente ao entusiasmo dos neófitos pouco reflexivos. Noutras palavras, ela tende – *nota bene*: tende – a reproduzir o estereótipo da irracionalidade intrínseca aos povos arcaicos que, da noite para o dia, sentem-se bafejados por uma mensagem profética revelada. Mais especificamente, a figura sombria do turco fanático com um Alcorão na mão direita e uma cimitarra na mão esquerda.

Não é demais reforçar que, do ponto de vista deste estudo, há um motivo central para traçar um panorama histórico dos turcos centro-asiáticos: a constituição, ao longo de um período que se estendeu de finais do século XVIII até finais do século XX, de um campo de temas e problemas que se traduziu no nascimento da historiografia ocidental moderna sobre os Impérios dos Mamelucos, dos Mongóis da Índia (*Mughal*), dos Otomanos e dos Safávidas se fez, em larga medida, tendo no horizonte a *filiação etnogenética* das elites dirigentes dessas entidades geopolíticas aos turcos. E estes foram entendidos fundamentalmente como *raça* ou como *nação*, termos que eram tidos, em linhas gerais, como equivalentes. Isto veio a significar uma forte inclinação à cristalização discursiva – estereotipagens – de pretensos atributos naturais distintivos daqueles coletivos demográficos. Note-se que essa operação implicava um processo dedutivo nem sempre claro o suficiente para ser bem percebido: tendia-se a generalizar atributos identificados em *determinados estratos* para todo o conjunto. Além disso, a historiografia ocidental dos assim-percebidos *Impérios Turcos* se estabilizou justamente numa época em que todos os remanescentes dessas entidades eram considerados arcaísmos avessos à Modernidade. Eles já não metiam medo e eram tidos por alvos relativamente fáceis pelas principais potências da Europa. Uma parte dos esforços dos eruditos voltou-se, então, para a compreensão das causas profundas do seu declínio. Os escritores de obras de divulgação, que, no mor das

³⁰⁶ Ver MÉLIKOFF, Irène. *From God of Heaven to King of Men: popular Islam among Turkic tribes from Central Asia to Anatolia*. **Religion, State & Society**, 24 (2/3), 1996, p. 133-138 e JENKINS, Gareth. **Political Islam in Turkey: Running West, Heading East?** New York/Hampshire: PalgraveMacmillan, 2008, p. 17-46. Um panorama de vários tipos de confrarias na Casa do Islam encontra-se nos artigos coligidos por POPOVIC, Alexander & VEINSTEIN, Gilles (Sous la direction de). **Les Voies d'Allah: Les Ordres Mystiques dans le Monde Musulman des Origines à Aujourd'hui**. Paris: Librairie Artème Fayard, 1996. Uma síntese em VEINSTEIN, Gilles. *Les confréries* in: BALTA, Paul (Sous la direction de). **Islam: Civilisation et Sociétés**. Paris: Editions du Rocher, 1991, p. 95-105.

vezes, eram os próprios pesquisadores, se incumbiram de disseminar pelo público europeu e americano culto as explicações propostas. Em grande medida, eles nada mais faziam do que acrescentar novos termos técnicos a discursos que pouco inovavam efetivamente em relação às velhas representações que circulavam pelo Ocidente desde, no mínimo, o Renascimento.

Como foram os primeiros encontros dos pastores-guerreiros turcos com o Islam?

Por meados do século VII, soldados do Califado começaram a fazer incursões cada vez mais extensas e prolongadas à Transoxiana, a região que eles chamavam de *Mawarannahr* (*Ma wara el Nahr*), isto é, o que há além do rio, neste caso, o Amu Darya, que os velhos gregos chamavam de *Oxus*. Por lá eles encontraram clãs turcos bastante combalidos por anos de confrontos violentos entre as facções que disputavam o que sobrara do Qaganato fundado pela linhagem dos Ashina. Não se tem muito claro o quanto os árabes, que viviam muito longe dali, conheciam das sociedades centro-asiáticas. As notícias que temos dos acontecimentos foram narradas por uma ótica triunfal mais de cem anos depois. De todo modo, dá-se por certo que as vitórias militares dos muçulmanos se traduziram em incorporação de áreas nas quais seriam, doravante, cobrados tributos anuais, inclusive sob a forma de cativas e cativos, e instauradas alianças com clientelas locais.³⁰⁷ Há debates sobre essa região muito similares aos que são travados a respeito da expansão sobre a África do Norte. Os árabes queriam apenas fazer razias tradicionais ou pretendiam se apoderar permanentemente dela? E o que pensavam as populações atacadas sobre aquilo? Por que foi fácil conquistar a Pérsia Sassânida, um Estado Imperial, e difícil e demorado domar a Transoxiana, área composta por um “mosaico de principados”, como escreveu Svat Soucek?³⁰⁸ Essas perguntas provocam conjecturas, mas não podem passar disso, posto que, até agora, não há documentos suficientes para sustentarem respostas bem dosadas. Falando a partir do que seria o horizonte dos invadidos, é bem possível

³⁰⁷ Cf. GIBB, Hamilton Alexander R.. **The Arab Conquests in Central Asia**. London: The Royal Asiatic Society, 1923. Para se obter um panorama de conjunto dos primeiros séculos da presença dos árabes e dos iranianos muçulmanos na Ásia Central um bom começo é o manual (ainda bastante atual, apesar das quase quatro décadas que se passaram desde sua publicação) de ELISSEÉFF, Nikita. **L’Orient Musulman au Moyen Age, 622-1260**. Paris: Librairie Armand Colin, 1977 (*Collection U*).

³⁰⁸ SOUCEK, Svat. **A History of Inner Asia**. Cambridge, UK/New York: Cambridge University Press, 2000, p. 56-57.

que eles não tenham visto inicialmente nada de muito estranho ou diferente nos invasores, a não ser que agora eles vinham do sul e do oeste e não, como estavam acostumados, do leste e do norte. Seja como for, tratava-se de pagar tributos e torcer para que os árabes fossem logo embora. Caso ficassem, observou Richard Frye, provavelmente seriam absorvidos como tantos outros grupos de nômades tinham sido.³⁰⁹

Na década de 650, guerreiros do Califado avançaram até Balkh, na Bactria (hoje, Afeganistão) nos limites de *Mawarannahr*. Eram expedições em busca de butins e logo que os obtiveram, eles voltaram para a Mesopotâmia. No entanto, alguns anos depois, sua presença na região já não era mais ocasional. Os governadores de Basra (sul do Iraque) e de Merv (no Irã) estabeleceram guarnições de fronteira nas proximidades do Rio Syr Darya (o *Iaxartes* dos gregos antigos), em finais da década de 660, e para lá transplantaram famílias árabes iraquianas. Essa atitude colonial vingou pouco. Foi mais vantajoso e seguro incorporar chefes locais de clãs turcos (etnolinguisticamente *altaicos*) e iranianos (etnolinguisticamente *indo-europeus*) como clientes (*mawali*) do Califado. Alguns deles se converteram. Outros mantiveram suas crenças tradicionais. Ambos realizavam o que interessava aos muçulmanos, naqueles primeiros tempos: cobravam tributos das populações dominadas e enviavam para as sedes provinciais. Eles forneciam, ainda, escravas e escravos e produtos de origem animal comercializados nas estepes. O relacionamento entre o Estado Califal e as comunidades da fronteira centro-asiática iraniana começou a se transformar a partir de 705, quando Qutayba bin Muslim foi nomeado governador do Khurasan. Nos dez anos seguintes ele comandou a conquista do âmago da Transoxiana, as cidades comerciais de Bukhāra, Samarcanda (*Samarkand*, *Samarqand*) e a região de Khwarasm. Suas tropas avançaram pelo Vale do Fergana (Ferghana), atravessaram o Syr Darya e chegaram até Isfidjāb (hoje Sayram, no Cazaquistão). Essas operações de conquista territorial eram seguidas de medidas destinadas a disseminar a religiosidade islâmica, como a construção de mesquitas³¹⁰

³⁰⁹ FRYE, Richard Nelson. **The Heritage of Central Asia: From Antiquity to the Turkish Expansion**. Princeton: Markus Wiener Publishers, 1996, p. 202-203.

³¹⁰ Cf. além dos livros acima citados de Hamilton Gibb e Nikita Elisseeff, BOSWORTH, Clifford Edmund. *Isfidjāb* in: **The Encyclopaedia of Islam**. New edition. Leiden: Brill, 2004, Volume XII –

Um dado fundamental desse período foi o recrutamento de guerreiros locais para comporem a soldadesca do Califado que deviam ficar estacionadas nas fronteiras e realizarem conquistas ou travarem guerras defensivas. Ao que parece, eram mercenários, ainda que convertidos ao credo muçulmano. Nos últimos trinta anos alguns historiadores vêm insistindo na importância desses recrutamentos, assinalando que eles podem ser tomados como antecedentes de processos bem mais amplos de incorporação de guerreiros turcos para a guarda dos governantes no século seguinte. Discutirei essas questões no Capítulo 03. Por ora, aponto para o fato de que a presença árabe na porta de entrada da Ásia Central não se deu de modo contínuo. Em 715, uma rebelião militar no Vale do Fergana resultou na morte do governador e em um recuo árabe por um quarto de século. Entre as lideranças locais que ficaram muito conhecidas nesse momento estava Ghurak, um rei sogdiano, que faleceu em 737, e teria sido entronizado porque, ao contrário de seu predecessor, se opunha aos conquistadores. O confronto com os turcos da confederação Turgesh, que herdara uma parte do território antes controlado pelo clã Ashina, foi igualmente adverso para os árabes. Mas ela se desfez em 737, quando seu líder morreu. Aproveitando as novas circunstâncias regionais, Nasr bin Sayyar, o novo governador omíada do Khurasan, retomou a ofensiva. Grande parte da Transoxiana foi tomada. As campanhas se estenderam até Tashkent. É importante reter que, uma das dificuldades enfrentadas pelos árabes naquela região resultava de sua insistência em reproduzir discriminações que hoje chamaríamos de *étnicas*. Os convertidos não tinham os mesmos direitos que eles. Eram considerados clientes e pagavam impostos, ainda que menores do que os que não eram convertidos. Em seu estudo sobre o período, Elton Daniel afirmou que a clivagem se devia à “ignorância dos árabes tribais, que viam a agricultura como uma ocupação humilhante, a respeito das exigências de uma sociedade agrária”.³¹¹ Para muitos historiadores, que, nesse aspecto, reproduzem os comentários do cronista Al-Tabari, essa tensão teria sido motivadora de diversas rebeliões,

Supplement, p. 459-460 e BERNARDINI, Michele. **Il Mondo Iranico e Turco dall’Avento dell’Islàm all’Affermazione dei Safavidi**. Torino: Giulio Einaudi Editore, 2003 (*Storia del Mondo Islamico, VII-XVI Secolo – Volume secondo*).

³¹¹ DANIEL, Elton L.. **The Political and Social History of Khurasan Under Abbasid Rule, 747-820**. Minneapolis/Chicago: Bibliotheca Islamica, 1979, p. 21.

culminando com as mobilizações contrárias aos Omíadas que estiveram nas origens da tomada do poder pelo clã dos Abássidas, em 750.³¹²

Em 805/806, desencadeou-se uma revolta de grandes proporções no Khurasan e na parte oeste da Transoxiana. Ela ficou conhecida pelo nome de um de seus deflagradores, Rafi bin Layth, neto de Nasr bin Sayyar. Sua magnitude pode ser medida pelo fato de que o califa Harun al-Rashid deslocou-se pessoalmente para aquela região a fim de negociar com os rebeldes. Foi a única vez que um Abássida fez esse tipo de viagem. Uma jornada que resultou trágica, pois ele morreu, em 809, nas cercanias de Tus. O movimento só foi debelado por Al-Mamun, governador de Marv (*Merw*), filho de Al-Rashid, que se tornou califa, em 813. Antes de mudar-se para Bagdá, sede califal, ele comandou campanhas bem sucedidas contra senhores de guerra e príncipes daquela região, consolidando as conquistas. Vários chefes guerreiros locais que lutaram ao seu lado foram recompensados com altos cargos burocráticos e/ou militares. Dentre eles, Tahir bin Husayn, que foi nomeado governador do Khurasan, em 821, como prêmio por sua participação no combate contra Rafi bin Layth.³¹³ Esse evento acabou se tornando o ato inaugural de uma dinastia, uma vez que os Tahiridas dominaram a província e uma parte da Transoxiana até 873, quando foram derrubados pelos Saffaridas, que vieram do Sistan. Outro clã agraciado com cargos foi o Samanid. Alguns de seus membros foram nomeados governadores, embora subordinados aos Tahiridas, em Samarcanda, Farghana e Tashkent. Da Sogdia eles partiam para demoradas incursões a áreas distantes bem no interior das estepes. Em 900, Isma'il Samani, o patriarca, moveu uma guerra contra os Saffaridas, destronou-os e assumiu o controle da região. Sediada em Bukhara, a dinastia samânida ergueu um

³¹² Cf. SHABAN, Mohammed A.. **The 'Abbāsid Revolution**. Cambridge, UK/London/New York: Cambridge University Press, 1970 e KENNEDY, Hugh. **The Court of the Caliphs: The Rise and Fall of Islam's Greatest Dynasty**. London: Weidenfeld & Nicolson, 2004. Comentários esclarecedores sobre essas hierarquias de fundo étnico encontram-se na síntese de SOURDEL, Dominique. **L'Islam Médiéval: Religion et Civilisation**. Paris: Presses Universitaires de France, 2005 [1979], p. 175-192 (Collection *Quadrige*).

³¹³ Cf. KENNEDY, Hugh. **The Prophet and the Age of the Caliphates: The Islamic Near East from the Sixth to the Eleventh Century**. Second edition. Harlow, UK/London/New York: Pearson Education/Longman, 2004 [1986], p. 144-146.

Estado praticamente independente do Califado, mesmo que seus líderes, preocupados com sua legitimidade, jurassem fidelidade ao califa.³¹⁴

Esse foi um lado do relacionamento inicial entre os turcos e o Islam, a atuação como militares e secundariamente como burocratas. O outro foram as migrações. Por mais dois ou três séculos, um número crescente de tribos de pastores e guerreiros, populações agricultoras, mercadores e artesãos das vilas centro-asiáticas foi se albergando na Morada do Islam. Já comentei a opinião de vários historiadores que acreditam que, por ser um procedimento que se permite conviver com as mais diversas teologias, o xamanismo característico dos povos altaicos foi um facilitador das conversões. Ele não desapareceu. Transmutou-se em sufismo e em outras práticas devocionais altamente subjetivizadas. No decorrer dos séculos, essa atitude foi muito mal vista por islâmicos tradicionalistas, que viram (e veem) um certo ar herético, beirando o paganismo, nesse modo de ser muçulmano no Mundo Turco, sobretudo nas áreas rurais. Convertendo-se, ainda que a sua maneira, os turcos passaram a fazer parte da *Umma*, a comunidade dos crentes, o que lhes dava acesso a um território gigantesco, *Dar ul-Islam*, a Morada/Casa da Paz/Islam. Algumas dessas comunidades nômades perderam-se na história. Ficaram em silêncio ou foram mencionadas aqui e ali somente por cronistas locais. Outras, feito alguns segmentos dos turcos Oghuz, como os Seljúcidas, foram protagonistas da construção de Impérios. Além disso, migrações de pequeno impacto realizadas por tribos de pastores que vinham da Ásia Central continuaram ocorrendo por muito tempo. Há indícios de que, até finais do século XIX, havia grupos de famílias de pastores turcomanos chegando com regularidade à Anatólia.³¹⁵

Por que os turcos migraram para a Ásia Ocidental? O que levou-os a penetrar de modo mais ou menos agressivo as terras do Império Romano do Oriente e da Pérsia Sassânida bem antes do *entusiasmo islâmico* ter-lhes transformado em guerreiros da causa de Deus? Para além de motivos imediatos,

³¹⁴ Sobre os Emirados da Transoxiana, vejam-se, além dos manuais de Elisséeff e Bernardini, ROUX, Jean-Paul. **L'Asie Centrale: Histoire et Civilisations**. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1997. Estudos mais específicos encontram-se em diversos capítulos de ASIMOV, M. S. & BOSWORTH, C. E. (Edited by). **History of Civilizations of Central Asia**. Paris: UNESCO, 1998, Volume IV: *The Age of Achievement: AD 750 to the End of Fifteenth Century*. Part One.

³¹⁵ PLANHOL, Xavier de. **Les Nations du Prophète: Manuel Géographique de Politique Musulmane**. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1993.

como as lutas entre facções clânicas, as disputas por águas e pastos, o desejo de conquista e de butins, haveria razões mais profundas para tais migrações? Perguntas dessa natureza intrigam os investigadores ocidentais há pelo menos duzentos anos. As respostas que lhes foram dadas estiveram, inicialmente, vinculadas a um conjunto mais amplo de questões relacionadas às próprias origens da Humanidade. Como se sabe, por muito tempo acreditou-se no Ocidente e no Oriente Médio que os seres humanos nasceram na Ásia. Lá ficava o Jardim do Eden e lá, mais precisamente no Monte Ararat, na Anatólia, aportaram o Patriarca Noé, seus rebentos e a formidável animália que ele recolheu em sua arca antes do Dilúvio. Contudo, no decorrer do século XIX, muitos sábios europeus, radicalizando conclusões aventadas no Século das Luzes, começaram a mostrar abertamente que não estavam contentes com essa explicação. Eles também achavam que os seres humanos vinham da Ásia, mas tinham outras razões para isso. Para começar, a velhice de certas civilizações, como a chinesa e a indiana, já dava uma pista. E havia, desde a Antiguidade, um registro contínuo de povos que vinham de lá para cá. Isso também era sugestivo. Até meados do século XX, formular explicações para essas migrações tornou-se uma verdadeira obsessão de muitos eruditos. Uma teoria que remontava ao século XVIII alegava que tudo tinha a ver com o roteiro do sol. Os humanos simplesmente o acompanhavam.³¹⁶ Outra teoria defendia que, desde a mais remota história, as gentes procuravam ambientes termicamente equilibrados. Saíam dos desertos abrasadores e das regiões gélidas da Ásia para a zona temperada. Neste sentido, turcos e mongóis eram apenas os casos mais recentes e melhor conhecidos. Contudo, essas generalidades não foram convincentes por muito tempo, achava-se cada vez mais que era preciso encontrar razões substantivas para explicar processos de tamanha magnitude.³¹⁷

As teorias mesológicas ganharam aporte renovado quando os naturalistas começaram a levantar dados a respeito das oscilações do clima ao longo da história. Em finais do século XIX, surgiram em meios científicos alemães e franceses as primeiras proposições que associavam as migrações dos turcos e dos árabes ao aumento da temperatura seguida de secas prolongadas na Alta Ásia e na

³¹⁶ Cf. ROMANO, Roberto. **Conservadorismo Romântico: Origem do Totalitarismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

³¹⁷ Cf. GOUROU, Pierre. **L'Asie**. Paris: Librairie Hachette, 1953, p. 80-81 (*Collection Les Cinq Parties du Monde*).

Península Arábica. Essa perspectiva de análise encontrou acabamento nas obras dos assim-(auto)-denominados antropogeógrafos, os epígonos mais ou menos fiéis, muitas vezes, infiéis, de Friedrich Ratzel. Em um calhamaço no qual pretendeu expor sistematicamente as ideias centrais da Antropogeografia, a geógrafa estadunidense Ellen Churchill Semple, dedicou várias páginas às relações entre os meios naturais e as dinâmicas das populações. Pela mesma época, outro êmulo norte-americano de Ratzel, o geógrafo de Yale, Ellsworth Huntington, alegou que fatores ambientais, especialmente as secas que assolam as populações de agricultores e pastores que vivem à beira do deserto, estiveram na origem das grandes ondas migratórias asiáticas. E, como veremos noutra parte deste estudo, tal como Semple, ele estabeleceu conexões entre esses fenômenos climáticos e a recepção popular às prédicas do profeta Muhammad.³¹⁸ Um exemplo, entre muitos, de síntese determinista geográfica típica das décadas iniciais do século XX é esse extrato de uma obra sobre o Islam escrita por um capitão da infantaria colonial da França:

O ressecamento progressivo do mar central asiático, a diminuição das águas, a elevação lenta e contínua dos planaltos, a diminuição das pastagens, foram sem dúvida a causa do desaparecimento de civilizações muito antigas na Ásia Central, dessas migrações sucessivas que jogaram hordas inumeráveis para fora da Ásia Central rumo a regiões mais favorecidas. (...) A consequência dessas mudanças de habitat foi a invasão sucessiva de povos que saíram dessa grande família asiática, desde os Hunos até os Mongóis.³¹⁹

³¹⁸ Cf. SEMPLE, Ellen Churchill. **Influences of Geographical Environment: On the Basis of Ratzel's System of Anthro-Geography**. New York: Henry Holt and Company/London: Constable and Company, 1911; _____. *Geographic location as a factor in history*. **Bulletin of the American Geographical Society**, 40 (2), 1908, p. 65-81, e _____. *The operation of geographic factors in history*. **Bulletin of the American Geographical Society**, 41 (7), 1909, p. 422-439. HUNTINGTON, Ellsworth. *Changes of climate and history*. **The American Historical Review**, 18 (2), January 1913, p. 213-232; _____. **The Pulse of Asia: A Journey in Central Asia Illustrating the Geographic Basis of History**. Boston: Houghton, Mifflin and Company, 1907; _____. **Civilization and Climate**. Second and enlarged edition. New Haven/London: Yale University Press/Oxford University Press, MDCCCXXII [1915], e _____. *Climate and the evolution of civilization in*: LULL, Richard Swann et alli. **The Evolution of the Earth and its Inhabitants**. New Haven: Yale University Press, 1918, p. 147-193.

³¹⁹ ANDRÉ, Pierre J.. **L'Islam et les Races**. Paris: Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1922, Tome premier: *Les Origines, le Tronc et la Greffe*, p. 159-160.

Essa associação entre mudanças ambientais que teriam ocorrido por volta do século VII na Arábia, as invasões turcas da Ásia Ocidental e a expansão islâmica foi retomada por Arnold Toynbee. Em seu livro de 1934 ele refutara e, em certo sentido ridicularizara, as teorias mesológicas que lhe eram contemporâneas. Ele chegou mesmo a afirmar que elas nada acrescentavam ao que os letrados gregos da Antiguidade haviam dito sobre as relações entre temperamento dos povos e meio-ambiente. Hipócrates e seus discípulos não teriam nada a dever aos ratzelianos estadunidenses ou aos epígonos europeus.³²⁰ Mas o grande historiador britânico, não rompeu intimamente com aquelas ideias. Ele foi profundamente seduzido pelas interpretações deterministas de Ellsworth Huntington; muito mais do que, ao que parece, ele mesmo acreditava.³²¹ Tanto que, em 1973, ao redigir seu último livro, ele recuperou uma boa parte daquele modelo para explicar a *Völkerwanderung* oriental na Antiguidade e na Idade Média e também para entender a gênese e a dinâmica do Islam, como Robert Irwin mostrou de maneira bastante clara.³²² Vale falar sobre isso não somente porque se trata de um capítulo importante da história intelectual contemporânea – que historiador foi, por tantas décadas, mais conhecido popularmente e mais influente fora dos meios universitários do que Arnold Joseph Toynbee? – como, também, por sua ironia intrínseca. Esse não foi um dos temas toynbeeanos favoritos dos seus intermináveis críticos, mas quem dele falou, falou com veemência. Tratava-se de denunciar mais um adepto – perigoso, já que famoso – do determinismo geográfico.³²³

Entretanto, a julgar pelo que vemos hoje em dia, Toynbee não estava em nada defasado, como poderia parecer *naquela época*. Análises ecológicas da história foram propostas aos borbotões nas duas últimas décadas e vários

³²⁰ TOYNBEE, Arnold Joseph. **A Study of History**. Oxford/London: Oxford University Press/Royal Institute of International Affairs, 1934, Volume 1, Capítulo 1. Veja-se também sua compilação de textos a esse respeito dos eruditos gregos antigos, TOYNBEE, Arnold Joseph (Introduction and translation). **Greek Civilization and Character: The Self-Revelation of the Ancient Greek Society**. New York: Mentor Books/New American Library, 1964.

³²¹ Cf. SPATE, O. H. K.. *Toynbee and Huntington: a study in determinism*. **The Geographical Journal**, 118 (4), December 1952, p. 406-424.

³²² Cf. acima, Capítulo 01, *nota 39*.

³²³ Toda essa história foi contada em síntese por CROSBY, Alfred W.. *The past and present of environmental history*. **American Historical Review**, 100 (4), October 1995, p. 1177-1189.

daqueles temas que estavam um tanto adormecidos voltaram a pleno vapor.³²⁴ Além disso, estudos pontuais, como o de Joseph Fletcher sobre a expansão dos mongóis, e obras gerais, como o manual de Arie Issar e Mattanyah Zohar, mostram o quanto os debates sobre essas questões avançaram e deslocaram as chaves deterministas fáceis.³²⁵ No terceiro capítulo, ao tratar dos primeiros corpos militares muçulmanos, retornarei a esses temas geográficos, uma vez que foi por essa via que muitos explicaram os sucessos daqueles guerreiros. Os mesmos formuladores de teorias ambientais das migrações humanas propuseram teorias ambientais dos processos de formação das religiões e, particularmente, das formas de religiosidade que apetece aos povos dos desertos, como seria, segundo eles, o caso do Islam. Por agora tão-somente acrescento que essas ideias deterministas influenciaram muitos arqueólogos e prehistoriadores da primeira metade do século XX, como aqueles que atribuíram às mudanças ambientais ocorridas no período final da última glaciação, *grosso modo* entre os séculos XII e VII antes de Cristo, o nascimento da agricultura e das cidades. A teoria das duas *Revoluções* – a *Neolítica* e a *Urbana* – desenvolvida nos anos de 1930 por Vere Gordon Childe foi tributária dessas posturas.³²⁶

Essas teorias, reafirmo, seduzem. Por isso mesmo ficam no limiar dos excessos. E do desinteresse. Vários dos autores de obras gerais que citei neste

³²⁴ O sucesso editorial de escritores academicamente prestigiados como Jared Diamond e Brian Fagan é apenas uma parte dessa retomada. Vejam-se: DIAMOND, Jared. **Guns, Germs, and Steel: The Fates of Human Societies**. New York: Norton, 1997 e _____. **Collapse: How Societies Choose to Fall or Succeed**. New York: Viking Press, 2005. FAGAN, Brian. **Foods, Famines, and Emperors: El Niño and the Fate of Civilizations**. New York: Basic Books, 1999; _____. **The Little Ice Age: How Climate Made History, 1300-1850**. New York: Basic Books, 2000; _____. **The Long Summer: How Climate Changed Civilization**. New York: Basic Books, 2003, e _____. **The Great Warming: Climate Change and the Rise and Fall of Civilizations**. New York: Bloomsbury Press, 2008. Menciono esses estudos porque são efetivamente influentes sobre a historiografia contemporânea, sobretudo os programas de pesquisa centrados na busca de uma *História Global*. Mas, para quem procura neles informações sobre as sociedades da Ásia Central e, mesmo, do Oriente Médio, eles são bastante desapontadores. Quando tocam no assunto, como fazem os livros de Brian Fagan, são de decepcionante superficialidade. Essa voga foi antecipada criticamente por TAINTER, Joseph A.. **The Collapse of Complex Societies**. New York/Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

³²⁵ FLETCHER, Joseph. *The Mongols: ecological and social perspectives*. **Harvard Journal of Asiatic Studies**, 46 (1), June 1986, p. 11-50; JACKSON, Peter. *The state of research: the Mongol Empire, 1986-1999*. **Journal of Medieval History**, 26 (2), 2000, p. 189-210; ISSAR, Arie S. & ZOHAR, Mattanyah. **Climate Change: Environment and History of the Near East**. 2nd edition. Berlin/Heidelberg/New York: Springer-Verlag, 2007 [2004]. Também, TURCHIN, Peter et alli. *East-West orientation of historical empires and modern states*. **Journal of World-System Research**, XII (11), December 2006, p. 219-229.

³²⁶ Cf. TRIGGER, Bruce Graham. **A History of Archaeological Thought**. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 1989, p. 247-286.

capítulo – David Sinor, Peter Golden, Jean-Paul Roux, Christopher Beckwith e Carter Vaughn Findlay – raramente mencionaram, a não ser para fazerem breves incisivos críticos, as teorias deterministas raciais ou ambientais. Eles agiram como se elas nada tivessem a dizer. Para esses pesquisadores, que participaram ativamente da construção da historiografia ocidental contemporânea da Ásia Central, as questões relevantes relativas às migrações dos turcos e de outros povos têm a ver com três ordens bem diversas de fatores. *Primeira*: a dinâmica de formação de coligações, alianças e rivalidades entre as diversas sociedades centro-asiáticas – em suas diferentes etapas ou formas de desenvolvimento. Os processos de *imperiogenesis*, como diria Peter Turchin, e o nascimento de *steppe confederations*, para empregar o conceito desenvolvido por David Christian, foram decisivos para a configuração dessa dinâmica de longo curso temporal e de longo alcance territorial.³²⁷ *Segunda*: as interações geopolíticas entre os Impérios. A formação do Estado Túrquico sob a égide do clã Ashina, no século VI, e sua desintegração, no século VIII, não pode ser isolada das oscilações políticas da China, que afetaram suas tendências imperiais, e das relações entre a Pérsia dos Sassânidas e Bizâncio. Os turcos procuraram manter a autonomia de sua *steppe confederation* manobrando no interior desses fluxos mutantes. Apoiaram ora uns, ora outros. No fim, como os iranianos e os romanos, eles foram derrotados pelos novos senhores de uma grande parte do oeste e do sul da Ásia Central, os muçulmanos. *Terceira*: os *vectores faccionalistas* que articula(va)m as rotinas políticas naquelas sociedades. Aliar-se aos inimigos dos inimigos, acumular força e prestígio por meio do êxito na guerra, na caça e nos torneios, manter bons contatos com redes mercantis e com outros grupos, contar com a lealdade dos guerreiros – membros do clã e agregados – eram predicados fundamentais para que um indivíduo pudesse subir as escadas do poder. Mas ele tinha que lidar com rivais o tempo todo. As sociedades altaicas não definiam claramente regras sucessórias domésticas e/ou públicas, algo que

³²⁷ TURCHIN, Peter. **War and Peace and War: The Rise and Fall of Empires**. New York/Toronto: Plume/Penguin Group, 2007; CHRISTIAN, David. *Steppe confederations* in: McNEILL, William H. et alli (Editors). **Berkshire Encyclopedia of World History**. Great Barrington, Massachusetts: Berkshire Publishing Group, 2005, Volume 4, p. 1782-1787.

continha o potencial de provocar um permanente ar de confronto de interesses políticos dentro e fora das famílias.³²⁸

Uma pergunta mais específica: por que pastores-guerreiros turcos migraram para o território do Califado? A resposta mais elementar – certo: a mais vaga, também – é a de que eles se sentiram atraídos pelas cidades, pelo refinamento crescente, pelos fluxos de negócios e pelas oportunidades de emprego oferecidas para homens treinados na arte da guerra por um Estado Imperial em contínua expansão territorial. Acrescentemos a essa resposta as disputas entre facções árabes e entre árabes e iranianos pelo controle da estrutura político-institucional do Califado, disputas que tinham uma face militar nos confrontos entre as milícias pessoais dos notáveis. Muitos agrupamentos de turcos acharam ocupação nessas milícias. Alguns, na guarda pessoal do Tenente dos Crentes, principalmente a partir do governo do califa al-Mutasim, iniciado em 833. Eles foram chamados, já no século IX, de *mamluks* (*possuídos*), uma vez que eram considerados escravos (*abd*), tanto porque alguns foram efetivamente adquiridos como tais, quanto porque alguns renunciaram à liberdade pondo-se ao seu serviço. O próximo capítulo apresenta as principais interpretações que circulam na historiografia pertinente a respeito das origens dos escravos-soldados.

³²⁸ Cf. KRADER, Lawrence. **Peoples of Central Asia**. Bloomington: Indiana University Publications/The Hague: Mouton & Co., 1966 [1963]; _____. **Formation of the State**. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, 1968 (*Foundations of Modern Anthropology Series*).

Capítulo 03: Os Escravos-Militares na Morada do Islam: História e, sobretudo, Historiografia.

Uma vez mais, os Pontos de Partida:

Os Otomanos estavam há muitos anos plenamente instalados no Levante e no Egito quando Ibn Zunbul (ou Zunbol), que era conhecido como astrólogo e, graças a muitas amizades cortesãs, circulava entre Istambul e o Cairo, decidiu escrever sobre o que ouvira dizerem dos acontecimentos de 1517. O resultado foi uma peça literária empolgante, identificada por muitos mais como um romance do que com uma crônica, contando incidentes do ponto de vista dos protagonistas mamelucos. Ele era muito amigo de Muhammad bin al-Gawri, um dos filhos do sultão morto em Mar Dabiq, que foi levado para Istambul a mando de Selim Yavuz. Portanto, é bem possível que o relato tenha marcas de memórias pessoais, mas é difícil dizer se corresponde a alguma realidade objetiva. De todo modo, o que deles nos interessa aqui é a estampagem de um núcleo narrativo que, com as variantes de costume, moldou quase tudo o que se escreveu desde inícios do século XIX sobre as razões da derrota dos Mamelucos diante dos Otomanos e, por extensão, sobre duas modalidades de escravos soldados, os *mamluks* e os janízaros. Refiro-me à passagem na qual ele narra um suposto diálogo em público entre um dos emires derrotados, Kurtbay, e o sultão osmanli.

Olhando o Sultão direto nos olhos, ele aponta sua mão direita para a face de seu inimigo e diz: “escuta minhas palavras. É tempo de saberdes, vós e todos os outros, que nós somos os cavaleiros do destino e da morte vermelha. Um só dentre nós seria capaz de desfazer todo o teu exército. Ponha-nos a prova se não acreditas em mim. Mas ordena, eu te rogo, que ninguém se sirva de armas de fogo. Tu tens sob tuas ordens duzentos mil soldados de todas as raças. Faça-os se perfilarem em ordem de batalha. Três dentre nós são suficientes para lhes combater: eu mesmo, simples servidor de Deus, o Sultão Tumanbay, intrépido cavaleiro, e o Emir Allan. Tu verás com teus olhos as façanhas de que somos capazes. Aprenderás igualmente quem tu és na realidade: saberás se tu es um verdadeiro rei e se tu mereces sê-lo. Porque a realeza não vem senão aos homens corajosos, ricos de experiência, como foram nossos honoráveis ancestrais”.

“Tu despedaçaste um exército composto de soldados de todos os países do mundo, cristãos, gregos, e que sei mais eu. Fizeste vir este engenho projetado pelos cristãos da Europa para compensar sua incapacidade de enfrentar as armas árabes no campo de batalha. Esse engenho utiliza uma bala que, mesmo que fosse enviada por uma mulher, seria capaz de intimidar todo um pelotão. Se nós tivéssemos decidido por nos servirmos de uma tal arma, tu não nos teria ultrapassado nesse domínio. Mas nós somos um povo que não rejeita a Sunna do profeta Mohammed, que glorifica a jihad feita em nome de Deus pela lança e pela espada. Ai de ti! Como ousas abrir fogo sobre os muçulmanos?”

E Selim, por sua vez, teria apenas dito:

“Se se encontravam entre vós tantos guerreiros corajosos e tantos intrépidos cavaleiros, se vós seguistes os preceitos do Corão e da Sunna, como aconteceu de nós termos vencido e tomado vosso país, de nós termos tomado vossas crianças como escravas e matado a maior parte dentre vós? E como se explica que tu te encontres, hoje, entre as minhas mãos?”³²⁹

É raro, muito raro, encontrar algum relato sobre a conquista otomana da Síria e do Egito dos Mamelucos que, em algum momento, não afirme com feitiço de explicação substantiva algo do tipo: “a classe dirigente de mamelucos consciente e deliberadamente preferia manter seus cavalos, mesmo a custa de sacrificar a eficiência militar”. Esta “relutância foi um fator que levou à sua derrota e conquista pelas mãos dos Turcos Otomanos”.³³⁰ Ou: em Marj Dabiq, “o exército Turco empregou artilharia, mosquetes e outras armas de longo alcance, com as quais o exército egípcio, compreendendo beduínos e sírios, não estava familiarizado com o uso ou delas desdenhava, agarrando-se à *antiquada teoria de que o valor pessoal*

³²⁹ IBN ZUNBUL, Ahmad. *Infiṣāl al-āwān wa ittiṣāl dawlat Banī ‘Utmān* (Aprox: **Acontecimentos do Advento da Casa de Osman**) *apud* AYALON, David. **Le Phénomène Mamelouk dans l’Orient Islamique**. Traduit de l’anglais par Georges Weill (revue par l’auteur). Paris: Presses Universitaires de France, 1996, p. 134.

³³⁰ CREVELD, Martin van. **Technology and War: From 2000 B.C. to the Present**. Revised and expanded edition. New York/Ontario: The Free Press/Maxwell Macmillan, 1991 [1989], p. 89.

era o fator decisivo no combate".³³¹ Ou, ainda, para termos uma perspectiva mais ampla dessa ideia:

Brutal e sem escrúpulos, certamente, mas que grande cavalaria foi aquela dos Mamelucos, corajosa, disposta a todos os sacrifícios pelo Islam e pelo Império! Ao lado dos horrores – mas quem não os têm na consciência, inclusive entre nossos cavaleiros cristãos? – que grandes feitos, que nobreza, ao ponto de recusar o uso das armas de fogo – estúpido, que seja –, do cavaleiro da estepe para quem só é digno o combate de homem a homem, armado da lança e do arco, o único que deixa ao adversário todos os meios de combater e de vencer, se ele tiver a força e a meta! Como não se inclinar, com um sorriso mesclado de piedade, diante do sultão Kansouh al-Ghourî quem, ao ver crescer o perigo otomano, restabelece e renova, em 1507, menos de dez anos antes da derrota final, a *furusiyya* e convida os embaixadores estrangeiros para assistirem às proezas ridículas de seus cavaleiros em seu novo hipódromo?³³²

Os exemplos poderiam ser multiplicados aos montes, em um espectro que se estende desde aqueles que defendem teorias bastante elaboradas sobre as atitudes conservadoras dos Mamelucos até os que se limitam a reiterar um *topoi*. De todo modo, o que importa assinalar é que, os acontecimentos de 1516 e 1517 entre a Síria do Norte e as margens do Nilo expressaram confrontos em escalas diversas e cada uma dessas escalas terminou, essa é a minha hipótese, produzindo *efeitos cognitivos* no seio da historiografia pertinente. No primeiro capítulo deste estudo eu procurei acentuar o quanto é importante levar esse e tantos outros conflitos no cenário médio-oriental em conta, para que se tenha um entendimento menos etnocêntrico e topocêntrico da gênese da Modernidade. Eles foram mais do que episódios de um embate entre duas entidades imperiais de ampla magnitude que definiu um novo cenário geopolítico no Oriente Médio. Eles tiveram a ver com a configuração de parte da diplomacia das Casas Monárquicas da Europa, posto

³³¹ HITTI, Philip Khuri. **History of Syria, Including Lebanon and Palestine**. New York: Macmillan Company, 1951, p. 657-658. (Grifos meus).

³³² CLOT, André. **L’Egypte des Mamelouks: L’Empire des Esclaves (1250-1517)**. Paris: Librairie Académique Perrin, 1996, p. 207. Sobre a *Furusiyya*, ver mais adiante.

que, no decurso do século XVI, se houve uma aliança bem definida foi a que os Otomanos estabeleceram com o Reino da França. E eles afetaram profundamente o ritmo dos negócios de especiarias e outros produtos entre Oriente e Ocidente. No segundo capítulo, procurei mostrar como se constituíram determinados entendimentos do que seria o substrato etnogenético das populações que configuraram esses Impérios. Neste capítulo, proponho uma incursão aos modos como dois protagonistas essenciais de tudo isso, os soldados-escravos *mamluks* e janízaros foram tratados pela historiografia.

Os corpos militares árabes e iranianos no Califado: elementos para uma análise dos antecedentes dos mamluks.

Este item tem por objetivo apresentar um quadro panorâmico do modo como estavam organizadas as forças armadas, mormente os exércitos, nos primeiros dois séculos do Califado. É importante ter esse quadro claro para se compreender os motivos que levaram os dirigentes daquela entidade a empregarem cada vez mais os corpos de escravos-soldados a partir de meados do século IX. Mas é igualmente importante falar do assunto porque a ele subjazem várias maneiras de se tratar das origens do Islam e do modo como ele se disseminou tão rapidamente por um imenso território. Com efeito, muitas teorias a esse respeito foram evocadas ao longo dos últimos dois séculos ocidentais. Todas elas pretenderam dar conta quer dos aspectos especificamente religiosos, quer da formação de um sistema político-institucional e a demarcação de uma entidade geopolítica de vasto alcance. Todas tiveram que lidar com os eventos de ordem militar, como as guerras no espaço circunscrito por Makka/Yathrib, ainda no Hijaz, a conquista de áreas bizantinas na Síria e no Egito, o açambarcamento da Pérsia dos Sassânidas, o avanço sobre a Ásia Central, o Norte da África e a Península Ibérica e, evidentemente, as disputas entre as facções da elite dirigente muçulmana. Todas precisaram partir de algumas premissas – nem sempre claramente argumentadas – acerca das relações entre religiosidade e violência conquistadora. E todas foram afetadas mais ou menos profundamente pelo modo como as interações entre os Estados do Ocidente e do Oriente estavam definidas no momento em que as formularam.

Uma das teorias mais conhecidas é que fala em condicionantes mesológicos, como as secas que assolam a Península Arábica e seriam fatores de expulsão das populações menos favorecidas. Outra, sem dúvida a favorita de vários segmentos midiáticos atuais, é a que carrega na ideia de que as crenças muçulmanas possuem um pendor fanático pela conversão do mundo e pela erradicação da infidelidade. Outra, ainda, que muitas vezes foi reiterada pela literatura popular e pelo cinema, é a que tudo faz remontar a supostas inclinações guerreiras atávicas dos árabes. Simplificações, decerto. Mas, exatamente por serem esquemáticas e totalizantes, elas fazem um sucesso muito grande em diversos meios, sobretudo quando contam com apoiadores intelectuais que lhes conferem alguma aura de cientificidade ou complexidade.³³³ Vastas bibliotecas foram construídas com os frutos dessas interpretações. Todavia, é surpreendente constatar que, em que pese as contínuas identificações entre o Islam e o sabre a percorrerem os mais diversos discursos, existem bem menos estudos do que se poderia esperar – e muito poucos são acessíveis – sobre os aspectos militares da expansão muçulmana. É certo que todos os livros-texto tocam no assunto, mas eles tendem a ser significativamente lacônicos a esse respeito. Tendo em conta esses limites, faço neste item uma síntese da história dos militares no centro e nas periferias da Casa do Islam, até meados do século IX. Não se trata, bem entendido, de um resumo sobre batalhas ou estratégias. Interessam-me somente os elementos que ajudam a formular hipóteses sobre as decisões tomadas por diferentes dirigentes de formarem corpos amplos de soldados escravos que tornaram cada vez mais secundárias as tropas compostas por homens livres. Daí minha ênfase nos aspectos organizacionais, nas relações entre militares e civis e na dinâmica dos confrontos entre facções. Para não fugir à regra, começo por um balanço analítico/tipológico da historiografia pertinente.

Entre as imagens recorrentes no Ocidente a respeito dos primeiros tempos da expansão muçulmana há uma representação, beneficiada por suas vantagens gráficas, que evoca hordas de beduínos cicatrizados pela vida no deserto, segurando sabres e bandeiras, fanatizados pelas palavras inebriantes de um profeta, a carregarem contra todos que não compartilhavam de seu credo. As

³³³ Cf. SAID, Edward W.. **Covering Islam: How the Media and the Experts Determine How We See the Rest of the World**. Revised edition. New York: Vintage Books, 1997 [1981].

narrativas que produziram os componentes mais estáveis dessa síntese remontam à Europa Medieval e foram reiterados e eventualmente atualizados por numerosas autoridades locucionais e iconográficas ao longo dos séculos. A elas acrescentaram-se os discursos mais propriamente teológicos destinados a defender a Cristandade e, sobretudo, a condenar o que se entendia por Islam. Desde meados do século XX, muitos pesquisadores vêm analisando os diversos tipos de representações que brotaram dessas lutas ideo/teológicas. Salvo muito engano de minha parte e, por suposto, os limites de meus acessos bibliográficos, acredito que a maior parte desses historiadores sustenta que há uma continuidade discursiva essencial a costurar esses artefatos semiológicos. Pelo modo como organizam seus textos, pode-se concluir que, para eles, o *relato nuclear* fabricado pelos cristãos (orientais e ocidentais), entre os primeiros tempos da expansão muçulmana, isto é, quando eles produziram as primeiras interpretações do que achavam que estava acontecendo, e a época das Cruzadas, quando uma epidemia de representações negativas espalhou-se por toda a Cristandade, manteve-se, em linhas gerais, intacto até hoje.³³⁴ Neste sentido, a recorrência de certos temas, como, por exemplo, a identificação dos islâmicos com figuras apocalípticas oriundas da literatura rabínica e cristã ou de lendas fabricadas por diversos povos, levou alguns historiadores a enfatizarem fortemente os elementos de continuidade.³³⁵

Essas estereotipagens tinham recuado no decurso dos últimos cento e cinquenta anos, para nichos ideológicos bem demarcados. Elas ficaram restritas à literatura teológica e principalmente aos panfletos antimuçulmanos produzidos por diversas correntes no seio da Cristandade. Porém, neste começo do século XXI,

³³⁴ Vejam-se os trabalhos estupendos de DANIEL, Norman. **Islam and the West: The Making of an Image**. 2nd edition. Oxford, UK: Oneworld Publications, 1993 [1960] e TOLAN, John Victor. **Saracens: Islam in the Medieval European Imagination**. New York: Columbia University Press, 2002.

³³⁵ Cf. CARDINI, Franco. **Europa e Islam: Storia di un Malinteso**. Roma/Bari: Editori Laterza, 2006 [1999]; FONTANA, Josep. **Europa Ante el Espejo**. Barcelona: Editorial Crítica, 1994, e DJAIT, Hichem. **L'Europe et l'Islam**. Paris: Éditions du Seuil, 1978. Uma leitura por contraste desses livros de Franco Cardini e de Josep Fontana é instrutiva. Ambos pertencem à mesma coleção de estudos editada por Jacques Le Goff (em francês, *Faire l'Europe*). Mas é impressionante como são díspares em termos ideológicos e historiográficos. O primeiro se posta claramente como um defensor erudito da ideia de que a Europa é algo eminentemente vinculado à Cristandade e não mostra muita disposição para um diálogo que não seja a partir das regras que o Ocidente possa estabelecer. Fontana, mais aberto, mais consciente de sua inserção periférica (na Catalunha, na Espanha), pretende, precisamente, fomentar o diálogo com a alteridade dos europeus mediante regras flexíveis e, sobretudo, uma apreciação impiedosa dos conceitos que o Ocidente desenvolveu para acreditar-se capaz de conhecer a si mesmo.

elas foram espetacularmente revigoradas. Como escreveu John Gray, “o assassinato de milhares de civis em 11 de setembro de 2001, trouxe o pensamento apocalíptico para o centro da política americana”, e isso quer dizer, na prática, o seguinte: a considerar que, ao menos desde finais da Segunda Guerra Mundial, não há como distinguir efetivamente a política dos EUA do que ocorre no resto do Globo, em épocas recentes ocorreu um revigoramento desses discursos, agora amplificados em escala planetária pelo controle monopolista exercido por um pequeno número de empresas sobre os sistemas de telecomunicações. Daí que, apesar de terem passado mais de dez anos do sinistro, pelo que ainda se escuta e se lê vindo dos setores mais conservadores do espectro político estadunidense, essa modalidade de pensamento não deverá abandonar o cenário tão cedo, até por conta de uma compreensível demanda de redução de *dissonância cognitiva* provocada pela dificuldade de lidar com as consequências desastrosas das iniciativas para o Oriente Médio e a Ásia Central.³³⁶ Essa retomada de velhas estereotipagens escancara um acervo assustador de mensagens mobilizadoras que não têm dificuldade alguma de vicejar em meios cada vez mais amplos e pouco interpeláveis (menos ainda, neutralizáveis) por um pensamento crítico/racionalista que, não é de hoje, experimenta uma dificuldade crescente de legitimação, inclusive em vastas searas acadêmicas.

No decorrer da segunda metade do século XIX e do começo do século XX, por mais que as mais diversas afirmações anticlericais, agnósticas ou explicitamente ateias, estivessem se esparramando pelos meios literários da Europa e das Américas, as sobredeterminações religiosas continuavam estruturando as maneiras ocidentais de entender o mundo e hierarquizar as manifestações da ordem do *numinoso*. Independente das convicções de cada um sobre o sagrado, elas davam os contornos de enquadramento do tema. Muito raramente os intelectuais ocidentais, quaisquer que fossem suas filiações ideológicas e suas crenças a respeito da existência ou não de seres sobrenaturais, estendiam todas as formas de religiosidade sobre um mesmo plano. Eles tendiam a considerar que os monoteísmos eram superiores aos politeísmos e discriminavam

³³⁶ GRAY, John. **Black Mess: Apocalyptic Religion and the Death of Utopia**. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2007, p. 107. Ver, COLE, Juan Ricardo. **Engaging the Muslim World**. New York: Palgrave Macmillan, 2009.

modos corretos e incorretos de se praticar rituais, agora apelando para categorizações duais, inspiradas em polaridades como atraso/progresso, moderno/arcaico, civilizado/selvagem. Eram, com frequência, evolucionistas, mas ultrapassavam largamente os limites da positividade científica.³³⁷ Por isso, mesmo quando pretendiam analisar coletividades ou indivíduos lançando mão de conceitos das Ciências Naturais, terminavam por reatualizar modalidades de classificação dos seres humanos que nasceram no seio das teologias e dos vocabulários chancelados pelas tradições religiosas.³³⁸

Essa perspectiva aparece com clareza em alguns estudos que redefinem a imagem das hordas bárbaras de muçulmanos a partir de categorias raciológicas. Os escritores iluministas consagraram duas certezas coletivas a respeito dos árabes. A primeira era sua *propensão a conformar-se à fatalidade*. A segunda, seu *enfraquecimento moral e biológico* no decorrer dos tempos modernos. A combinação de ambos gerava o estereótipo amplamente difundido entre os letrados europeus e, logo em seguida, americanos, dos árabes como uma raça débil e efeminada. A essas certezas etnográficas somava-se a imagem da imobilidade oriental provocada pelo exercício sem peias do poder despótico por seus reis, emires, príncipes e sultões. É certamente na obra de Montesquieu que encontramos esse enfoque plenamente acabado. Mas ele está espalhado pelos livros de Voltaire, pelos ensaios histórico-filosóficos de Condorcet, pelos tratados de Buffon e do Baron d'Holbach e pelas obras de muitos outros *philosophes*. Poucos literatos, contudo, estendiam esse diagnóstico ao passado mais remoto, ao período de vigorosa expansão do Islam.³³⁹ No começo do século XIX, o vocabulário empregado pelos letrados das Luzes foi adensado pelas teorias raciais.

³³⁷ Cf. NISBET, Robert Alexander. **Social Change and History: Aspects of the Western Theory of Development**. New York/Oxford: Oxford University Press, 1969. Mais especificamente, KUPER, Adam. **The Invention of Primitive Society: Transformations of an Illusion**. London: Routledge, 1988.

³³⁸ Os leitores de Marx, Engels e dos comunistas alemães e russos podem documentar facilmente o que estou dizendo. Eles empregaram prodigamente palavras retiradas do vocabulário religioso para, entre outras coisas, desqualificarem seus adversários. Na minha opinião, tratava-se sempre de algo muito maior do que um recurso retórico, que, por sinal, para funcionar, implicava a atualização dos referentes tradicionais das palavras (como, por exemplo, filisteus, renegados etc). Era a volta pelas portas dos fundos dos esquemas de classificação e dos categoremias que radicavam na tradição abraâmica que eles, aparentemente, imaginavam estar superando e, no limite, destruindo.

³³⁹ THOMSON, Ann. *Islam* in: DELON, Michel (Sous la direction de). **Dictionnaire Européen des Lumières**. Paris: Presses Universitaires de France, 1997, p. 601-603 e NEAIMI, Sadek. **L'Islam au Siècle des Lumières: Image de la Civilisation Islamique chez les Philosophes Français du XVIII^e Siècle**. Paris: L'Harmattan, 2003 (Collection *Histoire et Perspectives Méditerranéennes*).

Inicialmente, seus adeptos classificavam grupos a partir de determinados atributos fisionômicos e procuravam nesses traços relações possíveis com elementos que eles já achavam de antemão que caracterizavam os grupos. Um raciocínio circular, enfim. Os eruditos se beneficiaram de séculos de relatos descritivos e de propostas de classificação parciais que abarcavam os turcos, os árabes e outros orientais, além, é claro, de africanos e ameríndios. Uma derivação dessas teorias de forte interesse para nós é a construção de *categorias de ferocidade* dos povos. Ela surgiu em meados do século XIX com a ideia britânica das *raças marciais* asiáticas, como os *ghurkas*. Logo foi ampliada para dar conta de outras etnias, como os curdos, os mongóis e os turcos.³⁴⁰ Os conceitos de *atavismo* e de *instinto* deram um acabamento formal e requintado a essas doutrinas.³⁴¹ Havia, agora, acreditava-se, uma terminologia consagrada pelos sábios que possibilitava descrições explicativas da conduta dos povos.

Um exemplo de *characterologia racial* dos turcos pode ser visto nesses trechos de uma obra francesa de 1860 que, embora pequena, pretendia dar conta dos atributos e costumes de todos os povos da Terra. Note-se, em complemento, seu traço militante em favor da independência dos súditos balcânicos do Império Otomano:

Os elementos de civilização inerentes ao sangue dos Eslavos contrastam com os elementos de barbárie inerentes ao sangue dos Turcos. Os homens que representam um dos ramos melhor constituídos da raça mongólica são necessariamente fornidos de vigor muscular, de sensualidade, de coragem e de rapacidade. A exuberância de seus apetites e a insuficiência de seus sentimentos fazem com que lhes faltem o ideal e a noção de justiça. Nascidos para a conquista, eles são impiedosos com os vencidos. (...) Eles serão condenados à miséria no dia em que a igualdade civil lhes puser no mesmo nível dos povos vencidos. (...) Pedir ao Turco a liberdade para

³⁴⁰ Confira-se, HANNAFORD, Ivan. **Race: The History of an Idea in the West**. Washington/Baltimore/London: The Woodrow Wilson Center Press/The John Hopkins University Press, 1996. Sobre algumas das *raças ferozes*, ENLOE, Cynthia H.. **Ethnic Soldiers: State Security in Divided Societies**. Harmondsworth: Penguin Books, 1980.

³⁴¹ Vejam-se os verbetes pertinentes em MEDAWAR, Peter Brian & MEDAWAR, J. S.. **Aristotle to Zoos: A Philosophical Dictionary of Biology**. Cambridge, Massachusetts/London: Harvard University Press, 1983.

aqueles que ele oprime e dos quais ele é parasita, pedir-lhe justiça nas decisões, a abstenção de toda violência, é ridículo para quem conhece seus instintos.³⁴²

Essas ideias não ficaram, como se sabe, restritas ao meio dos professores e pesquisadores. Na segunda metade do século XIX e no começo do seguinte, liam-se em publicações populares pretensas análises do caráter coletivo dos povos que se baseavam nas ideias de condicionamento racial e/ou geográfico. Vários romancistas de grande público – de Émile Zola a Jack London, para citarmos somente dois muito conhecidos – usavam e abusavam desses expedientes para construir seus personagens. Os chineses, os árabes africanos, os curdos e os turcos que vivem nos contos e novelas de Karl May e Arthur Conan Doyle, por exemplo, expressam claramente essa perspectiva naturalista.³⁴³

A imagem da horda de árabes bárbaros fanatizados foi aprofundada por outra modalidade não menos reducionista de abordagem: o apelo às explicações mesológicas. Em 1911, a geógrafa ratzeliana estadunidense Ellen Churchill Semple escreveu páginas significativas sobre o que ela acreditava serem as “qualidades mentais e morais dos nômades”. Segundo ela, “a evidência da história mostra-nos que há tal coisa como um gênio religioso nascido do deserto”.³⁴⁴ Os três sistemas religiosos monoteístas mais espalhados pelo mundo nasceram nos desertos da Síria e da Arábia. Portanto, ela concluiu, era preciso achar as causas ambientais disso. No que tangia ao Islam, sua perspectiva contemplava a gênese, as disposições mentais provocadas pelo meio e as razões de seu sucesso. Vale a pena

³⁴² CLAVEL, Adolphe. **Les Races Humaines et Leur Part dans la Civilisation**. Paris: Poulet-Malassis et De Broise Libraires-Éditeurs, 1860, p. 210-211. [No original: “les éléments de civilisation inhérents au sang des Slaves contrastent avec les éléments de barbarie inhérents au sang des Turcs. Des hommes qui représentent l’un des rameaux les mieux constitués de la race mongolique sont forcément pourvus de vigueur musculaire, de sensualité, de courage et de rapacité. L’exubérance de leurs appétits et l’insuffisance de leurs sentiments font qu’ils manquent d’idéal et de la notion de la justice. Nés pour la conquête, ils sont impitoyables envers les vaincus. (...) Ils seraient condamnés à la misère, le jour où l’égalité civile les placerait sous le même niveau que les peuples vaincus. (...) Demander au Turc la liberté pour ceux qu’il opprime et dont il est le parasite, lui demander la justice dans ses décisions, l’abstention de toute violence, est dérisoire pour qui connaît ses instincts”].

³⁴³ Confiram-se, BANTON, Michael. **Racial Theories**. Second edition. Cambridge, UK/New York: Cambridge University Press, 1998 [1987/1967] e TODOROV, Tzvetan. **Nous et les Autres: La Réflexion Française sur la Diversité Humaine**. Paris: Éditions du Seuil, 1989.

³⁴⁴ SEMPLE, Ellen Churchill. **Influences of Geographical Environment: On the Basis of Ratzel’s System of Anthro-Geography**. New York: Henry Holt and Company/London: Constable and Company, 1911, p. 511.

citá-la longamente, pois – a despeito do vocabulário datado e de suas evidentes conotações racistas – temos aqui uma sinopse de uma forma muito arraigada de explicação das origens e da expansão da religiosidade muçulmana. Inerente a ela podemos encontrar um modo de enfocar as guerras de conquista.

A área do Maometanismo abarca a zona de estepe do Velho Mundo, desde a Senegâmbia e Zanzibar, na África, até o Indus, o Tarim e o alto Obi, junto com algumas terras bem irrigadas em suas margens. Ela compreende nesse território uma variedade de raças – Negros, Hamitas, Semitas, Iranianos, Indo-Arianos e uma longa lista de tribos Mongolóides. Aqui há um efeito psicológico do ambiente. O ar seco e puro estimula as faculdades do habitante do deserto; mas os arredores desinteressantes e monótonos lhes fornecem muito pouco no que trabalhar. A mente, achando escasso material para a dedução lógica sustentada, desaba na contemplação. A atividade intelectual é, portanto, restrita, estreita, improdutiva; enquanto que a imaginação é liberada, mas pouco alimentada. Antes de mais nada, esses povos de pastores recebem da imensa monotonia do seu ambiente a impressão de unidade. Portanto, todos eles, depois de superarem seus fetiches primitivos e a adoração da natureza, gravitaram inevitavelmente para o monoteísmo. Sua religião está de acordo com sua configuração mental total; é um amadurecimento, uma florescência natural. Portanto, é forte. (...) Em todos os lugares, o deserto, cedo ou tarde, afugenta seus filhotes, ejeta seus povos e suas ideias, como aquelas plantas que, se tocadas, espalham suas sementes ao redor. O fanatismo religioso das tribos pastoras dá aquele toque; nisso reside sua importância histórica. O Maometanismo, feroz e militante, conduziu àquelas irrupções de migração e conquista que, desde o século VII, tão frequentemente transformaram a geografia político do Velho Mundo.³⁴⁵

Trabalhando em paralelo, Ellsworth Huntington não ficou longe disso. Eis um formidável exemplo de sua perspectiva determinista dos fenômenos religiosos:

³⁴⁵ *Idem, ibidem*, p. 511-512.

o descontentamento devido às colheitas pobres prolongadas tende a tornar as pessoas instáveis, não apenas politicamente, mas de outras maneiras. A amargura religiosa é quase certa sob tais condições. Uma parte da comunidade atribui sua pobreza ao fato de que seus próprios deuses não são tão fortes quanto outros deuses, ou que há alguma coisa errada com sua forma atual de religião. O resto da comunidade está inclinada a atribuir sua desgraça à fraqueza de seus vizinhos que descreem na velha religião; e com isso, amargura e perseguição estão prontas para serem engendradas. Aqueles que se tornam descontentes com a velha religião estão mais do que preparados para aceitar qualquer nova ideia que algum entusiasta religioso possa propor. Este parece ter sido o caso quando Mohammad entrou em ação após um período prolongado de crescente aridez que culminou com um súbito acesso de seca na primeira metade do século VII. Sem o gênio de Mohammad, aquele longo período de adversidade poderia ter chegado ao fim sem qualquer abalo sério das velhas condições; mas, por outro lado, sem o descontentamento e a inquietação provocados por anos de desgraça, Mohammad poderia ter apelado em vão porque ele teria que falar com homens que não desejavam mudança, ao invés de com aqueles que ardentemente a aguardavam.³⁴⁶

A maior parte dos historiadores contemporâneos do tema tende a minimizar, quando não a desconsiderar *in totum*, essas explicações raciais e/ou ambientais das origens da expansão muçulmana. Além disso, a ideia de uma gênese mesológica da religiosidade monoteísta não parece dispor de muito crédito hoje em dia. Seja como for, vez em quando esbarramos em sobrevivências dessas alegações. Elas ocorrem, por exemplo, em afirmações midiáticas sobre o caráter beduíno – o que vem a significar, geralmente, irracional e alucinado – dos devotos do Islam. Mas o que tem predominado nos discursos vidiotizadores não é mais a ideia da cabeça quente, mas da mente doente, isto é, a patologização psiquiatrizante do fervor místico muçulmano, a identificação de *jihad* com loucura,

³⁴⁶ HUNTINGTON, Ellsworth. *Changes of climate and history*. **The American Historical Review**, 18 (2), January 1913, p. 224-225.

retroalimentando-se do fantasma da psicologia das multidões, da criminologia lombrosiana e similares.³⁴⁷

Isso nos remete de volta ao tema da constituição da soldadesca do Califado. Fred Donner afirmou em um de seus livros que, “talvez o fato mais chocante a respeito dos exércitos que conduziram a conquista islâmica fosse seu tamanho pequeno”.³⁴⁸ E Claude Cahen, alguns anos antes, asseverou: “a arma principal era o entusiasmo e a mobilidade, a única superioridade técnica sobre o adversário, duas coisas que não custavam nada”.³⁴⁹ Pelos poucos números que se pode vagamente estimar, mesmo por ocasião de uma batalha tão decisiva como a de Yarmuk, na Síria, em 20 de agosto de 636, quando o exército bizantino foi derrotado e os soldados remanescentes obrigados a abandonar Damasco, não havia do lado dos muçulmanos mais do que 40 mil guerreiros. Em batalhas menores – mas extremamente importantes por outros motivos – como a de al-Qadisiyya, na Mesopotâmia, que mobilizou entre 6 e 12 mil fiéis – o efetivo era ainda bem menor. Para Donner,

esses números baixos são, em si mesmos, suficientes para descartar a noção de que a conquista islâmica foi realmente o resultado de uma migração de massas de tribos árabes, uma visão que implica o movimento, não de qualquer exército, mas, de fato, de tribos inteiras a partirem para o norte com seus parentes e amigos. (...) Nem foi o progresso dos exércitos conquistadores simplesmente o vagar de uma horda desorganizada.³⁵⁰

³⁴⁷ Cf. SAID, Edward W.. *Op. cit.* Vejam-se os comentários a esse respeito de ANSART-DOURLEN, Michèle. **Le Fanatisme: Terreur Politique et Violence Psychologique**. Paris: L'Harmattan, 2007. Uma discussão bastante produtiva sobre as modalidades de acusação de *fanatismo*, vistas pelo prisma da história das ideias políticas, acha-se em TOSCANO, Alberto. **Fanaticism: On the Use of an Idea**. London/New York: Verso, 2010, esp. p. 1-42. Um estudo notável sobre como os agentes colonialistas do Império Britânico no Sudão, nas décadas de 1880 e 1890, percebiam as ações dos guerreiros do Estado Mahdista sob o crivo desse *catagorema* e de como essa ótica foi consagrada pela historiografia imperial está em SPIERS, Edward M.. *Dervishes and fanaticism: perceptions and impact* in: HUGHES, Matthew & JOHNSON, Gaynor (Edited by). **Fanaticism and Conflict in the Modern Age**. London/New York: Frank Cass, 2005, p. 19-32.

³⁴⁸ DONNER, Fred McGraw. **The Early Islamic Conquests**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1981, p. 221.

³⁴⁹ CAHEN, Claude. **L'Islam: Des Origines au Début de l'Empire Ottoman**. Paris: Librairie Hachette, 1997 [1968/1970], p. 233.

³⁵⁰ DONNER, Fred McGraw. *Op. cit.*, p. 221.

Na realidade, desde os primeiros momentos da expansão configurara-se uma sorte de divisão social do trabalho militar. Muitos indivíduos permaneceram leais, antes de mais nada, à sua comunidade. Iam ao combate como sempre fizeram. A nova forma de religiosidade não alterava o modo como praticavam as razias. Tampouco os vinculava irreversivelmente a obrigações mais amplas do que aquelas que eles tinham com a família e o clã. Era preciso cuidar da animália. E assegurar que as rotas de transumância não fossem perdidas para os rivais. Os primeiros combatentes do Islam, todos árabes, embora de diversas tribos, lutavam certamente pela expansão da fé, mas contavam com o butim e uma pensão. Usavam armamentos simples, como sabres e lanças de madeira, às vezes com pontas metálicas, beneficiando-se da habilidade em manobrar os camelos e os cavalos. Infelizmente, sabe-se ainda muito pouco acerca das tradições locais/regionais de fabricação de armas entre os árabes e dos mercados nos quais eles podiam comprar seus equipamentos. Ampliar esse conhecimento é uma das funções das pesquisas arqueológicas, mas elas dependem da boa vontade cambiável dos dirigentes sauditas e, portanto, são, para dizer o mínimo, movidas a ritmos intermitentes.³⁵¹ Além disso, há focos intensos de resistência às investigações desse tipo espalhados por muitos lugares dentro e fora do Oriente Médio. Muitos muçulmanos acreditam de boa fé que o que os arqueólogos – por suposto, ocidentais – pretendem é desacreditar o Livro Sagrado e os demais textos que constituem a tradição, contrapondo presumíveis verdades cientificamente comprovadas à letra corânica. Nesse aspecto compartilham temor semelhante com muitos judeus que abominam o contraste entre descobertas arqueológicas e o que está escrito na Torah e no restante do Velho Testamento.³⁵²

Em suma: não se sabe muita coisa a respeito dos militares nos dois primeiros séculos do Islam. Mas, o pouco que se sabe é o suficiente para numerosas controvérsias. Há quem defenda a ideia de que por muitas décadas a

³⁵¹ JOHNS, Jeremy. *Archaeology and the history of early Islam: the first seventy years*. **Journal of Economic and Social History of the Orient**, 46(4), 2003, p. 411-436.

³⁵² A falta de informações sobre cultura material é compensada parcialmente com os resultados dos estudos das tradições orais, sobretudo da extraordinária arte poética dos beduínos. Muitos poemas mencionam razias, batalhas e refregas, além de apontarem traços dos guerreiros e de suas armas. Baseando-se nessas fontes, Robert Hoyland produziu, no final do século XX, uma síntese dos artefatos utilizados pelos árabes antes do Islam, mas os seus principais achados referem-se a áreas bem distantes do Hijaz, no litoral do Golfo Pérsico. Cf. HOYLAND, Robert G.. **Arabia and the Arabs: From the Bronze Age to the Coming of Islam**. London/New York: Routledge, 2001.

composição das tropas foi moldada pela tradição beduína. Há quem diga precisamente o contrário, isto é, que havia uma forte divisão social do trabalho militar desde os primeiros anos do Califado. Os soldados permanentes (tropas hierarquizadas de indivíduos alistados) se distinguiram dos indivíduos que participavam de batalhas ocasionais. Ambos, porém, eram pagos com butins e, na falta destes, com pensões. Nos primeiros tempos, mas não se sabe bem até quando, armas, equipamentos, assessórios, roupas e alimentos dependiam de cada um. Há algumas querelas sobre a presença de mulheres, crianças e cativos junto as tropas nos campos de batalha. Uns sustentam que isso não acontecia com regularidade. Outros dizem o inverso. Também há discussões sobre a participação de não-muçulmanos nas tropas. Sabe-se que muitos lutaram aos lados dos guerreiros islâmicos. Também se conhece algo a respeito dos cristãos gregos e siríacos do Levante e do Egito que forneceram barcos e marinharia para que o Califado começasse a montar uma frota.³⁵³

Outra questão controvertida diz respeito à composição étnica das tropas. Nos primeiros tempos elas eram, obviamente, árabes. Depois começou a incorporação de convertidos iranianos, levantinos e egípcios, mas os altos postos de comando foram praticamente monopolizados por árabes de velha cepa. Eles também formavam a guarda pessoal do califa. A expansão do Islam, porém, alterou esse quadro. Em todas as regiões foi preciso incorporar convertidos locais. As cisões étnicas/regionais/faccionais foram acentuadas em todo esse processo. Para alguns, isso se devia à conduta da elite dirigente árabe, que teria se aristocratizado nos moldes dos impérios por ela conhecidos, o Bizantino e o Persa e dificultado a incorporação em seus quadros de indivíduos de outras regiões e etnias. Para outros, expressava questionamentos locais à centralização califal. Seja como for, as alianças necessárias para manter uma entidade geopolítica cada vez mais ampla levaram à ascensão de lideranças regionais ao comando das tropas estacionadas nas províncias. Muitos historiadores afirmam que, desde muito cedo, os califas procuraram estabelecer limites ao relacionamento entre as tropas e as populações das áreas ocupadas. Formaram-se quartéis cercados por atividades comerciais e,

³⁵³ Sobre essas questões, KENNEDY, Hugh. **The Armies of the Caliphs: Military and Society in the Early Islamic State**. New York/London: Routledge, 2001.

às vezes, setores agrícolas voltados para o abastecimento dos soldados e dos animais.³⁵⁴

Após a Revolução Abássida (750), a organização do Estado Califal se tornou bem mais complexa. Nos domínios na Espanha surgiu um emirado autônomo que, menos de um século mais tarde, transformou-se no Califado de Córdoba. Em compensação, ocorreu uma integração bem mais ampla de iranianos e centro-asiáticos na vida do Califado. A transferência da capital de Damasco para Bagdá expressou essa mudança claramente. As tropas tornaram-se mais diversificadas e maiores. E acentuaram-se os confrontos com os grupos beduínos, que já não eram convocados para as batalhas e se ressentiam da falta de butins. Uma vida militar de fronteira (nos limites com Bizâncio, na Transoxiana e no Egito) gerou interesses corporativos regionais e provocou diferenciações profundas entre os militares capitalinos (em Bagdá e nas províncias) e os que estavam estacionados nas áreas mais remotas. As modalidades de remuneração dos comandantes e dos soldados também se modificaram profundamente. Diminuiu o número de pensionistas árabes, normalmente veteranos. Os comandantes passaram a ser pagos em direitos de extração de renda sobre determinadas áreas, a *iqta*. Essa forma de remuneração, contudo, não era hereditária nem transmissível para outrem. Muitos historiadores acreditam que esse mecanismo foi criado com bastante consciência de seus fins, ou seja, evitar a formação de interesses feudais particulares e descentralizadores.³⁵⁵

Conforme os islâmicos conquistaram terrenos em áreas tradicionais dos turcos, surgiram emirados governados por famílias convertidas. As cidades e as campanhas militares não demoraram a atrair diversos grupos nômades e semi-

³⁵⁴ Cf. SOURDEL, Dominique & SOURDEL, Janine. **La Civilisation de l'islam Classique**. Paris: Editions Arthaud, 1983 [1968], p. 226-234 e LINDSAY, James E.. **Daily Life in the Medieval Islamic World**. Indianapolis/Cambridge: Hackett Publishing Company, 2005, p. 57-85.

³⁵⁵ Cf. CAHEN, Claude. **L'Islam: Des Origines au Début de l'Empire Ottoman**. Paris: Librairie Hachette, 1997 [1968/1970]. Neste livro, o grande historiador francês do Mundo Muçulmano condensou, ainda que em páginas espalhadas, vários estudos que publicou desde finais dos anos de 1940 sobre o tema da *iqta*. Preferi mencioná-lo, ao invés de listar um sem número de artigos. Para entrar no tema espinhoso da existência ou não de formas feudais nas sociedades islâmicas médio-orientais da Idade Média e do começo da Modernidade, um bom ponto de partida é RODINSON, Maxime. *Histoire économique et histoire des classes sociales dans le monde musulman* in: _____. **Islam: Politique et Croissance**. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1993 [artigo de 1967], p. 177-213. Uma exposição detalhada de todas as posições em debate foi feita por AYUBI, Nazih N.. **Over-Stating the Arab State: Politics and Society in the Middle East**. London/New York: I. B. Tauris, 2009 [1995], p. 38-85.

nômades, alguns interessados em se estabelecerem em suas imediações ou terem parte de sua população incorporada às atividades citadinas. Um número crescente de famílias e mesmo de clãs inteiros começou a prestar serviços nas tropas e, principalmente, a participar de campanhas. Isso levou a uma diferenciação étnica ainda mais acentuada no plantel militar. No começo do século IX, já eram significativas as disputas por poder, prestígio e rendas entre a velha guarda árabe-iraniana e os novos comandantes turcos. A guerra civil que fragmentou o centro do Califado naquele período expressou, em boa medida, a força desses interesses corporativos, embora, nas aparências, ela tenha resultado da luta pelo controle do trono califal entre os herdeiros de Harun al-Rachid. Esse contexto, como se verá em seguida, revelou-se de extraordinária importância para o futuro do Mundo Muçulmano. Foi nele que emergiram como atores fundamentais as figuras dos soldados-escravos (*mamluks*), ao menos de acordo com a *historiografia paradigmática*.

Um excurso muito breve: afinal, o que se quer dizer quando se fala em escravos nestas páginas?

Antes de focar as várias famílias de interpretações da gênese dos *mamluks*, que é o cerne deste capítulo, convém entrar ligeiramente em duas questões. Uma: há um *conceito operacional* de *escravatura* e de *escravos/escravas* que se adeque ao que estou tratando aqui? Outra: o que significava para os homens e mulheres daquele período e daquele lugar o ser ou o possuir escravos e escravas? Um exame de alguns dicionários, enciclopédias e compêndios que, em diferentes momentos dotimos dois séculos ocidentais, trataram do tema leva fatalmente à conclusão – no fundo, um truísmo acaciano de marca maior– de que não é nada fácil encontrar um conceito que lide com a variedade de situações ao longo da história em que indivíduos e grupos de indivíduos foram privados por um tempo mais ou menos longo do controle de seus próprios corpos. Muitas definições contemporâneas – grandemente marcadas pelo repúdio implícito à quase todas essas situações – dificilmente aplicam-se a épocas passadas, tanto no Oriente quanto no Ocidente. Ademais, as condições efetivas de vida das pessoas reduzidas à perda de liberdade também variou enormemente no tempo e no espaço. Para mencionar alguns casos, como englobar e comparar sob o guarda-chuva de um

mesmo conceito os *mamelucos*, os *janízaros*, e os trabalhadores braçais dos canaviais coloniais do Novo Mundo? Como fazer o mesmo com os eunucos bizantinos, os trabalhadores das plantações oitocentistas de cravo-da-Índia na África Oriental e os cativos atenienses da Antiguidade? Os exemplos podem ser listados exaustivamente, agravando cada vez mais as dificuldades terminológicas.³⁵⁶

A esses traços bem amplos podem-se acrescentar elementos importantes para demarcar o *status* específico dos cativos em diferentes sociedades. Um deles é a distinção operacional que Moses Finley, entre outros, sugeriu entre *sociedades escravistas* e *sociedades com escravos*.³⁵⁷ Nas primeiras, a estrutura socioeconômica está fundada sobre a mão-de-obra escrava e elas são bem mais raras do que poderia parecer se essa diferenciação não fosse feita. Nas segundas, por maior que seja o número de cativos que nelas exista, a dinâmica do *modo de produção* é dada pelo trabalho de homens e mulheres mais ou menos livres, como os camponeses, por exemplo.³⁵⁸ Uma demarcação complementar parte da diferença entre a legalidade e a legitimidade social das práticas escravocratas, ou seja, a correspondência ou não entre um costume e as normas institucionais vigentes em um país. Em seu manual de antropologia cultural, Paul Bohannan nos recorda que, no Ocidente contemporâneo, os direitos dos indivíduos derivam, fundamentalmente, do parentesco, da cidadania e do contrato. Não reconhecemos o direito de uma pessoa possuir outra pessoa. Daí que “podemos equivocadamente

³⁵⁶ Discussões preliminares desse problema encontram-se em MEILLASSOUX, Claude. *Esclavage: 2. Le système esclavagiste* in: BONTE, Pierre & IZARD, Michel (Sous la direction de). **Dictionnaire de l’Ethnologie et de l’Anthropologie**. 2^{ème} edition, revue. Paris: Presses Universitaires de France, 1992, p. 233-235; PATTERSON, Orlando. *Slavery as social institution* in: SMELSER, Neil (Edited by). **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**. Amsterdam: Elsevier Science, 2001, Volume 21, p. 14146-14152 e _____. *Slavery: comparative aspects* in: SMELSER, Neil. **Op. Cit.**, p. 14152-14157; ENGERMAN, Stanley. *Slavery* in: HOROWITZ, Maryanne Cline (Edited by). **New Dictionary of the History of Ideas**. Detroit: Charles Scribner’s Sons/Thomson Gale, 2005, Volume 5, p. 2213-2216, e KOPYTOFF, Igor. *Slavery* in: BARSFIELD, Thomas (Edited by). **The Dictionary of Anthropology**. Malden, Massachusetts: Blackwell, 2000, p. 426-427.

³⁵⁷ FINLEY, Moses. *Slavery* in: SILLS, David (Edited by). **International Encyclopedia of the Social Sciences**. New York: Macmillan/Free Press, 1968, Volume 14, p. 307-313.

³⁵⁸ Vejam-se os desdobramentos da distinção feita por Finley desenvolvidos por TURLEY, David. **Slavery**. Oxford, UK/Malden, Massachusetts: Blackwell Publishers, 2000 (*New Perspectives on the Past*).

considerar uma população escrava como a camada mais funda de um sistema de estratificação. Mas a escravidão é bem mais complicada do que isso”.³⁵⁹

Essa perspectiva toma como valor autoexplicativo o total repúdio à escravidão e se estrutura a partir de uma percepção da sociedade como uma pirâmide estratificada na qual as camadas inferiores não somente são as mais pobres como, também, as menos dotadas de direitos, as mais moralmente degradadas e, particularmente para o que interessa neste momento, as menos livres. Assim, muitas vezes, ao se tomar a condição escrava em termos absolutos, generalizando crenças e convicções ocidentais recentes para épocas e lugares remotos, se esquece que os significados sociais e o status dos escravos variam bastante no tempo e no espaço. Como disse Igor Kopytoff,

no pensamento ocidental, a escravidão é a antítese da liberdade cívica. O cidadão livre é alguém que não é possuído por outro, que não pode ser vendido, que trabalha para outros somente por escolha e por compensação, e que usufrui dos direitos civis básicos. O escravo não é nada disso. [Fora do Ocidente,] “liberdade” se torna um conceito escorregadio, uma vez que o que é considerado autonomia individual normal varia grandemente entre as sociedades. Em outras culturas o significado de ‘propriedade’ depende de direitos específicos culturalmente definidos que o “proprietário” possui sobre um objeto ou uma pessoa.³⁶⁰

Em numerosas sociedades convencionalmente chamadas de tradicionais, certos direitos que costumamos associar aos indivíduos são atributos de um grupo mais amplo, a família ou a comunidade. Nelas, prevalece a lógica de sobrevivência e reprodução do grupo. Categorias que soam claras e distintas aos ouvidos das sociedades modernas – como autonomia individual, projeto pessoal e similares – parecem não se ajustar aos mecanismos de construção das identidades e às pautas de orientação de conduta imperantes naquelas formações sociais. Ainda segundo Paul Bohannan,

³⁵⁹ BOHANNAN, Paul. **We, The Alien: An Introduction to Cultural Anthropology**. Prospect Heights, Illinois: Waveland Press, 1992, p. 178.

³⁶⁰ KOPYTOFF, Igor. *Op. cit.*, p. 426.

em algumas sociedades, uma pessoa, quase sempre um homem, podia ser vendida por seu grupo de parentesco. As mulheres de caráter discutível podiam, em geral, ser deslocadas através do matrimônio, mas os homens tinham que ser “desparentados”. Em grande parte da África Tradicional, por exemplo, o grupo de parentesco podia concordar em converter um homem em não-parente por meio da realização de um ritual sumário. Nas sociedades nas quais o principal determinante da posição era a filiação de parentesco, ele se convertia, necessariamente, em um exilado, um eremita ou um escravo.³⁶¹

Uma expressão bem conhecida dessa predominância do grupo sobre o indivíduo encontra-se em certas leis vigentes na Europa da Alta Idade Média. Entre os Visigodos que dominavam a Península Ibérica, podia-se vender legalmente um filho antes que ele completasse 14 anos. Depois dessa idade, porém, era preciso contar com seu consentimento. É bem verdade que, diante dessa possibilidade, muitos jovens fugiam ou mesmo, como sugere um Edito carolíngio de 803, assassinavam seus pais e outros parentes. Para estes últimos, como seria de se esperar, as punições eram severas, letais. Geralmente, quem as aplicava era o chefe da própria parentela, que precisava demonstrar às autoridades e aos credores que não ferira um pacto ou deixara de honrar o pagamento de uma dívida.³⁶² Pois esse era o destino de muitas crianças e adolescentes das camadas populares: serem vendidas para que seus familiares pudessem obter dinheiro suficiente para se livrarem de um compromisso com credores ou compensar alguém por algum dano. Com freqüência, abreviando o processo, elas eram dadas em pagamento.³⁶³

O exemplo dos janízaros também é eloqüente. Até meados do século XVII, eles foram recrutados por meio de uma instituição denominada *devşirme* (em

³⁶¹ BOHANNAN, Paul. *Op. cit.*, p. 180. Uma longa discussão sobre tudo isso acha-se em MEILLASSOUX, Claude. **Anthropologie de l'Esclavage: Le Ventre de Fer et d'Argent**. Paris: Presses Universitaires de France, 1986, p. 23-40.

³⁶² Cf. BONNASSIE, Pierre. *Survie et extinction du régime esclavagiste dans l'Occident du Haut Moyen Âge (IV^e-XI^e siècle)*. **Cahiers de Civilisation Médiévale**, XXVIII, 1985, p. 307-343.

³⁶³ Cf. PHILLIPS, Jr, William D.. **Slavery From Roman Times to the Early Transatlantic Trade**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1985, p. 43-65 e o resumo de ROTMAN, Youval. *Mondes médiévaux* in: PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, Olivier (Sous la direction de). **Dictionnaire des Esclavages**. Paris: Larousse, 2010, p. 344-354.

turco, aprox.: *coleta*), que consistia em uma forma de tributo em espécie – no caso, crianças e adolescentes do sexo masculino – pago aos dominadores/vencedores pelas aldeias cristãs dos Bálcãs. Os garotos eram levados para a Anatólia e internados em escolas encarregadas de treinar funcionários e militares mantidas pelo Estado Otomano. Se fossem capazes, eles podiam alcançar posições sociais e políticas de vulto, tanto nas forças armadas quanto na burocracia. Assim, determinadas (não todas certamente) famílias balcânicas disputavam entre si o envio de seus filhos aos cuidados do Estado, esperando que, uma vez obtendo um bom cargo, eles pudessem beneficiar sua parentela de algum jeito. Ocasionalmente, se chegava a subornar os cobradores do tributo. Embora a intenção dos governantes otomanos fosse constituir uma tropa de elite sem vínculos com o passado, posto que os jovens candidatos a janízaros eram convertidos ao Islã, alfabetizados em árabe, turco e persa, dotados de profundos conhecimentos marciais e educados para um modo de vida cavalheiresco, registraram-se, como vimos no primeiro capítulo, casos de altos funcionários e comandantes militares que retomaram o contato com suas aldeias e até com seus familiares.

Em suma, para recuperar as palavras de Paul Bohannon e de Igor Kopytoff, a escravidão é uma situação bem mais complicada do que a mera condição de pessoas alocadas no chão de uma pirâmide social em função de sua carência de direitos cívicos e de sua sujeição total por outrem. Para compreender suas nuances e variações é preciso ter em conta os diversos condicionantes culturais e institucionais que envolvem as relações entre possuídos e possuidores. Tal atitude permite que se ponha em perspectiva as ações dos escravos e seus senhores em sociedades específicas, evitando generalizações como, por exemplo, a de que ambos formam classes sociais relativamente bem delineadas e, portanto, têm interesses coletivos bem definidos. Esse modo de ver as coisas levou a que se extrapolasse para épocas remotas a noção de consciência de classe e as expectativas políticas que dela decorrem. Não causa estranheza, neste sentido, que os historiadores marxistas-leninistas soviéticos e seus epígonos por todo o mundo tenham encontrado lutas acirradas de classe entre escravos e senhores em

diversas sociedades da Antiguidade, inclusive delas fazendo causas fundamentais do fim do Império Romano.³⁶⁴

Optei, diante de todos esses senões, por uma definição de cunho operacional. Como qualquer outra, ela não dá conta das múltiplas situações/variações geográficas e históricas que contêm elementos associáveis ao que identificamos usualmente como escravatura. Mas, me parece suficientemente clara para atender às demandas deste estudo. Sigo as pegadas de Olivier Pétré-Grenouilleau que, recentemente, arriscou estabelecer alguns *caracteres gerais* que definem um escravo. São os seguintes. *Primeiro*: “o escravo é sempre um Outro, ou alguém transformado em outro e excluído de uma dimensão fundamental (ele não é forçosamente excluído de tudo, nem que seja para evitar tensões muito fortes) na vida do grupo de seus senhores”. *Segundo*: “o escravo, diz-se, é a ‘propriedade’ do seu senhor”. *Terceiro*: “uma vez que ele é Outro e ‘possuído’ por um senhor, o escravo pode ter sua humanidade posta em causa e ser comparado a uma coisa ou a um animal”. *Quarto*: “ele é evidentemente sempre ‘útil’ a seu senhor”.³⁶⁵ Note-se que ele remete ao controle que o indivíduo possui ou não de si mesmo, divergindo de muitas conceituações que se fundam na centralidade do trabalho e, portanto, definem a condição escrava a partir do *modo de produção*.³⁶⁶

Com efeito, tomada nesse sentido bastante amplo e, por assim dizer, ideal-típico, é certo afirmar que, até meados do século XIX, eram muito raras as *sociedades estratificadas* que não admitiam algum tipo de escravatura, que não consagravam formas extremas de hierarquização e compartimentalização vertical/horizontal, e que não naturalizavam direitos e deveres diferentes para grupos sociais diferentes. De um modo geral, as sociedades acionavam alguma forma de segregação para legitimar a redução de alguém ao cativeiro. Às vezes, tratava-se pura e simplesmente de um prisioneiro de guerra, por definição, um *estrangeiro*. Outras vezes, tratavam-se de arranjos entre credores e devedores ou

³⁶⁴ Para uma discussão breve, mas incisiva, dessa questão, ver BONNASSIE, Pierre. *Op. cit.*

³⁶⁵ PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, Olivier. *Qu'est-ce que l'esclavage?* in: _____ (Sous la direction de). **Dictionnaire des Esclavages**. Paris: Larousse, 2010, p. 15-17.

³⁶⁶ Para estas, o importante é acentuar que “o escravo era em si mesmo uma mercadoria possuída privadamente, a quem era negada perpetuamente a propriedade dos meios de produção, o controle sobre seu trabalho ou sobre os produtos do seu trabalho e sobre sua própria reprodução”. FINLEY, Moses. *Slavery* in: BOTTOMORE, Tom (Edited by). **A Dictionary of Marxist Thought**. Second edition. Oxford: Blackwell, 2001 [1983], p. 496.

entre criminosos e vítimas (ou familiares das vítimas), que *operavam uma suspensão da condição nativa* dos indivíduos – os diretamente envolvidos ou seus prepostos – que eram transformados em estrangeiros e escravizados para compensar danos ou faltas. Noutras ocasiões, ainda, eram pessoas que se submetiam por vontade própria a um senhor em troca de algum tipo de benefício, como parece ter sido o caso de muitos daqueles pastores-guerreiros *turcos* que se tornaram escravos-soldados no Califado.³⁶⁷

Os árabes que criaram o Islam não eram exceção. Os que vinham de tribos beduínas estavam acostumados a obter cativos mediante razias ou pela guerra, ademais de possuírem regras locais para a escravatura temporária. Os que viviam nas cidades, por sua vez, compravam-lhes com regularidade. Infelizmente, sabe-se muito pouco a esse respeito. A documentação acessível até o momento só permite conclusões genéricas. Aqueles árabes eram vizinhos mais ou menos distantes de Impérios – a Pérsia Sassânida e Bizâncio - nos quais uma boa parte dos trabalhos urbanos era realizada por cativos e por cativas. Em Bizâncio, que possuía vastos domínios coloniais no Norte da África, encontravam-se, ademais, plantações e minas que empregavam escravos. Neste sentido, a expansão muçulmana se deu por sobre terras escravocratas. Os povos berberes do Norte da África e os povos que viviam na Espanha possuíam escravos.³⁶⁸ Isso também ocorria, como vimos, nas áreas turcas da Ásia Central, na Índia e na África Subsaariana. Em todos esses lugares havia comércio pujante de homens e mulheres de todas as idades e uma série de atividades complementares, como, por exemplo, o *fabrico de eunucos*, para mencionar uma expressão do bispo de Cremona, Liutprand, a propósito do que se fazia na cidade francesa de Verdun, no século X.³⁶⁹

Vizinhos mais distantes dos árabes, os europeus também eram escravistas. A historiografia medievalista generalizante do século XX, muito marcada por vieses evolucionistas, negligenciou por algum tempo a escravidão, apesar das

³⁶⁷ Essas diferentes modalidades de escravatura foram estudadas por Claude Meillassoux, no livro antes mencionado. A ele acrescentemos a análise paralela de LOVEJOY, Paul E.. **Transformations in Slavery: A History of Slavery in Africa**. Second edition. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2000 [1983].

³⁶⁸ Sobre a escravatura na Espanha Visigoda, PHILLIPS, Jr, William D.. **Slavery From Roman Times to the Early Transatlantic Trade**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1985, p. 43-65.

³⁶⁹ Citado por LOMBARD, Maurice. **L'Islam dans sa Première Grandeur (VIII^e-XI^e Siècle)**. Paris: Flammarion, Éditeur, 1971, p. 197 (*Nouvelle Bibliothèque Scientifique*).

advertências de vários expoentes a esse respeito. Ela construiu a ideia de que o fim do Império Romano foi, igualmente, o fim da sociedade escravista e deu forte ênfase à passagem para outro gênero de ordenamento social. Isso foi levado ao extremo por marxistas – estalinistas ou não – que adotaram uma perspectiva linear dos processos de desenvolvimento dos modos de produção dominantes em uma formação social. Daí sua desmesurada atenção à transição do escravismo para o feudalismo, ou seja, de uma sociedade dinamizada estruturalmente pelas relações entre senhores e escravos para uma sociedade dinamizada estruturalmente pelas relações entre senhores e servos.³⁷⁰ Nos manuais escolares, artefatos que dão o formato final do conhecimento a ser divulgado para um público mais vasto, até hoje a escravidão continua não existindo na Idade Média Ocidental. Na realidade, os europeus obtinham seus escravos por meio de guerras, dívidas, raptos e mercados. Isso funcionou até meados do século X, quando efetivamente a escravidão em larga escala recuou e desapareceu em vastas áreas do continente, mas permaneceu forte na Península Ibérica, na Itália, no sul da França, no Mundo dos Vikings, e na Europa Oriental.³⁷¹

Muitas teorias foram evocadas para explicar esse processo de declínio da escravidão na Europa Ocidental. Falou-se da propagação dos valores cristãos, falou-se do fim das grandes guerras entre senhores feudais, falou-se de queda de fecundidade das famílias escravas, falou-se de redução demográfica ocasionada por epidemias e, portanto, de oferta menor de trabalhadores cativos, e falou-se do impacto ocasionado por um mercado mais endinheirado e amplo, o Mundo Islâmico.³⁷² Essa última tese tem encontrado muito adeptos nos últimos anos. Ela implica duas importantes operações historiográficas. *Primeira*: a definitiva ruptura com qualquer resíduo das interpretações postas em circulação nas primeiras décadas do século XX por Alfons Dopsch e radicalizadas por Henri Pirenne – uma economia natural tomando ou lugar da economia monetária como decorrência do fechamento do mercado no Mediterrâneo pela expansão muçulmana – e

³⁷⁰ Cf. GUERREAU, Alain. **Le Féodalisme, un Horizon Théorique**. Paris: La Sycomore, 1980. Como exemplo substantivo e assaz influente, veja-se ANDERSON, Perry. **Passages from Antiquity to Feudalism**. London: Verso Editions, 1978 [1974].

³⁷¹ Sobre isso, vejam-se os estudos antes mencionados de William D. Phillips, Jr e de Pierre Bonnassie. Sigo estes dois de perto no próximo parágrafo.

³⁷² Veja-se o tratamento amplo e denso de todos esses temas por WICKHAM, Chris. *The other transition: from the Ancient World to Feudalism*. **Past & Present**, 103 (1), 1984, p. 3-36.

reproduzidas por numerosos historiadores até meados da década de 1960, inclusive certos marxistas, como Paul Sweezy, para mencionar um dos mais conhecidos e marcantes.³⁷³ *Segunda*: uma ênfase nos mecanismos de reprodução das relações sociais que ultrapasse o foco verticalizado no modo de produção e amplie a lente para dar conta dos fatores sistêmicos que articulam produção e circulação (distribuição e comércio) dos bens, já que escravos eram bens. Enfim, os negócios escravistas medievais constituíram, sem dúvida, o ordenamento de um *Sistema Mundo Escravocrata de amplitude eurasiática*.

O Islam nasceu, portanto, em um mundo de senhores e escravos. Todavia, pelo que se tem de certo até agora, foram raras as sociedades muçulmanas que se fundaram no modo de produção escravista. Para empregar uma vez mais a distinção proposta por Moses Finley, elas foram, antes de mais nada, *sociedades com escravos* e, não, *sociedades (genuinamente) escravistas*. O caso mais conhecido de sociedade escravista no Oriente Médio medieval ocorreu no sul do Iraque, onde foram utilizados africanos nas plantações e nos trabalhos hidráulicos. Mas ele desapareceu em finais do século IX. *Plantations* em países islâmicos somente vingaram extensamente no século XIX, na África Austral e Ocidental. Assim, é muito pouco útil operar com categorias centradas nas relações de produção para alcançar uma compreensão mais vasta da *sociedade com escravos* no Islam. Havia cativos no artesanato e no trabalho agrícola e pastoril que realizavam ao lado de seus proprietários. Eles também atuavam nos trabalhos de transporte, nos pequenos negócios dos bazares e, sobretudo, na vida doméstica. Havia, ainda, um vasto ramo de prostituição feminina e masculina espalhada por diversos países do Mundo Muçulmano, atividade que muitos, como Ibn Battuta, condenavam veementemente, mas com a qual, ao que parece, a grande maioria não se importava de conviver.³⁷⁴

³⁷³ Uma história dos debates no interior do Marxismo acha-se resumida em WALLERSTEIN, Immanuel. *Prologue to the 2011 edition* in: _____. **The Modern World System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century**. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 2011 [1974], p XVII-XXX.

³⁷⁴ O panorama mais vasto continua a ser LEWIS, Bernard. **Race and Slavery in the Middle East: An Historical Survey**. Oxford/New York: Oxford University Press, 1992 [1990]. Acrescente-se a ele o trabalho bastante agressivo de GORDON, Murray. **Slavery in the Arab World**. New York: New Amsterdam, 1989 [1987]. Uma análise mais serena acha-se em ENNAJI, Mohammed. **Le Sujet et le Mamelouk: Esclavage, Pouvoir et Religion dans le Monde Arabe**. Paris: Mille et Une Nuits/Librairie Arthème Fayard, 2007.

Até meados do século XX, deu-se muito pouca atenção aos estereótipos produzidos pelos islâmicos medievais e modernos do Oriente Médio a respeito dos povos que eles escravizavam. Acreditava-se, em linhas gerais, que não havia propriamente discriminação racial, regional ou étnica, posto que os escravos e escravas possuíam várias cores e procedências. Havia uma convicção bastante disseminada entre os pesquisadores de que isso era um traço específico da escravidão moderna, especialmente, mas não somente, nas Américas. Chegou-se mesmo a crer que não existiam preconceitos raciais no interior do Islam, dado o caráter igualitário de sua mensagem. Da década de 1970 para cá, foram aparecendo estudos cada vez mais minuciosos sobre estereotipagens estéticas, discriminações e discursos que justificavam a hierarquização das nações na Morada do Islam e, obviamente, fora dela. Escreveu-se sobre o apelo a passagens bíblicas que discriminavam as raças. Escreveu-se sobre como viajantes descreviam povos que eram considerados, por assim dizer, inferiores. Chegou-se mesmo a argumentar hipóteses sobre relações entre discriminação cromática e escravização. Mas, até o momento, tais argumentações são inconclusivas, a não ser quanto aos povos de *Bilad es Sudan*, os negros africanos.³⁷⁵

Com efeito, há evidências de que mulheres e homens de peles negras e procedência subsaariana foram vistos como seres inferiores aos árabes e aos turcos na corte califal durante o século IX. Sabemos disso pelo protesto literário contundente de al-Jahiz, ele próprio descendente de *zanj*, negros da África Oriental. O letrado de Basra listou o que considerava os principais traços de superioridade dos negros sobre os brancos, entre eles, a sinceridade, o bem falar, a alegria de viver.³⁷⁶ Estudos ainda bastante preliminares que estou a fazer sobre padrões genômicos e critérios de desejo entre os literatos medievais da Espanha Muçulmana e do Oriente Médio sugerem que as mulheres negras eram consideradas, via-de-regra, feias e pouco atraentes, mas tidas como dotadas de alto potencial de confiabilidade e muito talentosas para os afazeres domésticos. Por sua

³⁷⁵ Para um exemplo bastante significativo, MARMON, Shaun. *Black slaves in Mamluk narratives: representations of transgression*. **Al-Qantara**, XXVIII (2), julio-diciembre de 2007, p. 435-464. Também, SAVAGE, E. *Berbers and blacks: Ibadi slave traffic in Eight-Century North Africa*. **Journal of African History**, 33 (3), 1992, p. 351-368.

³⁷⁶ Cf. Al-JAHIZ. **Fakhr as-Sūdān āla al-Bīdān** apud HADDAD, Adnan; MUFUTA, Kabemba & MUTUNDA, Mwembo. **Fakhr as-Sūdān āla al-Bīdān, ou Titres de Gloire des Noires sur les Blancs**. Paris: SEDES (Société d'Éditions de Enseignement Supérieur), 1989.

vez, as mulheres caucasianas, turcas, eslavas e francas (da Europa Ocidental) eram consideradas mais bonitas e sedutoras, no entanto, menos confiáveis, com frequência, aptas apenas para as frugalidades da vida cortesã. No entanto, há muito a ser explorado nas fontes e o que fiz foram apenas sondagens bastante limitadas em poucos textos.³⁷⁷

Como e por quais motivos se formaram os soldados escravos? Um percurso em torno das explicações historiográficas desta pergunta.

Há essencialmente duas formas de enfrentarmos o problema da *gênese* dos escravos-soldados. Seria muito interessante contar suas histórias intelectuais propriamente ditas, atentando para os meios que produziram determinadas linhas de raciocínio, as trocas conceituais entre os pesquisadores, as descobertas e redescobertas de fontes e assim por diante. Mas isso fica para outro estudo. Aqui vou trabalhar com sínteses, agrupando historiadores de épocas e lugares diferentes – mas, por suposto, não tão diferentes assim – que expuseram as coisas de modo semelhante ou aparentemente semelhante. Ao operar desse modo deixarei um tanto de lado a cronologia, não me preocupando em confirmar quem disse algo primeiro e quem foi influenciado por quem. Interessam-me *sistemas articulados de argumentos*. Autores e autoras são tomados por significativos por pertencerem a tais sistemas ou *famílias de relatos nucleares*. Por isso, na apresentação dessas narrativas mencionei, apenas ocasionalmente, historiadores e outros cientistas sociais que sublinharam tal ou qual ponto e ficaram bastante conhecidos por isso, mas não me preocupei em reproduzir – a não ser quando foi realmente importante – largos extratos do que disseram.

A *primeira família* é a que podemos chamar de perspectiva tradicional. Ela se estabeleceu no século XIX e continua predominando nos livros-textos, inclusive nos de história do Oriente Médio. Sua principal característica é a ênfase nos dados empíricos e, como não podia deixar de ser, no rigor cronológico. Ela tende a conferir grande credibilidade às fontes árabes medievais e um de seus traços bastante salientes é sua insistência na *originalidade islâmica* dos escravos-

³⁷⁷ GONÇALVES, José Henrique Rollo. *O cavaleiro de Saltes e as cozinheiras de Audagoste: estereótipos femininos entre os letrados islâmicos da Era Clássica* in: MOREIRA, Luiz Felipe Viel & GONÇALVES, José Henrique Rollo (Organizadores). **Etnias, Espaços e Idéias: Estudos Multidisciplinares**. Curitiba: Instituto Memória, 2009, p. 223-244.

soldados. Os integrantes dessa linhagem entram às vezes em intermináveis querelas sobre se tal ou qual dado indicaria ou não uma manifestação precoce do fenômeno e debates semelhantes. Há um ramo, mais moderno em suas categorias analíticas, que se nutre dos ancestrais para estabelecer seus fundamentos factuais. Ele tem feições sociológicas e enfoca a gênese dos escravos-soldados a partir do que tende a considerar uma *instituição* bem sucedida – posto que ela perdurou por séculos em diversos lugares – ou um *elemento de uma estrutura funcional*. A *segunda família*, a mais recente, por sinal, tem como peculiaridade a negação dos alicerces empíricos/factuais da primeira, um deslocamento das ênfases conceituais da segunda, e a defesa ostensiva da tese de que a ideia mesma de que existiram *escravos-soldados* é, senão equivocada, ao menos excessivamente simplificada. Como ela ainda está em formação, não lhe dei a mesma atenção e o mesmo espaço que conferi às outras duas.³⁷⁸

Resumida a um *relato nuclear*, a perspectiva tradicional reza fundamentalmente o seguinte.³⁷⁹ Os anos de virulentas disputas entre facções lideradas pelos herdeiros de Harun al-Rachid pelo controle do Califado, mostraram a ambos que a ordem militar tradicional se tornara inviável. Nos tempos de nascimento do Estado dos Muçulmanos e, mais tarde, no meio do século VIII, quando Omíadas e Abássidas competiram pelo mando califal, ocorreram conflitos de ampla magnitude, mas, naquela época, quase tudo ainda girava em torno dos notáveis árabes, que possuíam seus próprios soldados, com os quais participavam da defesa do Estado e das expedições conquistadoras. Agora, duzentos anos depois da Hégira, tratava-se de governar um Império de ampla extensão, multiétnico, sempre exposto a tensões nas províncias e na capital, que se agigantara e estava exposto às mais diversas forças centrífugas. Era preciso montar, definitivamente,

³⁷⁸ Uma vez que os parágrafos desse item visam apresentar blocos (*famílias*) de interpretações, não me pareceu necessário sustentar minhas afirmativas e meus resumos com referências bibliográficas extensas. É preciso esclarecer, contudo, que a descrição do que pensam cada uma das famílias foi apoiada em literaturas de diferentes naturezas. No tocante à primeira, que corresponde ao que se pode designar como paradigmaticamente normal, rotineira, recorri principalmente aos manuais de História. Quanto à segunda, fui forçado a entrar em detalhes a respeito de autores específicos, já que é próprio (e um tanto paradoxal) dos usos e costumes nas Ciências Sociais fazer menções aos indivíduos aos quais ficaram associadas determinadas teses, conceitos e categorias analíticas. A terceira família, que não perdeu tempo e, como veremos, já está ocupada em estabelecer sua linhagem mais remota, teve seus membros igualmente nomeados.

³⁷⁹ Para uma síntese do que chamo de perspectiva tradicional, veja-se AYALON, David. *Mamlūk*. **The Encyclopedia of Islam**. Leiden: E. J.Brill, 1991, Volume VI, p. 314-321.

forças armadas que fossem pouco permeáveis aos confrontos faccionais. O califa Al-Mamun, que assumiu o cargo de Tenente dos Crentes em 813, esperava que, com o aporte dos guerreiros turcos, a administração das províncias pudesse se tornar mais eficiente, uma vez que, por razões étnicas e pela fidelidade que devotariam à pessoa do califa, eles não dariam muitas satisfações aos notáveis locais, costumeiramente detestados pelo povo e responsáveis pelo contínuo desencadeamento de vetores políticos centrífugos. Certamente também esperava adquirir maior capacidade de controle sociopolítico, em uma época de intensas revoltas populares.³⁸⁰

Esse corpo de soldados turcos, que estava prestes a realizar grandes façanhas, era composto, inicialmente, por guerreiros islamizados cujos chefes se puseram a serviço do governante. Logo passou a ser formado basicamente por indivíduos obtidos por meio de captura, tributo ou compra em regiões distantes da sede do Império Abássida, mormente na Ásia Central. Tais soldados-escravos eram chamados de *mamluk* (*possuído por alguém*). Ironicamente, a guarda turca não demorou a se transformar no mais forte e ameaçador dos vetores que desestabilizavam a autoridade califal. Durante os três governos que, intermediados por anos de crises políticas e tronos constantemente vagos, sucederam ao de Al-Mamun, o de Al-Mutasim (r: 833-842), o de Mutawakil (r: 847-861) e o de Mutamid (r: 869-892), aqueles militares passaram a ocupar cargos de governadores em diversas províncias e viram a ascensão ao poder político *de facto* de seus comandantes. Ademais, a concentração das tropas turcas em Bagdá causou grandes problemas. Os soldados eram dados a arruaças e praticavam atos gratuitos de violência contra a população. Por isso, em 836, Al-Mutasim transferiu seus quartéis e a própria corte califal para Samarra, uma cidade à beira do Rio Tigre, cerca de 120 quilômetros ao norte de Bagdá, que só voltaria a ser capital na década de 890.³⁸¹ Neste sentido, observada a distância, a decisão de compor essas tropas foi um tiro no pé. Na época, porém, foi vista como necessária, seja pela consideração profunda que os árabes e persas tinham pelas virtudes guerreiras

³⁸⁰ Uma descrição sumária do quadro de tensões sociais no Califado durante os séculos IX e X encontra-se em ELISSEÉFF, Nikita. **L'Orient Musulman au Moyen Age, 622-1260**. Paris: Librairie Armand Colin, 1977 (*Collection U*).

³⁸¹ Sobre isso, o extraordinário estudo de GORDON, Matthew S.. **The Breaking of a Thousand Swords: A History of the Turkish Military of Samarra, AH 200-275/815-889 CE**. Albany: State University of New York Press, 2001.

dos turcos, seja pelo estado de instabilidade crônica e de permanente ameaça de fragmentação criado pelas disputas entre segmentos da elite do califado.

A ascensão ao poder de al-Mutasim, em 833, trouxe consigo uma viragem fundamental na estruturação dos corpos militares e nas relações entre esses, o Estado e a sociedade. Ele deu início à sistemática aquisição (no mercado, mas também por meio de tributos) de escravos turcos para comporem a guarda pessoal do califa. Por sinal, ele já vinha acumulando soldados cativos desde a época em que era um jovem governador de província a observar os confrontos em Bagdá. Junto com esses cativos serviam mercenários também de origem turca. A nova composição das tropas veio acompanhada de câmbios tecnológicos decisivos, sobretudo, a crescente hegemonia da cavalaria sobre a infantaria. Técnicas e táticas desenvolvidas nas estepes foram introduzidas pelos turcos. Eles passaram a ocupar quartéis específicos e acabaram por compor um estrato bem delimitado da sociedade. Esse é o aspecto mais importante, segundo muitos historiadores. Os militares, cujos comandantes eram remunerados a partir da extração de renda de setores da população (mas que deviam cuidar de parte de suas despesas), agiam como força de ocupação. Revoltas por conta do pagamento atrasado do soldo e abusos diante dos civis deram o tom de suas ações no centro e nas províncias do Califado nos séculos IX e X.³⁸²

Há historiadores que vêm em tal situação mais do que um problema de segurança do Estado Califal ou de proteção à linhagem do Califa. Daniel Pipes acreditou perceber sinais de uma crise religiosamente motivada. As elites árabes acomodadas ao fausto do Império pareciam pouco dispostas a cuidar dele e preferiam consumir suas benesses. Além disso, os valores muçulmanos, ao enfatizarem a unidade dos crentes na *Umma*, teriam desencorajado o interesse pela guerra, sobretudo, por suposto, de islâmicos contra islâmicos. Estariam aqui as relações peculiares entre Islam e instituição mameluca.³⁸³ Tal acento nos valores aparece, também, na análise de Patricia Crone. Ela chamou a atenção para o fato de que se acentuara com os Abássidas uma crescente distinção entre os objetivos religiosos e a rotina sociopolítica do Império. O recurso aos soldados

³⁸² *Idem, ibidem.*

³⁸³ PIPES, Daniel. *Slave Soldiers and Islam: The Genesis of a Military System*. New Haven/London: Yale University Press, 1981, p. 59-71.

turcos era uma expressão disso. Segundo ela, “a criação da instituição *mamlūk* consistiu em uma simples fusão entre dois elementos que, até então, tinham permanecido separados, o status servil e a origem alienígena”. Noutras palavras, “o *mamlūk* clássico é caracterizado *tanto* pela dependência pessoal *quanto* pela dissociação cultural”.³⁸⁴

Vários historiadores que enfocam esse período inicial atentam para os numerosos problemas decorrentes do vocabulário, por assim dizer, nativo. As fontes empregam termos os mais diversos para nomearem os soldados, seus senhores (*ustadh*) e as relações entre eles. O termo *ghulam*, *garoto*, como vimos, é muito comum. Mas ele indicaria somente uma *condição etária* ou uma *metáfora da submissão*? Ao que parece, as duas coisas, algumas vezes, e cada uma delas em separado, outras vezes. O mesmo acontecia com palavras que nomeiam *unidades em relações de parentesco*. Os soldados falavam das interações com seus senhores ou com seus comandantes por meio de vocábulos que indicavam paternidade e filiação.³⁸⁵ E, o mais importante, indivíduos que foram *mamlūks* continuavam a ser chamados assim, mesmo depois de terem sido alforriados. Historiadores muito influentes como David Ayalon, Patricia Crone, Daniel Pipes, Reuven Amitai e, mais recentemente, Matthew Gordon, carregam no tema das relações de clientela: *escravos no sentido literal ou não, os mamluks eram mawali*, clientes.³⁸⁶ Esse termo era usado para designar tanto indivíduos que não eram muçulmanos, mas mantinham relações de dependência com um *verdadeiro crente*, quanto indivíduos convertidos, agora transformados, por escolha própria, em *verdadeiros crentes*. Mas todos eles insistem na condição escrava daqueles homens.³⁸⁷ Em seus estudos sobre a corte e o Estado dos Abássidas, Hugh Kennedy sugeriu que se deixe um

³⁸⁴ CRONE, Patricia. **Slaves on Horses: The Evolution of the Islamic Policy**. Cambridge/London: Cambridge University Press, 2003 [1980], p. 74.

³⁸⁵ Cf. IRWIN, Robert. **The Middle East in the Middle Ages: The Early Mamluk Sultanate, 1250-1382**. Carbondale/Edwardsville: Southern Illinois University Press, 1986, p. 4-5 e KENNEDY, Hugh. **The Armies of the Caliphs: Military and Society in the Early Islamic State**. London/New York: Routledge, 2001, p. 121-124.

³⁸⁶ GORDON, Matthew S. **The Breaking of a Thousand Swords: A History of the Turkish Military of Samarra, AH 200-275/815-889 CE**. Albany: State University of New York Press, 2001. Mais simples, porém, mais direto ao ponto, é seu capítulo sobre o assunto em _____. **The Rise of Islam**. Westport, Connecticut: Greenwood Publishing Group, 2005, p. 50-69 (*Greenwood Guides to Historical Events in the Medieval World*).

³⁸⁷ Cf. a revisão bibliográfica feita por AMITAI, Reuven. *The Mamluk institution, or one Thousand years of military slavery in the Islamic World* in: BROWN, Christopher Leslie & MORGAN, Philip D. (Edited by). **Arming Slaves: From Classical Times to the Modern Age**. New Haven/London: Yale University Press, 2006, p. 40-78.

pouco de lado essa discussão sobre se os mamluks eram ou não exatamente escravos. Ele argumentou que é mais importante descrever o *funcionamento da instituição* e reconhecer que ainda não temos claro, por mais que trabalhos extraordinários tenham sido escritos sobre isso há mais de um século, qual era efetivamente o estatuto social e legal daqueles *diferentes* homens em *diferentes* momentos.³⁸⁸ De todo modo, uma vez que o *sistema mameluco* ultrapassou o tempo dos califas abássidas e se tornou algo mais ou menos permanente na Casa do Islam por vários séculos, essa família de relatos nucleares acaba por ser forçada a trazer para sua descrição empírica algumas inquietações de natureza teórica.

Recapitulemos um pouco as questões centrais: desde o século XIX, quando apareceram os primeiros ensaios eruditos a esse respeito, a literatura que procura explicar a gênese dos *soldados-escravos* contém diversos pontos de consenso (desde que se aceite que eles eram *escravos*). *Primeiro*: ainda que se encontrem soldados escravos em diversas sociedades e em diversos continentes desde a Antiguidade, em nenhuma delas eles assumiram a magnitude demográfica, a amplitude funcional, a longevidade e a força política que adquiriram nos Estados (Impérios, Sultanatos, Califados, Principados, Emirados) dirigidos por elites muçulmanas. Muitos simplesmente afirmam que eles constituíram um traço de originalidade do Mundo Islâmico. *Segundo*: apesar de serem considerados escravos legalmente, não eram tratados por seus senhores – em geral, homens que ocupavam altos cargos burocráticos e principalmente militares, a começar pelos califas e sultões – como escravos no mesmo sentido que outros indivíduos destituídos de liberdade o eram. Eles tinham muito mais chances de mobilidade social vertical (embora, a rigor, permanecendo na mesma *classe*) do que os demais. *Terceiro*: o emprego do termo *turco* para designar etnicamente os primeiros soldados escravos pode ser enganoso. Ele não correspondia ao que se chama, hoje em dia, de turcos. Era mais amplo, contemplando, em determinados momentos, todos os que não eram árabes, iranianos, indianos, chineses e africanos. Mas, há fortes evidências de que foram nas populações de fala altaica, sobretudo turcas, da

³⁸⁸ KENNEDY, Hugh. **The Armies of the Caliphs: Military and Society in the Early Islamic State**. London/New York: Routledge, 2001; _____. **The Court of the Caliphs: The Rise and Fall of Islam's Greatest Dynasty**. London: Weidenfeld & Nicolson, 2004, e _____. **The Prophet and the Age of the Caliphates: The Islamic Near East from the Sixth to the Eleventh Century**. Second edition. Harlow, UK/London/New York: Pearson Education/Longman, 2004 [1986].

Ásia Central que os *mamluks* foram predominantemente obtidos até, pelo menos, meados do século XIV. Daí ser admissível o uso genérico do etnônimo para falar dos escravos-soldados. A esses dados bastante consensuais – ao menos até recentemente – acrescenta-se que em todos os lugares e épocas em que foram empregados, os *mamluks* possuíam características étnicas (incluindo as linguísticas) diferentes das populações sobre as quais exerciam algum tipo de controle. Eram estrangeiros, forasteiros, alienígenas, para empregar termos altamente controvertidos. Eram, com efeito, *duplamente estrangeiros*: do ponto de vista das populações dominadas e dentro do meio específico em que viviam. Tal *condição* é sempre muito enfatizada pelos historiadores. Ser *alienígena*, afirma-se, implicava estar destituído de raízes na sociedade para onde foram levados. Onde o estar exposto a uma reconstrução profunda de sua identidade individual (geralmente eram capturados, comprados ou recrutados quando crianças ou adolescentes) e a um refazimento radical dos seus vínculos grupais.

Há, também, muitos dissensos entre os historiadores. Controvérsias quanto aos primeiros tempos, quanto às razões para a adoção dos *mamluks*, quanto aos elementos de continuidade e descontinuidade entre sociedades diferentes em regiões diferentes, ainda que todas no interior da Morada do Islam. Uma discussão paralela – que me interessa, aqui, bem de perto – está relacionada à *natureza* (ou ao *conceito*, para me expressar como Hegel) da *condição dos mamelucos*. Trata-se de uma *instituição*, como uma linhagem respeitável de pesquisadores tende a crer?³⁸⁹ Hoje não me parece possível encontrar uma resposta clara e distinta para essa questão. Explico-me: quando comecei essa pesquisa, eu achava bastante razoável supor que, ao trabalhar com a (muito vaga) noção de instituição, a historiografia tenderia a desfazer a historicidade do seu *objeto*. Noutras palavras, esse termo (bem como o termo *sistema*) poderia escamotear as injunções contextuais, as variações, os desvios decisivos e induzirem a conclusão de que um certo número de predicados aparentemente estabilizados ao longo do tempo daria uma identidade substantiva ao objeto. Em última instância, esse enfoque de cunho

³⁸⁹ Um tanto causticamente Matthew Gordon falou de um “Paradigma Mameluco” (*Mamluk paradigm*) para qualificar esse modo de entender a coisa como uma *instituição*. Mas, cauteloso, preferiu ater-se ao estudo dos soldados (os mercenários e os escravos) turcos em Samarra. GORDON, Matthew S.. **The Breaking of a Thousand Swords: A History of the Turkish Military of Samarra, AH 200-275/815-889 CE**. Albany: State University of New York Press, 2001, p. 7.

indutivo teria por meta acumular o quanto fosse possível de dados setoriais para reforçar a existência de uma entidade histórica de durabilidade muito longa, quase fora da história, a *instituição mameluca*. Com o tempo e o aprofundamento das leituras, comecei a trabalhar com a hipótese de que havia um *viés funcionalista* animando os historiadores que lidam com o tema e muitos não reparavam que estavam a falar, no fundo, de um *recurso organizacional*. Se a santa sabedoria popular tiver razão, e acho que neste ponto ela tem, *em time que está ganhando não se mexe*. Os califas abássidas do século IX recorreram aos soldados escravos para assegurarem sua proteção pessoal, para conterem as rebeliões, para intimidarem emires que acalentavam aventuras autonomizantes e para fazerem a guerra. E funcionou. Eles introduziram uma inovação organizacional, reduzindo o poder dos comandantes árabes e iranianos e ampliando o caráter miscigenado das tropas. Tudo parece bem encaixado, qualquer que seja o referencial teórico adotado. Trata-se de um círculo vicioso: postula-se que há uma *instituição*, descrevem-se seus atributos centrais, lança-se mão de um quadro conceitual para explicá-la e volta-se a falar de *instituição*. Um espiral tautológico.

Uma família de relatos nucleares em formação: a hipótese do comitatus, ou os mamluks, apesar do nome, não eram escravos.

Em meados dos anos de 1970, Muhammad Shaban, que era professor de história islâmica em Cambridge, fez um comentário incisivo sobre os soldados chamados de turcos (*atrak*) pelos árabes que deixou vários historiadores profundamente intrigados, quando não irritados. Ele observou que essa palavra e todas as que costumam lhe acompanhar são fontes de enormes desentendimentos. No tocante aos guerreiros arregimentados pelos califas a partir de al-Mamun e al-Mutasim para comporem uma guarda pretoriana, ele disse, “a grande maioria desses soldados não era turca. Têm-se apontado com frequência que as fontes árabes usam o termo Turco de modo bastante vago”.³⁹⁰ Até aqui, nada de novo. Mas ele prosseguiu dando uma rajada de forte alcance, essa sim, muito perturbadora:

³⁹⁰ SHABAN, Mohammed A.. **Islamic History: A New Interpretation**. Cambridge, UK/New York: Cambridge University Press, 1976, Vol. 2: A.D. 750-1055 (A.H. 132-448), p. 63.

o equívoco combina-se com outro que é ainda mais assombroso (...), qual seja, a crença generalizadamente aceita de que aqueles soldados eram escravos. Todos os estudos deste assunto simplesmente presumem que o império foi dirigido, governado, policiado e defendido por escravos; e que esta prática espalhou-se por todas as regiões e continuou por séculos. Isso não é apenas uma enorme incompreensão da natureza humana, mas também vai contra a esmagadora evidência em contrário em nossas fontes. Esta concepção errada foi obviamente inspirada pelos estudos de história otomana, que foram projetados para trás a fim de explicarem desenvolvimentos mais antigos.³⁹¹

Tais acusações – pois era disto que se tratava, acusações de anacronismo e, por que não dizer, de ignorância pura e simples – receberam três respostas bem típicas. A primeira foi o sussurro reverente. Muhammad Shaban, reconheciam muitos historiadores em suas resenhas ou em vinhetas críticas, era iconoclasta, ousado, verdadeiramente inovador em suas propostas. Mas todos acentuavam que ele ainda precisava de muita argumentação para que suas teses – essa que mencionei e várias outras espalhadas por suas obras – fossem convincentes.³⁹² A segunda foi o nariz torcido. Era de bom alvitre que se propusessem teorias novas, mas ele tinha ido longe demais. A terceira, talvez a mais disseminada, considerava as ponderações de Shaban, mas não aceitava algumas de suas conclusões, sobretudo a de que os soldados da guarda califal não eram escravos. Em seu estudo magistral sobre o período em que o Tenente dos Crentes esteve sediado em Samarra, Matthew Gordon negou a pertinência daquelas alegações. Segundo ele, “não há dúvida de que muitos dos Turcos de Samarra, em um estágio inicial, eram tanto escravos quanto soldados: (...) seria impertinente não relacionar sua história com a da instituição mameluca”.³⁹³

³⁹¹ *Idem, ibidem*, p. 63-64. Ele também discutiu a leitura das fontes em _____. **The ‘Abbāsid Revolution**. Cambridge, UK/London/New York: Cambridge University Press, 1970, p. 1-15.

³⁹² Veja-se um comentário sobre essa recepção crítica em **The Prophet and the Age of the Caliphates: The Islamic Near East from the Sixth to the Eleventh Century**. Second edition. Harlow, UK/London/New York: Pearson Education/Longman, 2004a [1986], p. 156-158.

³⁹³ GORDON, Matthew S.. **The Breaking of a Thousand Swords: A History of the Turkish Military of Samarra, AH 200-275/815-889 CE**. Albany: State University of New York Press, 2001, p. 8.

O tema dos soldados que não eram escravos (*mamlūk*), mas eram chamados de escravos (*abd* ou *ghulām*) por razões não-escravistas – por exemplo, preconceito contra quem vinha de camadas populares ou contra pessoas com as quais se antipatizava – permaneceu latente por todos esse período após a intervenção de Muhammad Shaban. A questão central, esquematicamente apresentada, é a seguinte: os comandantes militares e os altos funcionários árabes teriam tido contato com modalidades de recrutamento de bandos que eram conhecidas pelos persas sassânidas e por alguns principados iranianos ou turcos da Transoxiana e das estepes centro-asiáticas. Tanto que, desde as primeiras expedições bem sucedidas eles retornaram para seus quartéis com enormes quantidades de cativos de guerra que, longe de serem escravizados, como diz a historiografia convencional, teriam sido convertidos ao Islam e transformado em soldados de confiança de seus captores. Estes, por sua vez, não agiam como senhores de escravos, mas como chefes guerreiros. Noutras palavras, eles teriam reproduzido *condutas que eram tradicionalmente características dos senhores turcos da guerra e de seus camaradas*. Há evidências arqueológicas e textuais obtidas em várias partes da Ásia Central de que os homens que compunham tropas e cliques mantinham laços de fidelidade ritualmente expressados. Além de compartilharem totens, canções e memórias, a crer no que contam muitas estórias altaicas eles se davam a gestos de profunda nobreza, como o suicídio coletivo por ocasião da morte de um chefe militar.³⁹⁴

Tendo em vista esses dados, Christopher Beckwith, argumentou que estamos diante de uma instituição bastante alastrada Eurásia afora, o *comitatus*. Ela ficou conhecida no Ocidente principalmente por meio da descrição que o letrado e político romano Tácito (*Tacitus*) fez dos germânicos, mas suas pegadas podem ser rastreadas em diversas regiões e épocas. Os historiadores europeus da ordem feudo-vassálica discutiram e ainda discutem o papel dessa instituição – ou de alguns de seus aspectos – na configuração de relações de clientela e na organização de tropas pertencentes a senhores de terras e guerras.³⁹⁵ Nos séculos

³⁹⁴ O principal defensor dessa perspectiva de tratamento do tema é, decerto, BECKWITH, Christopher I. **Empires of the Silk Road: A History of Central Eurasia from the Bronze Age to the Present**. Princeton/Oxford, UK: Princeton University Press, 2009.

³⁹⁵ Veja-se, para um primeiro contato com a questão, COLLINS, Roger. **Early Medieval Europe, 300-1000**. Hampshire/London: Macmillan Education, 1991, p. 94-108.

V e VI, escreveu em seu livrinho François Ganshof, podia-se achar entre os Francos, “de resto, como em todos os povos germânicos, (...) um grupo de guerreiros livres, engajados voluntariamente a serviço de um chefe e combatendo com ele e por ele em uma união estreita”.³⁹⁶ Para Beckwith, tratava-se de algo bem mais amplo. Ele fala de um

ideal sociopolítico-religioso do senhor heroico e seu comitatus, um bando de guerreiros seus amigos que juravam defende-lo até a morte. Sabe-se que os traços essenciais do comitatus e de sua aliança existiram já entre os Citas e parece difícil separar claramente o juramento de sangue da irmandade até a morte.³⁹⁷

Camaradagem, sacrifício mútuo, múltiplas reciprocidades, denegações.³⁹⁸ Em lendas e mitos recolhidos em numerosas tradições, os guerreiros, uma vez que rompem seus elos tidos por primordiais com o grupo de parentesco, a *communitas* e a *natio*, reconstroem seus vínculos e suas identificações elementares por meio de juramentos de lealdade, rituais iniciáticos e, por suposto, combates. “Eles se tornavam próximos ou mais próximos do que a família do seu senhor, eles viviam na casa do senhor com ele, e eram recompensados prodigamente em troca de seu juramento”.³⁹⁹ Neste sentido, aquilo que teimamos em ver como a gênese da escravatura militar – ou, nos termos que numerosos historiadores e outros cientistas sociais tão insistentemente empregam, a *instituição mameluca* – poderia ser melhor entendido como a difusão de uma certa modalidade de estruturação de relações entre guerreiros, o *comitatus*, para a área muçulmana. Sua presumida originalidade islâmica, tão acentuada por legiões de autores de livros-textos, verbetes enciclopédios e obras eruditas, como a de Daniel Pipes que já mencionei, seria, portanto, falsa ou, para enquadrar melhor a questão, o resultado da falta de um horizonte comparativo de análise histórica. É claro que, do ponto de vista da ênfase na continuidade estrutural do sistema mameluco pouca coisa muda com o aporte de Christopher Beckwith. Pelo contrário: ele força ainda mais a

³⁹⁶ GANSHOF, François Louis. **Qu'est-ce que la Féodalité?** Troisième édition, revue et augmentée. Bruxelles: Office de la Publicité, Éditeurs, 1957 [1944], p. 17-18.

³⁹⁷ BECKWITH, Christopher. *Op. cit.*, p. 12-13.

³⁹⁸ Os latinos ficavam impressionados com a falta de censura dos germânicos ao suicídio. Confira-se, MURRAY, Alexander. **Suicide in the Middle Ages**. Oxford/London: Oxford University Press, 2000, Volume II: *The Curse on Self-Murder*, p. 563-572.

³⁹⁹ BECKWITH, Christopher. *Op. cit.*, p. 14.

transcendentalidade da instituição. Mas, uma vez que minha intenção era dar apenas notícia dessa linha de trabalho, creio que parece suficiente o que foi dito acima.

As origens dos janízaros (yeni çeri) e do devşirme: um percurso sobre as tendências historiográficas de análise:

É preciso, agora, falar dos soldados-escravos do Império Otomano. Como vimos, há uma forte inclinação da historiografia em trata-los como *espécimens*, mesmo que dotados de numerosas características próprias, da *instituição mameluca*. Muitos historiadores, como David Ayalon e, mais recentemente, Gerhard Hoffmann, consideram que há uma linha de continuidade entre ambos, ainda que, como acentuou o primeiro, seja fundamental conservar uma distinção analítica entre *sistema mameluco*, tomado em conjunto como uma instituição, e as diferentes modalidades históricas de *escravidão militar*.⁴⁰⁰ Encontra-se esse enfoque da continuidade espalhado por diversos livros-textos que lidam com as formas da escravatura no Oriente Médio ou que lhes dedicam algumas páginas. No que se segue faço uma síntese do que é relativamente consensual quanto aos traços gerais dos janízaros, adicionando-lhe algumas divergências entre os pesquisadores. Começo com as datas, que, todos concordam, são extremamente imprecisas. As primeiras informações acerca dos soldados otomanos que compuseram uma tropa específica – separada dos pastores-guerreiros tradicionais comandados por *gazis* – apareceram muito tempo depois de elas terem sido criadas. Inicialmente era um corpo de elite destinado à defesa do governante. Mas não tardou a se transformar na nova tropa (*yeni çeri*), assumindo funções bem mais amplas nas conquistas territoriais da Casa de Osman. Seus primeiros componentes eram garotos (*ogulam*, do árabe, *gilmān*) obtidos por meio de razias para a captura de cativos ou prisioneiros de guerra. Tratava-se de um mecanismo bem conhecido de quem vivia em terras que foram dos Seljúcidas.⁴⁰¹

⁴⁰⁰ AYALON, David. **Le Phénomène Mamelouk dans l’Orient Islamique**. Traduit de l’anglais par Georges Weill (revue par l’auteur). Paris: Presses Universitaires de France, 1996, p. 21 e HOFFMANN, *Der mamelukisch-osmanische Militärsklave. Zu modifikationen einer historischen Konstante. Geschichte & Gesellschaft*, 29 Jahrg. (H 2), *Der Krieger*, 2003, p. 191-209.

⁴⁰¹ Cf. ITZKOWITZ, Norman. **Ottoman Empire and Islamic Tradition**. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1980 [1972], p. 49-50.

Uma crônica otomana de inícios do século XV narra em tons um tanto míticos como teria começado esse uso militar dos cativos, assinalando que ele se fundava em um instituto bem definido, *o pendjik*, palavra persa que indicava *o direito ao quinto dos butins (incluindo pessoas) pelo chefe guerreiro (o khan)*. Diz a crônica:

Um dia um sábio chamado Kara Rüstem chegou da terra de Karaman. Esse Kara Rüstem foi até Čandarli Halil que era juiz militar [*qādīasker*], e disse, “Por que você deixa que tanta renda do governo seja gasta?” O juiz militar Kara Halil perguntou, “Que renda é essa que está sendo gasta? Diga-me de uma vez por todas.” Kara Rüstem disse, “Desses prisioneiros que os guerreiros da *Jihad* trazem, um quinto, de acordo com o mandamento de Deus, pertence ao Pādishāh. Por que você não pega essa parte?” O juiz militar Kara Halil disse, “submeterei a matéria ao Pādishāh!” Ele submeteu-a ao Gāzī Murād, que disse, “Se isso é um mandado de Deus, então pegue”. Eles chamaram Kara Rüstem e disseram, “Mestre, encarregue-se da ordem de Deus”. Kara Rüstem seguiu em frente e parou em Gallipoli e recolheu vinte cinco prisioneiros. Essa inovação data da época desses dois homens. Coletar uma taxa dos prisioneiros em Gallipoli tornou-se a prática desde Čandarli Kara Halil e Kara Rüstem. Depois disso ele também instruiu o Gāzī Evrenos a pegar um de cada cinco prisioneiros capturados nas razias (...). Eles agiram de acordo com esta regra. Eles recolheram os jovens. Eles pegaram um em cada cinco prisioneiros capturados nas razias e os entregaram a Porta. Então, eles deram esses jovens aos Turcos nas províncias, pois eles deveriam aprender a língua turca, e então eles os mandaram para a Anatólia. Os Turcos deixaram esses jovens a trabalhar nos campos por um algum tempo e os usaram até que eles aprenderam a língua turca. Depois de uns poucos anos, eles os trouxeram para a Porta e fizeram deles *Yeni Čeri*. Suas origens remontam a essa época.⁴⁰²

⁴⁰² Excerto da chamada **Crônica Anônima**, escrita no começo do século XV. Utilizei a versão em inglês do fragmento (*Anonymous Ottoman Chronicle*) publicada por LEWIS, Bernard (Edited and translated).

O relato afirma que a formação dos primeiros corpos de janízaros se deu durante o governo do sultão (o *gazi*) Murad (r: 1362-1389) e ele é, ainda hoje, o pouco que se tem vindo dos próprios Otomanos.⁴⁰³ Mas há quem discuta, como Speros Vryonis, Jr, os antecedentes usualmente atribuídos desse instituto e formule uma tese de outro gênero de continuidade, isto é, não apenas entre Otomanos e Seljúcidas, fato assaz conhecido, mas também entre Otomanos e Bizantinos.

Esse erudito estadunidense de origem grega expressa como poucos uma vertente historiográfica que procura estabelecer as mais diversas conexões entre as instituições bizantinas e os Otomanos. Assim como em historiadores de gerações anteriores, como Steven Runciman ou Charles Diehl, e contemporâneos seus, como John Julius Norwich, seus preconceitos contra os Turcos nunca foram ocultados.⁴⁰⁴ Nem mesmo em um livrinho de divulgação que ele escreveu para uma coleção britânica muito influente e disseminada, editada por um historiador notável, Geoffrey Barraclough.⁴⁰⁵ Mas, às vezes, os preconceitos assumem cores inesperadas. Uma de suas ideias mais firmes tem a ver com a plasticidade dos povos nômades, em particular, os turcos. Eles teriam sido muito bem sucedidos ao adotarem o Islam e vários elementos das sociedades árabes e iranianas. Não teriam, portanto, dificuldades para adotar instituições bizantinas, sobretudo a medida em foram assumindo o controle efetivo de vastas partes desse Império.⁴⁰⁶ Desde que se converteram eles se configuravam como uma “sociedade híbrida”, muçulmana e nômade.⁴⁰⁷ Assim, conforme se assentaram em terras da Anatólia, domínios bizantinos, eles receberam as mais diversas influências por meio dos

Islam: From the Prophet Muhammad to the Capture of Constantinople. New York/Oxford: Oxford University Press, 1987 [1974], Volume I: *Politics and War*, p. 226-227.

⁴⁰³ Cf. ITZKOWITZ, Norman. **Op. cit.**, p. 49.

⁴⁰⁴ Suas opiniões estão condensadas em um trabalho de fôlego: VRYONIS, Jr, Speros. **The Rise of Medieval Hellenism in Asia Minor and the Process of Islamization From the Eleventh Through the Fifteenth Century.** Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 1986 [1971].

⁴⁰⁵ Cf. VRYONIS, Jr, Speros. **Byzantium and Europe.** London: Thames & Hudson, 1967 (*Library of European Civilization*). Nessa mesma coleção encontramos uma peça de anti-otomanismo historiográfico militante, COLES, Paul. **The Ottoman Impact on Europe.** London: Thames & Hudson, 1968 (*Library of European Civilization*). Esses livros foram publicados em Portugal na passagem das décadas de 1960 e 1970 pela Editorial Verbo, em traduções que carregaram ainda mais nos termos de forte conteúdo anti-turco, sobretudo o segundo, que teve até mesmo seu título mudado para um enganoso **Turcos na Europa.**

⁴⁰⁶ VRYONIS, Jr, Speros. *The Byzantine legacy and Ottoman forms.* **Dumbarton Oaks Papers**, (23/24), 1969/1970, p. 251-308.

⁴⁰⁷ *Idem, ibidem*, p. 261.

mais diversos atores sociopolíticos. Vryonis cogitou de tudo para sustentar sua tese de que um legado de engenharia política e social da Roma Oriental foi transmitido aos Turcos. Os aristocratas cristãos que frequentavam as cortes (ou os arremedos de cortes) dos ainda rudes pastores-guerreiros, os vizires da família Gabra, que serviram aos Seljúcidas, as mulheres levadas como cativas para os haréns e as esposas bizantinas dadas em gesto de aliança teriam lhes ensinado muitas coisas e lhes mostrado o funcionamento de várias instituições. Uma dessas instituições seria, precisamente, o *devşirme*.⁴⁰⁸ Havia nas cortes turcas garotos (*ogulam*) escravos de origem bizantina, que serviam como pajens, criados, e militares. Teria sido ao observá-los que os dirigentes otomanos concluíram que valia a pena estabelecer uma sistemática de recrutamento desses garotos para o serviço militar e burocrático. A tese de Speros Vryonis, Jr é, sem dúvida, interessante, mas ela é pouco reconhecida pela maioria dos pesquisadores da história da Casa de Osman. Não tanto por suas posições religiosas e étnico-nacionalistas contundentes, mas porque parece pouco adequada para lidar com os laços de continuidade que a maioria detecta entre janízaros e *mamlûks*.

As primeiras notícias que se possui (até agora) relativas a um esquema permanente de recrutamento de garotos para comporem corpos militares e quadros burocráticos e de serviços entre os Otomanos remontam a um texto anônimo, **A Vida de São Philoteos de Athos**, escrito na segunda metade do século XIV. Antes de terminar aquele século, o Metropolita de Tessalônica, Isidore Gablas, fez um sermão no qual lamentou ver “crianças subitamente carregadas à força pelas mãos de estrangeiros e compelidas a mudar seus costumes”.⁴⁰⁹ Um pouco mais tarde, em 1402, uma fonte veneziano-cretense grafou *pendameria*, uma evidente referência ao termo persa que designa o direito do sultão ao quinto, no caso, dos cativos.⁴¹⁰ A rotina do *devşirme* (*coleta* ou, um tanto forçadamente, *recrutamento*) era a seguinte: um *agha* (comandante) dos janízaros era enviado às aldeias e cidades cristãs submetidas aos Otomanos e, auxiliado por uma lista

⁴⁰⁸ *Idem, ibidem*.

⁴⁰⁹ Cito a partir de IMBER, Colin. **The Ottoman Empire, 1300-1650: The Structure of Power**. Basingstoke, Hampshire/New York: Palgrave Macmillan, 2002, p. 134. Ver fragmentos amplos do texto em VRYONIS, Jr, Speros. *Isidore Gablas and the Turkish devshirme*. **Speculum**, 31 (3), July 1956, p. 433-443.

⁴¹⁰ Cf. ZACHARIADOU, Elizabeth A.. *Janissaries* in: KASDAN, Alexander (Editor in chief). **The Oxford Dictionary of Byzantium**. New York/Oxford: Oxford University Press, 1991, Volume 2, p. 1031

preparada antecipadamente por um sacerdote local em parceria com um funcionário do Império, recolhia um certo número de meninos e adolescentes. Isso era feito em intervalos regulares, que variaram muito ao longo dos séculos. Eram recrutados, via-de-regra, os que tinham aparência robusta, algum talento de que se ouvira falar, e que não eram filhos únicos, nem judeus ou ciganos. Os garotos eram, então, escoltados por tropas de janízaros até a Anatólia. Lá eram socializados na vida turca. Ensinavam-lhes o Corão e a Sunna, alfabetizavam-lhes em árabe e turco, apresentavam-lhes regras cavaleirescas e do bem viver cortesão e, sobretudo, davam-lhes o melhor treinamento militar possível. Esse procedimento adquiriu notável estruturação burocrática no decorrer do século XV e atingiu o auge entre os governos de Selim Yavuz (r: 1512-1520) e Suleiman Kanunen (1520-1566), na primeira metade do século XVI. Vimos na Introdução e no Capítulo 01 a força que os membros do *devşirme* adquiriram depois que conseguiram vencer a competição com os *timariotas*, os guerreiros tradicionais que viviam da renda da terra e do trabalho de camponeses, pela capacidade de influenciar decisivamente a conduta estratégica do Império.⁴¹¹ Neste sentido, pode-se suspeitar – é uma hipótese de difícil comprovação, mas de razoável argumentação – que o esquema de recrutamento, socialização e carreiras não interessava apenas à elite osmanli, mas aos próprios janízaros.

Já comentei que existem evidências de que algumas famílias participavam ativamente do processo de recrutamento. E observei que esse mecanismo de fabricação de escravos contrastava profundamente – eis umas das diferenças específicas – com o modelo daquilo que Matthew Gordon chamou de *paradigma mameluco*. Com efeito, ao compararmos a dinâmica de reprodução da elite do Sultanato dos Mamelucos – a elite e seus comandados, bem entendido – com sua contrapartida no Sultanato dos Otomanos, fica evidente que os primeiros dependiam essencialmente do acesso a mercados de cativos, ao passo que os segundos se reproduziam fundamentalmente por conquista. É de se esperar que quem faz isso, isto é, se reproduz tomando a terra, as rendas e, em particular, o vigor demográfico de seus domínios coloniais, precisa manter forças armadas atualizadas. Era o caso dos Otomanos. Não penso que eles eram mais

⁴¹¹ Ver, GOODWIN, Godfrey. *The Janissaries*. London: Saqi Books, 2006 [1994], p. 32-54

empreendedores, realistas ou modernos. E, inversamente, que os Mamelucos, locupletando-se com as rendas obtidas pelo controle das rotas comerciais e dos circuitos de peregrinação, exercendo um poder despótico sobre os árabes e valorizando uma arte da guerra centrada na cavalaria, no arco e na flecha (codificada nos manuais de *Furusiyya*), eram a expressão de uma época perdida no tempo. Para a elite dos Mamelucos, não havia bons motivos para transformar o Estado em um *gunpowder empire*. Bastava que os cativos chegassem da Ásia com regularidade, que fossem treinados e que mostrassem eficácia na defesa do *status quo*. Daí minha argumentação central: desde a Tomada de Constantinopla, o Estado Osmanli detinha uma enorme capacidade de afetar, no limite, impedir, a reprodução do Estado Mameluco. Visto por este prisma, o que aconteceu entre Marj Dabiq e a invasão do Cairo não foi apenas um movimento de forças militares vencedoras e perdedoras, mas foi o entrelaçamento entre duas modalidades de existência de soldados-escravos no interior de um espaço bem mais vasto, o Sistema Mundo Escravocrata.

Um excursão: elementos para a construção do conceito de Sistema Mundo Escravocrata

Falei muitas vezes nas páginas anteriores da pertinência de se articular os escravos-soldados e os Sultanatos que lhes empregavam com uma rede mais vasta de relações que proponho chamar a título operacional de Sistema Mundo Escravocrata. É hora de desenvolver mais os argumentos. É o que vou fazer neste último inciso. Devemos focar os *sistemas-mundos* como objetos construídos por meio de uma articulação entre evidências e conceitos. Eles não se oferecem crus e nus diante dos pesquisadores. E não resultam de consensos interpretativos. Há polêmicas por todos os lados, inclusive terminológicas. É preciso, numa palavra, ter claro que, mesmo os historiadores facilmente identificáveis com esse campo de temas e problemas, aqueles que ficaram muito conhecidos, entre outras razões, por empregarem as categorias de *centro*, *periferia* e *semiperiferia* não as acionam do mesmo modo e para os mesmos fins.⁴¹² Alguns, ocupados em construir modelos

⁴¹² Para balanços dos usos desses conceitos, consultem-se FORTUNA, Carlos. *Desenvolvimento e sociologia histórica: acerca da teoria do sistema mundial capitalista e da semiperiferia*. **Sociologia: Problemas e Práticas**, (3), 1987, p. 163-195; CHASE-DUNN, Christopher & HALL, Thomas D.. **Rise and Demise: Comparing World-Systems**. Boulder: Westview Press, 1997; MARIUTTI, Eduardo

de explicação macro-históricos, pretendem dar-lhes um estatuto funcional permanente em seus esquemas conceituais. É o que fazem diversos pesquisadores associados aos projetos desenvolvidos nos Estados Unidos da América por Christopher Chase-Dunn e na Rússia pelos investigadores que se agregam em torno de Andrey Korotayev. Em seus escritos, a história das sociedades e das civilizações se organiza, desde priscas eras, em segmentos socioespaciais que podem ser descritos sem dificuldades por aquelas categorias.⁴¹³ Por isso, às vezes têm-se a impressão de que, para eles, a fórmula conceitual de uma tríade hierárquica preexiste aos fenômenos empíricos, como se fosse uma propriedade sistêmica intrínseca à história das sociedades complexas, a partir do momento em que interagem com outras da mesma magnitude ou de magnitude superior.

Outros pesquisadores inclinam-se por reservar as categorias de *centro*, *semiperiferia* e *periferia* para descreverem a trajetória e a anatomia do *Sistema-Mundo Capitalista* e mostram-se muito cautelosos e, às vezes, francamente evasivos, ao descreverem as Formações Pré-Capitalistas. Esse me parece o caso de Immanuel Wallerstein. Nem mesmo quando fez uma crítica demolidora à crescente falta de medidas dos estudos de André Gunder Frank, a partir do começo da década de 1990, ele se sentiu obrigado a entrar nessas searas. Pelo contrário, afirmou que, há uma clivagem de tamanha proporção entre o que houve antes e o que houve a partir do século XVI, que o relato de seu companheiro de viagem acerca dos circuitos econômicos de todo o Globo antes do nascimento do capitalismo seria plenamente aceitável. Isso implicava, no fundo, dar razão ao que dele disse Fernand Braudel, como veremos adiante.⁴¹⁴ Por fim, uma terceira linha de historiadores, depois de as utilizar fartamente, acabou por repudiar as periodizações correntes dessas hierarquias de espaços e passou a defender – a

Barros. *Considerações sobre a perspectiva do sistema-mundo*. **Novos Estudos CEBRAP**, (69), julho de 2004, p. 89-103.

⁴¹³ Veja-se, entre tantos, CHASE-DUNN, Christopher & ANDERSON, E. N. (Edited by). **The Historical Evolution of World-Systems**. New York/Hampshire: Palgrave Macmillan, 2005. O melhor modo de acompanhar o que fazem os pesquisadores que se filiam a essa linhagem é consultar dois periódicos semanais: **Journal of World System Research** e **Social Evolution & History**, que podem ser lidos online.

⁴¹⁴ Cf. WALLERSTEIN, Immanuel. *World System versus World-Systems: a critique*. **Critique of Anthropology**, 11 (2), 1991, p. 189-194, comentando FRANK, Andre Gunder. *A theoretical introduction to 5000 years of world system history*. **Review**, 13 (2), Spring 1990, p. 155-248. Ver, também, WALLERSTEIN, Immanuel. *Frank proves the European miracle*. **Review**, 22 (3), 1999, p. 355-371.

meu ver de modo dissolvente e pouco produtivo, do ponto de vista da pesquisa histórica – que apenas um único *Sistema Mundial* (*World System*, sem hífen ou predicado adicional) vem existindo desde, pelo menos, o final do Período Neolítico. André Gunder Frank e seus parceiros são, evidentemente, os nomes de quem estou falando.⁴¹⁵

Minha forma de manusear essas categorias é apenas estratégica. Não pretendo seguir à risca o protocolo corrente dos investigadores de Sistemas-Mundos, sobretudo seu costumeiro desdém pelos pequenos detalhes. De todo modo, a fim de argumentar as questões que me interessam, precisarei, antes, de estabelecer alguns pontos de apoio e, antes ainda, de estabilizar a terminologia empregada. Entendo por *economia-mundo* o mesmo que, em linhas gerais, entendia Fernand Braudel: um conjunto de atividades de produção, distribuição e consumo de bens em um território cujas fronteiras transcendem – uma vez que possuem outra natureza – os limites estabelecidos entre as entidades políticas às quais pertencem os indivíduos que dele participam. Em 1980, ele escreveu:

criei a expressão economia-mundo a propósito do Mediterrâneo a fim de indicar com essa fórmula que o mar do século XVI (pois era dele do que eu tratava então em um dos meus livros) era um mundo em si, um universo econômico que transbordava amplamente por todas as direções a linha interminável de suas margens, até o interior da Europa, da Ásia e da África. [Mais adiante:] Em cada caso, a expressão implica uma coerência econômica do espaço em questão e, especialmente, que esse espaço possui um centro privilegiado ao redor do qual se despregam auréolas sucessivas, zonas intermediárias, logo zonas periféricas, estas mais desfavorecidas do que aquelas, mas todas ligadas pelo intercâmbio.⁴¹⁶

⁴¹⁵ Cf. GILLS, Barry K. & FRANK, Andre Gunder. *The cumulation of accumulation: theses and research agenda for 5000 years of world system history*. **Dialectical Anthropology**, (15), 1990, p. 19-42 e FRANK, Andre Gunder. **ReORIENT: Global Economy in the Asian Age**. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 1998.

⁴¹⁶ BRAUDEL, Fernand. **Autour de la Méditerranée**. Paris: Éditions de Fallois, 1996 [texto do capítulo de 1980], p. 448.

Noutra oportunidade ele afirmou: “por economia-mundo, termo que forjei a partir do termo alemão *Weltwirtschaft*, eu entendo a economia de uma porção somente do nosso planeta, na medida em que ela forma um todo econômico”.⁴¹⁷ Na mesma linha de desenvolvimento conceitual, Immanuel Wallerstein deu o seguinte parecer:

para mim, a unidade de análise apropriada não é o Estado, com uma economia nacional: a economia nacional é um conceito errôneo que não corresponde e nunca correspondeu a nada. A unidade apropriada de análise é a *economia-mundo*. (§) De que se trata? Quanto à definição: há um mundo englobando uma área geográfica mais ou menos grande. (...) Daí, definição de base: as fronteiras da economia ultrapassam as fronteiras das estruturas políticas.⁴¹⁸

No decurso de suas palestras em Baltimore, Braudel especificou – penso que de uma forma mais clara do que nunca antes – os componentes de uma *economia-mundo*. É certo que ele estava falando principalmente do Ocidente ao longo da Era Moderna, mas não escondeu que nutria intenções generalizantes. Trata-se, ele disse, de uma “tripla realidade”. Primeira: um espaço geográfico de dimensões historicamente mutantes; território que pode se ampliar, se contrair ou se fragmentar ao longo do tempo. Segunda: uma hierarquia interna que tem uma cidade ou um Estado-Cidade como polo central. Há economias-mundo em que mais de uma cidade atua como polo. Foram os casos de Roma e Alexandria ou Veneza e Gênova em seus devidos tempos. Terceira: “toda economia-mundo se reparte em zonas sucessivas”.⁴¹⁹ Seu cerne reside na área que contorna o polo central. Há nesses termos uma configuração quase geométrica das interações centro-periferias. Nas bordas mais distantes, “a vida dos homens evoca constantemente o Purgatório, ou mesmo o Inferno”.⁴²⁰ Em seguida, Braudel falou de sua diferença principal para com Wallerstein. É interessante mencionar suas palavras porque

⁴¹⁷ BRAUDEL, Fernand. *La Dynamique du Capitalisme*. Paris: Flammarion. 1985 [1977], p. 85.

⁴¹⁸ WALLERSTEIN, Immanuel. *L'économie-monde* in: COQUERY-VIDROVITCH, Catherine (Sous la direction de). *Connaissance du Tiers Monde: Approche Pluridisciplinaire*. Paris: Union Générale d'Éditions/10-18, 1977, p. 99.

⁴¹⁹ BRAUDEL, Fernand. *La Dynamique du Capitalisme*. Paris: Flammarion. 1985 (1977), p. 85 e 86. Veja-se, em complemento, _____. *En guise de conclusion*. *Review*, 1 (3/4), Winter-Spring 1978, p. 243-261.

⁴²⁰ *Idem*, p. 86-87.

elas expressam um entendimento impreciso do vocabulário e das pretensões analíticas do sociólogo histórico nova-iorquino naqueles anos – assinale-se que ele estava em 1976. Ele disse:

nossos pontos de vista, no essencial, são idênticos, mesmo se, para Immanuel Wallerstein, não há outra economia-mundo senão aquela da Europa, fundada a partir do século XVI somente, enquanto que, para mim, muito antes de ser conhecida pelo homem da Europa em sua totalidade, desde a Idade Média e desde mesmo a Antiguidade, o Mundo esteve dividido em zonas econômicas mais ou menos centralizadas, mais ou menos coerentes, quer dizer, em *várias* economias-mundo que *coexistiam*.⁴²¹

Braudel parece ter embaralhado os modos como as categorias de *economia-mundo* e de *sistema-mundo* foram utilizadas por Wallerstein naquela época. Isso facilitado pela pouca atenção dada por este ao que aconteceu antes do capitalismo. Sua ideia de um *prelúdio feudal*, surpreendentemente eurocêntrica, pouco esclarece a respeito do que havia fora do Ocidente. Neste particular, o modelo desenvolvido por Janet Abu-Lughod, que mapeou diversas *economias-mundos* na Eurásia dos séculos XIII e XIV e mostrou como estavam articuladas em um sistema-mundo bem definido, dinamizado por uma rede de cidades espalhadas entre o Oriente Médio e a China aproxima-se bem mais da ideia braudeliana de que, antes do século XVI, havia várias *economias-mundo*, cada uma com seus próprios centros e periferias, que muitas vezes mantinham zonas de interseção entre si. Considerada em seu elevado nível de generalidade, sua descrição me parece bastante convincente.⁴²² Na realidade, apesar de empregar o termo *economia-mundo*, desde o começo da década de 1970 Wallerstein estava, como ele mesmo disse, bem mais ocupado em construir a categoria analítica de *sistema-mundo* e definir parâmetros teóricos de cunho totalizante para que ela adquirisse sentido pleno.⁴²³ Nesta conexão, há três aspectos que precisam ser acentuados. O primeiro

⁴²¹ *Idem*, p. 87.

⁴²² ABU-LUGHOD, Janet. **Before European Hegemony: The World System A.D. 1250-1350**. Oxford/New York: Oxford University Press, 1989 e _____. *Reply to Donald Nielsen's "After world systems theory"*. **International Journal of Politics, Culture and Society**, 4 (4), 1991, p. 499-500.

⁴²³ Cf. WALLERSTEIN, Immanuel. *Introduction* in: _____. **The Essential Wallerstein**. New York: The New Press, 2000, p. XV-XXII e, agora, _____. *Prologue to the 2011 edition* in: _____. **The Modern World**

diz respeito ao estatuto teórico da terminologia, o segundo à palavra *Mundo* e o terceiro ao escopo temporal de abordagem, que se dá preferencialmente em termos de longa duração (*longue durée*). Vou comentá-los em sequência.

Wallerstein sempre insistiu que não estava a propor uma teoria totalizante, mas um programa de trabalho analítico. Ele chegou a argumentar o quanto seria temerário e contraditório montar um esquema teórico pronto que fosse capaz de gerar proposições e mais proposições que tendem a ficar cada vez mais descomprometidas com as checagens e investigações empíricas.⁴²⁴ Sua preocupação permanente tem dupla face: por um lado, a crítica crescentemente ácida da fragmentação disciplinar; por outro, o repúdio às delimitações dos objetos sócio-históricos tendo por parâmetros as fronteiras entre os Estados Nacionais. Como ele escreveu por diversas vezes desde os anos de 1960, a própria ideia contemporânea de sociedade está fundada em uma equiparação espúria entre limites do tecido societário e limites das unidades políticas.⁴²⁵ Tal como Fernand Braudel, Wallerstein está preocupado tanto em especificar um espaço geográfico – afinal, não se pode separar, ao menos no primeiro, seu projeto de conhecimento do que ele mesmo chamou de uma perspectiva geohistórica – quanto em demarcar uma entidade dotada de propriedades autoreguladoras ou, se não fundamentalmente autoreguladoras, suficientemente autônomas para permitirem que seus mecanismos de funcionamento dependam pouco de insumos externos ao sistema. Nos últimos quinze anos, ele tem citado com muita frequência as considerações teóricas de Ilya Prigogine e chamado a atenção para o fato de que, os sistemas-mundo são perecíveis, como quaisquer entidades dotadas de propriedades e dinâmicas sistêmicas.⁴²⁶

System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 2011 [1974], p XVII-XXX. Apesar da distância de uma década, esses textos autobiográficos diferem muito pouco um do outro.

⁴²⁴ Confira-se, entre tantos, WALLERSTEIN, Immanuel. *The itinerary of world-systems analysis, or, how to resist becoming a theory* in: BERGER, Joseph & ZELDITCH, Jr, Morris (Edited by). **New Directions in Contemporary Sociological Theory.** Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 2002, p. 358-376.

⁴²⁵ Para um resumo do que ele pensa disso tudo, WALLERSTEIN, Immanuel. **World Systems Analysis: An Introduction.** Durham/London: Duke University Press, 2004.

⁴²⁶ Cf. WALLERSTEIN, Immanuel. *The rise of East Asia, or the world-system in the twenty-first century* in: _____. **The End of the World as We Know It: Social Science for the Twenty-Fifth Century.** Minneapolis/London: University of Minnesota Press, 1999, p. 35 [texto de 1997].

Por fim, há o problema do horizonte analítico de longa duração. Ele exige algumas considerações sobre as diferenças de natureza entre as escalas de construção dos objetos de análise. Quem trabalha com pesquisa do tipo história local, geografia regional, estudos de poder local ou estudos de comunidade percebe que há processos e padrões societários que possuem causas muito particulares, muito localizadas, como que a dispensar a recorrência explicativa a estruturas mais vastas de determinação. É claro que há sempre a possibilidade de *comparar eventos ou processos pontuais como outros que se assemelhem de alguma forma a eles*. Não seria possível compreendê-los do ponto de vista das Ciências Humanas se assim não fosse. Os conceitos, afinal, não são criados para lidar com singularidades. Mesmo quando são gerados para orientarem comparações pouco disciplinadas, com variáveis demasiadamente abertas, eles demandam uma certa comensurabilidade entre os objetos em tela. Isso vem a significar, no fundo, que o que for efetivamente peculiar, até mesmo único, deverá aflorar para além das aparências, como resultado da investigação comparativa. No entanto, via-de-regra a pesquisa de sistemas-mundos procede ao inverso. Ela busca macroestruturas, não procura singularidades. Ela enfatiza tempos longos que somente podem ser avaliados tendo em conta sua durabilidade. Os procedimentos são fortemente probabilísticos. Os critérios de prova e demonstração não podem ser os mesmos para zonas temporais e espaciais curtas ou médias. Para evocar uma imagem braudeliana, não se trata de sair a contemplar os relâmpagos que, aqui e ali, iluminam a noite medonha das estruturas, mas de agarrar essa longa madrugada à unha. Em suma: não devemos cometer o equívoco de avaliar o sentido e a densidade das assertivas feitas para vastos continentes com gabaritos e critérios que somente são adequados para pequenas ilhas ou pequenos arquipélagos. Conceitos como *império-mundo*, *economia-mundo*, *sistema-mundo* e, mesmo, *mini-sistema*, presumem escalas temporais e cartográficas de grande magnitude para serem efetivamente capazes de conduzir observações empíricas.⁴²⁷

Christopher Chase-Dunn e seus associados entraram nesse campo de estudos ao longo dos anos de 1980, convencidos de que ainda faltava investir

⁴²⁷ Cf. WALLERSTEIN, Immanuel. **World Systems Analysis: An Introduction**. Durham/London: Duke University Press, 2004, esp. p. 17-20.

muito nos problemas terminológicos. Eles propuseram definições para vários conceitos, entre eles o de *sistema-mundo*, que foi assim delineado:

redes intersocietárias nas quais as interações (p. ex., comércio, guerra, matrimônio, informação) são importantes para a reprodução das estruturas internas de unidades compostas e afetam de modo igualmente importante as mudanças que ocorrem no interior dessas estruturas locais.⁴²⁸

A noção de *unidades compostas*, como acentuaram Chase-Dunn e Hall, substitui com vantagens a de *sociedades*, usualmente empregada pelos historiadores e, há muito tempo, criticada acertadamente por Wallerstein devido às suas limitações. Entre elas o não dar conta adequadamente do que este último chamou de *mini-sistemas*, isto é, as *tribos*, os *bandos*, as pequenas formações centradas em clãs locais, que, de um modo geral, mesmo no passado remoto, articulavam-se de alguma forma com estruturas políticas e culturais mais vastas, como os Estados e os Impérios. Daí, as formações sociais serem melhor compreendidas como *unidades compostas*. Além disso, eles acrescentaram, o termo sistema-mundo “se refere ao contexto social total no qual as pessoas vivem e as redes materiais que importam para suas vidas cotidianas”.⁴²⁹ Foram essas definições dos conceitos estratégicos que, em linhas gerais, adotei no desenvolvimento de uma parte da investigação que resultou nestas páginas. Eles me permitiram enunciar a hipótese de que, ainda que se comportassem como *impérios-mundo* no sentido wallersteiniano, procurando absorver mediante mecanismos tributários uma parte significativa dos lucros obtidos pelos mercadores – que eram potencialmente disseminadores de práticas capitalistas, propriamente ditas – o Sultanato Otomano e o Sultanato Mameluco estavam inseridos em uma *rede intersocietária* bem mais vasta que, ainda muito timidamente, chamo de *Sistema-Mundo Escravocrata*.

Em várias oportunidades Immanuel Wallerstein observou que o que distingue o sistema-mundo capitalista dos demais é o desencadeamento de um

⁴²⁸ CHASE-DUNN, Christopher & HALL, Thomas D. **Rise and Demise: Comparing World-Systems**. Boulder: Westview Press, 1997, p. 28.

⁴²⁹ *Idem, ibidem*.

movimento de *incessante acumulação de capital* fundado sobre a exploração do trabalho assalariado, movimento que, uma vez desencadeado, não tem retorno, apenas momentos críticos e oscilações cíclicas.⁴³⁰ O sistema se estrutura de modo hierárquico, profundamente desigual, imensamente desequilibrado em *centros*, *semiperiferias* e *periferias* e tende a expandir-se por todo o Globo, açambarcando e destruindo as economias-mundos pré-capitalistas. O que seria, analogamente, o núcleo dinâmico de um sistema-mundo escravocrata? Uma resposta simples é: o *complexo* de atividades que mantinham em funcionamento os mercados de cativos e cativas e as sociedades que os utilizavam. Sublinho o termo *complexo* (melhor: *complexo econômico*, como diria Ignácio Rangel), pois lhe atribuo um sentido bem preciso: o conjunto de práticas econômicas e procedimentos institucionais complementares, articulados em redes de alcance mutante no tempo e no espaço que se reproduziam como macroestrutura. Ainda sabemos muito pouco sobre as unidades produtivas que asseguravam os implementos do complexo e desencadeava efeitos multiplicadores. Exemplos: a fabricação de equipamentos para manter os indivíduos aprisionados, como grilhões, gaiolas, correntes, algemas, garrotes; a fiação de têxteis voltados para a troca por escravos; os armadores que construíam barcos expressamente ou prioritariamente destinados ao transporte dessas peças; o fornecimento de armamentos para os senhores da guerra que por toda a Eurásia atacavam aldeias e caravanas para obterem prisioneiros. Reconheço que é tarefa para uma legião de gigantes o provar documentalmente tais atividades, mesmo se para escalas reduzidas. Mas, essa é minha hipótese genérica e a tomo como um enunciado a ser argumentado, não exatamente demonstrado.

Vistas no cenário eurasiático, as fronteiras desse *sistema-mundo escravocrata* eram quase ilimitadas, ou melhor, terminavam onde não havia mais ninguém a ser aprisionado e convertido em mercadoria. Entre os séculos VIII e XVI, esse complexo de fluxos militares, mercantis e sociais integrou os mais longínquos espaços entre si, declinando e recuando conforme as populações potencialmente redutíveis ao cativo conseguiam resistir com êxito aos escravizadores. A

⁴³⁰ Ele falou, por exemplo, em uma “acumulação sem fim de capital, às vezes chamada de lei do valor”. WALLERSTEIN, Immanuel. *The rise of East Asia, or the world-system in the twenty-first century* in: _____. **The End of the World as We Know It: Social Science for the Twenty-Fifth Century**. Minneapolis/London: University of Minnesota Press, 1999, p. 35 [texto de 1997].

cartografia dessas redes foi, decerto, mutante, mas, vista como um todo em formato sincrônico, ela nos mostra uma febril atividade escravocrata a se estender das Ilhas Britânicas até as terras banhadas pelo Mar Índico; das bordas da Sibéria até as franjas das florestas tropicais africanas; das ilhas do Atlântico até o litoral do Pacífico, na China e no Sudeste Asiático, por toda a Idade Média e boa parte da Época Moderna.⁴³¹ Neste sentido, minha hipótese mais vasta de trabalho é a seguinte: consideradas em horizonte macrohistórico, as diferentes modalidades de redução de mulheres e homens de variadas idades, cores, credos e procedências à escravatura na Eurásia Medieval e Moderna configuraram redes intersocietárias que ultrapassaram largamente as fronteiras entre as entidades geopolíticas, entre elas, os impérios-mundos. A densidade dessas redes praticamente dispensava a feitura de discursos muito requintados destinados a justificar o cativo. Arriscando uma fórmula, creio que poderíamos dizer que as sensibilidades escravocratas impunham-se às eventuais manifestações de repúdio à escravidão.

Certo: é muito mais fácil argumentar do que demonstrar hipóteses aventadas para escalas espaciais e temporais de longa amplitude. Além do mais, uma das contestações mais certas e de difícil refutação das intenções cognitivas dos macroenfoques nas Ciências Humanas é a denúncia de que as conclusões a que chegamos precisam ser fundamentadas em pesquisas empíricas, levantamentos de fontes e debates feitos em âmbitos bem mais reduzidos. As generalizações implicam confiança na literatura utilizada para sustenta-las e, o que é mais importante, presumem seleções nessa literatura. Isso pode redundar em escolhas que enfatizam apenas aquilo que se deseja encontrar. Afinal, os critérios que empregamos para produzir enunciados fáticos nesse tipo de escala macroscópica são os mesmos que usamos para escalas temporais e espaciais medianas ou mesmo microscópicas. Para muita gente, essas (aparentes) aporias

⁴³¹ Leiam-se os seguintes panoramas eruditos: PHILIPS, JR, William D.. **Slavery From Roman Times to the Early Transatlantic Trade**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1985; LEVI, Scott C.. *Hindus beyond the Hindu Kush: Indians in the Central Asian slave trade*. **Journal of the Royal Asiatic Society**, Series 3, 12 (3), 2002, p. 277-288; CAMPBELL, Gwyn (Edited by). **The Structure of Slavery in Indian Africa and Asia**. London/Portland, Oregon: Frank Cass Publishers, 2004; PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, Olivier. **Les Traités Négrières: Essai d'Histoire Globale**. Paris: Éditions Gallimard, 2004.

desqualificariam quaisquer ambições das Sociologias Históricas ou das Histórias Globais.⁴³²

Outra denúncia igualmente profunda e muito disseminada no decurso das três últimas décadas do século XX, é aquela que aponta o dedo acusador contra os grandes relatos e as grandes teorias que os justificam. De fato, macroenfoques não se contentam com teorias curto alcance e nem com narrativas pontuais sobre temas pontuais. Não que essas abordagens não sejam relevantes. Não que elas sejam sempre e sempre provas objetivas de uma fragmentação suicida do conhecimento histórico, como uma admoestação um tanto histérica contra o fantasma do pós-modernismo nos tenta fazer crer. Mas porque há lugar para todas as escalas de análise e há que se ter claro que um deslocamento escalar não é pura e simplesmente um gesto de ampliação do espectro da realidade observada, é, isto sim, uma alteração substantiva no trato da natureza dos entes estudados. Os mapas de Maurice Lombard (reproduzidos no anexo) constituem um excelente ponto de partida para observarmos o funcionamento em macro-escala do Sistema-Mundo Escravocrata. Ele procurou demonstrar a impertinência do tratamento isolado de entidades inseparáveis em determinados âmbitos escalares, como a Europa, o Oriente Médio, a Ásia Central e a África. Não foi à toa que Fernand Braudel cuidou tanto de editá-los ao compilar as aulas dadas pelo grande historiador francês do Islam em finais dos anos de 1950 e começos da década seguinte. Suas teses eram controvertidas, sem dúvida. E, sem dúvida, assustaram.

⁴³² Cf. TORRE, Ramón Ramos. *Problemas textuales y metodológicos de la sociología histórica*. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, (63), 1993, p. 7-28; GOLDTHORPE, John H.. *The uses of history in sociology: reflections on some recent tendencies*. **The British Journal of Sociology**, 42 (2), June 1991, p. 211-230; _____. *The uses of history in sociology: a reply*. **The British Journal of Sociology**, 45 (1), March 1994, p. 55-77; GOLDSTONE, Jack A.. *Initial conditions, general laws, path dependence, and explanation in historical sociology*. **American Journal of Sociology**, 104 (3), November 1998, p. 829-845.

Conclusões:

Minha proposta nesta tese foi explicitada na introdução. Não sei se cheguei a realizá-la a contento. Mas espero que as questões centrais que me dispus a abordar tenham ficado claras o suficiente para que outros pesquisadores possam delas partir, quer para desenvolvê-las, quer para enquadrá-las melhor, quer para refuta-las. Ocupei-me de formular linhas de argumentação amplas e em escalas de análise igualmente amplas. Não tenho a menor dúvida de que muitas das hipóteses que discuti e das conclusões parciais a que cheguei poderiam resultar muito diferentes se as escalas fossem alteradas. Diante disso, aproveito essas breves considerações finais para reafirmar argumentos que me foram caros ao longo desse estudo.

Primeiro: não é mais possível obter ganhos de conhecimento histórico insistindo-se na veracidade intrínseca e autosuficiente da narrativa da *Ascensão do Ocidente*. Ela se esgotou como fonte de temas e problemas historiográficos. E se esgotou, sobretudo, como ideologia. Pois ela sempre foi isso, ideologia histórica, diria mais: mitologia ocidental. Em tempos de Globalização acelerada, não tem cabimento uma História que se pretende Global no nome, mas permanece provinciana, ocidentocentrada, pior, eurocentrada, como aquela que ensinamos neste país em todos os níveis escolares. Um bom meio de começar a alterar essa perspectiva é exercitando a análise de conjunturas específicas a partir de âmbitos mais vastos de enquadramento espacial. Foi o que sugeri em alguns comentários desenvolvidos no Capítulo 01.

Segundo: se não praticarmos um deslocamento de mirada, se não levarmos em consideração redes e espaços mais vastos do que os que habitualmente enfocamos, continuaremos reproduzindo modalidades de explicação histórica que pretendem dar conta da Humanidade como se ela fosse redutível aos dramas vividos por um pequenino número de pessoas em um pequenino território à beira ocidental da Eurásia. Cabe aqui lembrar Pierre Goubert. Ele falou certa vez das ambições universalizantes dos “historiadores desse cabo extremo do Velho continente, persuadidos de que tudo se ordenava em função dele e deles”. Daqueles homens que supunham, ao contarem histórias, que, o mundo não se

estendia para além do Mar Negro e do Mediterrâneo, “com algumas estepes à distância”.⁴³³

Terceiro: é tempo de estudar nas escolas e nas universidades brasileiras questões do passado e do presente dos povos do Oriente Médio e da Ásia Central, sociedades que conformam o que alguns vêm chamando de *Zona Intermediária Global*. Não me sinto obrigado a justificar essa assertiva. Sugiro apenas que se abram os olhos e os jornais. Há abundância de materiais para tal e espero ter mostrado que podemos trabalhar nisso, mesmo estando fora dos grandes centros. Aliás, essa noção de grandes centros apresenta-se muitas vezes sem chão preciso, considerada a circulação de fontes, livros, artigos, filmes etc pela internet afora. Eu não poderia ter escrito boa parte dessas linhas se não fossem esses acessos.

Quarto: o estudo dos *escravos-soldados* (escravos que, para muitos, não eram escravos) dos Sultanatos Mameluco e Otomano foi um pretexto que utilizei para discutir em chave empírica as formulações acima. Procurei dar uma noção geral da bibliografia e de algumas correntes de interpretação. Não havia porque ter a impossível ideia de ser exaustivo. Até seria possível fazer isso há trinta ou quarenta anos, quando contavam-se nos dedos de uma só mão o número de pesquisadores interessados nesses assuntos. As coisas cresceram e se tornaram complexas, incontrolláveis, desde então. Há muito o que estudar em detalhes. Há muito o que estudar em sobrevoo. Minha intenção, reafirmo, foi tocar no tema e argumentar algumas hipóteses. Nada mais.

Quinto: enfocados em escalas bastante amplas, escalas eurasiáticas, os Sultanatos dos Mamelucos e dos Otomanos mostraram-se terreno fértil para a discussão (como afirmei na introdução: mais argumentação do que demonstração) do que chamei a título de hipótese de *Sistema Mundo Escravocrata*. O primeiro com suas elites dirigentes compostas por militares e o segundo com sua tropa de elite, os janízaros, dependiam largamente de sua inserção naquela entidade (conceitualmente construída, bem entendido). Eles precisavam do fornecimento contínuo de escravos e escravas e – eis uma das hipóteses que discuti – articularam

⁴³³ GOUBERT, Pierre. *Les temps modernes: a la recherche d'une définition* in: BENNASSAR, Bartolome & JACQUART, Jean. **Le XVI^e Siècle**. Paris: Librairie Armand Colin, 1972, p. 5 (*Collection U*).

suas relações com o *entorno geopolítico* em grande parte para assegurar tal fluxo. Os mamelucos por meio do mercado de cativos; os otomanos mediante institutos coercitivos de recrutamento. Espero que tais hipóteses resultem em investigações mais detalhadas. É o que pretendo fazer daqui por diante...

Bibliografia:

Fontes (em livros e em coletâneas de documentos):

- ABÛ AL-FÎDA, Ismâil ibn Ali. **Géographie d'Aboulfeda**. Traduit de l'arabe par M. Reinaud. Paris: Imprimerie Nationale, 1848, Tome II, Première partie.
- ANDRÉ, Pierre J.. **L'Islam et les Races**. Paris: Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1922, Tome premier: *Les Origines, le Tronc et la Greffe*.
- ANDREA, Alfred J. (with WHALEN, Brett E.). **Contemporary Sources for the Fourth Crusade**. Revised edition. Leiden/Boston: Brill, 2008 [2000].
- BARKER, W. Burckhardt. **A Short Historical Account of the Crimea, From the Earliest Ages and During the Russian Occupation, Compiled From the Best Authorities**. Hertford: Stephen Austin/London: Trübner and Co., MDCCCLV.
- BRYCE, Trevor. **Letters of the Great Kings of the Ancient Near East: The Royal Correspondence of the Late Bronze Age**. London/New York: Routledge, 2003.
- CARPINE, João de Pian del. *História dos Mongóis* in: **Crônicas de Viagem: Franciscanos no Extremo-Oriente antes de Marco Polo (1245-1330)**. Tradução, introdução e notas de Ildefonso Silveira e Ary E. Pintarelli. Porto Alegre/Bragança Paulista: EDIPUCRS/EDUSF, 2005, p. 81.
- ČELEBI, Tādji Beg-zāde Ga'fer. *Libro che Celebra la Conquista di Istanbul Protetta di Dio* (Fragmento do *Mahrūse-i Istanbul Fetihnāmesi*). (Traduzione dal turco di Mario Grignaschi) in: PERTUSI, Agostino (Testi a cura di). **La Caduta di Constantinopoli**. Tomo 2, p. 279.
- CHAVANNES, Édouard. **Documents sur les Tou-Kioue (Turcs) Occidentaux**. Paris: Librairie d'Amérique et d'Orient Adrien Maisonneuve, 1903.
- **Constitution of the Turkish Republic**. Translated by Sadik Balkan, Ahmet E. Uysal, and Kemal H. Karpat. Ankara: Committee of National Unity, 1961.
- CLAVEL, Adolphe. **Les Races Humaines et Leur Part dans la Civilisation**. Paris: Poulet-Malassis et De Broise Libraires-Éditeurs, 1860.
- D'HERBELOT DE MOLAINVILLE, Barthélemy. **Bibliothèque Orientale, ou Dictionnaire Universel Contenant Généralement Tout ce qui Regarde la**

- Conoiffance des Peuples d'Orient.** Paris: Par la Compagnie des Libraires, MDCXCVII. [Por maior facilidade de acesso, utilizei a edição publicada em Maestricht: Chez J. E. Dufour & Ph. Roux, Imprimeurs & Libraires, MDCCLXXVI].
- **Da Asia de Diogo de Couto: Dos Feitos, que os Portuguezes Fizeram na Conquista, e Descubrimento das Terras, e Mares do Oriente.** Lisboa: Na Regia Officina Typografica, MDCCLXXVIII [1602], *Decada Quarta, Parte Segunda*.
 - DANDOLI, Andreae. **Chronica per extensum descripta.** A cura di Ester Pastorello. Bologna: Nicola Zanicheli, 1932 (A pontificatu S. Marci ad Annun usque MCCCXXXIX), p. 87. (*Raccolta degli Storici Italiani*, Tomo XII – Parte I).
 - DE GUIGNES, Joseph. **Histoire Générale des Huns, des Turcs, des Mogols, et des Autres Tartares Occidentaux, Avant & Depuis J. C. Jusqu'à Présent.** Paris: Chez Desaint & Saillant, MDCCLVI, Tome Premier, Second Partie.
 - _____. **Memoire Historique sur l'Origine des Huns & des Turks.** S/l (Lyon?): S/ed., 1748.
 - DE LA CROIX, (M. l'Abbé) Nicolle. **Géographie Moderne, Précédé d'un Petit Traité de la Sphère & du Globe.** Nouvelle édition revue par J. L. Barbeau de la Bruyère. A Paris: Chez Delalain, Libraire, MDCCLXXIII, Tome Second.
 - D' MUSSIS, Gabriele. **Historia de Morbo** in: HORROX, Rosemary (Edited by). **The Black Death.** Manchester/New York: Manchester University Press, 1994, p. 14-26.
 - DE TYR, Guillaume. **Des Choses Avenues en la Terre d'Outremer** in: PARIS, M. Paulin. **Guillaume de Tyr et ses Continuateurs.** Texte français du XIIIe siècle, revu et annoté par M. Paulin Paris. Paris: Libraire de Firmin-Didot et Cie., 1879.
 - *Documents historiques sur les Tou-Kioue (Turcs) extraits du Pien-i-Tien.* Traduits du chinois par Stanislas Julien. **Journal Asiatique**, série 6 (tome 4), juillet-décembre 1864, p. 200-476.
 - DUCAE MICHAELIS (DUCAE NEPOTIS). **Historia Bizantina a Joanne Palaeologo, anno Christi 1341, ad annum 1462** in: MIGNE, Jacques-Paul.

- Patrologiae Cursus Completus. Serie Graeca.** Paris: Imprimerie Catholique/Garnier, 1866, Tomo CLVII.
- GABRIELI, Francesco (A cura di). **Storici Arabi delle Crociate.** Torino: Giulio Einaudi Editori, 1957.
 - GAUDEFROY-DEMOMBYNES, Maurice. **La Syrie à l'Époque des Mamlouks d'après les Auteurs Arabes: Description Géographique, Économique et Administrative Précédée d'une Introduction sur l'Organisation Gouvernementale.** Paris: Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1923 (*Bibliothèque Archéologique et Historique*, III).
 - GEANAKOPOLOS, Deno John. **Byzantium: Church, Society, and Civilization Seen through Contemporary Eyes.** Chicago/London: University of Chicago Press, 1984.
 - GIBBON, Edward. **The History of the Decline & Fall of the Roman Empire.** London/New York/Toronto: Henry Froude/Oxford University Press, 1904 [1776-1788], Vol. IV.
 - HOUSLEY, Norman (Edited and translated by). **Documents on the Later Crusades, 1274-1580.** Basingstoke, Hampshire: Macmillan Press, 1996.
 - IBN AL-ATHÏR, Izz ad-Din. **Kamil at-tawarikh (História Perfeita ou Suma da História)** [terminado em 628/1231], *Livro X*. Fragmento em GABRIELI, Francesco (A cura di). **Storici Arabi delle Crociate**, p. 9 e ss.
 - IBN IDRÏS, Muhammad ibn Abd Allâh. **Géographie d'Édrisi.** Traduit de l'arabe en français par P. Amédée Jaubert. Paris: A L'Imprimerie Royale, MDCCCXL, Tome Second.
 - KLAPROTH, Julius Heinrich. **Tableaux Historiques de l'Asie, Depuis la Monarchie de Cyrus Jusqu'a nos Jours.** Paris: Schubart, Éditeur; Librairie de Ponthieu/Londres: Treuttel et Wurtz/Stuttgart: Cotta, MDCCCXXVI.
 - LAOUST, Henri. **Les Gouverneurs de Damas sous les Mamlouks et les Premiers Ottomans (659/1156-1260/1744).** Damas: Institut Français de Damas, 1952.
 - LEWIS, Bernard (Edited and translated). **Islam: From the Prophet Muhammad to the Capture of Constantinople.** New York/Oxford: Oxford University Press, 1987 [1974], 2 Volumes.

- LUTERO, Martinho. **Obras Seleccionadas**. (Diversos tradutores). São Leopoldo/Porto Alegre: Editorial Sinodal/Concórdia Editora, 1996, Vol. 6.
- MCGILCHRIST, John. **A History of the Turks, From the Earliest Period to the Present Time**. London: James Blackwood, 1856.
- MICHEL, Cécile (Selection, Organisation et Traduction de). **Correspondance des Marchands de Kaniš au Début du II^e Millénaire avant J.-C.** Paris: Les Éditions du Cerf, 2001.
- MIHAILOVIĆ, Konstantin. **Memoirs of a Janissary**. (Edited by Svat Soucek). Translated by Benjamin Stolz. Princeton: Markus Wiener Publishers, 2011 [escrito depois de 1463].
- MILLER, Roy Andrew (Translated & annotated by). **Accounts of Western Nations in the History of the Northern Chou Dynasty**. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1959.
- NOVATI, Francesco (a cura di). **Epistolario di Coluccio Salutati**. Roma: Istituto Storico Italiano/Forzani e C. Tipografi del Senato, 1896, Volume terzo.
- PELLiot, Paul. **Histoire Secrète des Mongols**. Restitution du texte mongol et traduction des chapitres I à VI par Paul Pelliot. Paris: Librairie d'Amérique et d'Orient Adrien-Maisonneuve, 1949.
- PERTUSI, Agostino (Testi a cura di). **La Caduta di Constantinopoli**. Milano: Fondazione Lorenzo Valla/Arnoldo Mondadori Editore, 1976, Tomo 2: *L'Eco nel Mondo*.
- PICCOLOMINI, Eneas Silvio, Papa Pio II. **Epistola a Mehmet II**. Edición del texto latino y traducción castellana de Domingo F. Saez. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2004, p. 49 (Colección *Nueva Roma*, 20).
- REID, John. **Turkey and the Turks: Being the Present State of the Ottoman Empire**. London: Robert Tyas, MDCCCXL.
- RIPLEY, William Zebina. **The Races of Europe: A Sociological Study**. New York: D. Appleton and Company, 1899.
- SALMON, W. H.. **An Account of the Ottoman Conquest of Egypt in the Year A.H. 922 (A. D. 1516)**. London: Royal Asiatic Society, 1921.

- SAUNDERS, John J. (Edited by). **The Muslim World on the Eve of Europe's Expansion**. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, 1966.
- TEKIN, Talat. **Les Inscriptions de l'Orkhon**. Version française de Talat Tekin. Istanbul: Simurg, 1995 (Original turco: **Orhon Yazıtılaı**. Ankara, 1988).
- **The Chronicles of Rabbi Joseph Ben Joshua Ben Meir, the Sphardi**. Translated from the Hebrew by C. H. F. Bialloblotzky. London: Published for The Oriental Translation Fund of Great Britain and Ireland by Richard Bentley, MDCCCXXXV, Volume I.
- THOMSEN, Vilhelm Ludvig Peter. **Les Inscriptions de l'Orkhon Déchiffrées**. Helsingfors: Imprimerie de la Société de Littérature Finnoise, 1896.
- TOYNBEE, Arnold Joseph (Introduction and translation). **Greek Civilization and Character: The Self-Revelation of the Ancient Greek Society**. New York: Mentor Books/New American Library, 1964.
- **Recueil des Historiens des Croisades**. Paris: Imprimerie Nationale, MDCCCLXXXVII, *Historiens Orientaux*, Tome II, Première partie.
- VOLTAIRE, Monsieur de. **Essais sur les Moeurs et l'Esprit des Nations; et Sur les Principaux Faits de l'Histoire , Depuis Charlemagne Jufqu'a Louis XIII**. Nouvelle edition. A Neuchatel: Édition de Neuchatel, MDCCCLXXIII.
- WIET, Gaston. **Journal d'un Bourgeois du Caire**. Paris: S.E.V.P.E.N., 1960, Volume II.

Obras de referència (atlas, enciclopédias, dicionários, cronologias):

- ABAZOV, Rafis. **The Palgrave Concise Historical Atlas of Central Asia**. New York/Basingtoke, Hampshire: Palgrave Macmillan, 2008.
- ÁGOSTON, Gábor & MASTERS, Bruce (Editors). **Encyclopedia of the Ottoman Empire**. New York: Facts On File, 2009.
- BACHARACH, Jere L. **A Middle East Studies Handbook**. Seattle/London: University of Washington Press, 1984.

- BARSFIELD, Thomas (Edited by). **The Dictionary of Anthropology**. Malden, Massachussets: Blackwell, 2000.
- BONTE, Pierre & IZARD, Michel (Sous la direction de). **Dictionnaire de l'Ethnologie et de l'Anthropologie**. 2^{ème} edition, revue. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.
- BOSWORTH, Clifford Edmund (Edited by). **Historic Cities of the Islamic World**. Leiden/Boston: Brill, 2007.
- BOTTOMORE, Tom (Edited by). **A Dictionary of Marxist Thought**. Second edition. Oxford: Blackwell, 2001 [1983].
- BREGEL, Yuri. **An Historical Atlas of Central Asia**. Leiden/Boston: Brill, 2003.
- BYRNE, Joseph P. (Edited by). **Encyclopedia of Pestilence, Pandemics, and Plagues**. Westport, Connecticut/London: Greenwood Press, 2008, 2 Volumes.
- COMRIE, Bernard (Edited by). **The World's Major Languages**. Second edition. London/New York: Routledge, 2009 [1987].
- DELON, Michel (Sous la direction de). **Dictionnaire Européen des Lumières**. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.
- DRESCHER, Seymour & ENGERMAN, Stanley L. (Editors). **A Historical Guide to World Slavery**. New York/Oxford: Oxford University Press, 1998.
- FINKELMAN, Paul & MILLER, Joseph C. (Edited by). **Macmillan Encyclopedia of World Slavery**. New York/London: Macmillan Reference/Simon & Schuster and Prentice Hall International, 1998, 2Volumes.
- GARCÍA, Luz Gómez. **Diccionario de Islam e Islamismo**. Madrid: Editorial Espasa-Calpe, 2009.
- GORMAN, R. F. and MIHALKANIN, E. S.. **Historical Dictionary of Human Rights and Humanitarian Organizations**. Lanham, Maryland: Scarecrow Press, 2007.
- HEIDBORN, A. **Manuel de Droit Publicque et Administratif de l'Empire Ottoman**. Vienne/Leipzig: C. W. Stern, Éditeur, 1908, 2 Volumes.
- HOROWITZ, Maryanne Cline (Edited by). **New Dictionary of the History of Ideas**. Detroit: Charles Scribner's Sons/Thomson Gale, 2005, 6 Volumes.

- INGOLD, Tim (Edited by). **Companion Encyclopedia of Anthropology**. London/New York: Routledge, 1994.
- JOHANSON, Lars & CSATÓ, Éva Á.. (Edited by). **The Turkic Languages**. London/New York: Routledge, 1998.
- JONES, Lindsay (Editor in chief). **Encyclopedia of Religion**. Second edition. Detroit: Macmillan Reference/Thomson Gale, 2005 [1987], 16 Volumes.
- JOTISCHCHKY, Andrew & HULL, Caroline. **The Penguin Historical Atlas of the Medieval World**. London: Penguin Books, 2005.
- KASDAN, Alexander (Editor in chief). **The Oxford Dictionary of Byzantium**. New York/Oxford: Oxford University Press, 1991, 3 Volumes.
- KRECH III, Shepard; McNEILL, John Robert & MERCHANT, Carolyn (Editors). **Encyclopedia of World Environmental History**. New York/London: Routledge, 2004, 4 Volumes.
- McNEILL, William H. et alli (Editors). **Berkshire Encyclopedia of World History**. Great Barrington, Massachusetts: Berkshire Publishing Group, 2005, 5 Volumes.
- MANTRAN, Robert. (Sous la direction de). **Les Grandes Dates de l'Islam**. Paris: Librairie Larousse, 1990.
- MARTIN, Richard C. (Edited by). **Encyclopedia of Islam and the Muslim World**. New York: Macmillan/Thomson Gale, 2004, 2 Volumes.
- MATTAR, Philip (Edited by). **Encyclopedia of the Modern Middle East and North Africa**. 2nd edition. Detroit/New York: Thomson Gale/Macmillan, 2004, 2 Volumes.
- MEDAWAR, Peter Brian & MEDAWAR, J. S.. **Aristotle to Zoos: A Philosophical Dictionary of Biology**. Cambridge, Massachusetts/London: Harvard University Press, 1983.
- MILLAR, James R. (Edited by). **Encyclopedia of Russian History**. New York/Detroit: Tomson Gale/Macmillan Reference, 2004, 4 Volumes.
- MURRAY, Allan (Edited by). **The Crusades: An Encyclopedia**. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2006, 2 Volumes.
- PETRÉ-GRENOUILLEAU, Olivier (Sous la direction de). **Dictionnaire des Esclavages**. Paris: Larousse, 2010.

- SALGADO, Felipe Maíllo. **Vocabulario de Historia Árabe e Islámica**. Madrid: Ediciones Akal, 1999 [1996].
- SILLS, David (Edited by). **International Encyclopedia of the Social Sciences**. New York: Macmillan/The Free Press, 1968-1970, 16 Volumes.
- SMELSER, Neil (Edited by). **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**. Amsterdam: Elsevier Science, 2001, 22 Volumes.
- SOURDEL, Dominique et SOURDEL, Janine. **Dictionnaire Historique de l'Islam**. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.
- STRAYER, Joseph Reese (Editor in chief). **Dictionary of the Middle Ages**. New York: Charles Scribner's Sons/American Council of Learned Societies, 1988, 12 Volumes.

Livros, teses, dissertações, artigos e verbetes:

- ABERE, Sodienye Austin & OGUZOR, Nkasiobi Silas. *Adaptation of animals to arid ecological conditions*. **World Journal of Zoology**, 6 (2), 2011, p. 209-214.
- ABERTH, John. **Plagues in World History**. Lanham/Boulder/New York: Rowman & Littlefield Publishers, 2011.
- ABOU-EL-HAJ, Rifa'at 'Ali. **Formation of the Modern State: The Ottoman Empire, Sixteenth to Eighteenth Centuries**. 2nd edition. New York: Syracuse University Press, 2005 [1991].
- ABU-LUGHOD, Janet. **Before European Hegemony: The World System A.D. 1250-1350**. Oxford/New York: Oxford University Press, 1989.
- _____. *Reply to Donald Nielsen's "After world systems theory"*. **International Journal of Politics, Culture and Society**, 4 (4), 1991, p. 499-500.
- AIGLE, Denise. *Les transformations d'un mythe d'origine: l'exemple de Gengis Khan et de Tamerlan*. **Revue du Monde Musulman et de la Méditerranée**, (89-90), juillet 2000, p. 151-168.
- ALAZZAM, Isa Mahmoud; ALAZZAM, Sobhi Mahmoud & Al-MAZYID, Khalid Mahmoud. *Plagues, epidemics and their social and economic impact on the*

Egyptian society during the Mameluke period (648 Hegira/1250 AD-923 Hegira/1517 AD). **Asian Culture and History**, 5 (2), 2013, p. 87-94.

- ALTUNIŞIK, Meliha Benli & TÜR, Özlem. **Turkey: Challenges of Continuity and Change**. London/New York: RoutledgeCurzon, 2004.
- AMITAI, Reuven. *The Mamluk institution, or one thousand years of military slavery in the Islamic World* in: BROWN, Christopher & MORGAN, Philip. (Edited by). **Arming Slaves: From Classical Times to the Modern Age**. New Haven/London: Yale University Press, 2006, p. 40-78.
- _____. *Diplomacy and the slave trade in the Eastern Mediterranean: a re-examination of the Mamluk-Byzantine-Genoese triangle in the Late Thirteenth Century in light of the existing early correspondence*. **Oriente Moderno**, Nuova serie, 88 (2), 2008, p. 349-368.
- AMORETTI, Biancamaria Scarcia. **Il Mondo Musulmano: Quindici Secoli di Storia**. Roma: Carocci Editore, 2005 [1998].
- ANDERSON, Perry. **Passages from Antiquity to Feudalism**. London: Verso Editions, 1978 [1974].
- _____. **Lineages of the Absolutist State**. London: Verso Editions, 1974.
- ANDREWS, Avery. *Caffa* in: STRAYER, Joseph Reese (Editor in chief). **Dictionary of the Middle Ages**. Volume 3 (*Cabala-Crimea*), p. 12.
- ANGOLD, Michael. *After the Fourth Crusade: the Greek rump states and the recovery of Byzantium* in: SHEPARD, Jonathan (Edited by). **The Cambridge History of Byzantine Empire, c.500-1492**. Cambridge/New York: The Cambridge University Press, 2008, p. 731-758.
- ANOOSHAHR, Ali. *Timurids and Turcomans: transition and flowering in the Fifteenth Century* in: DARYAEE, Touraj (Edited by). **The Oxford Handbook of Iranian History**. Oxford/New York: Oxford University Press, 2012, p. 271-284.
- ANTHONY, David W.. **The Horse, the Wheel and Language: How Bronze-Age Riders from the Eurasian Steppes Shaped the Modern World**. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2007.
- ARMAJANI, Yahya & RICKS, Thomas M.. **Middle East: Past & Present**. Second edition. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, 1986 [1970].

- AXWORTHY, Michael. **A History of Iran: Empire of the Mind**. New York: Basic Books, 2008.
- AYALON, David. **Gunpowder and Firearms in the Mamluk Kingdom: A Challenge to a Mediaeval Society**. London: Vallentine Mitchell, 1956.
- _____. **Le Phénomène Mamelouk dans l'Orient Islamique**. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.
- _____. *Mamlūk*. **Encyclopaedia of Islam**. Leiden: E. J. Brill, 1991 [1987], Volume VI, p. 314-321.
- _____. *The end of the Mamluk Sultanate*. **Studia Islamica**, (65), 1997, p. 125-148.
- BABAYAN, Kathryn. *The Safavids in Iranian history (1501-1722)* in: DARYAEE, Touraj (Edited by). **The Oxford Handbook of Iranian History**, p. 285-305.
- BACQUÉ-GRAMMONT, Jean-Louis. *L'Apogée de l'Empire Ottoman: les événements (1512-1606)* in: MANTRAN, Robert (Sous la direction de). **Histoire de l'Empire Ottoman**. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1989.
- _____. *1514: Défaite des Têtes-Rouges (Qizilbash) à Chaldiran* in: BOUCHERON, Patrick (Sous la direction de). **Histoire du Monde au XV^e Siècle**. Paris: Librairie Arthème Fayard/Pluriel, 2012 [2009], Tome 2: *Temps et Devenirs du Monde*, p. 318-324.
- BANTON, Michael. **Racial Theories**. Second edition. Cambridge, UK/New York: Cambridge University Press, 1998 [1987/1967].
- BARRACLOUGH, Geoffrey. *The Fall of Constantinople* in: _____. **History in a Changing World**. Norman: University of Oklahoma Press, 1956 [o capítulo é de 1953].
- BAZIN, Louis. *Les premières inscriptions turques (Vi^e-X^e siècles) en Mongolie et en Sibérie méridionale*. **Arts Asiatiques**, 45 (1), 1990, p. 48-60.
- _____. *Les peuples turcs* in: YERASIMOS, Stéphane (Dirigé par). **Les Turcs: Orient et Occident, Islam et Laïcité**. Paris: Éditions Autrement, 1994.
- _____. *Les États nomads en Asie centrale* in: UNESCO. **Histoire de l'Humanité**. Paris: Unesco, 2008 [2000], Volume IV: *600-1492*, p. 123-127.
- BEAUMONT, Peter; BLAKE, Gerald H. & WAGSTAFF, J. Malcolm. **The Middle East: A Geographical Study**. London/New York: John Wiley & Sons, 1976.

- BECKWITH, Christopher. **Empires of the Silk Road: A History of Central Eurasia From the Bronze Age to the Present**. Princeton/Oxford, UK: Princeton University Press, 2009.
- BENITE, Zvi Ben-Dor. **The Ten Lost Tribes: A World History**. Oxford/New York: Oxford University Press, 2009.
- BENTLEY, Jerry H.. **Old World Encounters: Cross-Cultural Contacts and Exchanges in Pre-Modern Times**. Oxford/New York: Oxford University Press, 1993.
- BERNARDINI, Michele. **Il Mondo Iranico e Turco dall’Avento dell’Islàm all’Affermazione dei Safavidi**. Torino: Giulio Einaudi Editore, 2003 (*Storia del Mondo Islamico, VII-XVI Secolo – Volume secondo*).
- BIRD, Jessalynn. *Damietta* in: MURRAY, Allan (Edited by). **The Crusades: An Encyclopedia**, Volume II, p. 343-344.
- BIROT, Pierre & DRESCH, Jean. **La Méditerranée et le Moyen Orient**. Paris: Presses Universitaires de France, 1956-1964, 2 Volumes.
- BISAHA, Nancy. *“New Barbarian” or worthy adversary? Humanist constructs of the Ottoman Turks in fifteenth-century Italy* in: BLANKS, David R. & FRASSETTO, Michael (Edited by). **Western View of Islam in Medieval and Early Modern Europe: Perception of Other**. New York: Saint Martin Press, 1999, p. 185-205.
- BISSIO, Beatriz. **Percepções do Espaço no Medievo Islâmico (Século XIV): O Exemplo de Ibn Khaldun e Ibn Battuta**. (Tese de Doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense/Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2008.
- BLOCH, Adolphe. *De l’origine des Turcs et en particulier des Osmanlis*. **Bulletins et Memoires de la Société d’Anthropologie de Paris**, 6 (3), 1915, p. 158-168.
- BONNASSIE, Pierre. *Survie et extinction du régime esclavagiste dans l’Occident du Haut Moyen Âge (IV^e-XI^e siècle)*. **Cahiers de Civilisation Médiévale**, XXVIII, 1985, p. 307-343.
- BONTE, Pierre. **Les Derniers Nomades**. Paris: Éditions Solar, 2004.
- BOROTAV, Pertev Naili. *Le mythe turc du premier homme d’après Abu Bekr b.’Abd Allah (XIV^e siècle)* in: SINOR, Denis (Edited by). **Proceedings of the**

- 23th International Congress of Orientalists.** Cambridge, 21-28 August 1954. London: Royal Asiatic Society, 1956, p. 198-199.
- BORRIE, W. D.. **The Growth and Control of World Population.** London: Weidenfeld & Nicolson, 1970.
 - BOSTAN, Zeynep. **An Analysis on the *Ahdiname* Practice of the Ottoman Unilateral Diplomacy.** (Dissertation: Master of Arts in International Relations and World Order). Leicester, UK: University of Leicester, April 2011.
 - BOSWORTH, Clifford Edmund. *Isfidjāb* in: **The Encyclopaedia of Islam.** New edition. Leiden: Brill, 2004, Volume XII – Supplement, p. 459-460.
 - BOTTE, Roger. **Esclavages et Abolitions en Terres d’Islam: Tunisie, Arabie Saoudite, Maroc, Mauritanie, Soudan.** Paris/Bruxelles: André Versaille Éditeur, 2010.
 - _____. *L’esclavage africain après l’abolition de 1848. Servitude et droit du sol.* **Annales: Histoire, Sciences Sociales**, 55 (5), septembre-octobre 2000, p. 1009-1037.
 - BOYLE, John Andrew. *The Alexander Romance in the East and West.* **Bulletin of the John Rylands University Library**, 60 (1), 1977, p. 13-27.
 - BRAIDWOOD, Robert J.. *From cave to village.* **Scientific American**, 187 (4), 1952, p. 62-66.
 - _____. *The agricultural revolution.* **Scientific American**, 203 (3), 1960, p. 130-148.
 - BRETT, Michael. *The way of the nomad.* **Bulletin of the School of Oriental and African Studies**, 58 (2), June 1995, p. 251-269.
 - BRIANT, Pierre. **Histoire de l’Empire Perse: De Cyrus à Alexandre.** Paris: Librairie Arthème Fayard, 1996.
 - BRINNER, W. M.. *Ibn Iyas.* **The Encyclopaedia of Islam.** Second edition. Leiden: E. J. Brill/London: Luzac & Co., 1986, Volume III, 812-813.
 - BROWN, Christopher Leslie & MORGAN, Philip D. (Edited by). **Arming Slaves: From Classical Times to the Modern Age.** New Haven/London: Yale University Press, 2006.
 - BULLIET, Richard W.. **The Camel and the Wheel.** Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1975.

- _____. *Neo-Mamluk legitimacy and the Arab Spring*. **Middle East Law and Governance**, 3 (1-2), October, 2011, p. 60-67.
- _____. **The Case for Islamo-Christian Civilization**. New York: Columbia University Press, 2004.
- _____. *Time to end US fear of the Muslim Brotherhood*. **The Guardian**, February 3, 2011. (*Online edition*).
- _____. *Twenty years of Islamic politics*. **Middle East Journal**, 53 (2), Spring, 1999, p. 189-200.
- _____. *With or without Mubarak, the generals flourish*. **The New York Times**, February 11, 2011. (*Online edition*).
- _____. *A one-man crusade*. **The Washington Post**, December 09, 2008 (*Online edition*).
- _____. **Religion and the State in Islam: From Medieval Caliphate to the Muslim Brotherhood**. Denver, Colorado: University of Denver/Center for Middle East Studies, 2013 (*Occasional Papers Series, 2*).
- BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. *Rômulo e Remo: escritos e ritos*. **História Revista**, 6 (2), julho-dezembro de 2001, p. 87-116.
- BYRNE, Joseph P. **The Black Death**. Westport, Connecticut/London: Greenwood Press, 2004.
- CABRAL, Georgina Vaz. **La Traite des Êtres Humains: Réalités de l'Esclavage Contemporain**. Paris: Éditions La Découverte, 2006.
- CAGAPTAY, Soner. **Islam, Secularism, and Nationalism in Modern Turkey: Who is a Turk?** London/New York: Routledge, 2006.
- CAHEN, Claude. **L'Islam: Des Origines au Début de l'Empire Ottoman**. Paris: Hachette, 1997 [1968/1970].
- _____. **La Syrie du Nord à l'Époque des Croisades et la Principauté Franche d'Antioche**. Paris: Institut Français de Damas/Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1940, (*Bibliothèque Orientale, Tome I*).
- _____. **La Turquie Pre-Ottomane**. Istanbul: Institut Français d'Études Anatoliennes/Divit Matbaacılık ve Yayıncılık, 1988 (Collection *Varia Turcica*).
- _____. *Le problème ethnique en Anatolie*. **Cahiers d'Histoire Mondiale**, Tome II, 1954, p. 347-362.

- CAMPBELL, George L.. **Concise Compendium of the World's Languages**. London/New York: Routledge, 1995.
- CAMPBELL, Gwyn (Edited by). **The Structure of Slavery in Indian Africa and Asia**. London/Portland, Oregon: Frank Cass Publishers, 2004.
- CARDINI, Franco. **Europa e Islam: Storia di un Malinteso**. Bari: Editori Laterza, 2006 [1999].
- CAUVIN, Jacques. **Naissance des Divinités, Naissance de l'Agriculture**. Paris: Éditions du C.N.R.S., 1997.
- CHALIAND, Gérard. **Les Empires Nomades: De la Mongolie au Danube, V^e Siècle av. J.-C. – XVI^e Siècle**. Paris: Éditions Perrin, 2006 [1995].
- CHEBEL, Malek. **L'Esclavage en Terre d'Islam: Un Tabou Bien Gardé**. Paris: Librairie Arthème Fayard, 2007.
- CHÉRIF, Mustapha. **L'Islam: Tolérant ou Intolérant?** Paris: Odile Jacob, 2006.
- CHICHIO, Boris. *Histoire de la formation des territoires autonomes chez les peuples turco-mongoles de Sibérie*. **Cahiers du Monde Russe et Soviétique**, XXVIII (3-4), Juillet-Décembre 1987, p. 361-402.
- _____. *L'anthropologie soviétique à l'heure de la perestrojka*. **Cahiers du Monde Russe et Soviétique**, 31 (2-3), Avril-Septembre 1990, p. 223-233.
- _____. *Trente années d'anthropologie (éthnografija) soviétique*. **Revue des Études Slaves**, 57 (2), 1985, p. 309-234.
- CHRISTIAN, David. *Steppe confederations* in: McNEILL, William H. et alli (Editors). **Berkshire Encyclopedia of World History**, Volume 4, p. 1782-1787.
- CIGAR, Norman. *The nationalist Serbian intellectuals and Islam: defining and eliminating a Muslim community* in: QURESHI, Emran & SELLS, Michael A. (Editors). **The New Crusades: Constructing the Muslim Enemy**. New York: Columbia University Press, 2003, p. 314-351.
- CLÉMENT, François. *Monde musulman: époque médiévale* in: PETRÉ-GRENOUILLEAU, Olivier (Sous la direction de). **Dictionnaire des Esclavages**. Paris: Larousse, 2010, p. 373-378.
- CLIFFORD, Winslow Williams. *Some observations on the course of Mamluk-Safavi relations (1502-1516/908-922) - I*. **Der Islam**, 70 (2), January 1993.

- CLOT, André. **L'Égypte des Mamelouks: L'Empire des Esclaves (1250-1517)**. Paris: Librairie Académique Perrin, 1996.
- COLE, Juan Ricardo. **Engaging the Muslim World**. New York: Palgrave Macmillan, 2009.
- COLES, Paul. **The Ottoman Impact on Europe**. London: Thames & Hudson, 1968 (*Library of European Civilization*).
- COLLINS, Roger. **Early Medieval Europe, 300-1000**. Hampshire/London: Macmillan Education, 1991.
- CREVELD, Martin van. **Technology and War: From 2000 B.C. to the Present**. Revised and expanded edition. New York/Ontario: The Free Press/Maxwell Macmillan, 1991 [1989].
- CRONE, Patricia. **Slaves on Horses: The Evolution of the Islamic Policy**. Cambridge/London: Cambridge University Press, 2003 [1980].
- CUISENIER, Jean. *Parenté et organisation sociale dans le domain turc*. **Annales: Économies, Sociétés, Civilisations**, 27 (4-5), 1972, p. 923-948.
- CURTO, Diogo Ramada (Direcção de). **O Tempo de Vasco da Gama**. Lisboa: Difel-Difusão Editorial/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998.
- CVETKOVA, Bistra A.. **Les Institutions Ottomanes en Europe**. Wiesbaden: Franz Steiner Verlag, 1978. (*Veröffentlichungen der Orientalischen Kommission*, Bd 32).
- DALE, Stephen Frederic. **The Muslim Empires of the Ottomans, Safavids, and Mughals**. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2010.
- DANIEL, Elton L.. **The Political and Social History of Khurasan Under Abbasid Rule, 747-820**. Minneapolis/Chicago: Bibliotheca Islamica, 1979.
- DANIEL, Norman. **Islam and the West: The Making of an Image**. 2nd edition. Oxford, UK: Oneworld Publications, 1993 [1960].
- DARYAEE, Touraj (Edited by). **The Oxford Handbook of Iranian History**. Oxford/New York: Oxford University Press, 2012.
- DAVIS, David Brion. *Introduction* in: BROWN, Christopher Leslie & MORGAN, Philip D. (Edited by). **Arming Slaves: From Classical Times to the Modern Age**. New Haven/London: Yale University Press, 2006, p. 1-13.

- DAVISON, Roderic H. **Turkey**. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, 1968 (*Modern Nations in Historical Perspective*).
- DE GROOT, Johannes Jacobus Maria. **The Religious System of China: Its Ancient Forms, Evolution, History and Present Aspect. Manners, Customs and Social Institutions Connected Therewith**. Leiden: E. J. Brill, 1901, Volume IV (Book II, Part I).
- DELUMEAU, Jean. **La Peur en Occident (XIV^e-XVIII^e Siècles): Une Cité Assiégée**. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1978.
- DERRICK, Jonathan. **Africa's Slaves Today**. New York: Schocken Books, 1975 [1974].
- DEUCLER, Martina. *Korea* in: DRESCHER, Seymour & ENGERMAN, Stanley L. (Editors). **A Historical Guide to World Slavery**, p. 244-246.
- DI NICOLA, Andrea (Coordinamento scientifico di). **Flussi e Rotte: La Tratta di Donne Dell'Est Europa Nella Regione del Veneto**. Trento: Transcrime-Università degli Studi di Trento/Università Cattolica del Sacro Cuore/Giunta della Regione del Veneto, 2004.
- DJAIT, Hichem. **L'Europe et l'Islam**. Paris: Éditions du Seuil, 1978.
- DJALILI, Mohammad-Reza & KELLNER, Thierry. **Géopolitique de la Nouvelle Asie Centrale**. Paris: Presses Universitaires de France, 2003.
- DOLS, Michael. *The general mortality of the Black Death in the Mamluk Empire* in: UDOVITCH, Abraham (Edited by). **The Islamic Middle East, 700-1900: Studies in Social and Economic History**. Princeton: Darwin Press, 1981, p. 404-411.
- DONINI, Pier Giovanni. **Il Mondo Islamico: Breve Storia dal Cinquecento a Oggi**. Bari: Editori Laterza, 2007 [2003].
- DONNER, Fred McGraw. **The Early Islamic Conquests**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1981.
- DROMPP, Michael R.. *The lone wolf in Inner Asia*. **Journal of the American Oriental Society**, 131 (4), December 2011, p. 515-526.
- DUCCELLIER, Alain. *Une mythologie urbaine: Constantinople vue d'Occident au Moyen Âge*. **Mélanges de l'École Française de Rome. Moyen Âge, Temps Modernes**. 96 (1), 1984, p. 405-424.

- DUSSAUD, René. **Topographie Historique de la Syrie Antique et Médiévale**. Paris: Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1927.
- EARLE, Edward Mead. *The new constitution of Turkey*. **Political Science Quarterly**, XL (1), march 1925, p. 73-100.
- EICKELMAN, Dale. **Middle East: An Anthropological Approach**. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice Hall, 1981.
- ELIADE, Mircea. **Le Chamanisme et les Techniques Archaïques de l'Extase**. Deuxième édition revue et augmentée. Paris: Payot, 1968 [1951].
- ELISSEÉFF, Nikita. **L'Orient Musulman au Moyen Age, 622-1260**. Paris: Librairie Armand Colin, 1977 (*Collection U*).
- ELTIS, David & ENGERMAN, Stanley L.. *Dependence, servility, and coerced labor in time and space in: ____ & ____* (Editors). **The Cambridge World History of Slavery**. New York: Cambridge University Press, 2011, Volume 3: *AD 1420-AD 1804*.
- EMECEN, Feridun M.. *Anatolian Emirates in: ÁGOSTON, Gábor & MASTERS, Bruce* (Editors). **Encyclopedia of the Ottoman Empire**, p. 40-42.
- ENLOE, Cynthia H.. **Ethnic Soldiers: State Security in Divided Societies**. Harmondsworth: Penguin Books, 1980.
- ENNAJI, Mohammed. **Le Sujet et le Mamelouk: Esclavage, Pouvoir et Religion dans le Monde Arabe**. Paris: Mille et Une Nuits/Librairie Arthème Fayard, 2007.
- FAGAN, Brian. **The Great Warming: Climate Change and the Rise and Fall of Civilizations**. New York: Bloomsbury Press, 2008.
- _____. **The Little Ice Age: How Climate Made History, 1300-1850**. New York: Basic Books, 2000.
- _____. **The Long Summer: How Climate Changed Civilization**. New York: Basic Books, 2003.
- _____. **Foods, Famines, and Emperors: El Niño and the Fate of Civilizations**. New York: Basic Books, 1999.
- FAROQHI, Suraiya. **Subjects of the Sultan: Culture and Daily Life in the Ottoman Empire**. London: I.B.Tauris, 2005.
- FARROKH, Kaveh. **Iran at War, 1500-1988**. London: Osprey Publishing, 2011.

- FERGUSON, Niall. **Empire: How Britain Made the Modern World**. London: Penguin Books, 2004 [2003].
- FIELDHOUSE, David Kenneth. **Economics and Empire, 1830-1914**. London: Weidenfeld & Nicolson, 1976.
- FINDLEY, Carter Vaughn. **Turkey, Islam, Nationalism, and Modernity: A History, 1789-2007**. New Haven/London: Yale University Press, 2010.
- _____. **The Turks in World History**. Oxford/New York: Oxford University Press, 2005.
- FINE, John Van Antwerp. **The Early Medieval Balkans: A Critical Survey From the Sixth to the Late Twelfth Century**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1983.
- FINKEL, Carole. **Osman's Dream: A History of the Ottoman Empire**. New York: Basic Books, 2006.
- FISCHER, Steven Roger. **A History of Language**. London: Reaktion Books, 2001 [1999].
- FLETCHER, Joseph. *The Mongols: ecological and social perspectives*. **Harvard Journal of Asiatic Studies**, 46 (1), June 1986, p. 11-50.
- FONTANA, Josep. **Europa Ante el Espejo**. Barcelona: Editorial Critica, 1994.
- FREELY, John. **The Grand Turk: Sultan Mehmet II – Conqueror of Constantinople and Master of an Empire**. New York: The Overlook Press, 2009.
- _____. **Jem Sultan: The Adventures of a Captive Turkish Prince in Renaissance Europe**. London: HarperCollins Publishers, 2004.
- FRYE, Richard Nelson. **The Heritage of Central Asia: From Antiquity to the Turkish Expansion**. Princeton: Markus Wiener Publishers, 1996.
- GALTER, Hannes D.. *Mesopotamia* in: KRECH III, Shepard et al. (Editors). **Encyclopedia of World Environmental History**, Volume 2, p. 830-834.
- GANSHOF, François Louis. **Qu'est-ce que la Féodalité?** Troisième édition, revue et augmentée. Bruxelles: Office de la Publicité, Éditeurs, 1957 [1944].
- GARCIN, Jean-Claude. *Le Proche-Orient à l'époque mamluke* in: GARCIN, Jean-Claude et alli. **Etats, Sociétés et Cultures du Monde Musulman Médiéval, X^e-XV^e Siècle**. Paris: Presses Universitaires de France, 1995,

Tome 1: *L'Evolution Politique et Sociale*, p. 343-369 (Collection Nouvelle Clio).

- GEISS, Paul Georg. **Pre-Tsarist and Tsarist Central Asia: Communal Commitment and Political Order in Change**. London/New York: RoutledgeCurzon, 2003.
- GIBB, Hamilton Alexander R.. **The Arab Conquests in Central Asia**. London: The Royal Asiatic Society, 1923.
- GILMAN, Nils. **Mandarins of the Future: Modernization Theory in Cold War America**. Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press, 2003.
- GLUBB, (Sir) John Bagot. **Soldiers of Fortune: The Story of the Mamelukes**. New York: Dorset Press, 1988.
- GOFFMAN, Daniel. **The Ottoman Empire and Early Modern Europe**. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2002.
- GOLDEN, Peter B.. **Introduction to the History of the Turkic Peoples: Ethnogenesis and State-Formation in Medieval and Early Modern Eurasia and the Middle East**. Wiesbaden: Otto Harrassowitz, 1992.
- _____. *Nomads and sedentary societies in Eurasia* in: ADAS, Michael (Edited by). **Agricultural and Pastoral Societies in Ancient and Classical History**. Philadelphia: Temple University Press/American Historical Association, 2001, p. 71-115.
- _____. *The Turkic peoples: a historical sketch* in: JOHANSON, Lars & CSATÓ, Éva Á.. (Edited by). **The Turkic Languages**. London/New York: Routledge, 1998, p. 16-29.
- _____. **Central Asia in World History**. Oxford/New York: Oxford University Press, 2011.
- GONÇALVES, José Henrique Rollo. *O cavalheiro de Saltes e as cozinheiras de Audagoste: estereótipos femininos entre os letrados islâmicos da Era Clássica* in: MOREIRA, Luiz Felipe Viel & GONÇALVES, José Henrique Rollo (Organizadores). **Etnias, Espaços e Idéias: Estudos Multidisciplinares**. Curitiba: Instituto Memória, 2009, p. 223-244.
- GOODWIN, Godfrey. **The Janissaries**. London: Saqi Books, 2006 [1994].

- GOODWIN, Jason. **Lords of the Horizons: A History of the Ottoman Empire**. New York: Henry Holt and Company, 1999 [1998].
- GORDON, Matthew S.. **The Breaking of a Thousand Swords: A History of the Turkish Military of Samarra, AH 200-275/815-889 CE**. Albany: State University of New York Press, 2001.
- GORDON, Murray. **Slavery in the Arab World**. New York: New Amsterdam, 1989 [1987].
- GOUBERT, Pierre. *Les temps modernes: a la recherche d'une définition* in: BENNASSAR, Bartolome & JACQUART, Jean. **Le XVI^e Siècle**. Paris: Librairie Armand Colin, 1972, p. 5-7 (*Collection U*).
- GOUROU, Pierre. **L'Asie**. Paris: Librairie Hachette, 1953 (*Collection Les Cinq Parties du Monde*).
- GRAY, John. **Black Mess: Apocalyptic Religion and the Death of Utopia**. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2007.
- GRIGG, David B.. **The Agricultural Systems of the World: An Evolutionary Approach**. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 1996 [1974].
- GROUSSET, René. **L'Empire des Steppes: Attila, Gengis-Khan, Tamerlan**. Paris: Payot, 1938.
- GUIGNOUX, Ph. & LITVINSKY, B. A.. *Religions and religious movements – I* in: LITVINSKY, B. A. (Editor). **History of Civilizations of Central Asia**. Paris: Unesco Publishing, 1996, Volume III: *The Crossroads of Civilizations, AD 250 to 750*, p. 403-420.
- GULICK, John. *The Arab Levant* in: SWEET, Louise E. (Editor). **The Central Middle East**. New Haven: Human Relations Area Files (HRAF Press), 1971, p. 79-170.
- GULLAN, Penny J. & CRANSTON, Peter S. **The Insects: An Outline of Entomology**. Fourth edition. Oxford/Chichester, West Sussex/Hoboken, New Jersey: Wiley-Blackwell, 2005 [2000].
- GUMILEV, Lev. **La Búsqueda de un Reino Imaginario: La Leyenda del Preste Juan**. Traducción castellana de Evgueni Agaltsev y Raquel Ribó. Barcelona: Editorial Crítica, 1994 [original ruso de 1970].

- HAARMANN, Ulrich. *L'Oriente arabo nel tardo Medioevo (1250-1517)* in: ____ (A cura di). **Storia del Mondo Arabo**. Traduzioni dallo tedesco da Stefania Terzi. Torino: Giulio Einaudi Editore, 2010, p. 231-286 [original alemão de 1987, atualizado em 2004: **Geschichte der Arabischen Welt**].
- HADDAD, Adnan; MUFUTA, Kabemba & MUTUNDA, Mwembo. **Fakhr as-Sūdān āla al-Bidān, òu Titres de Gloire des Noires sur les Blancs**. Paris: SEDES (Société d'Éditions de Enseignement Supérieur), 1989.
- HALDON, John. *The Ottoman State and the question of State autonomy: comparative perspectives*. **The Journal of Peasant Studies**, 18 (3-4), April-July 1991, p. 18-108.
- HALE, John. **The Civilization of Europe in the Renaissance**. New York/Toronto: Atheneum/Maxwell Macmillan Canada, 1994 [1993].
- HALL, Bruce S.. **A History of Race in Muslim West Africa, 1600-1960**. New York: Cambridge University Press, 2011.
- HALPERIN, Manfred. **The Politics of Social Change in the Middle East and North Africa**. Santa Monica, California: The Rand Corporation, 1963.
- HARTMANN, R.. *Dābik*. E. J. Brill's First **Encyclopaedia of Islam**. Leiden/New York/København/Köln: E. J. Brill, 1967 [1987], (*Photomechanical reprint*), Vol. II, p. 885.
- HATHAWAY, Jane. *Eunuchs* in: MARTIN, Richard C. (Edited by). **Encyclopedia of Islam and the Muslim World**. New York: Macmillan/Thomson Gale, 2004, Volume 1, p. 233-234.
- HEERS, Jacques. **Les Négriers en Terres d'Islam: La Première Traite des Noirs, VII^e-XVI^e Siècle**. Paris: Éditions Perrin, 2003.
- HELLIE, Richard. _____. *Slavery* in: MILLAR, James R. (Edited by). **Encyclopedia of Russian History**, Volume 4, p. 1402-1404.
- HELLIE, Richard. *Monde russe* in: PETRÉ-GRENOUILLEAU, Olivier (Sous la direction de). **Dictionnaire des Esclavages**, p. 498-504.
- HITTI, Philip Khuri. **History of the Arabs**. New York: Macmillan, 1937.
- _____. **History of Syria, Including Lebanon and Palestine**. New York: Macmillan Company, 1951.
- _____. **Syria: A Short History**. New York: The Macmillan Company, 1959.
- _____. **The Arabs: A Short History**. London: Macmillan & Co., 1948.

- _____. **The Near East in History**. Princeton: Van Nostrand, 1961
- HODGSON, Marshall G. S.. **The Venture of Islam: Conscience and History in a World Civilization**. Chicago: University of Chicago Press, 1977 [1975], Volume 3: *The Gunpowder Empires and Modern Times*.
- HOFFMANN, *Der mamlukisch-osmanische Militärsklave. Zu modifikationen einer historischen Konstante*. **Geschichte & Gesellschaft**, 29 Jahrg. (H 2), *Der Krieger*, 2003, p. 191-209.
- HOLT, Peter Malcolm et alli (Edited by). **The Cambridge History of Islam**. Cambridge: Cambridge University Press, 1970, 3 Volumes.
- _____. *The Mamluk Institution* in: CHOUËIRI, Youssef M. (Edited by). **A Companion to the History of the Middle East**. Malden, MA/Oxford, UK: Blackwell Publishing, 2005, p. 154-169.
- _____. **The Age of the Crusades: The Near East from the Eleventh Century to 1517**. London/New York: Longman, 1986.
- HOUSLEY, Norman. **Religious Warfare in Europe, 1400-1536**. Oxford/New York: Oxford University Press, 2002.
- _____. *The crusading movement, 1274-1700* in: RILEY-SMITH, Jonathan (Edited by). **The Oxford History of the Crusades**. Oxford: University of Oxford Press, 1999 (1995), p. 258-290.
- HOYLAND, Robert G.. **Arabia and the Arabs: From the Bronze Age to the Coming of Islam**. London/New York: Routledge, 2001.
- HUDSON, Michael C.. **Arab Politics: The Search for Legitimacy**. New Haven/London: Yale University Press, 1977.
- HUMPHREYS, R. Stephen. *Egypt in the World System of the Later Middle Ages* in: PETRY, Carl F. (Edited by). **The Cambridge History of Egypt**. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 1998, Volume I: *Islamic Egypt, 640-1517*, p. 460-461.
- HUNG, Chin-Fu. *China and the nomads: misconceptions in Western historiography on Inner Asia*. **Harvard Journal of Asiatic Studies**, 41 (2), December 1981, p. 597-628.
- HUNTINGTON, Ellsworth. *Changes of climate and history*. **The American Historical Review**, 18 (2), January 1913, p. 213-232.

- _____. **Civilization and Climate**. Second and enlarged edition. New Haven/London: Yale University Press/Oxford University Press, MDCCCCXXII [1915].
- _____. *Climate and the evolution of civilization* in: LULL, Richard Swann et alii. **The Evolution of the Earth and its Inhabitants**. New Haven: Yale University Press, 1918, p. 147-193.
- _____. **The Pulse of Asia: A Journey in Central Asia Illustrating the Geographic Basis of History**. Boston: Houghton, Mifflin and Company, 1907.
- ILO (International Labour Organization). **ILO Global Estimate of Forced Labour: Results and Methodology**. Geneva: International Labour Office/Special Action Programme to Combat Forced Labour (SAP-FL), 2012.
- IMBER, Colin. **The Ottoman Empire, 1300-1650: The Structure of Power**. New York: Palgrave Macmillan, 2002.
- INALCIK, Halil. *Mehemmed II*. **The Encyclopaedia of Islam**. Leiden: E. J. Brill, 1991, Volume 6, p. 978-981.
- _____. *Mehmed II*. **İslâm Ansiklopedisi**. Istanbul: Devlet Kitapları/Milli Eğitim Basımevi, 1950-1958, 7. Cilt, p. 506-535.
- _____. **The Ottoman Empire: The Classical Age, 1300-1600**. Translated from the Turkish by Norman Itzkowitz and Colin Imber. London: Phoenix, 2000 [1973].
- IRWIN, Robert. **The Middle East in the Middle Ages: The Early Mamluk Sultanate, 1250-1382**. Carbondale/Edwardsville: Southern Illinois University Press, 1986.
- _____. *Toynbee and Ibn Khaldun*. **Middle Eastern Studies**, 33 (3), July 1997, p. 461-479.
- _____. *Gunpowder and firearms in the Mamluk Sultanate reconsidered* in: WINTER, Michael & LEVANONI, Amalia (Edited by). **The Mamluks in Egyptian and Syrian Politics and Society**. Leiden/Boston: Brill, 2004, p. 117-139.
- ISSAR, Arie S. & ZOHAR, Mattanyah. **Climate Change: Environment and History of the Near East**. 2nd edition. Berlin/Heidelberg/New York: Springer-Verlag, 2007 [2004].

- ITZKOWITZ, Norman. **Ottoman Empire and Islamic Tradition**. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1980 [1972].
- JACKSON, Peter. *The state of research: the Mongol Empire, 1986-1999*. **Journal of Medieval History**, 26 (2), 2000, p. 189-210.
- JANDA, Richard D. & JOSEPH, Brian D.. *On language, change, and language change – or, of History, Linguistics, and Historical Linguistics* in: JANDA, Richard D. & JOSEPH, Brian D. (Edited by). **The Handbook of Historical Linguistics**. Malden, MA/Oxford, UK: Blackwell Publishing, 2003, p. 3-180.
- JENKINS, Gareth. **Political Islam in Turkey: Running West, Heading East?** New York/Hampshire: Palgrave Macmillan, 2008.
- JILA, Namu. *Myths and traditional beliefs about the wolf and the crow in Central Asia: examples from the Turkic Wu-Sun and the Mongols*. **Asian Folklore Studies**, 65 (2), 2006, p. 161-177.
- JOHNS, Jeremy. *Archaeology and the history of early Islam: the first seventy years*. **Journal of Economic and Social History of the Orient**, 46(4), 2003, p. 411-436.
- JOHNSON, John J. (Edited by). **The Role of the Military in Underdeveloped Countries**. Princeton: Princeton University Press, 1972 [1962].
- JOVANOVIĆ, Aleksandar. *Mehmet Sókolovitch, um sérvio no comando do Império Otomano* in: _____. **À Sombra do Quarto Crescente: Notas Sobre História e Cultura da Europa Centro-Oriental**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994, p. 250-259.
- JULY, Robert W.. **A History of the African People**. New York: Charles Scribner's Sons, 1970.
- KAFADAR, Cemal. **Between Two Worlds: The Construction of the Ottoman State**. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 1996 [1995].
- KARPAT, Kemal H.. *A language in search of a nation: Turkish in the National-State* in: _____. **Studies on Turkish Politics and Society: Selected Articles and Essays**. Leiden/Boston: Brill, 2004 [o ensaio é de 1984], p. 435-465.

- KARRAS, Ruth Mazo. *Gender and slavery* in: DRESCHER, Seymour & ENGERMAN, Stanley (Edited by). **A Historical Guide to World Slavery**. New York: Oxford University Press, 1998, p. 216-221.
- KELHOFFER, James A.. **The Diet of John the Baptist: “Locusts and Wild Honey” in Synoptic and Patristic Interpretation**. Tübingen: Mohr Siebeck, 2005.
- KENNEDY, Hugh. **The Armies of the Caliphs: Military and Society in the Early Islamic State**. London/New York: Routledge, 2001.
- _____. **The Court of the Caliphs: The Rise and Fall of Islam’s Greatest Dynasty**. London: Weidenfeld & Nicolson, 2004.
- _____. **The Prophet and the Age of the Caliphates: The Islamic Near East from the Sixth to the Eleventh Century**. Second edition. Harlow, UK/London/New York: Pearson Education/Longman, 2004 [1986].
- KEPEL, Gilles. **Le Prophète et Pharaon: Les Mouvements Islamistes dans l’Égypte Contemporaine**. Paris: Editions La Découverte, 1984.
- KHAZANOV, Anatoly M. *Underdevelopment and ethnic relations in Central Asia* in: MANZ, Beatrice F. (Edited by). **Central Asia in Historical Perspective**. Boulder/San Francisco: Westview Press, 1998 [1991/1994], p. 144-163.
- _____. *Nomads of Eurasian steppes in historical retrospective* in: KRADIN, N. N.; BONDARENKO, D. M. & BARFIELD, Thomas J. (Editors). **Nomadic Pathways in Social Evolution**. Moscow: Center for Civilizational and Regional Studies/Russian Academy of Sciences, 2003, p. 25-49.
- KIM, Hyong-In. *Korea* in: FINKELMAN, Paul & MILLER, Joseph C. (Edited by). **Macmillan Encyclopedia of World Slavery**, Volume 1, p. 457-459.
- KING-IRANI, Laurie. *Gender and Law* in: MATTAR, Philip (Edited by). **Encyclopedia of the Modern Middle East and North Africa**, Volume 2, p. 884-890.
- KLARE, Michael T.. **Blood and Oil: The Dangers and Consequences of America’s Growing Dependence on Imported Petroleum**. New York: Metropolitan Books, 2004.
- _____. **The Race for What’s Left: The Global Scramble for the World’s Last Resources**. New York: Metropolitan Books, 2012.

- KLENGEL, Horst. **Syria, 3000 to 300 B.C.: A Handbook of Political History**. Berlin: Akademie Verlag, 1992.
- KNECHT, Peter. *Aspects of Shamanism: an introduction* in: CHILSON, Clark & KNECHT, Peter (Edited by). **Shamans in Asia**. London/New York: RoutledgeCurzon, 2003, p. 1-30.
- KOENIGSBERGER, H. G.; MOSSE, George L. & BOWLER, G. Q.. **Europe in the Sixteenth Century**. Second edition. Harlow, Essex: Longman/Pearson Education, 1989 [1968].
- KORNFILT, Jaklin. *Turkish and the Turkic languages* in: COMRIE, Bernard (Edited by). **The World's Major Languages**. Second edition. London/New York: Routledge, 2009 [1987], p. 519-544.
- KOROBEINIKOV, Dimitri A.. *Diplomatic correspondence between Byzantium and the Mamlūk Sultanate in the Fourteenth Century*. **Al-Masāq**, 16 (1), March 2004, p. 53-74.
- KOSTIANOY, Andrey G. & KOSAREV, Aleksey N. (Editors). **The Black Sea Environment**. Berlin/Heidelberg: Springer-Verlag, 2008 (*The Handbook of Environmental Chemistry*, Volume 5, part Q).
- KRADER, Lawrence. **Formation of the State**. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, 1968 (*Foundations of Modern Anthropology Series*), esp. p. 11-20.
- _____. **Peoples of Central Asia**. Bloomington: Indiana University Publications/The Hague: Mouton & Co., 1966 [1963].
- KUPER, Adam. **The Invention of Primitive Society: Transformations of an Illusion**. London: Routledge, 1988.
- KYSLAZOV, L. R.. *Northern nomads* in: LITVINSKY, B. A. (Editor). **History of Civilizations of Central Asia**. Paris: Unesco Publishing, 1996, Volume III: *The Crossroads of Civilizations, AD 250 to 750*, p. 315-325.
- LABAND, John (Edited by). **Daily Lives of Civilians in Wartime Africa: From Slavery Days to Rwandan Genocide**. Westport: Greenwood Press, 2007.
- LACZKO, Frank. *Introduction* in: ____ & GOZDZIAK, Elzbieta (Edited by). **Data and Research on Human Trafficking: A Global Survey**. Geneva: International Organization for Migration, 2005.

- ____ & GRAMEGNA, Marco. *Developing better indicators of human trafficking*. **Brown Journal of World Affairs**, X (1), Summer/Fall 2003, p. 179-194.
- LANDAU, Jacob M.. **Pan-Turkism: From Irredentism to Cooperation**. London: C. Hurst & Co. Publishers, 1995 [1981].
- LANG, David Marshall. **The Bulgarians: From Pagan Times to the Ottoman Conquest**. London: Thames & Hudson, 1976.
- LAPIDUS, Ira Marvin. **A History of Islamic Societies**. Second edition. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2002 [1988].
- _____. *The separation of State and religion in the development of Early Islamic society*. **International Journal of Middle East Studies**, 6 (4), October 1975, p. 363-385.
- _____. *State and religion in Islamic societies*. **Past & Present**, (151), May 1996, p. 3-27.
- LATHAM, Michael E.. **Modernization as Ideology: American Social Science and "National Building" in the Kennedy Era**. Chapel Hill/London: The University of North Carolina Press, 2000.
- LE STRANGE, Guy. **Palestine under the Moslems: A Description of Syria and the Holy Land, from A.D. 650 to 1500**. London: Committee of the Palestine Exploration Fund, 1890.
- LELLOUCH, Benjamin. *1517: Prise du Caire par les Ottomans* in: BOUCHERON, Patrick (Sous la direction de). **Histoire du Monde au XV^e Siècle**. Paris: Librairie Arthème Fayard/Pluriel, 2012 [2009], Tome 2: *Temps et Devenirs du Monde*, p. 339-345.
- _____. *Puissance et justice retenue du sultan ottoman. Les massacres sur les fronts iranien et égyptien (1514-1517)* in: EL KENZ, David (Sous la direction de). **Le Massacre, Objet d'Histoire**. Paris: Éditions Gallimard, 2005, p. 171-182, 452-457.
- LEMERCIER-QUELQUEJAY, Chantal. **La Paix Mongole: Joug Tatar ou Paix Mongole?** Paris: Flammarion, 1970 (Coll. *Questions d'Histoire*, 13).
- LERNER, Daniel. **The Passing of Traditional Society: Modernizing the Middle East**. Glencoe: The Free Press, 1958.

- LEVI, Scott C.. *Hindus beyond the Hindu Kush: Indians in the Central Asian slave trade*. **Journal of the Royal Asiatic Society**, Series 3, 12 (3), 2002, p. 277-288.
- LEWIS, Bernard. **Istanbul and the Civilization of the Ottoman Empire**. Norman/London: University of Oklahoma Press, 1972 [1963].
- _____. *Ayn Djalut*. **The Encyclopaedia of Islam**. Leiden: E. J. Brill, 1986, Volume I, p. 786-787.
- _____. **Race and Slavery in the Middle East: An Historical Survey**. New York/Oxford: Oxford University Press, 2000.
- _____. **The Emergence of Modern Turkey**. 2nd edition. London/Oxford/New York: Royal Institute of International Affairs/Oxford University Press, 1968 [1961].
- _____. **The Middle East: A Brief History of the Last 2,000 Years**. New York: Scribner, 1995.
- LEWIS, Ioan M.. **Ecstatic Religion: A Study of Shamanism and Spirit Possession**. Third edition. London/New York: Routledge, 2003 [1971].
- LINDHOLM, Charles. **The Islamic Middle East: An Historical Anthropology**. London: Blackwell Publishers, 1996.
- LINDSAY, James E.. **Daily Life in the Medieval Islamic World**. Indianapolis/Cambridge: Hackett Publishing Company, 2005.
- LION, Brigitte & MICHEL, Cécile. *Criquets et autres insectes à Mari*. **Mari: Annales de Recherches Interdisciplinaires**. Paris, (8), 1997, p. 707-724.
- LITVINSKY, B. A.. *The Hephthalite Empire* in: ____ (Editor). **History of Civilizations of Central Asia**. Paris: Unesco Publishing, 1996, Volume III: *The Crossroads of Civilizations, AD 250 to 750*, p. 135-162.
- ____ & VOROBYOVA-DESYATOVSKAYA, M. I.. *Religions and religious movements – II* in: LITVINSKY, B. A. (Editor). **History of Civilizations of Central Asia**, Volume III, p. 421-448.
- LO JACONO, Claudio. **Il Vicino Oriente da Muhammad alla fine del Sultanato Mameluco**. Torino: Einaudi, 2002.
- LOMBARD, Maurice. **L'Islam dans sa Première Grandeur (VIII^e-XI^e Siècle)**. Paris: Flammarion Éditeur, 1971 [aulas de 1957/1960].

- LOVEJOY, Paul E.. **Transformations in Slavery: A History of Slavery in Africa**. Second edition. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2000 [1983].
- MAALOUF, Amin. **Les Croisades Vues par les Arabes**. Paris: Publ. J'ai Lu, 1999.
- MANTRAN, Robert (Sous la direction de). **Histoire de l'Empire Ottoman**. Paris: Fayard, 1989.
- _____. **Histoire d'Istanbul**. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1996 (Coll. *Histoire des Grandes Villes du Monde*).
- _____. **Histoire de la Turquie**. Paris: Presses Universitaires de France, 1952 (*Collection Que sais-je?*).
- MARGOLIOUTH, David Samuel and STENTON, Frank Merry. *Egypt II: Mohammedan period*. **Encyclopedia Britannica**, 1953, Volume 8, p.78-86.
- MARGUERON, Jean-Claude. **Les Mésopotamiens**. Paris: Armand Colin, 1991.
- MARKOV, Gennadij E.. *Les sociétés traditionnelles d'Asie Centrale*. (Traduit du russe par Valérie le Galcher-Baron). **Cahiers du Monde Russe et Soviétique**, 31 (2-3), Avril-Septembre 1990, p. 397-404.
- MARKS, Robert B. **The Origins of the Modern World: A Global and Ecological Narrative from the Fifteenth to the Twenty-First Century**. Second edition. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 2006 [2002].
- MARMON, Shaun E.. *Domestic slavery in the Mamluk Empire: a preliminary sketch* in: _____. (Editor). **Slavery in the Islamic Middle East**. Princeton: Markus Wiener Publishers, 1999, p. 1-24.
- _____. *Slavery, Islamic World* in: STRAYER, Joseph Reese (Editor in chief). **Dictionary of the Middle Ages**, Volume 11, p. 330-333.
- _____. *Black slaves in Mamluk narratives: representations of transgression*. **Al-Qantara**, XXVIII (2), julio-diciembre de 2007, p. 435-464.
- MARQUES, João Pedro. *Sur la nature du nomadisme des steppes eurasiatiques*. **L'Homme**, 28 (108), Décembre 1988, p. 84-98.

- MARSHAK, B. I. & NEGMATOV, N. N.. *Sogdiana* in: LITVINSKY, B. A. (Editor). **History of Civilizations of Central Asia**. Paris: Unesco Publishing, 1996, Volume III: *The Crossroads of Civilizations, AD 250 to 750*, p. 233-280.
- MASSÈ, Henri. *Selim I^e en Syrie d'après le Selim nâme*. **Mélanges Syriens Offertes à M. René Dussaud**. Paris: Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1939, Tome II.
- MASSON, V. M.. *The environment* in: DANI, A. H. & MASSON, V. M. (Edited by). **History of Civilizations of Central Asia**. Paris: Unesco Publishing, 1992, Volume I: *The Dawn of Civilization, Earliest Times to 700 B.C.*, p. 29-44.
- MASTERS, Bruce. *Bektaşî Order* in: ÁGOSTON, Gábor & MASTERS, Bruce (Editors). **Encyclopedia of the Ottoman Empire**, p. 88-89.
- _____. *Capitulations* in: ÁGOSTON, Gábor & MASTERS, Bruce (Editors). **Encyclopedia of the Ottoman Empire**, p. 118-119.
- MATUZ, Josef. *The nature and stages of Ottoman feudalism*. **Asian and African Studies**, (16), 1982, p. 281-292.
- McCARTHY, Justin. **The Ottoman Turks: An Introductory History to 1923**. London: Longman, 1997.
- McNEILL, William H. *The eccentricity of wheels, or Eurasian transportation in historical perspective*. **The American Historical Review**, 92 (5), December 1987, p. 1111-1126.
- _____. *Transportation: overview* in: ____ et alli (Editors). **Berkshire Encyclopedia of World History**. Second edition (in one volume). Great Barrington, Massachusetts: Berkshire Publishing Group, 2010 [2004], p. 2584-2595.
- _____. *The Age of Gunpowder Empires, 1450-1800* in: ADAS, Michael (Edited by). **Islamic & European Expansion: The Forging of a Global Order**. Philadelphia: Temple University Press/American Historical Association, 1993 [1989], p. 103-142.
- MEIGGS, Russell. **Trees and Timber in the Ancient Mediterranean World**. Oxford/New York: Oxford at The Clarendon Press, 1982.
- MÉLIKOFF, Irène. *From God of Heaven to King of Men: popular Islam among Turkic tribes from Central Asia to Anatolia*. **Religion, State & Society**, 24 (2/3), 1996, p. 133-138.

- MELLO, Ieda Avênia de. **Rituais e Cerimônias Régias da Dinastia de Avis: Pacto e Conflito na Entronização de D. João II (Portugal – 1438 a 1495)**. (Dissertação de Mestrado em História Social). Niterói: Universidade Federal Fluminense/Depto de História, 2007.
- MORDTMANN, J. H. & MÉNAGE, V. L.. *Dhu'l-Kadr*. **The Encyclopaedia of Islam**. Leiden: E. J. Brill, 1991, Volume II, p. 239-240.
- MORDTMANN, J. H.; INALCIK, Halil & YERASIMOS, Stéphane. *Istanbul* in: BOSWORTH, Clifford Edmund (Edited by). **Historic Cities of the Islamic World**, p. 180-218.
- MOSSE, George Lachmann. **The Image of Man: The Creation of Modern Masculinity**. Oxford/New York: Oxford University Press, 1996.
- MOUTAFCHIEVA, Vera P.. **Agrarian Relations in the Ottoman Empire in the 15th and 16th Centuries**. Boulder/New York: Distributed by Columbia University Press, 1988 (*East European Monographs*, CCLI).
- MURRAY, Alexander. **Suicide in the Middle Ages**. Oxford/London: Oxford University Press, 2000, Volume II: *The Curse on Self-Murder*.
- NEAIMI, Sadek. **L'Islam au Siècle des Lumières: Image de la Civilisation Islamique chez les Philosophes Français du XVIII^e Siècle**. Paris: L'Harmattan, 2003 (Collection *Histoire et Perspectives Méditerranéennes*).
- NEXON, Daniel H.. **The Struggle for Power in Early Modern Europe: Religious Conflict, Dynastic Empires, and International Change**. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2009.
- NICOLLE, David. **The Ottomans, Empire of Faith**. Ludlow, Shropshire, UK: Thalamus Publishing, 2008.
- NISBET, Robert Alexander. **Social Change and History: Aspects of the Western Theory of Development**. New York/Oxford: Oxford University Press, 1969.
- OR, Denis & KLYASHTORNY, S. G.. *The Türk empire* in: LITVINSKY, B. A. (Editor). **History of Civilizations of Central Asia**. Paris: Unesco Publishing, 1996, Volume III: *The Crossroads of Civilizations, AD 250 to 750*, p. 327-347.
- OSTAPCHUK, Victor. *Black Sea* in: ÁGOSTON, Gábor & MASTERS, Bruce (Editors). **Encyclopedia of the Ottoman Empire**, p. 89-91.

- PAGDEN, Anthony. **Worlds at War: The 2,500 Years Struggle Between East and West**. Oxford/New York: Oxford University Press, 2008.
- PAMUK, Şevket. *The Ottoman Empire in comparative perspective*. **Review**, XI (2), Spring 1988, p. 127-150.
- PANZAC, Daniel. *Plague* in: ÁGOSTON, Gábor & MASTERS, Bruce (Editors). **Encyclopedia of the Ottoman Empire**, p. 462-463.
- PATAI, Raphael. **The Arab Mind**. New York: Charles Scribners and Sons, 1973.
- PEDANI, Maria Pia. **Venezia, Porta d'Oriente**. Bologna: Società Editrice Il Mulino, 2010.
- _____. **Breve Storia dell'Impero Ottomano**. Roma: Aracne Editrice, 2006.
- PEKSEVGEN, Şefik. *Sokollu Family* in: ÁGOSTON, Gábor & MASTERS, Bruce (Editors). **Encyclopedia of the Ottoman Empire**, p. 534-536.
- PERNOUD, Régine. **Les Croisades**. Paris: René Julliard, 1960.
- PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, Olivier. **Les Traités Négrières: Essai d'Histoire Globale**. Paris: Éditions Gallimard, 2004.
- PEYROU-PISTOULEY, Sylvie. *Identification et repression de l'esclavage domestique en France: "Peut mieux faire"*. **Currentul Juridic/The Juridical Current**. Targu-Mures (Romania): Universitatea Petru Maior, Serie nouă, (44), march 2011, p. 61-76.
- PHILIPS, JR, William D. **Slavery From Roman Times to the Early Transatlantic Trade**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1985.
- PIPES, Daniel. **Slave Soldiers and Islam: The Genesis of a Military System**. New Haven/London: Yale University Press, 1981.
- PLANHOL, Xavier de & ROGNON, Pierre. **Les Zones Tropicales Arides et Subtropicales**. Paris: Librairie Armand Colin, 1970.
- _____. **Les Fondements Géographiques de l'Histoire de l'Islam**. Paris: Flammarion, Éditeur, 1968.
- _____. **Les Nations du Prophète: Manuel Géographique de Politique Musulmane**. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1993.
- _____. **Minorités en Islam: Géographie Politique et Sociale**. Paris: Flammarion, 1997.

- PLUSKOWSKI, Aleksander. **Wolves and the Wilderness in the Middle Ages**. Woolbridge, UK: The Boydell Press, 2006.
- POCOCK, J. G. A.. **Barbarism and Religion**. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2005. *Volume Four: Barbarians, Savages and Empires*.
- POPOVIC, Alexander & VEINSTEIN, Gilles (Sous la direction de). **Les Voies d'Allah: Les Ordres Mystiques dans le Monde Musulman des Origines à Aujourd'hui**. Paris: Librairie Artème Fayard, 1996.
- POSTGATE, Nicholas & POWELL, Marvin (General editors). **Trees and Timber in Mesopotamia**. Cambridge: Faculty of Oriental Studies/University of Cambridge, 1992, *Bulletin of Sumerian Agriculture*, Volume VI.
- PYE, Lucian W. (Edited by). **Communications and Political Development**. Princeton: Princeton University Press/Social Science Research Council, 1963.
- QUIRK, Joel. **Unfinished Business: A Comparative Survey of Historical and Contemporary Slavery**. Paris: UNESCO (Slave Route Project)/Oriental Chambers, UK: Wilberforce Institute for the Study of Slavery and Emancipation (WISE)-University of Hull, 2008.
- RALEIGH, Veena Soni. *Demography* in: LOCK, Stephen; LAST, John M. & DUNEA, George (Edited by). **The Oxford Illustrated Companion to Medicine**. Third edition (updated). Oxford/New York: Oxford University Press, 2001 [1986; 1994], p. 217-222.
- REED, H. A.. *Karāmān*. **The Encyclopaedia of Islam**. Leiden: E. J. Brill, 1997, Volume IV, p. 617-618
- RIST, Gilbert. **Le Développement: Histoire d'une Croyance Occidentale**. Paris: Presses de Sciences Politiques, 1996.
- ROBINSON, Ronald & GALLAGHER, John (with DENNY, Alice). **Africa and the Victorians: The Official Mind of Imperialism**. London: Macmillan, 1961.
- ROGAN, Eugene. **The Arabs: A History**. New York: Basic Books, 2009.
- ROMANO, Roberto. **Conservadorismo Romântico: Origem do Totalitarismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

- ROTMAN, Youval. *Mamelouk* in: PETRÉ-GRENOUILLEAU, Olivier (Sous la direction de). **Dictionnaire des Esclavages**, p. 334-335.
- ROUX, Jean-Paul. **Asie Centrale: Histoire et Civilisations**. Paris: Librairie Artème Fayard, 1997.
- _____. **Histoire de l'Iran et des Iraniens: Des Origines à nos Jours**. Paris: Librairie Arthème Fayard, 2006.
- _____. **Histoire des Turcs: Deux Mille Ans du Pacifique à la Méditerranée**. Paris: Librairie Artème Fayard, 1984.
- _____. *La religion des turcs de l'Orkhon des VII^e et VIII^e siècles (premier article)*. **Revue de l'Histoire des Religions**, 161 (1), 1962.
- _____. **La Religion des Turcs et des Mongols**. Paris: Payot, 1984.
- _____. *Sacerdoce et empires universels chez les turco-mongols*. **Revue de l'Histoire des Religions**, 204 (2), 1987, p. 151-174.
- _____. *Tängri. Essai sur le ciel-dieu des peuples altaïques (premier article)*. **Revue de l'Histoire des Religions**, 149 (1), 1956, p. 49-82.
- _____. *Tengri* in: JONES, Lindsay (Editor in chief). **Encyclopedia of Religion**, Volume 13, p. 9080-9082, (Article translated from French by Sherri L. Granka).
- ROY, Olivier. *Ethnies et politique en Asie Centrale*. **Revue du Monde Musulman et de la Méditerranée**, (59-60), 1991, p. 17-36.
- _____. **La Nouvelle Asie Centrale, ou La Fabrication des Nations**. Paris: Editions du Seuil, 1997.
- RUFFIÉ, Jacques & SOURNIA, Jean-Charles. **Les Épidémies dans l'Histoire de l'Homme: Essai d'Anthropologie Médicale**. Nouvelle édition revue et augmentée. Paris: Flammarion, 1995 [1984].
- RUNCIMAN, Steven. **The Fall of Constantinople 1453**. London/New York: Cambridge at the University Press, 1969 [1965].
- SAID, Edward W.. **Covering Islam: How the Media and the Experts Determine How We See the Rest of the World**. Revised edition. New York: Vintage Books, 1997 [1981].
- SARDELLA, Pierre. **Nouvelles et Spéculations a Venise au Début du XVI^e Siècle**. Paris: Librairie Armand Colin, s/d (c.1948) (*Cahiers des Annales*, 1).

- SAVAGE, E. *Berbers and blacks: Ibadi slave traffic in Eight-Century North Africa*. **Journal of African History**, 33 (3), 1992, p. 351-368.
- SCHIMMEL, Annemarie. **Deciphering the Signs of God: A Phenomenological Approach to Islam**. Albany: State University of New York Press, 1994.
- SCHNITZLER, Annik. *Les voyages du lion*. **Pour la Science**, (418), Août 2012, p. 50-55.
- SCHWABE, Calvin W.. *Animals in the Ancient World* in: MANNING, Aubrey & SERPELL, James (Edited by). **Animals and Human Society: Changing Perspectives**. London/New York: Routledge, 1994, p. 36-58.
- SCHWOEBEL, Robert H.. *Coexistence, conversion, and the Crusade against the Turks*. **Studies in the Renaissance**, (12), 1965, p. 164-187.
- SCOTT, Susan & DUNCAN, Christopher J.. **Biology of Plagues: Evidence from Historical Populations**. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2003 [2001].
- SEMPLE, Ellen Churchill. *Geographic location as a factor in history*. **Bulletin of the American Geographical Society**, 40 (2), 1908, p. 65-81.
- _____. **Influences of Geographical Environment: On the Basis of Ratzel's System of Anthro-Geography**. New York: Henry Holt and Company/London: Constable and Company, 1911.
- _____. *The operation of geographic factors in history*. **Bulletin of the American Geographical Society**, 41 (7), 1909, p. 422-439.
- SETTON, Kenneth M.. **The Papacy and the Levant (1204-1571)**. Philadelphia: The American Philosophical Society, 1984, Volumes. III e IV.
- SEVIM, A. & BOSWORTH, C. E.. The Seljuqs and the Khwarasm Shahs in: ASIMOV, M. S. & BOSWORTH, C. E. (Edited by). **History of Civilizations of Central Asia**. Paris: UNESCO, 1998, Volume IV: *The Age of Achievement: AD 750 to the End of Fifteenth Century*. Part One. p. 145-175.
- SHABAN, Mohammed A.. **Islamic History: A New Interpretation**. Cambridge, UK/New York: Cambridge University Press, 1976, Vol. 2: *A.D. 750-1055 (A.H. 132-448)*.
- _____. **The 'Abbāsid Revolution**. Cambridge, UK/London/New York: Cambridge University Press, 1970.

- SHAHIN, Emad Eldin. **Political Ascent: Contemporary Islamic Movements in North Africa**. Boulder, Colorado: Westview Press, 1998 [1997].
- SHAW, Stanford J.. **History of the Ottoman Empire and Modern Turkey**. Cambridge/London: Cambridge University Press, 1976, Volume 1: *Empire of the Gazis: The Rise and decline of the Ottoman Empire, 1280-1808*.
- SINOR, Denis. *The establishment and dissolution of the Türk empire* in: ____ (Edited by). **The Cambridge History of Early Inner Asia**. Cambridge/New York/Melbourne: Cambridge University Press, 1994 [1990], p. 285-316.
- _____. *The first Türk empire (553-682)* in: LITVINSKY, B. A. (Editor). **History of Civilizations of Central Asia**. Paris: Unesco Publishing, 1996, Volume III: *The Crossroads of Civilizations, AD 250 to 750*, p. 329.
- _____. *The Hun period* in: ____ (Edited by.). **The Cambridge History of Early Inner Asia**, p. 177-205.
- _____. *The Inner Asian warriors*. **Journal of the American Oriental Society**, 101 (2), April-June 1981, p. 133-144.
- _____. *The legendary origin of the Türks* in: ZYGAS, Egle Victoria & VOORHEIS, Peter (Editors). **Folklorica: Festschrift for Felix J. Oinas**. Bloomington: Indiana University/Research Institute for Inner Asian Studies, 1982, p. 223-258.
- _____. *Rediscovering Central Asia*. **Diogenes**, 51 (7), 2004.
- SOUCEK, Svat. **A History of Inner Asia**. Cambridge, UK/New York: Cambridge University Press, 2000.
- SOURDEL, Dominique. **L'Islam Médiéval: Religion et Civilisation**. Paris: Presses Universitaires de France, 2005 [1979], (Collection *Quadrige*).
- ____ & SOURDEL, Janine. **La Civilisation de l'Islam Classique**. Paris: Editions Arthaud, 1983 [1968].
- SPIERS, E. M.. *Dervishes and fanaticism: perceptions and impact* in: HUGHES, Matthew & JOHNSON, Gaynor (Edited by). **Fanaticism and Conflict in the Modern Age**. London/New York: Frank Cass, 2005, p. 19-32.
- STAVRIANOS, Leften Stavros. **Global Rift: The Third World Comes of Age**. New York: William Morrow & Company, 1981.

- STELLO, Annika. *La traite d'esclaves en Mer Noire au début du XVe siècle. Medieval Mediterranean Slavery: Comparative Studies on Slavery and the Slave Trade in Muslim, Christian, and Jewish Societies (8th–15th Centuries)*. April 2009. [Disponível em [http://med-slavery.unitrier.de:9080/minev/MedSlavery/publications/Traite Esclaves Mer Noire.pdf](http://med-slavery.unitrier.de:9080/minev/MedSlavery/publications/Traite%20Esclaves%20Mer%20Noire.pdf) – acesso: julho de 2012].
- STEWART, Charles C.. *Une interprétation du conflit sénégal-mauritanien. Revue du Monde Musulman et de la Méditerranée*, 54 (4), 1989, p. 161-170.
- STREUSAND, Douglas E.. **Islamic Gunpowder Empires: Ottomans, Safavids, and Mughals**. Boulder: Westview Press, 2011.
- STRIPLING, George William Frederick. **The Ottoman Turks and the Arabs, 1511-1574**. Urbana: The University of Illinois Press, 1942.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Connected histories: notes toward a reconfiguration of Early Modern Eurasia. Modern Asian Studies*, 31 (3), 1997, p. 735-762.
- _____. **From the Tagus to the Ganges**. New Delhi/Oxford/New York: Oxford University Press, 2005.
- _____. **The Portuguese Empire in Asia, 1500-1700: A Political and Economic History**. Second edition. Malden, Massachusetts/Oxford: Willey-Blackwell, 2012 [1993].
- SUGAR, Peter F.. **Southeastern Europe under Ottoman Rule, 1354-1804**. Seattle: The University of Washington Press, 1977.
- TACHAU, Frank. *The search for national identity among the Turks. Die Welt des Islams*. New serie, 8 (3), 1963, p. 165-176.
- TANSEL, Selahhâtin. **Yavuz Sultan Selim**. Ankara: Milli Egitim Basimevi, 1969.
- TAUZIN, Aline. *Le gigot et l'encrier. Maîtres et esclaves en Mauritanie à travers la littérature orale. Revue du Monde Musulman et de la Méditerranée*, 51 (1), 1989, p. 74-90.
- **The Ottoman Empire: The Sultans, the Territory, and the People**. London: The Religious Tract Society, 1859.

- THOMAZ, Luís Filipe Ferreira Reis. *D. Manuel, a Índia e o Brasil*. **Revista de História**, (161), 2^o semestre de 2009, p. 13-57.
- THOMAZ, Luís Filipe Ferreira Reis. **De Ceuta a Timor**. Segunda edição. Lisboa: Difel – Difusão Editorial, 1998 [1994], p. 44-167.
- THOMPSON, Jack H. & REISCHAUER, Robert D. (Edited by). **Modernization of the Arab World**. Princeton: Van Nostrand, 1966.
- THOMSON, Ann. *Islam* in: DELON, Michel (Sous la direction de). **Dictionnaire Européen des Lumières**, p. 601-603.
- TIGNOR, Robert L.. **Egypt: A Short History**. Princeton/Oxford, UK: Princeton University Press, 2011 [2010].
- TOLAN, John Victor. **Saracens: Islam in the Medieval European Imagination**. New York: Columbia University Press, 2002.
- TOYNBEE, Arnold. **A Study of History**. Oxford/London: Oxford University Press/Royal Institute of International Affairs, 1934, Volume 1.
- _____. **Between Oxus and Jumna**. Oxford: Oxford University Press, 1961.
- _____. **Mankind and Mother Earth: A Narrative History of the World**. New York/London: Oxford University Press, 1976.
- TSCHUDI, Rudolf. *Bektāshiyya*. **The Encyclopaedia of Islam**. Leiden: E. J. Brill, 1986, Volume I, p. 1161-1163.
- VAISSIÈRE, Étienne de la. *Huns et Xiongnu*. **Central Asiatic Journal**, 49 (1), 2005, p. 3-26.
- VALENSI, Lucette. *La Tour de Babel: groupes et relations ethniques au Moyen-Orient et en Afrique du Nord*. **Annales: Économies, Sociétés, Civilisations**, 41 (4), juillet-août 1986, p. 817-838.
- VATIN, Nicolas. *L'ascension des Ottomans (1451-1512)* in: MANTRAN, Robert (Sous la direction de). **Histoire de l'Empire Ottoman**. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1989, p. 81-116.
- VEINSTEIN, Gilles. *Les confréries* in: BALTA, Paul (Sous la direction de). **Islam: Civilisation et Sociétés**. Paris: Editions du Rocher, 1991, p. 95-105.
- VERLINDEN, Charles. *La présence turque a Otrante (1480-1451) et l'esclavage* in: FONSECA, Cosimo Damiano (a cura di). **Otranto 1480: Atti del Convegno Internazionale di Studio Promosso in Occasione del V**

- Centenario della Caduta di Otranto ad Opera dei Turchi.** (Otranto, 19-23 maggio 1980). Galatina: Congedo Editore, 1986, Volume primo, p. 137-149.
- VIALON, Marie. *La lettre à Mehmet II ou le loup et le agneau.* **Cahiers d'Études Italiennes**, (13), 2011, p. 129-139.
 - VRYONIS, JR, Speros. **The Rise of Medieval Hellenism in Asia Minor and the Process of Islamization From the Eleventh Through the Fifteenth Century.** Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 1986 [1971].
 - _____. **Byzantium and Europe.** London: Thames & Hudson, 1967 (*Library of European Civilization*).
 - _____. *Isidore Gablas and the Turkish devshirme.* **Speculum**, 31 (3), July 1956, p. 433-443.
 - _____. *The Byzantine legacy and Ottoman forms.* **Dumbarton Oaks Papers**, (23/24), 1969/1970, p. 251-308.
 - WATERSON, James. **The Knights of Islam: The Wars of the Mamluks.** London/Saint Paul, USA: Greenhill Books/MBI Publishing, 2007.
 - WHEATCROFT, Andrew. **Infidels: A History of the Conflict Between Christendom and Islam.** New York: Random House, 2004 [2003].
 - WHEELIS, Mark. *Biological warfare at the 1346 siege of Caffa.* **Emerging Infectious Diseases**, (9), December 2002, p. 971-975.
 - WICKHAM, Chris. *The other transition: from the Ancient World to Feudalism.* **Past & Present**, 103 (1), 1984, p. 3-36.
 - WILLCOX, George; FORNITE, Sandra & HERVEUX, Linda. *Early Holocene cultivation before domestication in Northern Syria.* **Vegetation History and Archaeobotany**, 17 (3), 2008, p. 313-325.
 - WINROW, Garreth. *Turkey and Former Soviet Central Asia: national and ethnic identity.* **Central Asian Survey**, 11 (3), 1992, p. 101-111.
 - WINTER, Michael. *The Ottoman occupation in:* PETRY, Carl F. (Edited by). **The Cambridge History of Egypt.** Cambridge/New York: Cambridge University Press, 1998, Volume I: *Islamic Egypt, 640-1517.*
 - _____. **Egyptian Society under Ottoman Rule, 1517-1798.** London/New York: Routledge, 1992.

- XINGLIANG, He & HONGZHEN, Guo. **A History of Turks**. Beijing: China Intercontinental Press, 2008.
- YAAKUB, Noor Inayah et alli. *A note on the Mamluk historians' description of plagues in Egypt*. **Middle-East Journal of Scientific Research**, (7), 2011, p. 108-111.
- YERASIMOS, Stéphane. 'Quel bonheur de se nommer Turc!' in: YERASIMOS, Stéphane (Dirigé par). **Les Turcs: Orient et Occident, Islam et Laïcité**. Paris: Éditions Autrement, 1994.
- YUSOFF, Kamaruzaman. *Ottoman's presence in Egypt (923/1517) and its political implications: an overview*. **Jebat: Malaysian Journal of History, Politics & Strategic Studies**, Bangi Selangor, (23), 1985, p. 83-88.
- ZACHARIADOU, Elizabeth A.. *Janissaries* in: KASDAN, Alexander (Editor in chief). **The Oxford Dictionary of Byzantium**. New York/Oxford: Oxford University Press, 1991, Volume 2, p. 1031.
- ZARCONE, Thierry. **La Turquie Moderne et l'Islam**. Paris: Flammarion, 2004.
- ZIADEH, Nicola A.. **Damascus under the Mamlūks**. Norman: University of Oklahoma Press, 1964 (*The Centers of Civilization Series*).
- ZNAMENSKI, Andrei A.. **The Beauty of the Primitive: Shamanism and the Western Imagination**. Oxford/New York: Oxford University Press, 2007.
- ZÜRCHER, Erik Jan. **Turkey: A Modern History**. London/New York: I. B. Tauris, 2004 [1993; 1997].
- ZUWIYYA, David (Edited by). **A Companion to Alexander Literature in the Middle Ages**. Leiden/Boston: Brill, 2011.

Obras complementares (conceitos e problemas teóricos e metodológicos):

- ANSART-DOURLIN, Michèle. **Le Fanatisme: Terreur Politique et Violence Psychologique**. Paris: L'Harmattan, 2007.
- AYUBI, Nazih N.. **Over-Stating the Arab State: Politics and Society in the Middle East**. London/New York: I. B. Tauris, 2009 [1995].
- BOHANNAN, Paul. **We, The Alien: An Introduction to Cultural Anthropology**. Prospect Heights, Illinois: Waveland Press, 1992.

- BOURDIEU, Pierre. *Décrire et prescrire: note sur les conditions de possibilité et les limites de l'efficacité politique*. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, (38), 1981.
- BRAUDEL, Fernand. *Histoire et sciences sociales: la longue durée*. **Annales: Économies, Sociétés, Civilisations**, 13 (4), 1958.
- _____. *En guise de conclusion*. **Review**, 1 (3/4), Winter-Spring 1978, p. 243-261.
- _____. **La Dynamique du Capitalisme**. Paris: Flammarion, 1985 [1977].
- _____. **Autour de la Méditerranée**. Paris: Éditions de Fallois, 1996.
- BRUNER, Jerome Seymour. **Acts of Meaning: Four Lectures on Mind and Culture**. Cambridge, Massachusetts/London: Harvard University Press, 1990.
- _____. **Actual Minds, Possible Worlds**. Cambridge, Massachusetts/London: Harvard University Press, 1986.
- BUTTIMER, Anne. *Grasping the dynamism of lifeworld*. **Annals of the Association of American Geographers**, 66 (2), June 1976, p. 277-292.
- CERTEAU, Michel de. **L'Écriture de l'Histoire**. Paris: Éditions Gallimard, 1975.
- ____ & GIARD, Luce. **L'Ordinaire de la Communication**. Paris: Dalloz/Ministère de la Culture, 1983.
- CHASE-DUNN, Christopher & ANDERSON, E. N. (Edited by). **The Historical Evolution of World-Systems**. New York/Hampshire: Palgrave Macmillan, 2005.
- ____ & HALL, Thomas D.. **Rise and Demise: Comparing World-Systems**. Boulder: Westview Press, 1997.
- COSER, Lewis A.. **The Functions of Social Conflict: An Examination of the Concept of Social Conflict and its Use in Empirical Sociological Research**. New York: The Free Press, 1964 [1956].
- CRONE, Patricia. **Pre-Industrial Societies: Anatomy of the Pre-Modern World**. Oxford: Oneworld, 2003.
- CROSBY, Alfred W.. *The past and present of environmental history*. **American Historical Review**, 100 (4), October 1995, p. 1177-1189.

- DIAMOND, Jared. **Collapse: How Societies Choose to Fall or Succeed**. New York: Viking Press, 2005.
- _____. **Guns, Germs, and Steel: The Fates of Human Societies**. New York: Norton, 1997.
- DOSSE, François. *Michel de Certeau et l'écriture de l'histoire*. **Vingtième Siècle: Revue d'Histoire**, (78), 2/2003, p. 145-156.
- EARLE, Timothy. *Political domination and social evolution* in: INGOLD, Tim (Edited by). **Companion Encyclopedia of Anthropology**, p. 940-961.
- EISENSTADT, S. N.. *Empires* in: SILLS, David (Edited by). **International Encyclopedia of the Social Sciences**, 1968, Volume 5, p. 41-43.
- ENGERMAN, Stanley. *Slavery* in: HOROWITZ, Maryanne Cline (Edited by). **New Dictionary of the History of Ideas**, Volume 5, p. 2213-2216.
- FABIETTI, Ugo. *Pastorizia* in: ROMANO, Ruggiero (Editore). **Enciclopedia Einaudi**. Torino: Einaudi Editore, 1978, Vol. X (*Opinione-Probabilità*), p. 515-527.
- FARGE, Arlette. *Penser et définir l'événement en histoire: approche des situations et des acteurs sociaux*. **Terrain: Revue d'Ethnologie de l'Europe**, (38), 2002.
- FERJANI, Mohamed-Chérif. **Le Politique et le Religieux dans le Champ Islamique**. Paris: Librairie Arthème Fayard, 2005.
- FINLEY, Moses. *Slavery* in: SILLS, David (Edited by). **International Encyclopedia of the Social Sciences**, 1968, Vol. 14, p. 307-313.
- _____. *Slavery* in: BOTTOMORE, Tom (Edited by). **A Dictionary of Marxist Thought**, p. 496-497.
- FORTUNA, Carlos. *Desenvolvimento e sociologia histórica: acerca da teoria do sistema mundial capitalista e da semiperiferia*. **Sociologia: Problemas e Práticas**, (3), 1987, p. 163-195.
- FRANK, Andre Gunder. *A theoretical introduction to 5000 years of world system history*. **Review**, 13 (2), Spring 1990, p. 155-248.
- _____. **ReORIENT: Global Economy in the Asian Age**. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 1998.
- FRANKFORT, Henri & FRANKFORT, H. A.. *Myth and reality* in: ____; ____; WILSON, John A., & JACOBSEN, Thorkild. **Before Philosophy: The**

- Intellectual Adventure of Ancient Man.** Harmondsworth: Penguin Books, 1949 [1946].
- FRIED, Morton H.. *On the concepts of "tribe" and "tribal society"*. **Transactions of the New York Academy of Sciences**, 28 (4), series II, February 1966, p. 527-540.
 - _____. *The classification of corporate unilineal descent groups*. **The Journal of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland**, 87 (1), January-June 1957, p. 1-29.
 - _____. **The Evolution of Political Society: An Essay in Political Anthropology**. New York: Random House, 1967.
 - _____. **The Notion of Tribe**. Menlo Park, California/Readings, Massachusetts: Cummings Publishing Company, 1975.
 - GELLNER, Ernest. *Cohesion and identity: the Maghreb from Ibn Khaldun to Emile Durkheim*. **Government & Opposition**, 10 (2), 1975, p. 203-218.
 - GILLS, Barry K. & FRANK, Andre Gunder. *The cumulation of accumulation: theses and research agenda for 5000 years of world system history*. **Dialectical Anthropology**, (15), 1990, p. 19-42.
 - GODELIER, Maurice. **Horizon, Trajets Marxistes en Anthropologie**. Paris: François Maspero, 1973.
 - GOLDSTONE, Jack A.. *Initial conditions, general laws, path dependence, and explanation in historical sociology*. **American Journal of Sociology**, 104 (3), November 1998, p. 829-845.
 - GOLDTHORPE, John H. *The uses of history in sociology: a reply*. **The British Journal of Sociology**, 45 (1), March 1994, p. 55-77.
 - _____. *The uses of history in sociology: reflections on some recent tendencies*. **The British Journal of Sociology**, 42 (2), June 1991, p. 211-230.
 - GOODY, Jack. *Slavery in time and space* in: WATSON, James L. (Edited by). **Asian and African Systems of Slavery**. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1980.
 - GUERREAU, Alain. **Le Féodalisme, un Horizon Théorique**. Paris: La Sycomore, 1980.
 - HALLIDAY, Fred. **100 Myths About the Middle East**. London: Saqi Books, 2005.

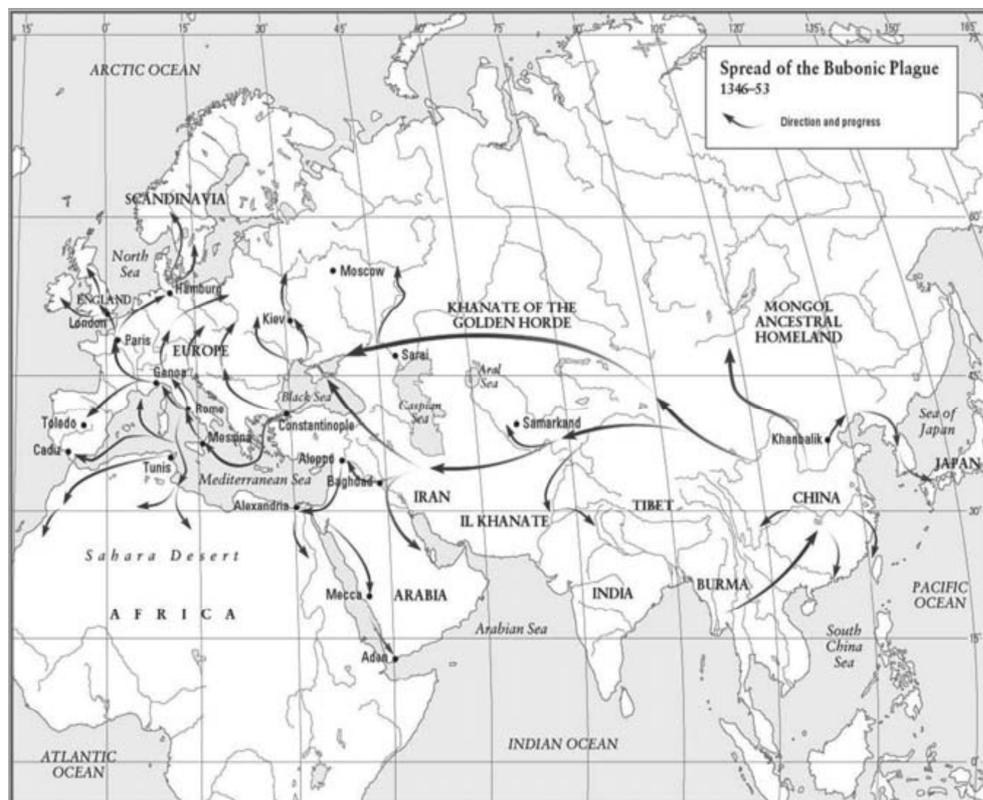
- HANNAFORD, Ivan. **Race: The History of an Idea in the West.** Washington/Baltimore/London: The Woodrow Wilson Center Press/The John Hopkins University Press, 1996.
- HARRIS, Marvin. **The Rise of Anthropological Theory: A History of Theories of Culture.** New York: Thomas Y. Crowell Company, 1968.
- KIRK, Dudley. *Demographic transition theory.* **Population Studies**, 50 (3), November 1996, p. 361-387.
- KOPYTOFF, Igor. *Slavery* in: BARSFIELD, Thomas (Edited by). **The Dictionary of Anthropology**, p. 426-427.
- KUPER, Gina Zabłudovsky. **Patrimonialismo y Modernización: Poder y Dominación en la Sociología del Oriente de Max Weber.** México: Universidad Nacional Autónoma de México/Fondo de Cultura Económica, 1993.
- KURTZ, Donald V.. **Political Anthropology: Power and Paradigms.** Boulder: Westview Press, 2001.
- LACOSTE, Yves. *La Méditerranée.* **Hérodote**, (103), 4^e trimestre 2001, p. 3-39.
- LE GOFF, Jacques. *Documento/Monumento* in: ROMANO, Ruggiero (Editore). **Enciclopedia Einaudi.** Torino: Einaudi Editore, 1978, Vol. V (*Divino-Fame*), p.38-48.
- LENSKI, Gerhard Emmanuel. **Human Societies: A Macrolevel Introduction to Sociology.** New York/Tokyo: McGraw-Hill/Kōgakusha, 1970.
- LEWIS, Ioan M.. **Social Anthropology in Perspective.** Harmondsworth: Penguin Books, 1976.
- MARIUTTI, Eduardo Barros. *Considerações sobre a perspectiva do sistema-mundo.* **Novos Estudos CEBRAP**, (69), julho de 2004, p. 89-103.
- MEILLASSOUX, Claude. **Anthropologie de l'Esclavage: Le Ventre de Fer et d'Argent.** Paris: Presses Universitaires de France, 1986.
- _____. *Esclavage: 2. Le système esclavagiste* in: BONTE, Pierre & IZARD, Michel (Sous la direction de). **Dictionnaire de l'Ethnologie et de l'Anthropologie**, p. 233-235.

- MERTON, Robert King. *Structural analysis in sociology* in: BLAU, Peter M. (Edited by). **Approaches to the Study of Social Structure**. New York: The Free Press/American Sociological Association, 1975, p. 21-52.
- MIELIETINSKI, E. M.. **A Poética do Mito**. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1987 [Original russo: **Poétika-Mifa**, 1976].
- PATTERSON, Orlando. *Slavery*. **Annual Review of Sociology**, (3), 1977, p.407-449.
- _____. *Slavery as social institution* in: SMELSER, Neil (Edited by). **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**, Volume 21, p. 14146-14152.
- _____. *Slavery: comparative aspects* in: SMELSER, Neil (Edited by). **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**, Volume 21, p. 14152-14157.
- PEET, Richard. *The social origins of environmental determinism*. **Annals of the Association of American Geographers**, 75 (3), September, 1985, p. 309-333.
- PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, Olivier. *Qu'est-ce que l'esclavage?* in: ____ (Sous la direction de). **Dictionnaire des Esclavages**, p. 15-17.
- RODINSON, Maxime. *Histoire économique et histoire des classes sociales dans le monde musulman* in: _____. **Islam: Politique et Croyance**. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1993 [artigo de 1967]. 177-213.
- ROSALDO, Renato. **Culture & Truth: The Remaking of Social Analysis**. Boston: Beacon Press, 1993 [1989], p. 1-2.
- ROSTAN, Michele. *Economia-mondo*. **Enciclopedia delle Scienze Sociali**. Roma: Istituto dell'Enciclopedia Italiana, 1993, Volume III, p. 406-412.
- SERIOT, Patrick. *Ethnos et demos: la construction discursive de l'identité collective*. **Langage et Société**, (79), 1997, p. 39-51.
- SERVICE, Elman Rogers. *Morton Herbert Fried (1923-1986)*. **American Anthropologist**, 90 (1), 1988, p. 148-152.
- SPATE, O. H. K.. *Toynbee and Huntington: a study in determinism*. **The Geographical Journal**, 118 (4), December 1952, p. 406-424.

- SULLIVAN, Donald. *The end of the Middle Ages: decline, crisis, or transformation?* **The History Teacher**, 14 (4), August 1981, p. 551-565.
- TAINTER, Joseph A.. **The Collapse of Complex Societies**. New York/Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- TODOROV, Tzvetan. **Nous et les Autres: La Réflexion Française sur la Diversité Humaine**. Paris: Éditions du Seuil, 1989.
- TORRE, Ramón Ramos. *Problemas textuales y metodológicos de la sociología histórica*. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, (63), 1993, p. 7-28.
- TOSCANO, Alberto. **Fanaticism: On the Use of an Idea**. London/New York: Verso, 2010.
- TRIGGER, Bruce Graham. **A History of Archaeological Thought**. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 1989.
- TUAN, Y-Fu. **Topophilia: A Study of Environmental Perception, Attitudes and Values**. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, 1974.
- TURCHIN, Peter. **War and Peace and War: The Rise and Fall of Empires**. New York/Toronto: Plume/Penguin Group, 2007.
- ____ et alli. *East-West orientation of historical empires and modern states*. **Journal of World-System Research**, XII (11), December 2006, p. 219-229.
- TURLEY, David. **Slavery**. Oxford, UK/Malden, Massachussets: Blackwell Publishers, 2000 (*New Perspectives on the Past*).
- TURNER, Bryan S.. **Weber and Islam: A Critical Study**. London/Henley/Boston: Routledge & Kegan Paul, 1974.
- VOLL, John Obert. *Islam as a special world-system*. **Journal of World History**, 5 (2), Fall 1994, p. 213-226.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Introduction* in: _____. **The Essential Wallerstein**. New York: The New Press, 2000, p. XV-XXII.
- _____. *L'economie-monde* in: COQUERY-VIDROVITCH, Catherine (Sous la direction de). **Connaissance du Tiers Monde: Approche Pluridisciplinaire**. Paris: Union Générale d'Éditions/10-18, 1977.
- _____. *Prologue to the 2011 edition* in: _____. **The Modern World System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy**

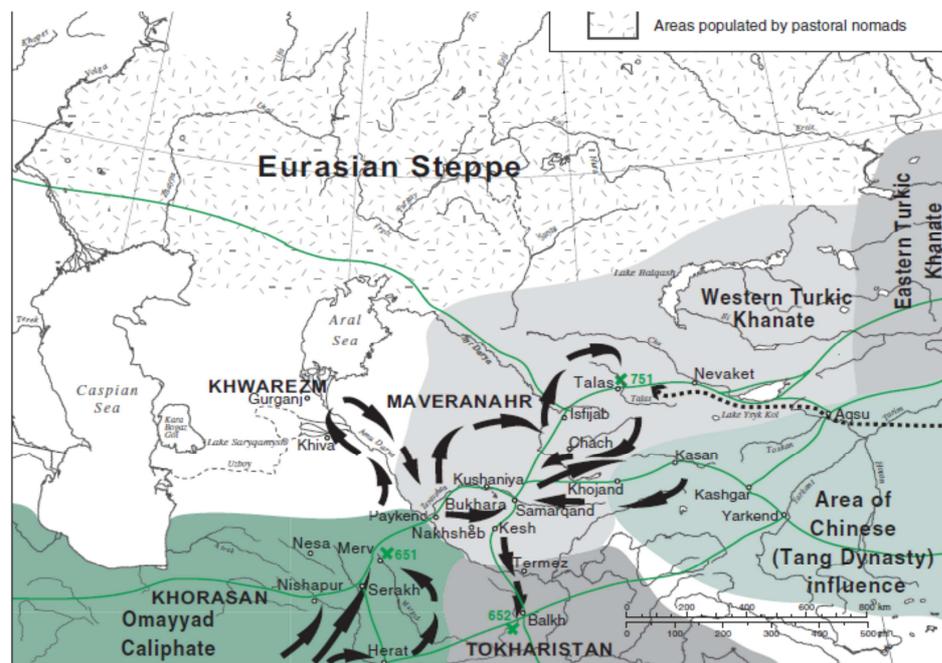
- in the Sixteenth Century.** Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 2011 [1974], p XVII-XXX.
- _____. *The itinerary of world-systems analysis, or, how to resist becoming a theory* in: BERGER, Joseph & ZELDITCH, Jr, Morris (Edited by). **New Directions in Contemporary Sociological Theory.** Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 2002, p. 358-376.
 - _____. **The Modern World System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century.** Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 2011 [1974].
 - _____. *Frank proves the European miracle.* **Review**, 22 (3), 1999, p. 355-371.
 - _____. *The rise of East Asia, or the world-system in the twenty-first century* in: _____. **The End of the World as We Know It: Social Science for the Twenty-Fifth Century.** Minneapolis/London: University of Minnesota Press, 1999 [texto de 1997].
 - _____. *World System versus World-Systems: a critique.* **Critique of Anthropology**, 11 (2), 1991, p. 189-194.
 - _____. **World Systems Analysis: An Introduction.** Durham/London: Duke University Press, 2004.

MAPA 01: EXPANSÃO DA PESTE NEGRA, 1346-1353.



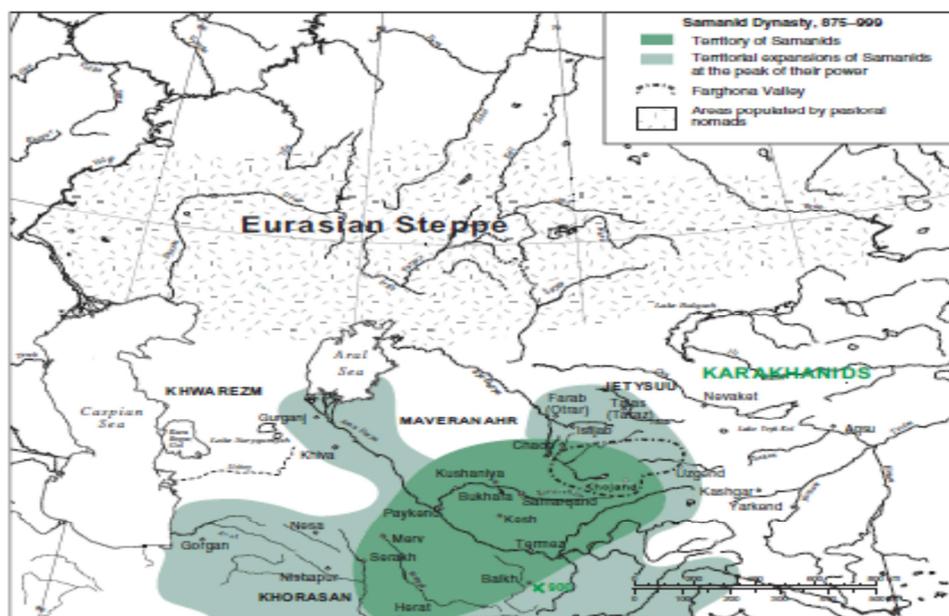
Fonte: BYRNE, Joseph P. (Edited by). **Encyclopedia of Pestilence, Pandemics, and Plagues**, Volume 1, p. 62.

MAPA 02: OS MUÇULMANOS NA ÁSIA CENTRAL, SÉCULOS VIII-IX



Fonte: ABAZOV, Rafis. *The Palgrave Concise Historical Atlas of Central Asia*, p. 33.

MAPA 03: ESPAÇO DE HEGEMONIA DOS SASSÂNIDAS, SÉCULOS IX-X



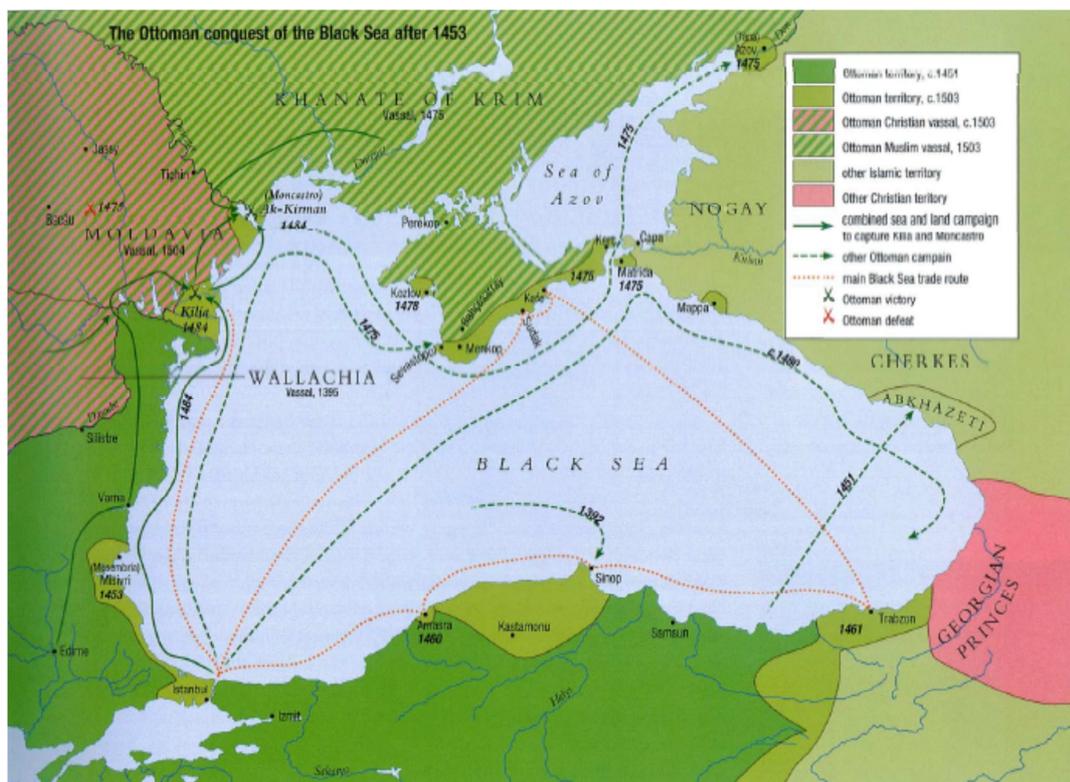
Fonte: ABAZOV, Rafis. *The Palgrave Concise Historical Atlas of Central Asia*, p. 39

**MAPA 04: CONQUISTAS TERRITORIAIS DO SULTANATO OTOMANO:
GÊNESE DO IMPÉRIO, SÉCULOS XIV E XV**



Fonte: JOTISCHCHKY, Andrew & HULL, Caroline. **The Penguin Historical Atlas of the Medieval World**, p. 129.

MAPA 05: MAR NEGRO, MAR OTOMANO, 1453-c.1530



Fonte: NICOLLE, David. *The Ottomans, Empire of Faith* (e-book).

MAPA 06: TERRITÓRIO DO ESTADO DOS SAFÁVIDAS NO SÉCULO XVI



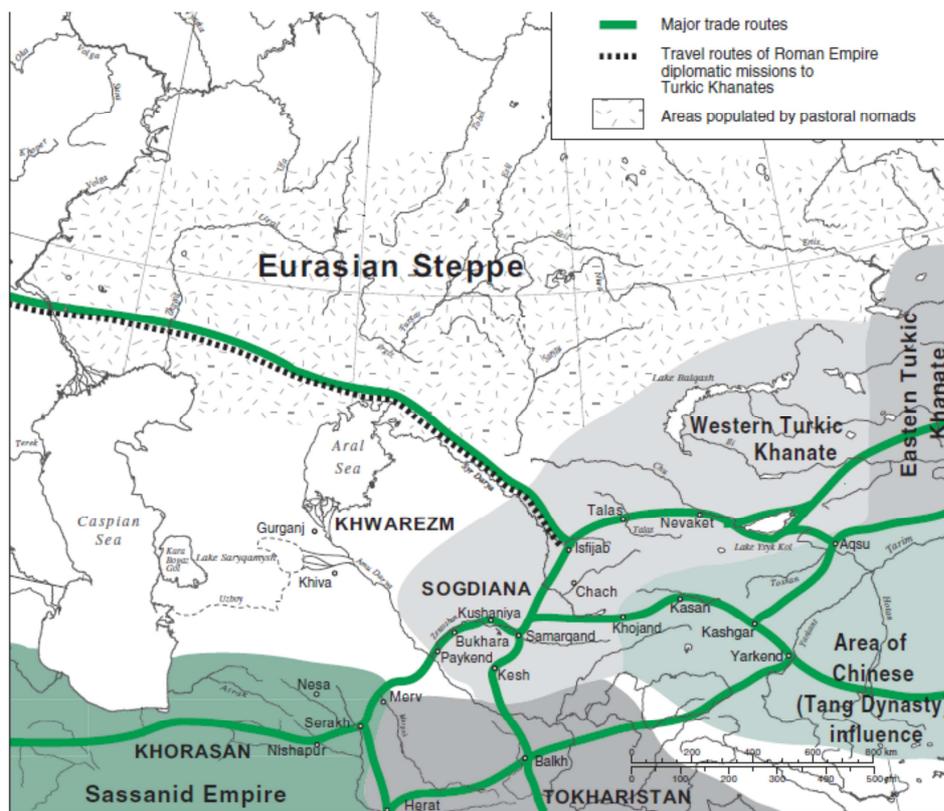
Fonte: FARROKH, Kaveh. *Iran at War, 1500-1988*, p. 6.

MAPA 07:ASIA CENTRAL, HOJE



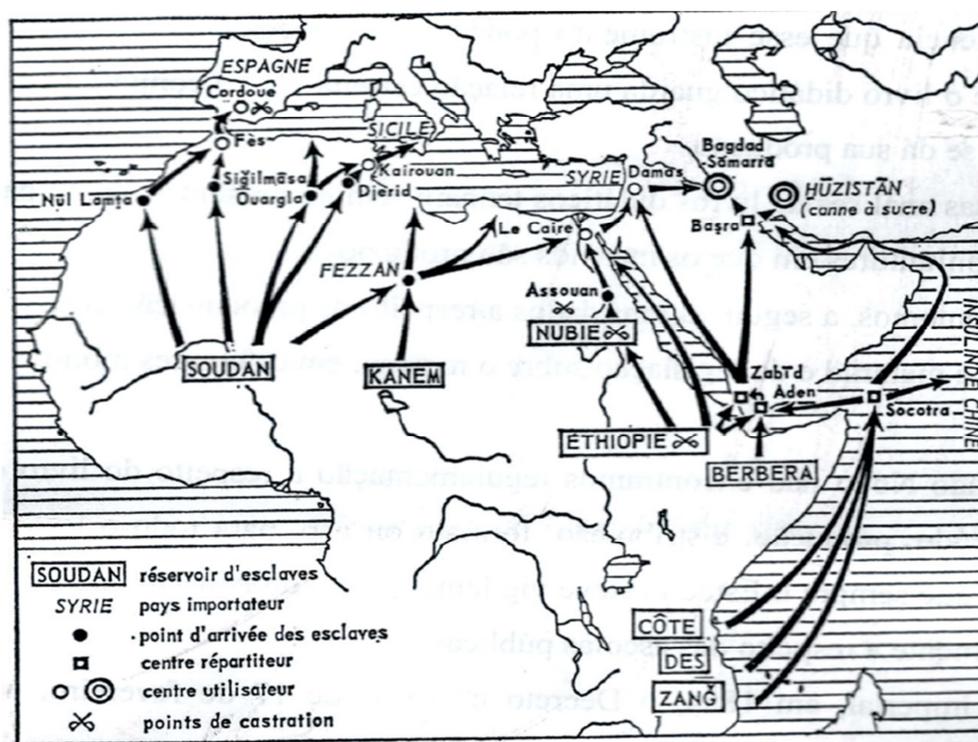
Fonte: SINOR, Denis. *Rediscovering Central Asia*. *Diogenes*, 51 (7), 2004, p. 8

MAPA 08: ÁSIA CENTRAL/MUNDO TÚRQUICO ANTES DO ISLAM



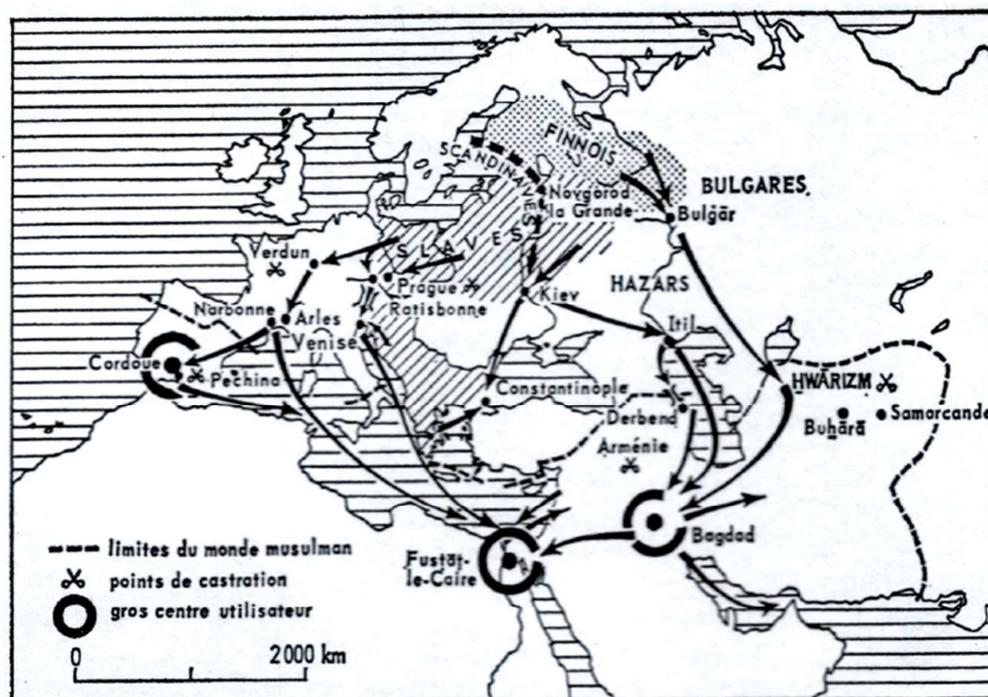
Fonte: ABAZOV, Rafis. *The Palgrave Concise Historical Atlas of Central Asia*, p. 33

MAPA 09: ROTAS AFRICANAS DE ABASTECIMENTO DE ESCRAVOS PARA O MUNDO ISLÂMICO, SÉCULOS VIII a XIX



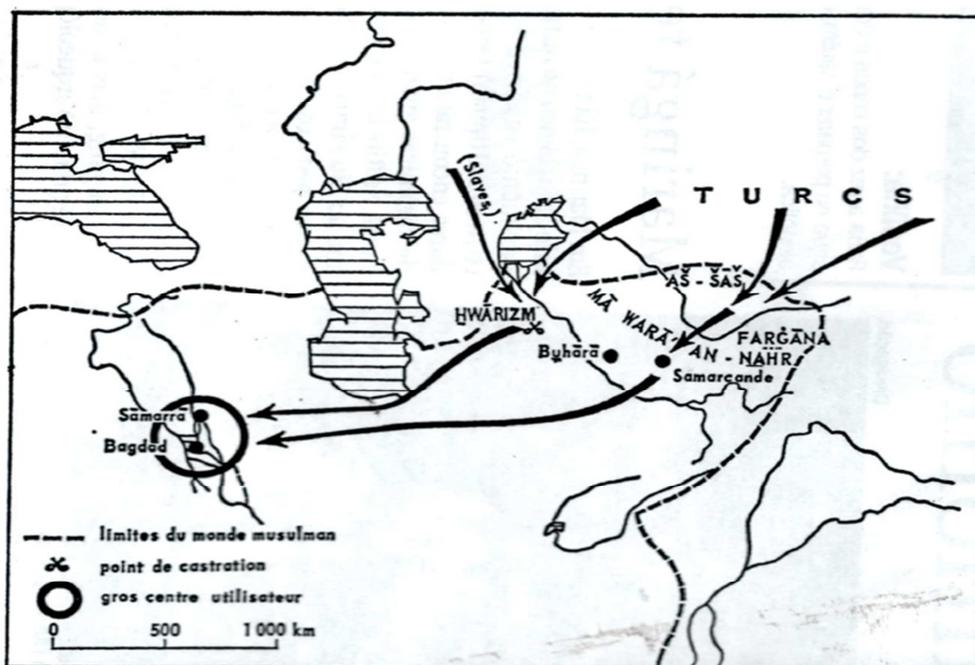
Fonte: LOMBARD, Maurice. *L'Islam dans sa Première Grandeur (VIII^e-XI^e Siècle)*, p. 200.

MAPA 10: ROTAS DO TRÁFICO DE ESCRAVOS ESLAVOS PARA O MUNDO ISLÂMICO, SÉCULOS IX A XIII



Fonte: LOMBARD, Maurice. *L'Islam dans sa Première Grandeur (VIII^e-XI^e Siècle)*, p. 198.

MAPA 11: ROTAS DO COMÉRCIO DE ESCRAVOS TURCOS PARA O MUNDO ISLÂMICO, SÉCULOS VIII a XVI



Fonte: LOMBARD, Maurice. *L'Islam dans sa Première Grandeur (VIII^e-XI^e Siècle)*, p. 199.